

RELATÓRIO & CONTAS CONSOLIDADAS

2010



PORTUGAL TELECOM

Portugal Telecom, SGPS, SA

Sociedade aberta

Capital social 26.895.375 euros

Matrícula na Conservatória

do Registo Comercial de Lisboa

e de Pessoa Colectiva n.º 503 215 058

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40

1069-300 Lisboa

As designações “PT”, “Grupo Portugal Telecom”, “Grupo PT”, “Grupo” e “Empresa” referem-se ao conjunto das empresas que constituem a Portugal Telecom ou a qualquer uma delas, consoante o contexto.

Receitas

3.742

milhões de euros

Resultado Líquido

5.672

milhões de euros

Clientes

85,5

milhões

EBITDA

1.492

milhões de euros

Investimento

798

milhões de euros

**Investimento
em I&D**

+200

milhões de euros

Emissões de CO₂

-7%

Consumo de água

-31%

8	MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
10	MENSAGEM DO PRESIDENTE EXECUTIVO
15	01 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO
25	02 ASPECTOS REGULAMENTARES
35	03 PERFIL ESTRATÉGICO
45	04 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
57	05 ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
71	06 EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS
72	PORTUGAL
84	MERCADO INTERNACIONAL
87	07 RECURSOS HUMANOS
89	08 PT NO MERCADO DE CAPITAIS
97	09 PRINCIPAIS EVENTOS
103	10 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS
109	11 PERSPECTIVAS FUTURAS
111	12 DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
113	13 ACTIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS
117	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
214	RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA
216	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS
218	RELATÓRIO DE AUDITORIA
221	GLOSSÁRIO
222	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
223	INDICADORES - CHAVE
226	INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACCIONISTAS
228	CONTACTOS

PORTUGAL TELECOM



PORTUGAL

RECEITAS (MILHÕES DE EUROS)

Rede fixa	1.929 milhões de euros	Retalho, voz e dados para grandes empresas, ISP e banda larga [PT Comunicações 100%]
Móvel	1.387 milhões de euros	Voz e dados para PME [PT Prime 100%] TMN 100%

PRINCIPAIS ACTIVOS INTERNACIONAIS

RECEITAS (MILHÕES DE EUROS)

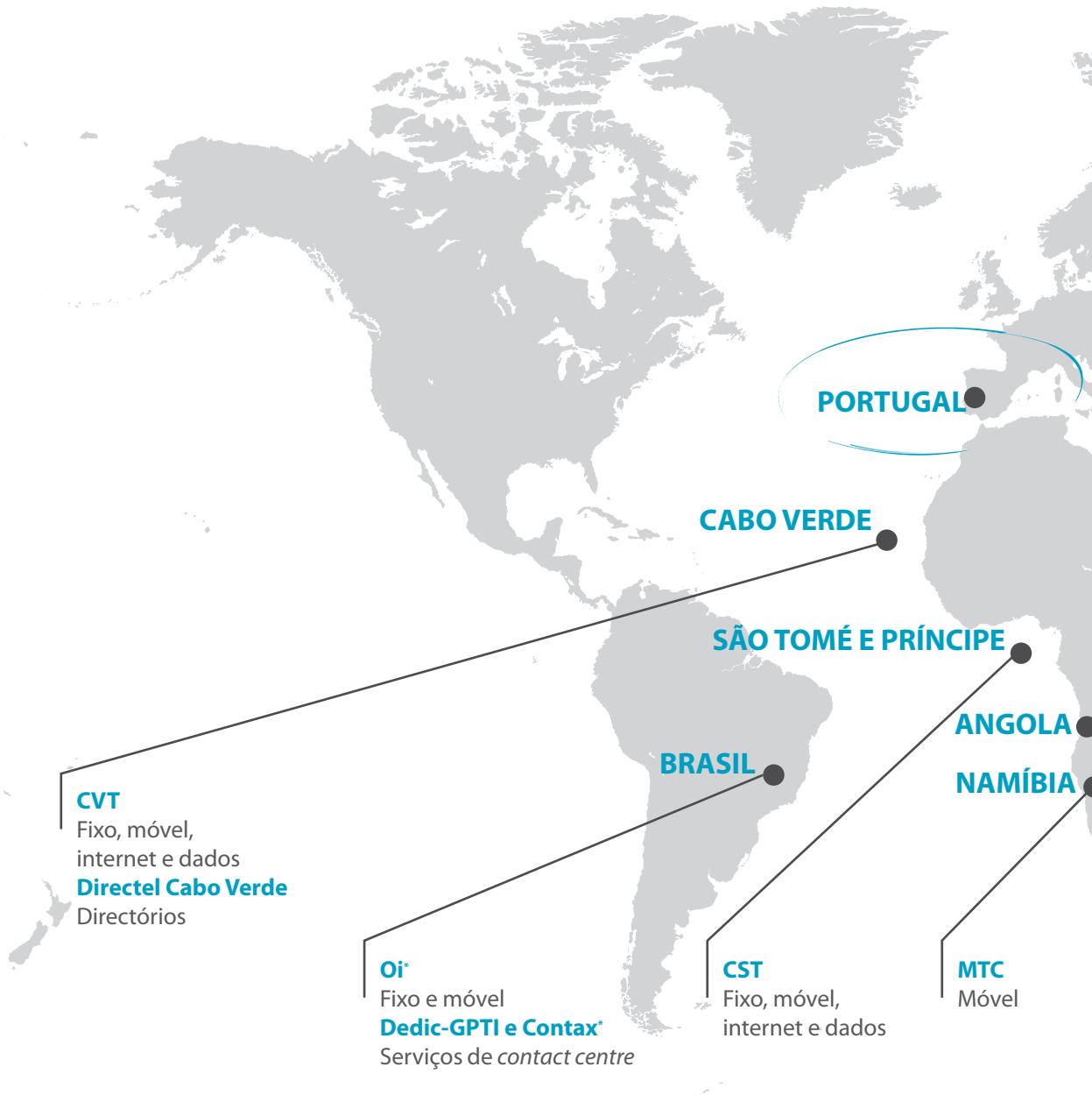
Unitel 25% (*)	Angola	Móvel	1.133
CTM 28%	Macau	Fixo, móvel	260
MTC 34% (*)	Namíbia	Móvel	149
CVT 40% (*)	Cabo Verde	Fixo, móvel	84
Timor Telecom 41.12%	Timor	Fixo, móvel	43
CST 51% (*)	São Tomé e Príncipe	Fixo, móvel	13

(*) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT.

EMPRESAS INSTRUMENTAIS

Serviços de sistemas e TI [PT Sistemas de Informação 100%]; Inovação, investigação e desenvolvimento [PT Inovação 100%];
Serviços administrativos e de gestão partilhada [PT PRO 100%]; Serviços de negociação [PT Compras 100%];
Call centres e serviços de telemarketing [PT Contact 100%]; Gestão de fundos de pensões [Previsão 82,05%]

PORTUGAL TELECOM



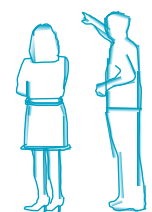
CVT
Fixo, móvel,
internet e dados
Directel Cabo Verde
Directórios

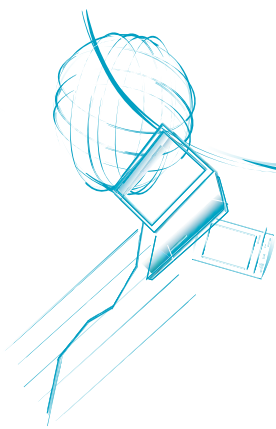
Oi*
Fixo e móvel
Dedic-GPTI e Contax*
Serviços de *contact centre*

CST
Fixo, móvel,
internet e dados

MTC
Móvel

*Negócios a concluir em 2011





Senhores Accionistas,

Na sequência da venda da Vivo e do estabelecimento de uma parceria estratégica com a Oi, 2010 foi um ano transformacional para a Portugal Telecom. Estas operações estruturais geraram significativas mais-valias e flexibilidade financeira, as quais permitirão o pagamento de um dividendo especial de 1,65 euros aos Senhores Accionistas e a revisão em alta do dividendo ordinário, o financiamento das responsabilidades associadas às pensões e a sua transferência para a esfera do Estado Português, a redução do nível de endividamento global da empresa e o pagamento de um prémio especial aos seus colaboradores, partilhando assim com estes o sucesso da transacção da Vivo. Este conjunto de operações modificou de uma forma estrutural o projecto da PT, sem no entanto lhe alterar a matriz e as ambições.

Ainda durante o ano de 2010, a PT continuou a consolidar a sua presença nos mercados onde opera, através do lançamento de novos produtos e serviços, o que permitiu à Empresa a manutenção da sua posição competitiva de liderança em cada mercado.

O Conselho de Administração mantém as orientações e as metas estratégicas da PT, centradas na incessante procura de oportunidades para melhor consolidar e expandir a sua presença nos vários mercados onde a Empresa opera.

O forte envolvimento que a PT teve na Vivo, em concreto no desenho da sua estratégia e no processo de reestruturação operacional desta empresa, que é hoje claramente o maior e mais avançado operador de comunicações móveis na América Latina, foi amplamente compensado pelo valor da sua venda. Esta fez-se a um múltiplo EV/EBITDA de 10,6x, o qual representa um prémio significativo quer face ao valor de mercado da Vivo anterior à transacção quer face a transacções comparáveis no sector das telecomunicações a nível mundial. De facto, não só esta transacção foi a maior operação na Europa em 2010 e a maior de sempre em Portugal, como o valor da venda da Vivo foi inclusivamente superior ao valor da capitalização bolsista da PT no dia do anúncio da transacção.

Com o anúncio da aliança estratégica da PT com a Oi assente por um lado na tomada de posição de 25,6% da Oi e na participação da PT no controlo da sua gestão e por outro lado com a aquisição em curso de 10% da PT pela Oi estabeleceram-se as bases de cooperação e de parceria entre ambos os operadores. A PT alarga assim a sua base de projecção como empresa internacional operando em vários mercados de forte crescimento, quer a nível demográfico, quer a nível económico, designadamente Brasil, África e Sudeste Asiático.



Neste quadro de transformação, a PT concretizou ainda uma velha aspiração dos seus trabalhadores, com o pré financiamento das responsabilidades com pensões e a consequente transferência do fundo de pensões para a esfera do Estado Português. Esta transacção teve ainda o mérito de libertar o balanço da PT do risco associado a este tipo de responsabilidades, aumentando assim a solidez do seu balanço.

Em 2010 iniciou-se assim um novo ciclo, mantendo embora as metas estratégicas aprovadas para o triénio, beneficiando agora de uma base mais consistente, dum balanço mais forte e duma capacidade de investimento acrescida.

O ano de 2010 foi histórico para a PT, na medida em que a venda da Vivo permitiu a geração de um resultado líquido record, contribuindo significativamente para um maior fortalecimento e flexibilidade dos seus capitais próprios.

Em Novembro decorreu um novo inquérito de satisfação aos colaboradores da PT, o qual teve uma adesão de 81%, representando assim um nível record de participação. Este inquérito reflectiu um elevado nível de satisfação (73%), tendo estes indicadores vindo a crescer sustentadamente ano a ano, e também um elevado nível de identificação dos colaboradores da PT com a sua estratégia, posicionamento e objectivos.

Com as economias da União Europeia a revelar dificuldades que, para serem vencidas com sucesso e clareza, necessitam de um maior grau de integração e solidariedade, a PT mantém metas de investimento bastante ambiciosas, particularmente em Portugal, onde se atingiu um sucesso reconhecido e significativo na reinvenção do negócio fixo. Merece particular destaque a cobertura de um milhão de casas com fibra (FTTH – fibre to the home) em 2009 e 2010 e o anúncio recente do objectivo de cobrir em 2011, 600 mil casas adicionais com esta tecnologia, a qual será uma fonte de diferenciação dos serviços e produtos da PT no futuro. Refere-se a propósito que este projecto estruturante foi considerado pelos peritos do FTTH Council como o melhor projecto de implementação de FTTH na Europa e uma referência para o sector.

A PT manter-se-á concentrada em continuar a liderar a inovação e o desenvolvimento de novos serviços, quer no fixo quer no móvel, e a promover a convergência de serviços de telecomunicações fixas e móveis, de telecoms e tecnologias de informação e comunicação e de telecoms e média.

A PT continuará igualmente comprometida com o desenvolvimento da sua agenda de sustentabilidade, área onde não só é referência em Portugal, mas também está a par dos melhores a nível internacional, situando-se entre os índices de referência de sustentabilidade mais exigentes, nomeadamente o DJ Sustainability Index e o FTSE4Good.

De registar também que a PT é referência na Gestão Global e Financeira e na Comunicação e Relação com Accionistas e Investidores, tendo merecido o reconhecimento e confiança destes através da atribuição de sete dos oito prémios atribuídos pela Institutional Investor, quer a nível da empresa quer a nível dos seus responsáveis nestas áreas.

A PT continuará focada em assegurar um retorno accionista atractivo e, ao mesmo tempo, oportunidades e compensações adequadas a todos os seus colaboradores e stakeholders.

Agradeço o apoio e a confiança que recebemos dos nossos accionistas e garanto que a Empresa continuará empenhada em cumprir a estratégia definida pelo Conselho de Administração, no melhor interesse de todos os accionistas.



Henrique Granadeiro

Presidente do Conselho de Administração



Caros Accionistas,

O ano de 2010 foi mais um ano notável para a Portugal Telecom, tendo sido marcado pela aquisição da nossa participação na Vivo pela Telefónica, a um prémio muito significativo face ao mercado e a transacções semelhantes. Este facto desencadeou o nosso investimento e parceria estratégica com a Oi, concretizado já em 2011 através da tomada de uma posição directa e indirecta na Oi de 25,3%. Isto permite que a PT se junte ao bloco controlador da Oi como parceiro estratégico de telecomunicações e com direitos de governo da sociedade significativos, os quais permitem a sua consolidação proporcional.

Com o investimento na Oi estamos a trilhar um novo caminho mas a nossa direcção permanece inalterada. O Brasil vai manter-se um mercado chave para a PT, juntamente com Portugal e África. Estas três geografias prioritárias asseguram assim que continuaremos a ter um portfólio de negócios diversificado e equilibrado, que nos permitirá assegurar a escala e o potencial de crescimento necessários à obtenção do acesso a tecnologia, inovação e I&D, reduzindo em simultâneo o risco de execução.

O nosso desempenho em 2010

Durante 2010, continuámos concentrados em atingir um desempenho operacional de excelência, apesar dos ambientes económico e competitivo desafiantes.

O sucesso contínuo da nossa oferta de triple-play Meo em Portugal continua a sustentar um forte crescimento na TV por subscrição, mercado onde atingimos uma quota de 30% nos últimos 33 meses, conseguindo quase 1pp todos os meses. Esta sólida tendência continuou a impulsionar ganhos de quota de mercado ao nível da banda larga fixa e a reversão da tendência secular de queda do número de linhas fixas, em particular no segmento residencial. Como consequência deste sólido desempenho, a PT registou este ano um crescimento de quase 250 mil clientes de TV, tendo alcançado 830 mil clientes e atingindo assim aquilo que consideramos ser massa crítica neste serviço. Também aumentámos a nossa base de clientes de banda larga fixa em 139 mil clientes, tendo ultrapassado um milhão de clientes e tendo ganho quota de mercado durante os últimos dez trimestres consecutivos. É importante ainda realçar a redução da perda de linhas fixas para cerca de metade, sendo de destacar que no último trimestre do ano se verificou um crescimento das nossas linhas fixas, um aumento inédito nos últimos sete anos. Este desempenho motiva-nos a melhorar e a continuar a desenvolver um modelo de negócio sustentável para o negócio fixo.



No negócio móvel, é de destacar o nível de rentabilidade e geração de cash-flow, obtido num cenário de crescente competitividade em certos segmentos do mercado, nomeadamente no segmento jovem, e de um ambiente económico desafiante, o qual se traduz numa maior pressão sobre os segmentos empresariais. Neste contexto, a margem EBITDA da TMN atingiu os 46,0% em 2010, o que representa um nível saudável no contexto Europeu.

Em resultado da transacção, os nossos números financeiros de 2010 não reflectem a Vivo, apesar de a termos consolidado nos nossos mapas financeiros como operação descontinuada. Em 2010, as receitas operacionais consolidadas atingiram 3.742 milhões de euros, ligeiramente estáveis quando comparadas com 2009, com o crescimento das receitas das operações internacionais a compensar alguma pressão em Portugal. Em 2010, o EBITDA foi 1.492 milhões de euros, representando uma margem EBITDA de 39,9%. Esta evolução reflectiu, essencialmente, a diminuição das receitas da TMN, apesar da redução de 11,2%, face a 2009, dos custos operacionais excluindo amortizações, e a diminuição do EBITDA na rede fixa, que continua a reflectir o contínuo investimento na implementação das ofertas de TV por subscrição e *triple-play* e na aquisição de clientes.

Em 2010, o resultado líquido da PT atingiu 5.672 milhões de euros, reflectindo maioritariamente o ganho obtido com a transacção da Vivo. Deve ser detacado que a transacção da Vivo também contribuiu significativamente para aumentar a capacidade financeira do nosso balanço, assim como a transferência das responsabilidades com o fundo de pensões para o Estado Português, juntamente com o respectivo financiamento. A solidez financeira do nosso balanço é, do nosso ponto de vista, uma clara vantagem competitiva da PT no contexto actual. Já em 2011, a PT emitiu um montante total de 1,5 mil milhões de euros através da emissão de uma Eurobond a 5 anos e de linhas de crédito a 3 anos, o que reforça o nosso balanço, e com todas as maturidades da dívida totalmente financiadas até ao final de 2013.

Organização centrada no cliente e aposta na internacionalização, inovação e execução

Em 2010, a PT continuou a implementar a sua estratégia de centrar a organização nas necessidades específicas de cada segmento de cliente, tendo abandonado a estratégia assente em tecnologia em favor de uma abordagem orientada para o cliente com base em 5 segmentos de cliente: residencial, pessoal, PMEs e SOHO, empresarial e *wholesale*.

No segmento residencial, temos vindo a desenvolver continuamente novos serviços, conteúdos, funcionalidades e a investir na interactividade, com o objectivo claro de reforçar a experiência do Meo, oferecida aos nossos clientes, através de múltiplas plataformas, no PC, no telemóvel e na televisão, permitindo assim uma diferenciação ainda maior quando comparada com outras ofertas de TV por subscrição no mercado. A implementação da nossa avançada rede de fibra óptica até casa do cliente (FTTH), permite-nos desenvolver novos e mais sofisticados serviços e aplicações, os quais estão a tornar-se cada vez mais populares, sendo de destacar o lançamento do serviço de *gaming on-demand* Meo Jogos durante 2010.

No segmento pessoal, continuámos a apostar nos dados móveis, através da comercialização e do aumento da penetração de smartphones e também através da oferta de banda larga móvel para PC's e para os novos dispositivos móveis, através do desenvolvimento de parcerias com fornecedores que permitem ofertas distintas. Estes equipamentos inovadores, associados ao cada vez maior número de aplicações e serviços, permitem o estabelecimento de um contexto favorável para o crescimento destes novos serviços. A TMN está claramente na linha da frente do desenvolvimento de serviços de mobilidade, sendo de destacar a oferta de TV (Meo Mobile), de música (Music Box) e o acesso a redes sociais através de serviços de agregação inovadores e convergentes (Pond). De destacar ainda o lançamento dos novos tarifários "e" e "unlimited", que procuram promover a penetração do serviço de internet móvel e a oferecer aos clientes cada vez maior valor.

Nos segmentos empresariais, continuámos a estabelecer a base para um crescimento futuro sustentável, investindo em infraestrutura diferenciada e tecnologicamente avançada e na convergência entre as tecnologias de comunicação e de informação, desenvolvendo assim soluções avançadas, distintas e integradas para os nossos clientes.

Já em Fevereiro de 2011, anunciámos a construção em Portugal de um dos maiores Data Centres da Europa com 12.000 m² e níveis de capacidade tecnológica e de eficiência de energia únicos e distintivos. Este novo Data Centre tornar-se-á operacional no 2S12 e será suportado por uma rede de fibra que permitirá à PT diferenciar melhor os seus serviços, não só para empresas e negócios mas também para ir de encontro a uma procura cada vez maior de serviços cloud nos segmentos residencial e pessoal.

No Brasil, iremos iniciar agora a caminhada com os nossos parceiros na Oi, com o objectivo de aportar a nossa experiência de sucesso na convergência fixo-móvel, na banda larga fixa e móvel e na TV por subscrição, promovendo a forte posição da Oi no mercado Brasileiro e a sua base de clientes, procurando assim capturar oportunidades de crescimento significativas no Brasil. Neste sentido, iremos alavancar a nossa experiência operacional e de mercado de capitais para trabalhar em parceria com a Oi, criando valor para todas as partes.

Continuaremos igualmente a promover a partilha de melhores práticas nas operações internacionais. Em 2010, é de destacar o sólido desempenho destas operações, com as receitas, numa base pró-forma proporcional, dos activos internacionais a aumentar 20%. É também de realçar o desempenho da Timor Telecom que, num cenário de expansão da cobertura e reforço da oferta comercial, revelou um crescimento significativo de receitas e EBITDA e da MTC, na Namíbia, que apresentou receitas e EBITDA estáveis num contexto de diminuição das tarifas de terminação móveis.

Inovação, investigação e desenvolvimento continuaram a ser prioridades para a PT durante 2010, através da implementação de uma abordagem estruturada à inovação de acordo com o seu horizonte temporal. Ao nível da inovação incremental, é de destacar a participação activa de 60% dos colaboradores da PT na submissão, discussão e votação de ideias de melhoria no Mercado de Ideias interno, com mais de 40 iniciativas já em implementação. Ao nível da inovação planeada, continuámos a desenvolver e a lançar produtos inovadores para todos os segmentos de clientes, nomeadamente em ambiente multi-plataforma. De destacar, entre muitos outros, o Meo Jogos e o Music Box, já referidos anteriormente, o Meo Remote, que permite comandar a TV a partir de smartphones ou tablets, os novos planos tarifários móveis, bem como novos serviços avançados TI/SI e soluções convergentes oferecidos no mercado empresarial. Ao nível da inovação exploratória, é de salientar o trabalho da PT Inovação, com particular enfoque na optimização da infra-estrutura tecnológica e projectos frequentemente enquadrados em programas de colaboração internacional, bem como o envolvimento do SAPO no desenvolvimento de aplicações e serviços multiplataforma.

A estratégia de inovação seguida pela PT tem por base um conjunto alargado de parcerias com fornecedores, universidades, institutos de investigação e outros operadores de telecomunicações, com o objectivo de criar um verdadeiro ecossistema de inovação que permita o rápido desenvolvimento de soluções de vanguarda para os nossos clientes.

Em 2010, investimos 798 milhões de euros, dos quais 524 milhões de euros no negócio fixo. De destacar a cobertura de um milhão de casas com FTTH, projecto que, em Fevereiro de 2011, foi distinguido pelo FTTH Council Innovation Awards com o prémio implementação e operações a nível Europeu. Este prémio reconhece assim a estratégia da PT, a sua execução operacional superior e o sucesso das suas parcerias com os líderes da indústria. Durante o ano de 2010, continuámos a comercializar este serviço, que tem impulsionado cada vez mais o desempenho da rede fixa, em particular nas áreas urbanas. No final de 2010, atingimos 130 mil clientes de fibra, os quais já representam uma taxa de penetração de 21% nas casas comercialmente disponíveis.

A partir de Setembro de 2010, a PT passou a integrar o Dow Jones Sustainability World Index, sendo assim reconhecido o contínuo investimento da PT em sustentabilidade e responsabilidade corporativa, colocando-a entre as melhores empresas do mundo na área da sustentabilidade. Desta forma, estamos agora simultaneamente presentes nos dois índices de sustentabilidade mais importantes a nível mundial, o FSTE4Good e o DJSI.

Em Novembro de 2010, realizámos o inquérito de satisfação anual aos colaboradores da PT, que teve uma participação recorde de 81%, a qual aumentou 26pp face a 2008. Adicionalmente, o inquérito revelou um nível de satisfação de 73%, o que compara bastante favoravelmente com benchmarks internacionais tendo também reflectido uma evolução favorável quando comparado com 2008 (+7pp). Além disso, não só estes indicadores têm aumentado continuamente como também reflectiram um maior nível de identificação entre os nossos colaboradores com a nossa estratégia, posicionamento e objectivos.

Perspectivas para o futuro: a nossa ambição mantém-se intacta

Alavancando o processo transformacional que iniciámos em 2008, definimos uma agenda de crescimento ambiciosa de acordo com os cinco objectivos estratégicos que definimos: (1) alcançar 100 milhões de clientes; (2) aumentar a contribuição dos negócios internacionais para dois terços das receitas; (3) reforçar a liderança nos mercados em que operamos; (4) estar no primeiro quartil em termos de desempenho operacional e financeiro, e (5) sermos uma referência em sustentabilidade em todas as geografias onde operamos. Os nossos resultados de 2010 levaram-nos para mais próximo da concretização destes objectivos, tendo avançado significativamente em todos os cinco objectivos definidos.

A nossa ambição permanece intacta. Com a Oi atingimos já cerca de 84 milhões de clientes e mais de 55% das nossas receitas pro-forma 2010 têm origem nos negócios internacionais. Continuámos, em resultado dos investimentos em tecnologia e inovação e da qualidade dos nossos produtos, a ganhar quota de mercado nas várias geografias. Em 2010, obtivemos um retorno accionista total de 17,8%, posicionando a PT no primeiro quartil do sector a nível europeu.

Continuaremos empenhados numa sólida execução e em assegurar um crescimento saudável para a nossa empresa, criando valor para todos os stakeholders e, em particular, para os nossos accionistas, observando sempre uma forte disciplina estratégica, financeira e operacional.

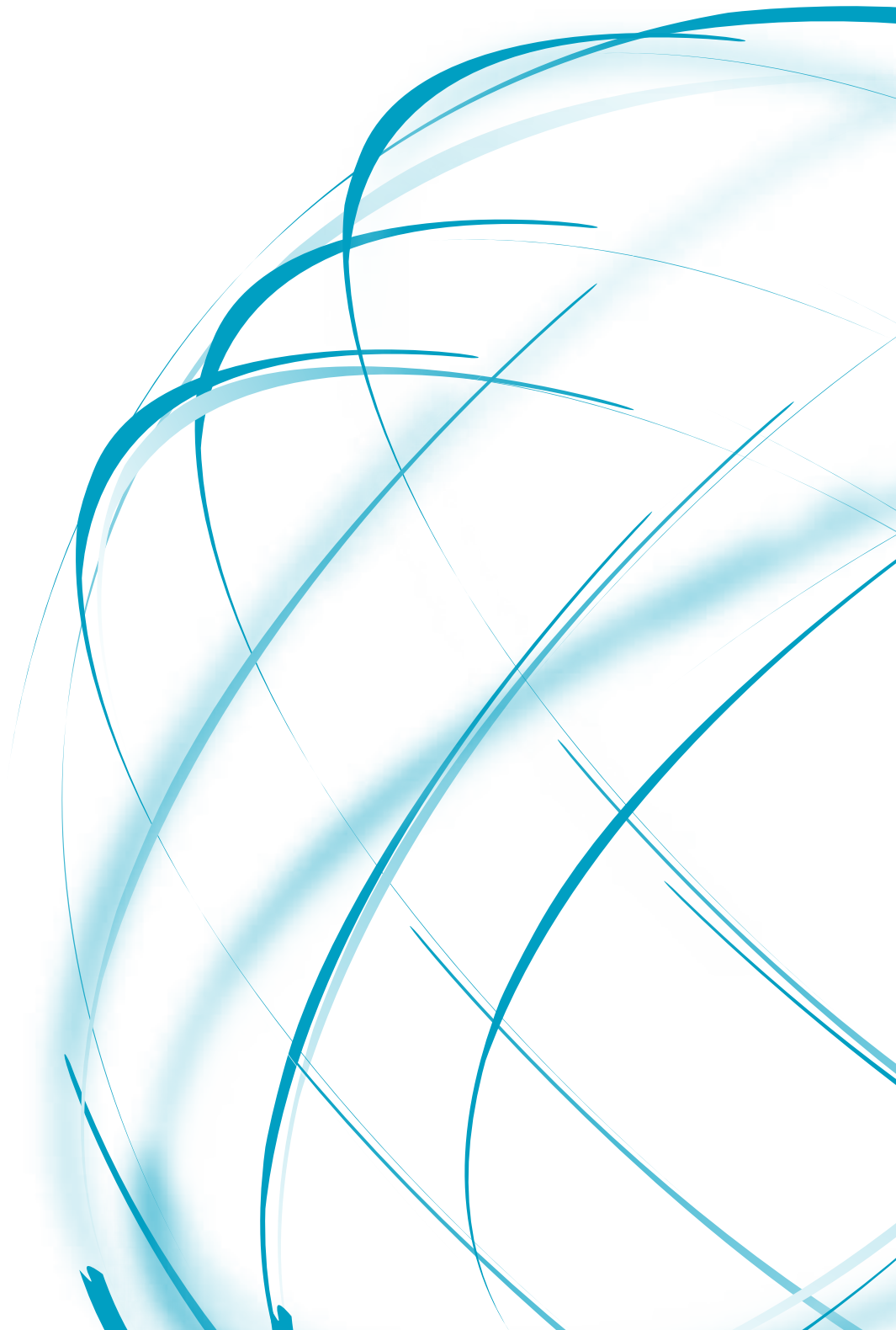
Em Novembro de 2010, na sequência da transacção da Vivo e em antecipação ao investimento na Oi, a PT anunciou um novo plano de remuneração accionista acinco anos, com o objectivo de oferecer uma política de remuneração atractiva e previsível aos nossos accionistas, retornando ao mesmo tempo uma parte relevante da venda da Vivo. Esta política de dividendos compreende: (1) um dividendo excepcional de 1,65 euros por acção, do qual 1 euro por acção foi pago em Dezembro de 2010, e um dividendo ordinário de 0,65 euros por acção, 13% acima do compromisso original, referentes ao exercício de 2010; (2) um dividendo ordinário de 0,65 euros por acção referente ao exercício fiscal de 2011, representando também um aumento de 13% em relação ao compromisso anterior, e (3) a proposta para a adopção de uma política de dividendos progressiva, com o objectivo de aumentar anualmente entre 3% e 5% o dividendo por acção para o período compreendido entre os anos fiscais de 2012 e 2014. Em Dezembro de 2010, com o objectivo de partilhar com os nossos colaboradores o ganho excepcional relacionado com a transacção da Vivo e no seguimento da recomendação da Comissão Executiva e aprovação pelo Conselho de Administração, a PT anunciou o pagamento de um prémio especial de 1.200 euros a todos os colaboradores em Portugal.

Finalmente gostaria de agradecer o apoio que recebemos dos nossos accionistas, o compromisso e profissionalismo dos nossos colaboradores e a confiança dos nossos clientes e fornecedores, sem os quais estes resultados não teriam sido possíveis.



Zeinal Bava

Presidente Executivo



01

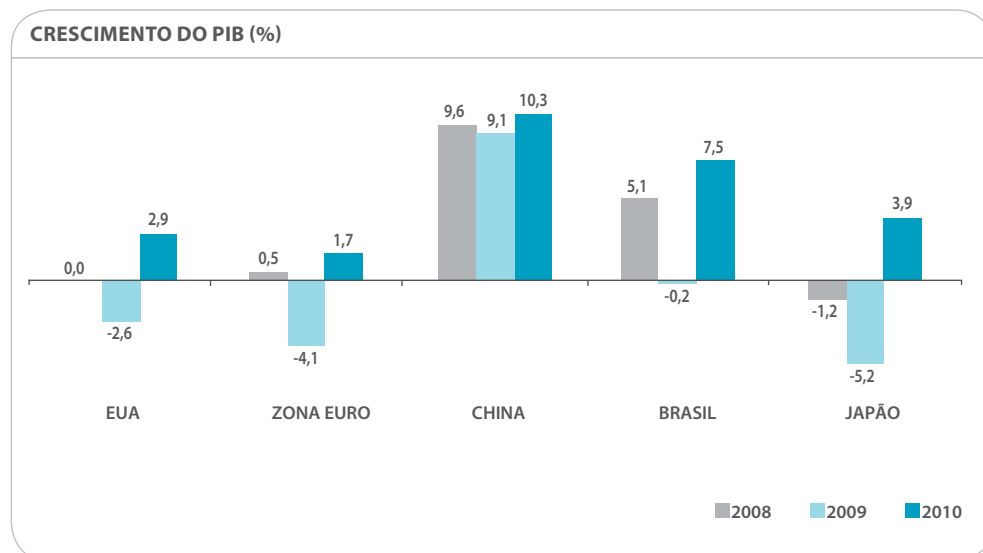
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO



ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

CONTEXTO ECONÓMICO INTERNACIONAL

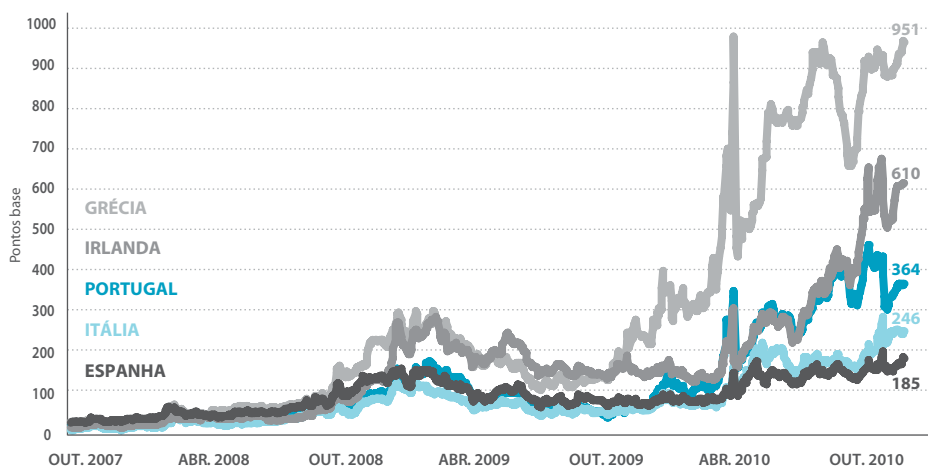
O ano de 2010 ficou marcado pela crise do risco soberano na Zona Euro e pela necessidade de ajuda externa à Grécia e à Irlanda. Enquanto no caso da Grécia esta necessidade foi em grande parte resultado do forte desequilíbrio das contas públicas, no caso da Irlanda foi consequência das dificuldades do sector financeiro afectando assim as respectivas contas públicas. A necessidade de apoio financeiro da União Europeia ("UE") e do Fundo Monetário Internacional ("FMI") a estas economias alimentou um receio de contágio às economias da periferia da Zona Euro, em particular a Portugal e Espanha. A revisão em baixa dos ratings soberanos dos países da periferia da Zona Euro e os receios sobre a deterioração da qualidade do crédito, tanto ao nível da dívida soberana como do crédito hipotecário, penalizaram o financiamento, verificando-se uma deteriorização das condições do mesmo, o acesso por parte dos governos, empresas e sector financeiro. Reflectindo a quebra de confiança dos investidores: (1) os spreads da dívida soberana a 10 anos da Grécia, Portugal e Espanha aumentaram 580, 321 e 162 pontos base, respectivamente, com os investidores a solicitarem yields de 11,3%, 7,0% e 5,4% para cada país; (2) o spread dos credit default swaps dos índices iTraxx Generic Corporations e Índices Financeiros aumentaram 29 e 102 pontos base em 2010 para 105 e 177 pontos base, respectivamente, resultando no aumento do gap entre empresas e instituições financeiras; (3) o Euro registou uma depreciação de 6,7% face ao dólar ao longo de 2010, cotando-se em Eur/USD 1,336, e (4) os mercados de capitais da Zona Euro estiveram também sob pressão, particularmente os da periferia da Zona Euro (CAC40, IBEX-20 e PSI20 desvalorizaram 3,3%, 17,4% e 10,3%, respectivamente). Em contraste, reflectindo o desempenho favorável da economia Alemã, o DAX valorizou 16,1% em 2010 e teve um impacto positivo no Eurostoxx 600, que valorizou 8,8% em 2010.



Fonte: IMF, Institutos Nacionais de Estatística

Apesar da instabilidade acima referida, 2010 foi também marcado por uma melhoria do desempenho económico face a 2009. O PIB cresceu 3,6% na Alemanha, 1,7% na Zona Euro e 2,9% nos E.U.A, refletindo um impacto tardio dos estímulos dados através de políticas económicas e monetárias na procura doméstica e, especialmente, nos fluxos de comércio internacional. Neste contexto, em 2010, o Dow Jones, Nasdaq e S&P500 valorizaram 11,0%, 16,9% e 12,8%, respectivamente. Este desempenho beneficiou também de uma posição expansionista da política monetária da reserva federal Americana. As maiores economias emergentes mantiveram a sua dinâmica de crescimento sólido, registando um crescimento de 10,3% e 7,5% na China e no Brasil, respectivamente.

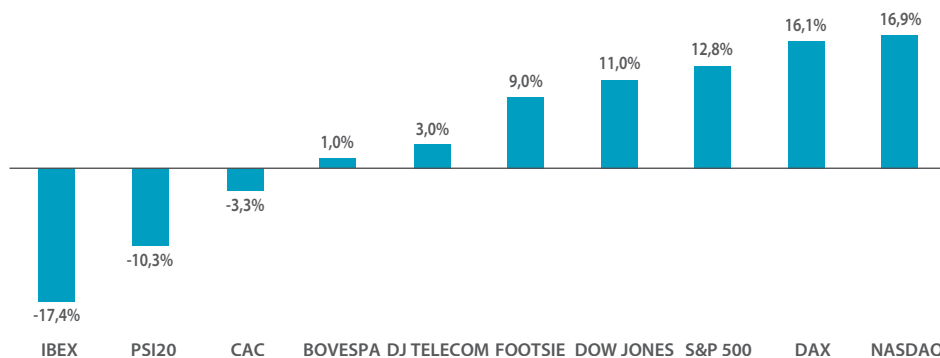
SPREADS DAS YIELDS DOS TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA A 10 ANOS VS. ALEMANHA, ECONOMIAS SELECIONADAS (PB)



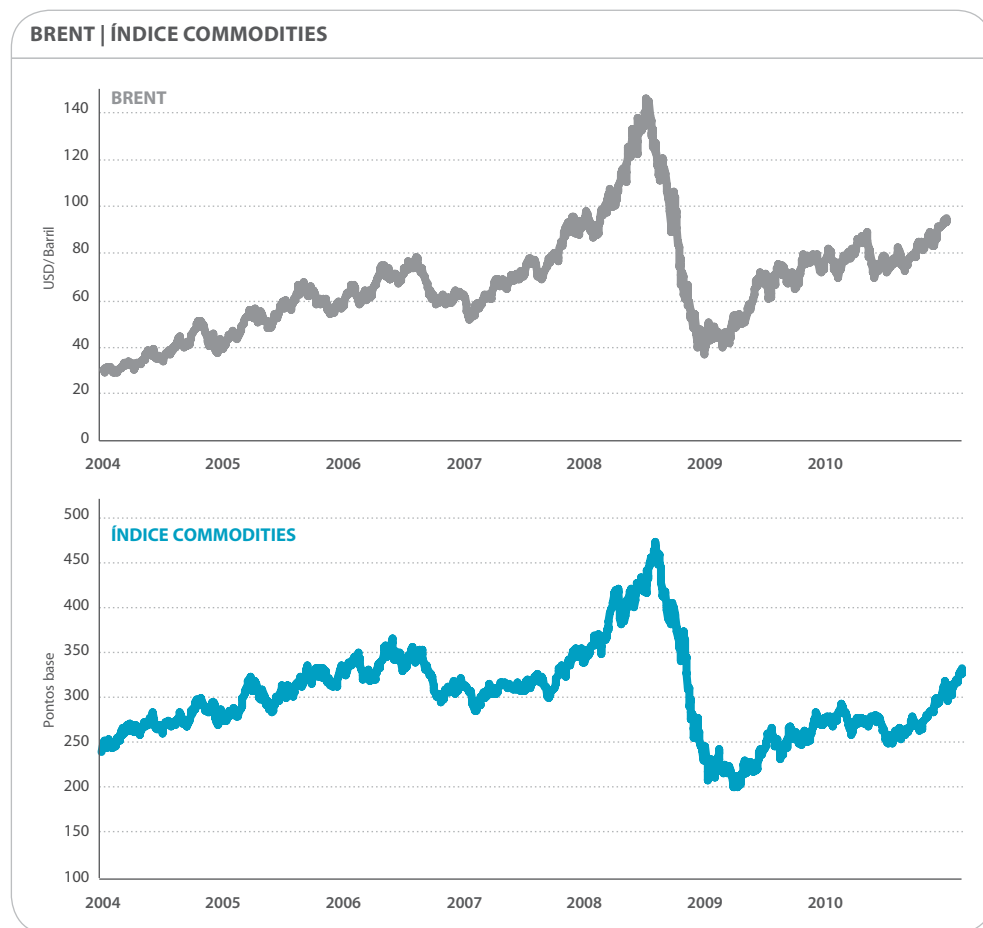
Fonte: Bloomberg

Em 2010 a inflação tornou-se uma forte preocupação, particularmente no final do ano, devido à expectativa de aumento da procura global que levou ao aumento dos preços das matérias-primas. Em 2010 o preço do petróleo (Brent Oil) aumentou 18,7% para 92,5 dólares por barril. Adicionalmente, algumas restrições da oferta, em parte relacionadas com condições meteorológicas adversas, tiveram também impacto neste aumento de preços. Em 2010, o índice de commodities (Jefferies TR/J CRB commodity excess return index) aumentou 15,8% face ao mesmo período do ano anterior.

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS EM 2010



Fonte: Bloomberg

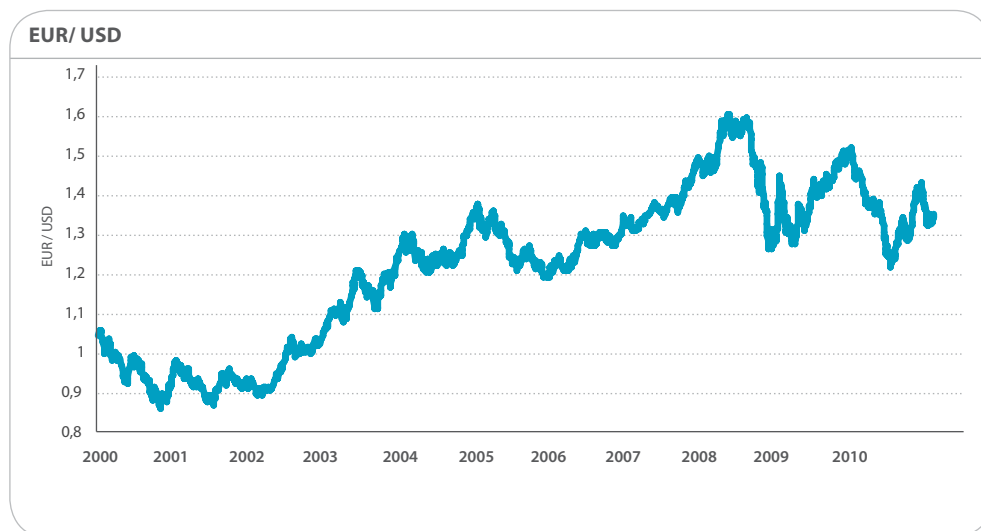


Fonte: Bloomberg

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Num cenário de grande incerteza e após uma contracção de 2,6% do PIB em 2009, a economia Norte-Americana cresceu 2,9% em 2010. No 1º trimestre, este desempenho resultou principalmente de uma marcada política económica expansionista seguida pelo governo e pela Reserva Federal Americana após a recessão de 2009, que incluiu: (1) a aquisição de títulos pela Reserva Federal; (2) um novo programa para a aquisição de treasuries de maturidades longas, no montante de 600 mil milhões de dólares, com o objectivo de manter um ambiente de baixas taxas de juro de longo prazo, e (3) novos incentivos fiscais à procura interna, incluindo o prolongamento dos pacotes existentes, numa verba superior a 800 mil milhões de dólares. Estas medidas foram mais sentidas no final de 2009 e no 1º semestre de 2010. Apesar deste esforço, durante o 1º semestre de 2010, a persistência de uma elevada capacidade produtiva excedente e uma relativamente alta, embora em declínio, taxa de desemprego (9,5% da população activa no final do 1º semestre de 2010) contribuíram para um ambiente de decrescimento e inflação baixa. No início do Verão, o receio de ocorrência de uma nova recessão e dos riscos acrescidos de uma conjuntura de deflação tornaram-se mais visíveis. No 2º semestre de 2010, as medidas tomadas pelas autoridades públicas levaram a uma inversão do sentimento negativo do mercado, embora tenham criado algum receio de futuras pressões inflacionistas dada a manutenção de uma política monetária expansionista. Esta tendência foi consolidada durante o semestre enquanto os indicadores económicos mais relevantes sugeriam a redução da probabilidade de uma dupla recessão e de uma conjuntura de deflação. Até ao fim de 2010, e contra uma evolução favorável dos resultados das empresas, tanto no

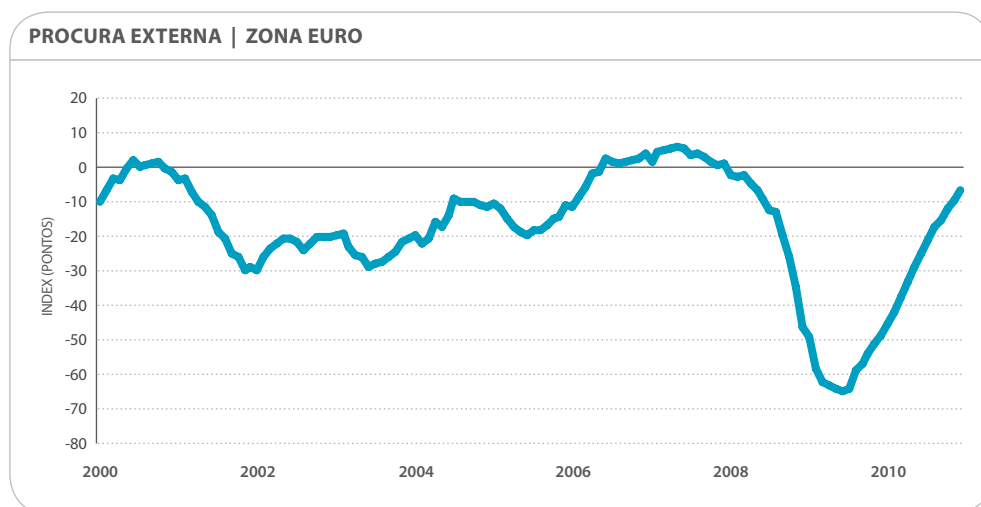
sector financeiro como no sector não financeiro, houve uma maior propensão dos bancos Norte-Americanos para financiarem o sector empresarial. Neste contexto, o PIB Norte-Americano registou um crescimento anualizado de 2,6% e de 3,2% no 3º trimestre de 2010 e no 4º trimestre de 2010, suportado pelo consumo privado (crescimento anualizado de 4,4% no 4º trimestre de 2010).



Fonte: Bloomberg

UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA | ZONA EURO

Durante 2010 a economia na Zona Euro consolidou uma recuperação iniciada no 2º semestre de 2009, marcando o fim da recessão que começou no 2º trimestre de 2008. Em 2010, o PIB aumentou 1,7%, face ao mesmo período do ano anterior, após uma contracção de 4,1% em 2009, face ao mesmo período do ano anterior. Esta melhoria do desempenho foi devida a : (1) um forte desempenho das exportações, beneficiando da dinâmica dos fluxos de comércio internacional e, em particular, da procura oriunda das economias emergentes, que exerceu um efeito bastante favorável na produção industrial; (2) uma melhoria do consumo privado, e (3) um declínio mais moderado do investimento seguido por uma melhoria dos níveis de confiança e da normalização das condições de financiamento nas principais economias.

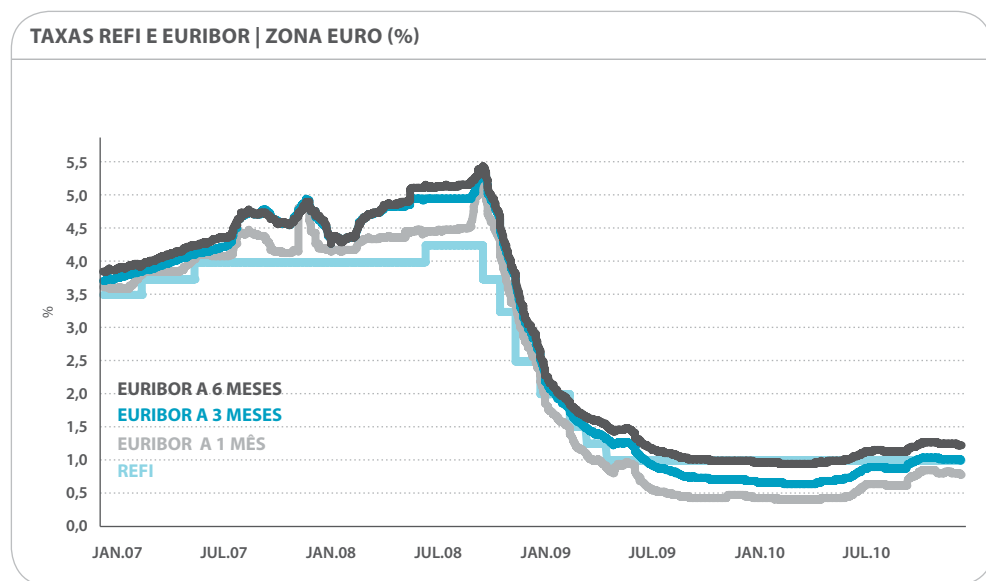


Fonte: Bloomberg

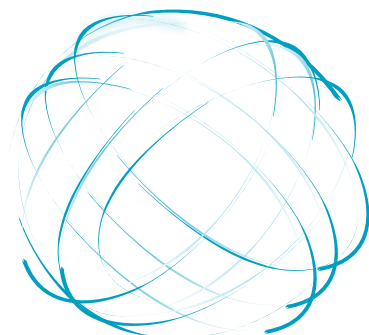
No entanto, a recuperação económica na Zona Euro não foi uniforme, demonstrando uma heterogeneidade evidente entre os seus Estados-membros. Foi notável o desempenho da economia Alemã, que cresceu 3,6% em 2010 face ao mesmo período do ano anterior, obtendo o crescimento mais acelerado desde a sua reunificação, com uma forte contribuição das exportações e do investimento em equipamento. Este desempenho favorável contrasta com a desaceleração, ou mesmo contracção, registada pelas economias periféricas da Zona Euro como a Grécia (-4,5% face ao mesmo período no ano anterior), a Irlanda (-0,5% face ao mesmo período no ano anterior) e a Espanha (-0,1% face ao mesmo período no ano anterior), em resultado de um esforço, em curso, de consolidação fiscal nestes Estados membros.

No plano dos preços, a taxa de inflação média anual foi de 1,4%, após registar 0,3% em 2009, um aumento que foi originado principalmente pelos componentes de energia, transportes e alimentação. No entanto, a taxa de inflação subjacente, que exclui os componentes referidos, registou um decréscimo face ao ano anterior, reflectindo a ausência de pressões inflacionistas, algo patente também na elevada capacidade instalada não utilizada e no aumento da taxa de desemprego, que ficou nos 10% da população activa.

Neste contexto, o Banco Central Europeu manteve inalterada, durante todo o ano, a taxa de juro de referência em 1%, o nível a que se encontra desde Maio de 2009, fornecendo simultaneamente uma ampla liquidez ao sistema bancário e participando, ocasionalmente, no mercado secundário de títulos de dívida pública, visando reduzir as tensões observadas em alguns mercados, particularmente nos Estados periféricos.



Fonte: Bloomberg



ACTIVIDADE ECONÓMICA NAS PRINCIPAIS GEOGRAFIAS ONDE A PT ESTÁ PRESENTE

PORTUGAL

O ano de 2010 ficou marcado pela deterioração das condições financeiras da economia Portuguesa, em resultado da maior aversão ao risco dos investidores face à periferia da Zona Euro e, sobretudo, na sequência de um downgrade da República Portuguesa, em dois graus para A-, levado a cabo em Abril de 2010 por uma das agências de rating. O spread dos títulos de dívida pública a 10 anos, face ao benchmark Alemão, subiu 296 pontos base para 364 pontos base, decaindo ligeiramente após atingir um máximo de 460 pontos base em meados de Novembro de 2010. Estas condições adversas também se propagaram para o sector empresarial da economia, tanto financeiro como não financeiro. Apesar de uma situação sólida a nível de solvabilidade, os bancos Portugueses enfrentaram algumas restrições de financiamento, facto que levou ao ajustamento das condições de financiamento da actividade económica interna.

Apesar deste contexto adverso, a economia Portuguesa registou um crescimento anual de 1,4% em 2010, acima das expectativas, beneficiando, em particular, do dinamismo das exportações que mais do que compensou a evolução adversa do consumo e do investimento no 2º semestre de 2010. Este desempenho contrasta, favoravelmente, com outras economias periféricas, nomeadamente com Espanha, Irlanda e Grécia, o que reflecte o facto da procura interna em Portugal não ter sido afectada por efeitos-riqueza negativos associados a fortes correcções do mercado imobiliário.

No contexto de crise do risco soberano da Zona Euro, a política fiscal em 2010 incluiu a adopção de medidas restritivas, destinadas a reduzir o deficit de 9,3% do PIB em 2009 para 4,6% do PIB em 2011. Estas medidas incluíram um aumento da carga fiscal, particularmente nos impostos sobre o rendimento e sobre o consumo (aumento do IVA de 20% para 21% em Julho de 2010 e de 21% para 23% a partir de Janeiro de 2011). Do lado da despesa estão também a ser implementadas várias medidas: (1) redução de salários na função pública; (2) congelamento das admissões na administração pública; (3) cortes nas despesas sociais, e (4) cortes no investimento. Em 2010, o défice das administrações públicas reduziu-se para um valor em torno dos 6,9% do PIB, um desempenho melhor que a estimativa inicial de 7,3%. Em 2010, a dívida pública subiu de 76,1% para 82,1% do PIB, mantendo-se abaixo da média da Zona Euro, de 84,1% do PIB.

O aumento da taxa média de desemprego de 9,5% para 10,8% da população activa em 2010 e a perspectiva de menos rendimento disponível penalizou a confiança dos consumidores levando a uma desaceleração na procura interna na parte final do ano. No entanto, no conjunto de 2010, o consumo privado cresceu cerca de 2,0%, reflectindo também, de alguma forma, a antecipação das decisões de consumo devido ao aumento planeado do IVA. Em termos médios anuais, a inflação no consumo passou de menos 0,8% para 1,4%, observando-se uma aceleração mais visível dos preços nos últimos meses do ano, sobretudo em função da subida dos preços da energia. A taxa de inflação atingiu 2,5% em Dezembro de 2010. O ambiente adverso da procura interna e externa, os elevados níveis de incerteza e as condições mais restritivas de financiamento levaram a uma queda do investimento de perto de 5,6% em 2010, não apenas da administração pública mas também das famílias e empresas. As exportações registaram um crescimento de cerca de 8,7%, suportado pelas exportações associadas à indústria transformadora, que beneficiaram da recuperação da procura e da actividade industrial a um nível global e que também se reflecte nos principais parceiros comerciais de Portugal. O desempenho favorável das exportações e o progressivo ajustamento da procura interna, que reduz as exportações, contribuíram para a redução do défice externo. Em 2010, o saldo conjunto das balanças, corrente e de capital, que reflecte as necessidades líquidas de financiamento da economia, reduziu-se de 10,1% do PIB em 2009 para 8,7% do PIB em 2010. O processo de desalavancagem em curso na economia Portuguesa foi também visível no recuo do stock de responsabilidades externas líquidas, de 111,1% do PIB em 2009 para 108,5% em 2010.

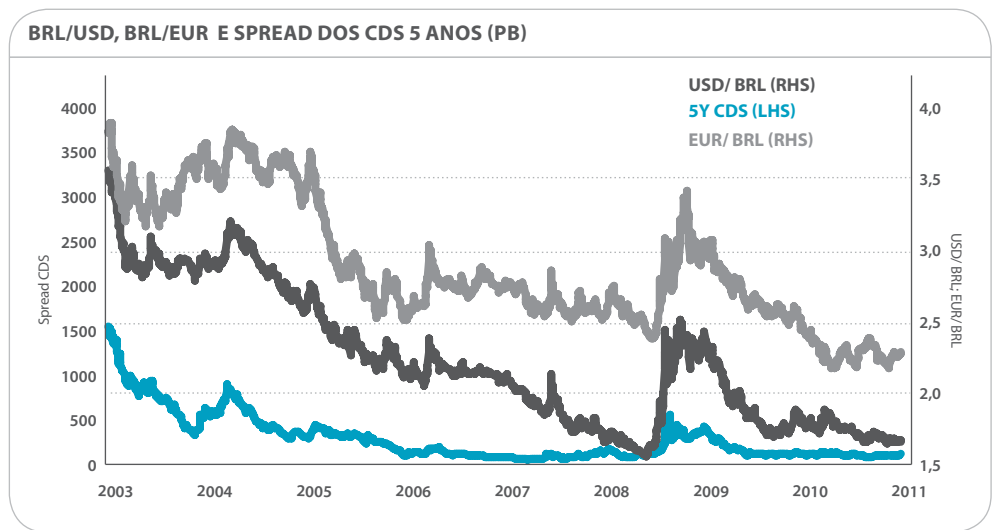
PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS

Taxas de crescimento real (%), excepto quando indicado	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 E
PIB	-0,9	1,6	0,8	1,4	2,4	0,0	-2,5	1,4
Consumo Privado	-0,2	2,7	1,7	1,8	2,5	1,8	-1,0	2,0
Consumo Público	0,4	2,4	3,3	-0,7	0,5	1,1	3,4	3,2
Investimento	-7,9	3,7	-0,9	-0,6	2,0	-0,5	-14,0	-5,6
Exportações	3,6	4,1	0,2	11,6	7,6	-0,3	-11,6	8,7
Importações	-0,5	7,6	2,3	7,2	5,5	2,8	-10,6	5,3
Inflação (IPC)	3,3	2,4	2,3	3,1	2,5	2,6	-0,8	1,4
Saldo Orçamental (% do PIB)	-3,0	-3,4	-5,9	-4,1	-2,8	-2,9	-9,3	-6,9
Dívida Pública (% do PIB)	55,1	56,5	61,7	63,9	62,7	65,3	76,1	82,1
Desemprego (% da população activa)	6,4	6,7	7,6	7,7	8,0	7,6	9,5	10,8
Saldo Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	-4,1	-6,0	-8,2	-9,1	-8,9	-11,1	-9,4	-8,7

Fontes: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Comissão Europeia, OCDE, ES Research.

BRASIL

A economia Brasileira cresceu 7,5% em 2010, sobretudo devido ao elevado dinamismo da procura interna. A inflação ficou nos 5,9% no final de 2010, reflectindo: (1) a capacidade excedente quase esgotada; (2) o aumento nos preços das commodities, e (3) o reajustamento dos preços do sector dos serviços em resposta ao dinamismo da procura interna. Neste contexto, o Banco Central decidiu ajustar o benchmark das taxas de juro a partir de Abril de 2010, revertendo parte do estímulo monetário introduzido após a crise financeira de 2008. A taxa SELIC aumentou assim de 8,75% para 10,75%.



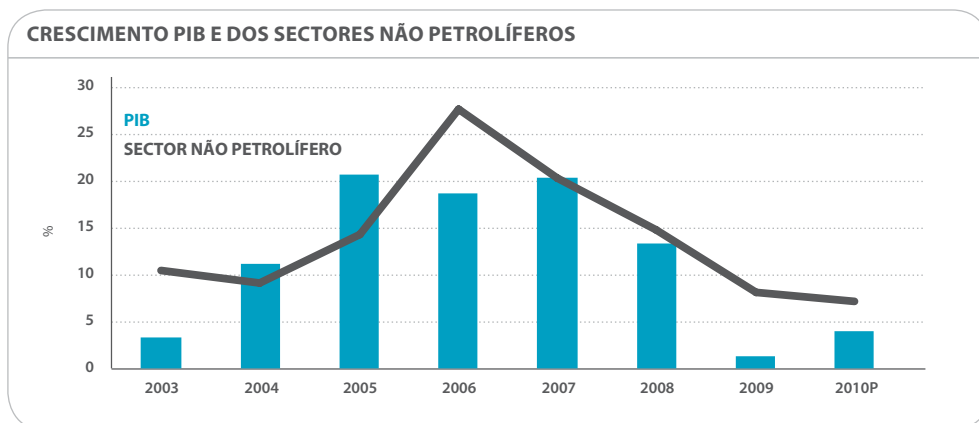
Fonte: Bloomberg

Em 2010, o real valorizou em relação ao dólar de 1,74 USD/BRL para 1,66 USD/BRL. Este desempenho foi principalmente devido: (1) a uma perspectiva de crescimento económico sólida, e (2) ao aumento nas taxas de juro de benchmark. Tudo isto traduziu-se, não só num aumento do investimento externo líquido, mas também num aumento do volume das reservas internacionais, que no final do ano eram perto de 300 mil milhões de dólares, um valor bastante superior à dívida externa total (pública e privada) do país, consolidando assim a posição líquida de credor da economia Brasileira.

Em resumo, em 2010, o Brasil consolidou-se como uma região económica de crescente importância no panorama global. Os últimos dois anos demonstraram que o Brasil tem fundamentais económicos que permitem superar panoramas económicos difíceis com menos dificuldades do que no passado.

ANGOLA

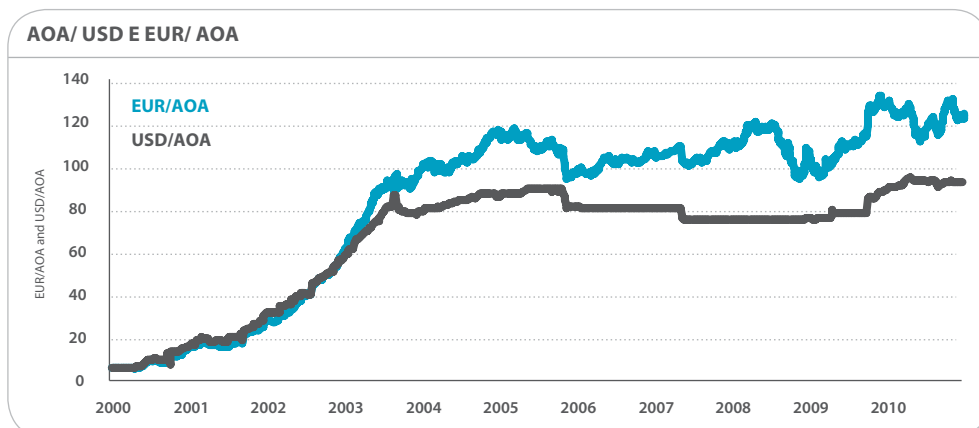
Depois da forte desaceleração observada em 2009, com o PIB a cair de 5,6% para 2,5%, o conjunto das economias Africanas registaram uma recuperação significativa. Este desempenho favorável foi sobretudo assente na melhoria da conjuntura dos mercados das commodities, em particular ao nível da energia. Os países exportadores de petróleo da África Subsaariana, incluindo Angola, Camarões, Chade, República do Congo, Guiné Equatorial, Gabão e Nigéria registaram um crescimento acima dos 6%, alavancado no preço do petróleo e na crescente procura, em parte baseada na Ásia emergente.



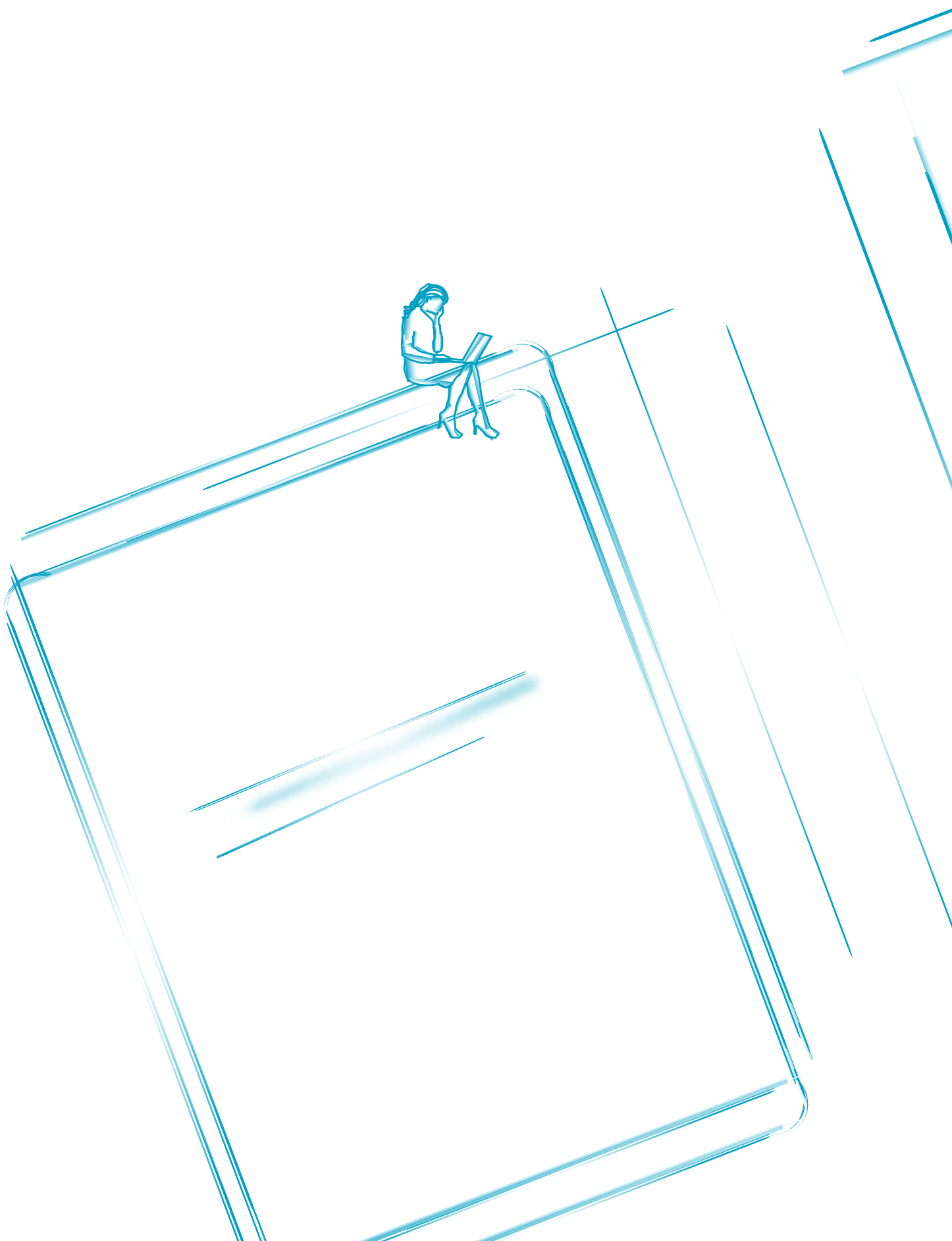
Fonte: FMI, Bloomberg

No caso específico de Angola, a aceleração da actividade económica em 2010 foi baseada no aumento das receitas do petróleo e no aumento do dinamismo dos sectores não energéticos (construção, serviços, agricultura, etc.). Este desempenho foi conseguido num contexto de uma política fiscal mais restritiva. Em 2010, a economia Angolana cresceu ligeiramente acima dos 2%, demonstrando uma aceleração comparada com a observada em 2009 (0,7%).

A evolução dos preços, em 2010, foi condicionada por: (1) a estabilidade do Kwanza Angolano em relação ao dólar Norte-Americano, mesmo seguindo as decisões das autoridades monetárias para abandonar o câmbio para o dólar (USD/AOA teve uma flutuação entre 90-94), o que levou à depreciação em relação ao Euro; (2) o desempenho dos preços da alimentação, e (3) o aumento dos preços internacionais de commodities, que também exerceram uma forte influência na taxa de inflação. Neste contexto, a taxa média anual da inflação aumentou para ligeiramente acima dos 15% em 2010. Em termos de política monetária, e pela primeira vez em dois anos, o Banco Nacional de Angola reduziu a taxa de juro que cobra aos bancos comerciais para empréstimos de curto-prazo, procurando apoio para estimular a actividade económica. Em 2010, a taxa de redesconto caiu 5pp para 25%.

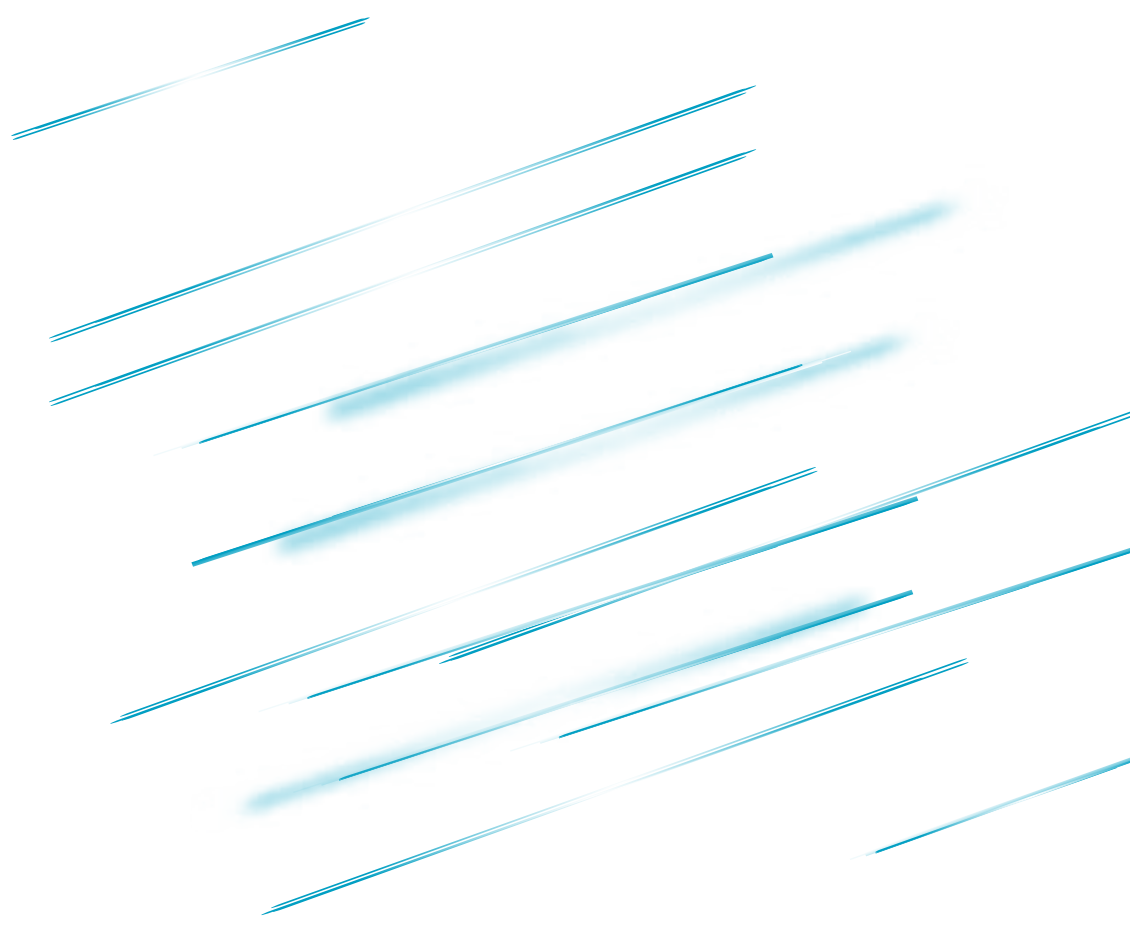


Fonte: Bloomberg



02

ASPECTOS REGULAMENTARES



ASPECTOS REGULAMENTARES

PORTUGAL

→ Portabilidade

Em 4 de Fevereiro de 2009 foi aprovado o Regulamento de alteração ao Regulamento n.º 58/2005, de 18 de Agosto - Regulamento da Portabilidade, bem como o respectivo relatório final da consulta O Novo Regulamento entrou em vigor parcialmente em 4 de Março de 2009 e em 20 de Julho de 2009 entraram em vigor as disposições de natureza técnica aplicáveis aos processos de portabilidade, bem como o novo prazo para a concretização da portabilidade no âmbito dos serviços telefónicos móveis. O Novo Regulamento sofreu ainda uma alteração introduzida pelo Regulamento n.º 302/2009, de 16 de Julho, que veio clarificar o modo de contagem dos prazos para transmissão do pedido electrónico de portabilidade e de resposta aos pedidos de portabilidade pelo Prestador Doador.

→ Novas Redes de Acesso

Em 18 de Fevereiro de 2009 foi aprovado o relatório da consulta pública sobre a abordagem regulatória às novas redes de acesso (NRA). Este relatório apresenta um conjunto de linhas de orientação. Seguindo o princípio da proporcionalidade na imposição de obrigações, a ICP-ANACOM ("ANACOM") considerou uma abordagem por fases:

- Em áreas competitivas, é apenas imposto o acesso a condutas, com melhorias e equivalência de acesso, sendo impostas outras obrigações (acesso à própria fibra ou a fibra escura) apenas caso não haja espaço nas condutas. Em último recurso, caso haja acordo entre as partes envolvidas, poderá optar-se, em alternativa ao acesso à própria fibra ou a fibra escura, por um acesso virtual à rede;
- Em áreas não competitivas, em acréscimo ao acesso a condutas, é também imposto o acesso à própria fibra óptica ou a fibra escura e o acesso virtual à rede ("bitstream" avançado).

Na sequência dos concursos públicos para a instalação, gestão, exploração e manutenção de redes de comunicações electrónicas de alta velocidade nas zonas Centro, Norte, Alentejo e Algarve de Portugal Continental, o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações anunciou, a 6 de Fevereiro de 2010, as decisões de adjudicação dos concursos para instalação, gestão, exploração e manutenção de redes de comunicações electrónicas de alta velocidade (redes de nova geração) nas zonas Norte, Centro, Alentejo e Algarve, bem como Açores e Madeira.

Entretanto, em 19 de Janeiro de 2011, a Comissão Europeia considerou que a medida de auxílio de Estado era compatível com o Tratado da União Europeia.

→ Televisão Digital Terrestre

A ANACOM, por deliberação de 20 de Outubro de 2008, decidiu atribuir à PT Comunicações (PTC) o direito de utilização de frequências para a prestação do serviço de Televisão Digital Terrestre, a que está associado o Multiplexer A (MUX A), destinado à transmissão de serviços de programas televisivos de acesso não condicionado livre.

A TDT começou a ser emitida em 29 de Abril de 2009, em 29 Concelhos de Portugal. As disposições associadas ao Título que confere o direito de utilização têm sido respeitadas, nomeadamente no que se refere a obrigações de cobertura.

Por deliberação de 24 de Junho de 2010, a ANACOM, dando cumprimento ao n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2009, publicada a 17 de Março, aprovou a decisão final sobre o plano detalhado de cessação das emissões analógicas terrestres (plano para o switch-off).

Por deliberação de 12 de Julho de 2010, a ANACOM decidiu revogar o acto de atribuição dos direitos de utilização de frequências associados aos Multiplexers B a F e, conseqüentemente, os cinco títulos que consubstanciam os direitos de utilização atribuídos à PT Comunicações, sem perda de caução. A ANACOM determinou ainda que a decisão de revogação retroage à data do projecto de decisão emitido pela ANACOM (29 de Janeiro de 2010).

Por deliberação de 22 de Dezembro de 2010, a ANACOM aprovou o sentido provável de decisão relativo à alteração de alguns canais de funcionamento do Mux A do serviço de radiodifusão televisiva digital terrestre (TDT), consignado à PT Comunicações (PTC).

Por deliberação de 22 de Dezembro de 2010, a ANACOM aprovou a decisão final sobre a identificação dos retransmissores e respectivas datas de cessação das emissões da fase piloto, prevista no plano detalhado de cessação das emissões da televisão analógica terrestre (plano para o switch-off).

Em 27 de Dezembro de 2010, a ANACOM, com o objectivo de uma gestão eficiente do espectro e de harmonização das condições de utilização das frequências da faixa dos 800 MHz a nível da Europa, e invocando razões de interesse público, deu início a um processo de alteração dos canais radioeléctricos consignados à PTC.

No âmbito do processo da TDT, foi igualmente lançado um concurso para a atribuição da licença para exploração do designado 5º Canal. Neste contexto, foram apresentadas duas propostas, uma pela ZON e outra pela Telecinco.

Por deliberação de 23 de Março de 2009, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), determinou a exclusão das candidaturas apresentadas pela Telecinco e pela ZON, por entender que as mesmas não reuniam os requisitos legais e regulamentares para admissão a concurso. As duas concorrentes apresentaram uma acção administrativa, tendo em vista a anulação do acto, estando este processo pendente. Adicionalmente, a Telecinco apresentou uma providência com vista à suspensão de eficácia do acto adoptado pela ERC.

Relativamente à providência cautelar apresentada pela Telecinco, num primeiro momento, o Tribunal de primeira instância decidiu favoravelmente à pretensão da Telecinco. A ERC recorreu desta decisão e, em 29 de Abril de 2010, o Tribunal deu razão à entidade reguladora, tendo revogado a decisão proferida em primeira instância.

O processo de atribuição da licença para exploração do chamado 5º Canal não teve novos desenvolvimentos pelo que a licença continua por atribuir.

Infra-estruturas de comunicações electrónicas: Decreto-Lei n.º 123/2009

O Conselho de Ministros aprovou, em 26 de Fevereiro, uma proposta de Lei estabelecendo o regime aplicável à construção, acesso e instalação de redes e infra-estruturas de comunicações electrónicas, visando facilitar a remoção ou atenuação de barreiras à construção de infra-estruturas destinadas ao alojamento de redes de nova geração, a qual foi objecto de um procedimento alargado de consulta pública.

De acordo com o comunicado emitido, esta proposta *«vem, assim, dar execução à necessidade clara de definição do enquadramento aplicável ao desenvolvimento e investimento por parte de investidores e/ou operadores de comunicações electrónicas em Redes de Nova Geração, mas também para o funcionamento de um mercado que se quer concorrencial. Todos são chamados a intervir, no sentido de levar mais longe o caminho do investimento na sociedade de informação»*.

Na sequência da proposta aprovada pelo Conselho de Ministros e dos contributos das várias entidades interessadas, em 21 de Maio de 2009, foi publicado, o Decreto-Lei n.º 123/2009 que veio estabelecer o novo regime aplicável à construção de infra-estruturas aptas ao alojamento e à instalação de redes de comunicações electrónicas e à construção de infra-estruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações, conjuntos de edifícios e edifícios. Este diploma foi posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25 de Setembro, o qual veio suprir algumas falhas do diploma inicial, bem como esclarecer outros aspectos relativamente à instalação de Infra-estruturas de Telecomunicações em Urbanizações (ITUR) e Infra-estruturas de Telecomunicações em Edifícios.

De destacar que o Decreto-Lei n.º 123/2009 impõe uma série de obrigações com o objectivo de permitir aos operadores de comunicações electrónicas planearem, em melhores condições, a construção e desenvolvimento de redes de comunicações electrónicas.

Para este efeito, o Decreto-Lei n.º 123/2009 prevê em especial um Sistema de Informação Centralizado (SIC), a ser gerido pela ANACOM e que tem como objectivo a disponibilização de informação relativa às infra-estruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas e que deverá ser alimentado com base na informação disponibilizada pelas entidades sujeitas ao Decreto-Lei n.º 123/2009, como o Estado, Regiões Autónomas, empresas públicas e concessionárias, outras entidades que detenham ou explorem infra-estruturas que integrem o domínio público do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais e empresas de comunicações electrónicas.

Em 16 de Dezembro de 2009, a ANACOM aprovou o documento da consulta pública sobre o formato de disponibilização de elementos no Sistema de Informação Centralizado. O universo de respostas foi bastante abrangente, desde operadores de comunicações electrónicas, passando por operadores de redes de gás e de electricidade.

A 11 de Novembro de 2010, a ANACOM aprovou a decisão final sobre a definição dos objectos cadastrais e dos termos e formatos de disponibilização de informação no SIC. No relatório final, a ANACOM define, designadamente, os objectos cadastrais e respectivos elementos de caracterização a incluir obrigatoriamente no SIC, assim como são estabelecidos os termos em que os objectos cadastrais serão caracterizados geograficamente, através da associação à sua localização administrativa, assim como à sua geo-referenciação, expressa em coordenadas físicas.



Manual ITED (2.ª Edição) e Manual ITUR (1.º Edição)

Em 25 de Novembro de 2009, a ANACOM aprovou as versões finais da 2ª edição do Manual de Infra-estruturas de Telecomunicações em Edifícios (ITED) e da 1ª Edição do Manual de Infra-estruturas de Telecomunicações em Loteamentos, Urbanizações e Conjuntos de Edifícios (ITUR), as quais entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2010.

Foi ainda decidido estabelecer um período transitório para a 2ª edição do Manual ITED, até 31 de Março de 2010. Durante este período foram considerados válidos os projectos técnicos de infra-estruturas de telecomunicações em edifícios efectuados de acordo com as anteriores prescrições e especificações técnicas (Manual ITED – 1ª Edição), tendo sido considerada, para tal, a data de entrada dos mesmos nas Câmaras Municipais, nos casos referidos no artigo 71º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de Maio, ou a data de conclusão do projecto, expressamente referida no termo de responsabilidade, nos casos referidos no artigo 72º do citado diploma.

As alterações introduzidas nos Manuais ITED e ITUR destinam-se, sobretudo, a normalizar os procedimentos relativos à instalação de fibra óptica em edifícios e urbanizações, tendo em vista o desenvolvimento de redes de alto débito e tendo os procedimentos de avaliação destas infra-estruturas sido aprovados pela ANACOM em 10 de Março de 2010.

Ofertas Grossistas ORALL

A 17 de Fevereiro de 2010, a ANACOM disponibilizou a decisão final referente às alterações a efectuar na oferta ORALL. A decisão implicou alterações em áreas como alteração dos níveis de qualidade de serviço para a implementação de lacetes, compensações por incumprimento, condições de acesso por parte de outros operadores, transparência e sincronismo entre a desagregação de lacete e a portabilidade.

PRI 2010

A ANACOM aprovou, por deliberação de 21 de Julho de 2010, após consulta lançada a 15 de Abril de 2010, a decisão final relativa às condições da Proposta de Referência de Interligação (PRI) a vigorar no ano de 2010.

ORAC

A 28 de Outubro de 2010, a ANACOM aprovou a decisão final sobre as alterações a efectuar à Oferta de Referência de Acesso a Condutas (ORAC).

As alterações em causa envolvem, entre outros aspectos, a disponibilização, na Extranet da PT Comunicações, de informação indicativa sobre a ocupação de condutas nas “áreas C” (nas “áreas NC” a PT Comunicações não está obrigada a prestar esta informação), a redução do prazo de resposta a pedidos de análise de viabilidade nas “áreas NC”, a disponibilização das condições de acesso a postes e a infra-estruturas de transição de acesso subterrâneo para aéreo, a redução do prazo de agendamento de acompanhamento de intervenções urgentes, a criação de dois novos indicadores de qualidade de serviço (prazo relativo ao serviço de instalação de cabos e prazo relativo ao serviço de desobstrução de condutas) e a alteração das condições de pagamento de compensações por incumprimento das obrigações previstas na ORAC.

Mercados grossistas de terminação de chamadas vocais em redes móveis individuais

Em 18 de Maio de 2010 a ANACOM adoptou a decisão final referente aos mercados grossistas de terminação de chamadas vocais em redes móveis individuais. Os três operadores móveis – TMN, Vodafone e Optimus - foram designados detentores de poder de mercado significativo, na sequência do que permaneceram sujeitos às obrigações que sobre eles já impendiam e que passam por: dar resposta a pedidos razoáveis de acesso; não discriminação na oferta de acesso e interligação e na respectiva prestação de informações; transparência na publicação de informações; separação de conta, e controlo de preços (orientação para os custos) e contabilização de custos.

Com enquadramento nesta última obrigação, a ANACOM estipulou uma nova redução dos preços máximos de terminação das chamadas vocais em redes móveis, e que se desenrola de acordo com o seguinte calendário: 6 cêntimos de euro/minuto em 24 de Maio de 2010; 5,5 cêntimos de euro/minuto em 24 de Agosto de 2010; 5 cêntimos de euro/minuto em 24 de Novembro de 2010; 4,5 cêntimos de euros/minuto em 24 de Fevereiro de 2011; 4 cêntimos de euros/minuto em 24 de Maio de 2011 e 3,5 cêntimos de euro/minuto em 24 de Agosto de 2011.

No documento da decisão, a ANACOM menciona ainda que a revisão destes preços, a ter lugar em 2011, ocorrerá já à luz dos resultados de um modelo de custeio que o Regulador está a desenvolver com o apoio da Analysys Mason e que se baseia nos princípios (modelo LRIC bottom-up) avançados pela CE na sua Recomendação sobre Terminações de Chamada (fixas e móveis), de 7 de Maio de 2009.



Espectro Radioelétrico

Em 10 de Fevereiro de 2010, a ANACOM aprovou a decisão final sobre a disponibilização e utilização de meios electrónicos nos procedimentos que envolvam a comunicação entre esta Autoridade e os titulares de licenças de rede ou de estação de radiocomunicações, bem como em todos os requerimentos que lhe sejam submetidos, nos termos do Decreto-Lei n.º 151-A/2000, de 20 de Julho, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 264/2009, de 28 de Setembro.

Em 31 de Março de 2010, a ANACOM aprovou o Quadro Nacional de Atribuição de Frequências (QNAF) a vigorar em 2009/2010, bem como o relatório da respectiva consulta pública, lançada a 23 de Dezembro de 2009.

Em 8 de Julho de 2010, a ANACOM decidiu, no contexto do refarming do espectro radioelétrico nas faixas de frequências de 900 MHz e 1800 MHz, unificar, num título, as condições aplicáveis ao exercício dos direitos de utilização de frequências atribuídos à TMN para a prestação do serviço móvel terrestre, de acordo com as tecnologias GSM 900/1800 e UMTS. A disponibilização desta sub-faixa antes de 2015 está, contudo, dependente da definição de condições técnicas e geográficas visando a compatibilização, nomeadamente, com as utilizações de Espanha e Marrocos.

Em 16 de Dezembro de 2010, a ANACOM aprovou a decisão final sobre a designação e disponibilização da sub-faixa dos 790-862 MHz para a prestação de serviços de comunicações electrónicas, em conformidade com a Decisão 2010/267/UE, incluindo a correspondente alteração do Quadro Nacional de Atribuição de Frequências.

Em 6 de Janeiro de 2011, a ANACOM aprovou a decisão final sobre a introdução de serviços de comunicações móveis a bordo de embarcações (MCV).



Regulamento de liquidação e cobrança de taxas

Em 1 de Julho de 2009, a ANACOM aprovou a decisão final sobre o Regulamento de lançamento, liquidação e cobrança de taxas devidas a esta Autoridade.



Serviço Universal

Entre 5 de Março e 7 de Maio, decorreu uma consulta pública da CE a fim de avaliar se o actual conceito de Serviço Universal (SU) ainda se encontra ajustado às condições do mercado. Os temas abordados passaram pelo SU enquanto melhor abordagem para garantir o acesso e utilização dos serviços básicos de comunicações, num ambiente concorrencial; as formas de financiamento do SU; a procura de harmonização a nível da UE vs a necessidade de flexibilidade a nível nacional e a eventual extensão do SU aos serviços de banda larga. Aguardam-se as conclusões desta consulta.

Por deliberação de 18 de Fevereiro de 2010, a ANACOM decidiu não se opor à proposta de tarifário residencial do serviço telefónico num local fixo, no âmbito do serviço universal, apresentada pela PT Comunicações em 12 de Fevereiro. Os preços em causa entraram em vigor a 19 de Fevereiro de 2010.

Por deliberação de 25 de Fevereiro de 2010, a ANACOM decidiu não se opor à proposta de tarifário de postos públicos do serviço telefónico fixo e à proposta de tarifário aplicável às comunicações originadas na rede da PTC e com destino à rede dos OPS, apresentadas pela PT Comunicações a 12 de Fevereiro e que entraram em vigor a 1 de Março de 2010.

Durante o ano de 2010, a PT Comunicações e a ANACOM prosseguiram os contactos sobre o cálculo dos Custos Líquidos do Serviço Universal (CLSU) e a definição do conceito de encargo excessivo. No início de Fevereiro de 2011 a ANACOM lançou uma consulta pública, há muito aguardada, acerca destes temas.

De acordo com o documento submetido a consulta, quando a designação do Prestador do Serviço Universal (PSU) não resulte de um processo de concurso, existe um encargo excessivo sempre que a quota de mercado em termos de receitas do STF do PSU, calculada com uma base anual, seja inferior a 80% e o montante do CLSU apurado seja igual ou superior a 4 milhões de euros. Desta forma, a ANACOM considera que, no caso da PTC, a prestação do SU não constitui um encargo excessivo até 2006.

A partir de 2007, será necessário proceder aos cálculos dos CLSU seguindo, para tal, a metodologia avançada pelo Regulador e que se baseia em custos históricos evitáveis, aos quais deve subtrair-se o valor dos diversos benefícios indirectos de que usufrui o PSU por prestar este serviço (valor da marca, ubiquidade, publicidade em postos públicos, etc).

Listas e serviços informativos do Serviço Universal

Em 13 de Janeiro de 2010, e na sequência do incumprimento das obrigações que recaiam sobre a ZON nesta matéria, a ANACOM proferiu uma decisão na qual determinou à ZON e à PT Comunicações que, no prazo de 15 dias úteis contados a partir da notificação, diligenciassem no sentido de celebrar um acordo sobre o formato e condições de fornecimento das informações sobre os assinantes dos serviços telefónicos da ZON que se manifestem favoravelmente à inclusão dos seus dados nas listas e serviços informativos do SU.

Na referida deliberação, mais determinou a ANACOM que, terminado o prazo estabelecido para a formação do acordo, remetessem à ANACOM cópia do acordo celebrado, bem como informação sobre a respectiva execução, que deve ser imediata, o que foi efectuado. A partir de Junho de 2010, a ZON passou a enviar à PT Comunicações dados dos assinantes que manifestem a sua vontade quanto à inclusão dos seus dados nas listas e serviços informativos do serviço universal.

Reanálise do mercado retalhista de circuitos alugados e dos mercados grossistas dos segmentos terminais e de trânsito de circuitos alugados

Em 16 de Dezembro de 2009, a ANACOM aprovou o projecto de decisão relativo à definição dos mercados do produto e mercados geográficos, avaliações de PMS e imposição, manutenção, alteração ou supressão de obrigações regulamentares no mercado de fornecimento retalhista de circuitos alugados e nos mercados de fornecimento grossista dos segmentos terminais e de trânsito de circuitos alugados.

A 28 de Setembro de 2010, a ANACOM publicou a decisão final relativa aos mercados de circuitos, bem como o respectivo relatório. A principal novidade introduzida pela presente decisão, em relação à análise anterior, consistiu na inclusão, por parte da ANACOM, dos circuitos Ethernet como produto de mercado nos MR 6/2007 e 8/2007, com a segmentação em “áreas C” e “áreas NC” do mercado de segmentos trânsito. O mercado retalhista de circuitos alugados foi eliminado.

Novo quadro regulamentar europeu das telecomunicações

Em 19 de Dezembro de 2009, entraram em vigor os diplomas legais que integram o novo quadro regulamentar das telecomunicações, com a publicação no Jornal Oficial da União Europeia (UE).

Call Centres

O Governo aprovou o Decreto-Lei 134/2009, publicado em Junho, que veio impor várias obrigações quanto à operação de call centres, como seja a imposição de tempos máximos de resposta, obrigação de resposta a solicitações e o atendimento de chamadas de acordo com a respectiva ordem de entrada no *call centre*.



Serviços de valor acrescentado com base no envio de mensagens

O Governo aprovou o Decreto-Lei 63/2009, publicado em Março, que veio impor várias obrigações relativamente aos serviços de valor acrescentado com base no envio de mensagens, adoptando medidas de transparência tarifária, mecanismos de barramento (a pedido e sem custos para o utilizador) e a inclusão destes serviços no Plano Nacional de Numeração (com diferentes códigos de acesso de acordo com a natureza e conteúdo do serviço).



Numeração

A 19 de Novembro de 2010, a ANACOM publicou a decisão final sobre a criação, no Plano Nacional de Numeração, do código 703 para a prestação de serviços de comunicações electrónicas em redes não acessíveis ao público. Juntamente com a decisão foram também definidas as condições de atribuição e utilização dos números associados a estes serviços.



Roaming

Em 1 de Julho de 2010, procedeu-se à redução dos preços de diversos serviços de comunicação em roaming, conforme o disposto no Regulamento CE N.º 544/2009 ("Roaming II").

A nível grossista, o valor máximo a cobrar passou a ser de 22 cêntimos de euro por minuto (em média) para as chamadas de voz, e de 80 cêntimos de euro por megabyte para o tráfego de dados. O valor máximo a cobrar por sms manteve-se nos 4 cêntimos de euros por mensagem.

A nível retalhista, o valor máximo (sem IVA) que um prestador doméstico pode cobrar aos clientes foi reduzido para 39 cêntimos de euro por minuto para as chamadas efectuadas e para 15 cêntimos de euro por minuto para as chamadas recebidas. O valor a cobrar por sms não sofreu alterações, mantendo-se nos 11 cêntimos de euro por mensagem.



Net Neutrality

A discussão em torno da temática da Neutralidade da Rede teve a sua origem nos Estados Unidos da América por volta do ano de 2005.

Só muito recentemente esta discussão foi importada para a Europa, culminando com a disponibilização de uma consulta pública, por parte da Comissão Europeia (CE), a 30 de Junho de 2010. Esta consulta abordava 5 temas principais: a questão da abertura da Internet, gestão do tráfego, estrutura do mercado, qualidade de serviço e questões de dimensão política, cultural e social.

A ANACOM, seguindo os passos da CE, solicitou, perante os operadores e demais interessados, comentários às 15 questões apresentadas na consulta da CE. A PT apresentou a sua posição, assente na existência de um mercado concorrencial quer no fixo, quer no móvel, focando a importância de regular conteúdos, considerando ainda que o Novo Quadro Regulatório é suficiente e já prevê medidas para abordar esta matéria. A PT considera também que esta discussão deve ter em conta todos os intervenientes na cadeia de valor, não se restringindo aos operadores de rede. Por último, considera-se que a melhor ferramenta para impor qualidade de serviço são os níveis de concorrência e transparência.

Está previsto que, durante o 1º trimestre de 2011, seja disponibilizado o relatório da CE com as conclusões da consulta lançada em Junho.

→ Informação Estatística

A ANACOM decidiu, por deliberação de 2 de Junho de 2010, extinguir a obrigação de reporte periódico dos elementos estatísticos de circuitos alugados para efeitos de definição dos mercados relevantes e de avaliação de poder de mercado significativo, imposta nos termos da sua deliberação de 2 de Novembro de 2006, sem prejuízo das obrigações de envio de informação resultantes do enquadramento legal e regulamentar em vigor.

A 30 de Julho de 2010, a ANACOM aprovou a decisão final relativa aos indicadores estatísticos que devem ser remetidos, trimestralmente, à ANACOM pelos operadores de redes e prestadores de serviços de alta velocidade. A ANACOM pretende, genericamente, recolher indicadores sobre alojamentos e edifícios cablados, desagregados por configuração de rede e por concelho, e sobre clientes, desagregados por segmento de mercado e concelho.

→ Desbloqueio de equipamentos

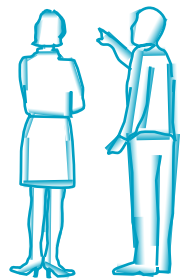
Entrou em vigor, a 30 de Agosto de 2010, o Decreto-Lei nº56/2010, de 1 de Junho, que estabelece limites à cobrança de quantias pela prestação do serviço de desbloqueamento de equipamentos destinados ao acesso a serviços de comunicações electrónicas, bem como pela rescisão do contrato durante o período de fidelização.





03

PERFIL ESTRATÉGICO



PERFIL ESTRATÉGICO

CONTEXTO DE NEGÓCIO: UM SECTOR EM RÁPIDA MUDANÇA COM O APARECIMENTO DE VÁRIOS CONCORRENTES

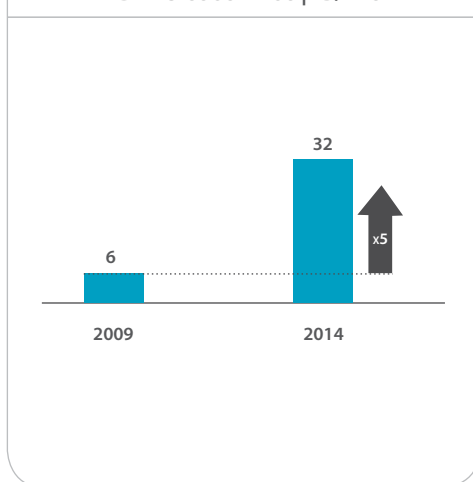
SECTOR GLOBAL DAS TELECOMUNICAÇÕES



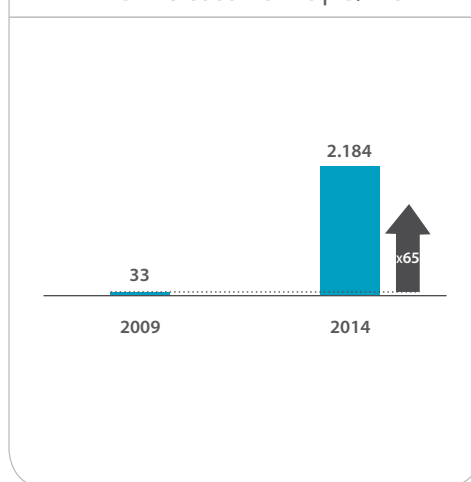
Evolução tecnológica e desenvolvimento de novas tecnologias de acesso

O desenvolvimento de novas tecnologias e de redes de acesso continua a ser uma tendência primordial, com os operadores a anunciarem os seus planos, testes e investimentos em Redes de Nova Geração ("RNG"), nomeadamente em Fibra até casa do cliente ("FTTH") e em rede de cabo DOCSIS 3.0 no que toca a rede fixa, e *Long Term Evolution* ("LTE") na rede móvel. Como exemplo disto serve o anúncio da KPN que pretende fornecer 1,3 milhões de casas Holandesas até ao fim de 2012, e os planos de implantação de LTE/4G para testes por cerca de 60 operadores em todo o Mundo. A disponibilidade de velocidades de acesso cada vez mais rápidas, tanto na rede fixa como na rede móvel, permitindo uma explosão no consumo de dados, ao mesmo tempo que uma maior conectividade e capacidade dos equipamentos terminais com acesso a voz, dados e vídeo configuram um contexto de aparecimento de novos serviços. Consequentemente, é estimado que, em todo o Mundo, se verifique a médio prazo um crescimento exponencial do consumo de dados, aumentando 5x na rede fixa para 32 Exabytes por mês e na rede móvel 65x para 2 Exabytes por mês, entre 2009 e 2014.

CONSUMO DE DADOS EM TODO O MUNDO
A PARTIR DE ACESSOS FIXOS | EB/MÊS

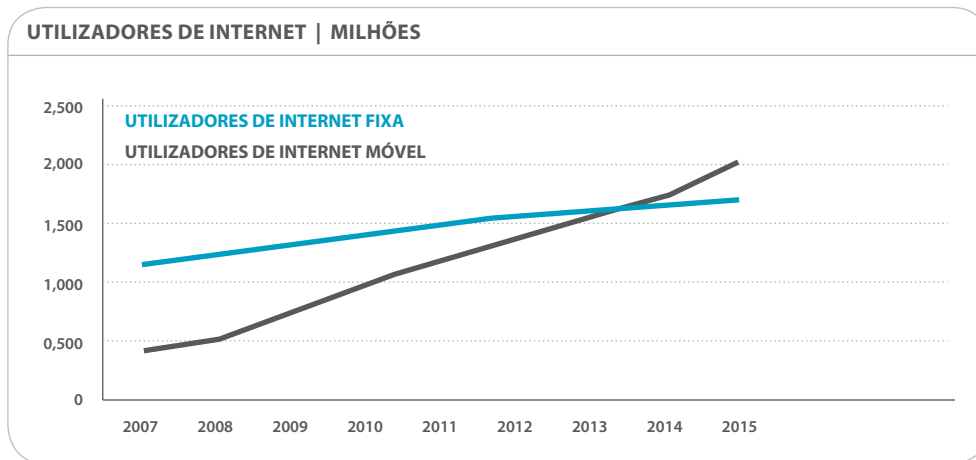
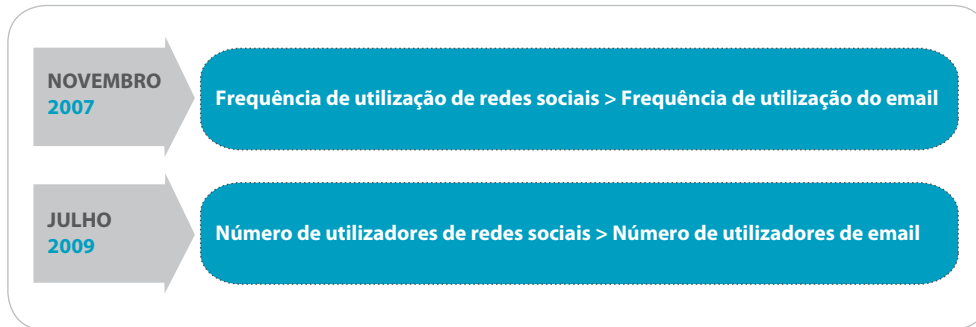


CONSUMO DE DADOS EM TODO O MUNDO
A PARTIR DE ACESSOS MÓVEIS | PB/MÊS



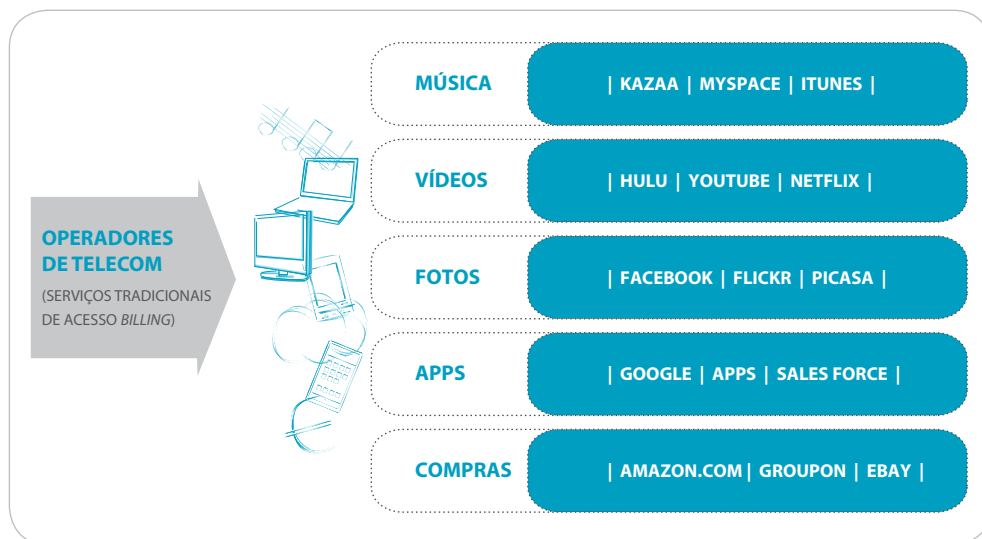
Alteração dos padrões de consumo devido a novos dispositivos de acesso

O rápido desenvolvimento e disponibilidade de novos dispositivos de acesso está a aumentar, significativamente, o número de utilizadores de internet, que se está a tornar bastante mais individual e de utilização mais frequente, catalisando assim uma explosão no consumo de banda. Os dispositivos de acesso como PCs, TVs e terminais móveis estão também a tornar-se cada vez mais convergentes, permitindo fortalecer a tendência de *triple-play multi-screen* no sector. Exemplos desta tendência são os smartphones, os tablet PCs, os internet pads e os e-books.



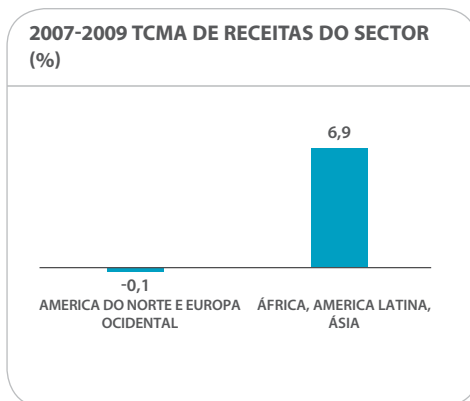
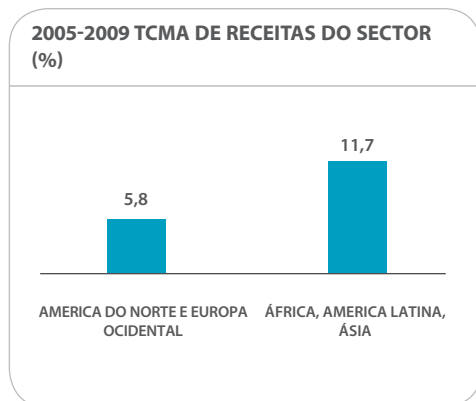
Estão a ser criadas novas fronteiras globais

O sector das telecomunicações irá continuar a expandir-se mas de uma forma bastante sobreposta com fabricantes de equipamentos, fornecedores de internet e empresas de média, uma tendência proporcionada pelo crescimento da conectividade e de maiores velocidades de acesso que irão permitir o aparecimento de serviços baseados em *cloud*. É esperado que os operadores de telecomunicações mantenham o tradicional acesso a serviços, e a facturação, aos utilizadores que acedem a este infindável número de serviços, como música (*iTunes*), vídeo (*Youtube*), fotos (*Facebook, Picasa, Flickr*), aplicações (*Google, App Store*) retalho (*Amazon, EBay*). Em resultado, há uma tendência de consolidação no sector das telecomunicações marcada pelo aparecimento de novas marcas e concorrentes globais. Os serviços com base em *cloud* não estão apenas a emergir como uma sólida realidade nos segmentos de consumo, como o pessoal e o residencial referenciados acima, mas também no segmento empresarial e PMEs, com novos conceitos de oferta, como ofertas de software e infra-estrutura, a tornarem-se serviços bastante populares.



➔ **Um novo paradigma de crescimento: mercados emergentes como motor de crescimento**

Os mercados emergentes continuam a liderar o crescimento do sector das telecomunicações, tendo crescido a taxas duplas dos mercados desenvolvidos (CAGR 2005-07 de 11,7% em África, América Latina e Ásia que compara com 5,8% de crescimento na Europa Ocidental e na América do Norte). É esperado que esta tendência se torne mais proeminente no futuro, dado que o sector se manteve estável na Europa Ocidental e na América do Norte no período de 2007-09, comparado com um TCMA de 6,9% para o mesmo período em África, América Latina e Ásia. Com o sector a atingir a maturidade nos mercados desenvolvidos, o enfoque na execução irá ter bastante mais importância como alavanca para a diferenciação e, em último caso, para o sucesso.



SECTOR DAS TELECOMUNICAÇÕES EM PORTUGAL

➔ **Consolidação de ofertas integradas**

2008-10 foi marcado pelo desenvolvimento, comercialização e consequente proliferação de ofertas integradas entre os vários operadores, com pacotes triple-play (TV, voz e banda larga) a tornarem-se bastante populares e atractivos. A grande transformação iniciou-se em 2008 e continuou até 2010 com a consolidação da presença dos operadores de cabo no segmento de Voz e dos operadores de cobre no segmento de TV.

Aumento concorrencial nas áreas urbanas

2008-10 foi, também, marcado por uma significativa alteração no mercado Português das telecomunicações, com os operadores a investir em fibra, nomeadamente a PT, que conta com um milhão de casas passadas com FTTH e com o objectivo anunciado de cobrir mais 600 mil casas até ao final de 2011. Esta tendência beneficiou do aumento da visibilidade regulatória, com um novo conceito de regulação que seguiu uma abordagem geográfica, removendo algumas restrições à oferta de banda larga da PT.

POSICIONAMENTO DA PT: UMA EMPRESA INOVADORA ORIENTADA PARA O CLIENTE

No mercado Português, a PT irá continuar a ser uma empresa orientada para o cliente focada na inovação e execução, gerindo o seu negócio através de segmentos de clientes: (1) Residencial: consolidar a inflexão da tendência histórica no negócio de rede fixa, alavancando o sucesso da sua estratégia de TV (que atingiu 30% de quota do mercado Português de TV por subscrição); (2) Pessoal: continuar a desenvolver produtos inovadores de acesso a dados e internet e serviços convergentes e aplicações, alavancando na forte presença online do portal Sapo, e nas suas parcerias estratégicas, enquanto redesenha, a sua estrutura de preços para melhorar as suas tendências subjacentes no segmento móvel, e (3) PME e segmento empresarial: lançamento de soluções convergentes cloud-based suportadas pelo recentemente anunciado Data Centre de nova geração.

Ao nível internacional, a PT continuará focada no desempenho operacional dos seus activos e na partilha das melhores práticas em todos os seus negócios. A expansão das operações internacionais para variadas geografias é um dos mais importantes catalisadores da criação de valor no sector das telecomunicações e a PT tem construído um importante portfólio de operações internacionais que, em 2010, representava cerca de 55% das receitas totais do Grupo.



**Consolidação da liderança no mercado doméstico, enquanto desenvolve uma agenda internacional de crescimento**

A PT continua comprometida com uma disciplina operacional, de custos, financeira e estratégica, com o objectivo de se focar no desenvolvimento dos seus recursos nos seus principais negócios e regiões, Portugal, Brasil e África Subsariana. A PT continua a perseguir os 5 objectivos estratégicos, bastante ambiciosos, definidos para o triénio 2009-2011: atingir os 100 milhões de clientes; (2) aumentar a sua exposição aos negócios internacionais para dois terços das receitas; (3) reforçar a liderança em todos os segmentos de mercado em Portugal; (4) atingir o quartil superior de desempenho em retorno accionista e resultados, e (5) tornar-se uma referência em termos de sustentabilidade.

OPERAÇÕES EM PORTUGAL**Residencial: Uma sofisticada e diferenciada experiência de TV por subscrição multi-ecrã**

A crescente conectividade disponível de redes de acesso de nova geração irá continuar a ser uma tendência importante no segmento residencial permitindo a ligação simultânea de vários dispositivos, através de redes móveis e fixas, dentro da casa do cliente (TVs, consolas de jogos, PCs, computadores portáteis, tablets e smartphones). A TV multi-ecrã é uma característica chave para a diferenciação e o Meo está já a convergir para uma oferta incomparável em TV, PC e smartphones. Os serviços Cloud estão a tornar-se cada vez mais uma realidade, permitindo o fácil acesso a software e tecnologia, maior nível de segurança no armazenamento de informação chave. A PT está a seguir esta tendência, tendo lançado em 2010 um serviço de jogos on-demand avançados.

**Pessoal: Dados móveis e convergência como principais alavancas de crescimento**

O aumento da penetração de smartphones, computadores portáteis e outros dispositivos móveis de dados, conjugado com o crescimento explosivo e a proliferação de serviços de dados e aplicações, estabelecem um contexto favorável para os serviços de dados móveis. A TMN está, claramente, na vanguarda dos serviços de dados móveis, oferecendo TV (Meo Mobile), música (Music Box), acesso a redes sociais através de um agregador inovador e serviços convergentes, alavancados na marca e no Know-How do Sapo. A TMN pretende também alavancar em parcerias com fornecedores chave, usando marca própria ou outras marcas, para manter uma oferta atractiva e distinta de smartphones, tablets e computadores portáteis. Adicionalmente, a TMN continua focada em desenhar novos planos de preços, como o "e", um plano pré-pago inovador, ou o "Unlimited" um plano pós-pago, que são mais simples, mais personalizáveis e que pretendem potenciar o upselling de internet e a fidelização dos clientes de maior valor, alterando o enfoque da concorrência no preço. Como resultado, a TMN tem 50% de quota de mercado de banda larga móvel, de acordo com um estudo da Marktest, e 46% em smartphones, de acordo com um estudo da GFK, claramente acima da sua quota de mercado.

**Empresarial: Novos serviços para grandes e pequenas/médias empresas alavancando nas redes únicas de acesso e transporte da PT**

A PT pretende desenvolver e comercializar soluções integradas avançadas tanto para o segmento empresarial como para PME, através de investimentos na infra-estrutura e na convergência telecom-TI, direccionadas ao aumento da penetração dos serviços TI/SI e BPO, aumentando assim o share of wallet dos clientes e reforçando a fidelização dos clientes em segmentos de mercado competitivos. A PT irá, também, alavancar no seu novo data centre com tecnologia de ponta direccionada para "Cloud computing", realizado em parceria com a Cisco e a Microsoft, de maneira a poder fornecer novos e distintos serviços ao mercado.

➔ **Reforçar a liderança em todos os segmentos onde a PT opera**

Com a entrada no mercado de TV por subscrição, a PT está a inverter a tendência do seu negócio residencial doméstico, começando de uma posição de ataque ao mercado e, simultaneamente, alavancando na sua posição de maior operador integrado, com o objectivo de oferecer uma vasta gama de produtos e serviços convergentes. Num mundo em convergência, onde cada pessoa tem uma necessidade cada vez maior de contacto, de comunicar e de consumir variados serviços de dados através de todos os dispositivos e em qualquer lugar – no local de trabalho, em casa ou em trânsito -, as competências e a capacidade únicas da PT para fornecer serviços integrados demonstram ser uma verdadeira vantagem competitiva em Portugal.

➔ **“Fazer a diferença” no apoio ao cliente**

Num contexto de maior transformação do mercado e incerteza económica, entender as necessidades dos clientes em todo o seu ciclo de vida e abordar as mesmas, assegurando uma execução de classe superior, pode ser um factor de diferenciação. Esta relação baseada na confiança torna possível encorajar os clientes na adesão a produtos e serviços cada vez mais completos, e por maiores períodos de tempo, permitindo à PT aumentar o seu *share-of-wallet*.

OPERAÇÕES INTERNACIONAIS

➔ **Maximizar o valor estratégico dos activos internacionais da PT, reforçando o enfoque no Brasil e África Subsariana**

Dada a dimensão da PT, as perspectivas de crescimento e a sua posição inicial, o mercado Brasileiro continua a ser uma prioridade. África irá continuar a ser uma importante fonte de crescimento, onde a PT irá reforçar parcerias, bem como explorar oportunidades de investimento que criem valor.

➔ **Brasil: Crescimento de dados e convergência**

No Brasil, através do seu investimento numa parceria com a Oi, a PT irá focar-se em alavancar na sua experiência de sucesso no desenvolvimento de soluções inovadoras e tecnologicamente avançadas para clientes empresariais, nas ofertas convergentes fixo-móvel, banda larga móvel, televisão por subscrição e serviços triple-play para contribuir, de forma significativa, para a melhoria do desempenho operacional e financeiro da Oi, considerando a sua forte presença no mercado Brasileiro e potencial de crescimento futuro.

➔ **África e Ásia: Oportunidades de fusões, aquisições e consolidação**

A PT continua a estar concentrada na melhoria da eficiência das suas operações internacionais através da partilha das melhores práticas entre todas as suas subsidiárias bem como através do aumento da proximidade que está a ser conseguida, devido a viagens constantes dos gestores de topo da PT a todas as operações, de maneira a estar a par de todos os desenvolvimentos em cada geografia.

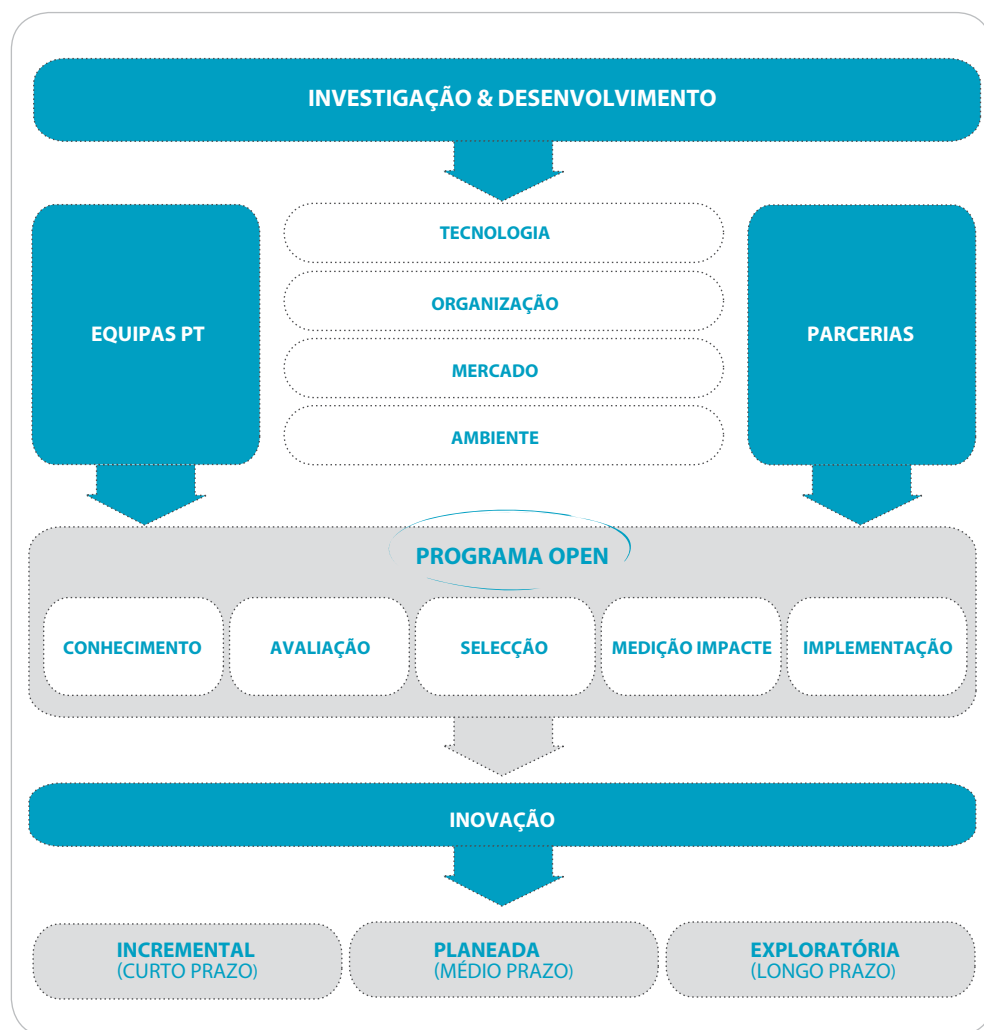
➔ **Enfoque na excelência operacional e comercial em todos os activos, assegurando a partilha das melhores práticas**

Ao reforçar a excelência operacional e comercial em todas as operações, promovendo a partilha das melhores práticas em todos os seus negócios, a PT terá a capacidade de aproveitar plenamente o potencial de cada operação, tendo em conta o estado de desenvolvimento do mercado, em todos os segmentos, bem como a sua posição competitiva.

ENFOQUE NA INOVAÇÃO E EXECUÇÃO

➔ Inovação: Abordagem estruturada e parcerias estratégicas

A PT tem uma abordagem estruturada com o objectivo de estabelecer um portfolio equilibrado de projectos focado em duas variáveis: nível de risco e maturidade. São três as categorias principais sob esta abordagem estruturada: inovação incremental (negócios de rotina, baixo risco e optimizações de curto-prazo); inovação planeada (desenvolvimentos de negócio a médio prazo e desenvolvimentos de risco médio), e inovação exploratória (projectos estruturais, de longo-prazo e, por isso de risco mais elevado). Adicionalmente, a abordagem à inovação da PT avança na sua rede de parcerias com instituições chave que são líderes mundiais e uma referência na sua respectiva área. Estas parcerias são categorizadas da seguinte forma: (1) parcerias tecnológicas para o desenvolvimento de novas soluções e serviços (acordos com a Cisco, Corning, Samsung, LG Huawei e ZTE); (2) parcerias estratégicas, com o objectivo de partilha das melhores práticas e do estabelecimento de uma colaboração conjunta na inovação I&D (o protocolo assinado com a Singtel); (3) protocolos com universidades, para promoção conjunta de I&D, bem como para juntar esforços de criação de conhecimento (parceria com a CMU e algumas universidades Portuguesas), e (4) parcerias para I&D, com o objectivo de desenvolver novas soluções tecnológicas (como exemplo, acordos com o INESC Inovação e Instituto de Telecomunicações).



Fusão funcional do negócio móvel (TMN) com o negócio fixo (PTC), com um forte empenho nas necessidades específicas dos diferentes segmentos de clientes no mercado doméstico

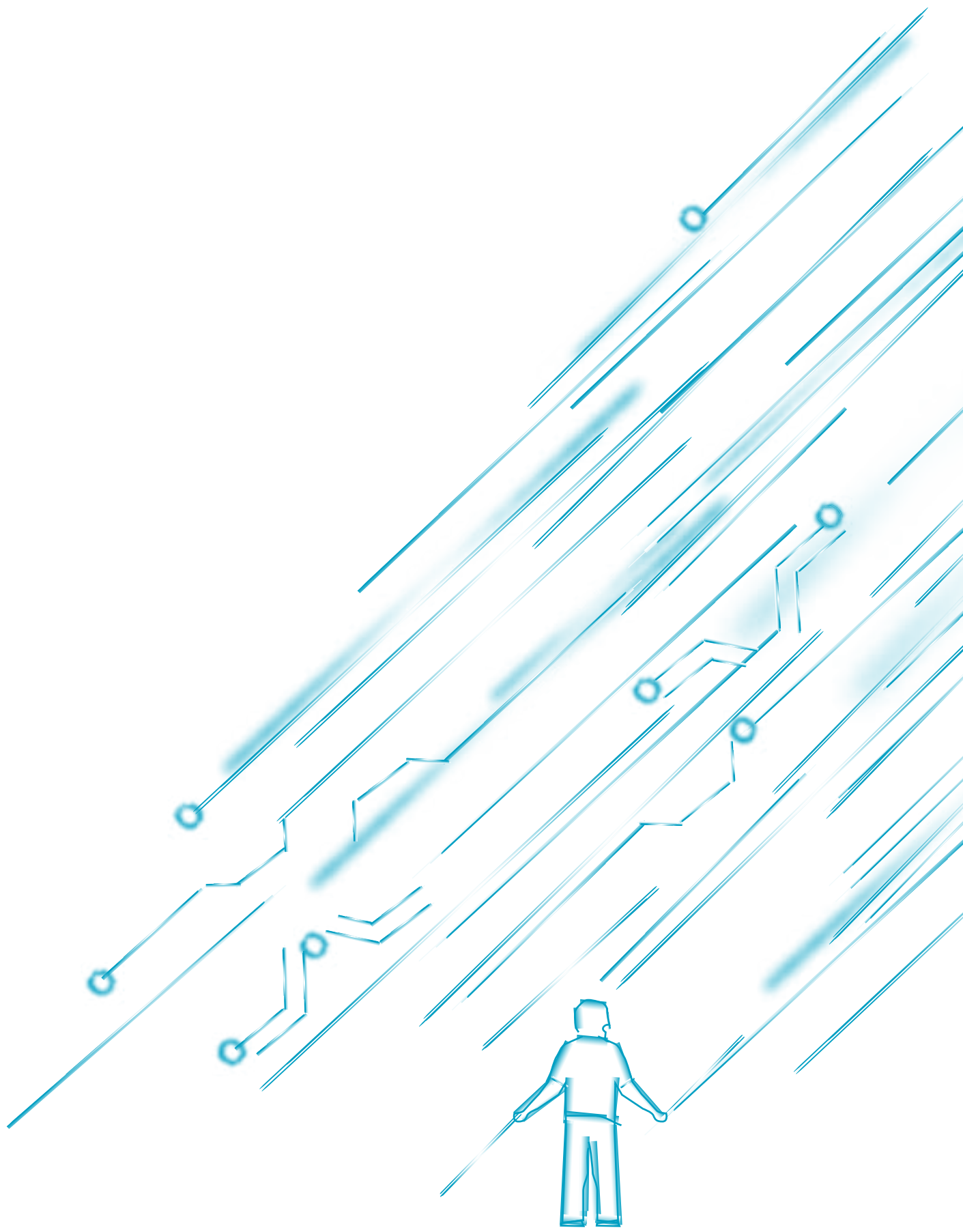
A fusão funcional da TMN com o negócio fixo representa um marco para a empresa, bem como um ponto de viragem no que toca à eficiência e eficácia na maneira como as áreas de negócio funcionam. A nova organização é baseada em dois princípios:

- Forte enfoque no cliente: A PT abandonou uma estrutura organizada em torno das plataformas fixa e móvel e mudou para uma estrutura centrada nas necessidades específicas de cada segmento, implementando uma nova organização em torno de cinco segmentos de clientes: Residencial, Pessoal, PMEs/SoHo, *Corporate* e *Wholesale*.
- Eficiência operacional superior: A PT eliminou várias hierarquias e processos de decisão e reduziu o número de directores, tornando-se numa empresa mais ágil e capaz de competir eficazmente num ambiente cada vez mais desafiante.

Execução: Redes de nova geração, distribuição e apoio ao cliente

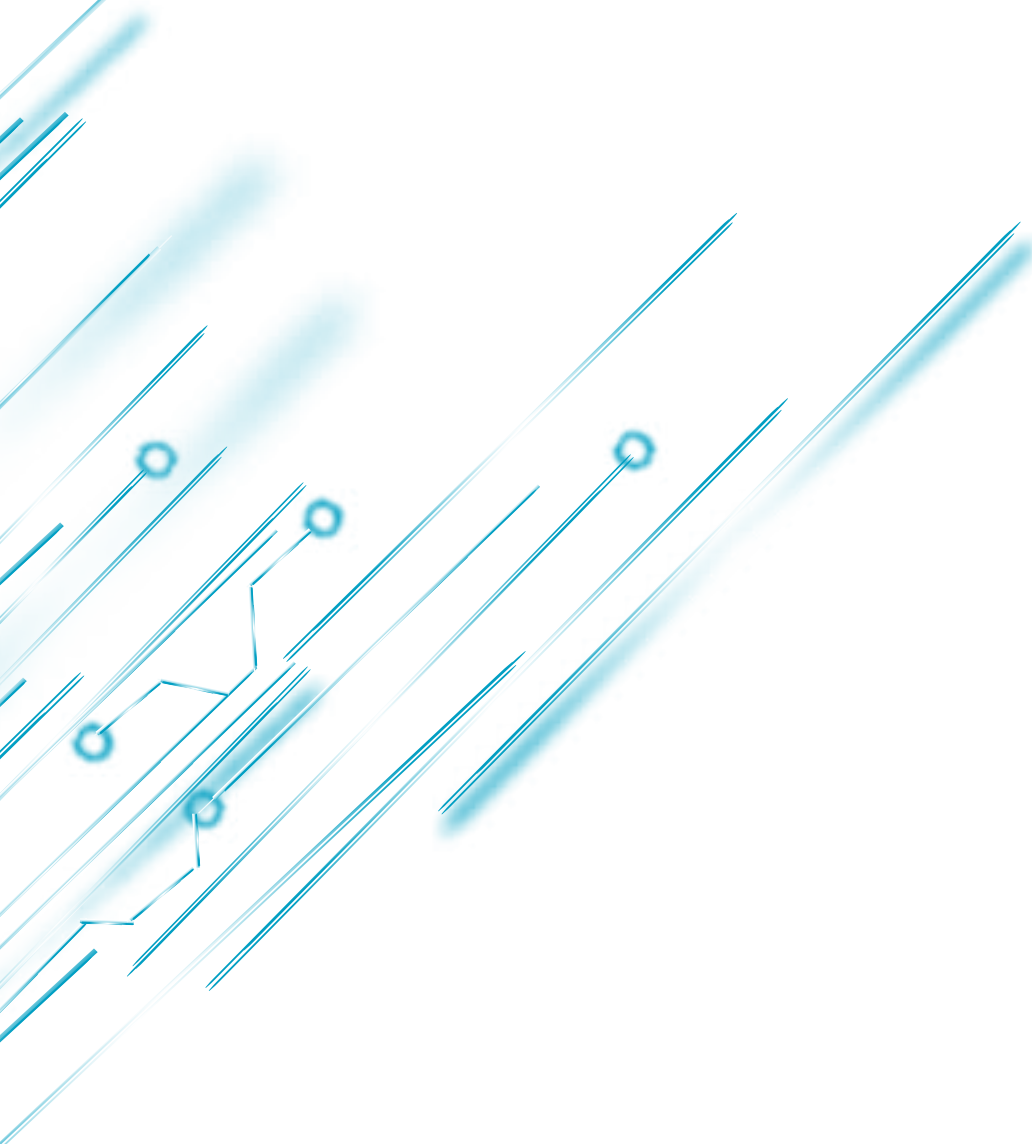
A PT está e irá continuar a estar na liderança da implementação de fibra em Portugal e na Europa, tendo já um milhão de casas passadas com FTTH e anunciado o objectivo de passar mais 600 mil casas em 2011, colocando assim Portugal como o país com maior penetração de FTTH na Europa, com 46% de casas passadas, uma iniciativa reconhecida pelo FTTH Council Europe como melhor "Deployment and Operation of FTTH networks". A PT pretende alavancar no seu investimento em FTTH não apenas para fornecer serviços de dados e vídeo avançados de alta velocidade aos seus clientes empresariais e residenciais, mas também para ligar as estações base da TMN com fibra de maneira a proporcionar velocidades mais altas de download e upload aos clientes de dados TMN (85% dos sites TMN estão já ligados com fibra e 25% já utilizam IP/Ethernet backhauling). Este investimento coloca também a PT na liderança da implementação de LTE. Por fim, a PT alavanca na maior rede WiFi em Portugal, com cerca de 1.600 hot spots, que permitem descarregar tráfego da rede móvel para a rede fixa. A PT está, também, a integrar as suas redes de distribuição, extraíndo assim sinergias de escala e abrangência, alavancando na venda cruzada, para ter uma maior diferenciação em relação à concorrência. Adicionalmente, a PT está a implementar um programa de transformação e rejuvenescimento extensivo das suas equipas técnicas, com o objectivo de melhorar a sua qualidade e capacidade de reacção num contexto cada vez mais complexo de serviços de TV e TI fornecidos ao cliente. Esta transformação estende-se também ao apoio ao cliente, concentrando-se na convergência, integração e self-care de forma a melhorar os indicadores de qualidade de serviço e a experiência do cliente através da optimização de processos.





04

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO



INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Em 2010, a aposta em inovação continuou a ser uma prioridade para a Portugal Telecom dado o seu papel-chave na prossecução de um crescimento sustentado, em particular num contexto económico difícil, que obriga a uma maior competitividade na oferta de produtos e serviços e, simultaneamente, a uma maior eficiência no seu desenvolvimento e entrega ao mercado.

Esta aposta enquadra-se igualmente numa estratégia de promoção do acesso dos cidadãos às tecnologias de informação, com o objectivo último de melhorar a qualidade de vida da sociedade como um todo. Para este efeito, foram lançados diversos projectos com o intuito de alargar o acesso à internet em alta velocidade, melhorar a rapidez e qualidade do serviço aos clientes e disponibilizar um leque cada vez mais alargado de serviços inovadores que dêem resposta às necessidades das pessoas, de uma forma cada vez mais eficiente e com menor pegada ambiental.

Neste contexto, a Portugal Telecom voltou a ser uma referência no investimento em inovação, com mais de 200 milhões de euros investidos em Investigação e Desenvolvimento Aplicado em 2010.

Os principais projectos de Inovação/I&D em 2010 incluem:

- Desenvolvimento de redes de acesso de nova geração que permitem uma experiência de cliente verdadeiramente distintiva – FTTH e primeiros ensaios LTE;
- Desenho e lançamento de produtos e serviços inovadores em ambiente multi-plataforma, alavancando larguras de banda e velocidades superiores da fibra óptica para aumentar a interactividade e melhorar a experiência do cliente – TV Interactiva, MEO Online, MEO Jogos, Music Box, MEO Remote;
- Co-desenvolvimento de smartphones proprietários e de tarifários inovadores para fomentar o consumo de dados em mobilidade;
- Desenvolvimento de soluções de TI/SI avançadas, alavancando a estratégia de *cloud computing*, de forma a fornecer serviços *end-to-end* a clientes empresariais – *clouds* virtuais privadas, *outsourcing* total de serviços de TI, gestão de segurança;
- Desenvolvimento de soluções sectoriais nas áreas da Saúde (p.ex. o primeiro *Personal Health Record* nacional), Educação (p.ex. soluções de formação em ambiente 3D), Sector Público (p.ex. desenvolvimento do SIE – Sistema de Informação dos Imóveis do Estado) e para PME's (p.ex. novas soluções integradas para restaurantes/café e médicos);
- Lançamento do projecto para um novo data centre, um dos maiores da Europa, em resposta às crescentes necessidades dos clientes em termos de processamento e de capacidade de armazenamento;
- Programas de transformação organizativa para maximizar a eficiência de processos e a qualidade de serviço – novas ferramentas em CRM, O&M, compras e gestão da *field force*;
- Projectos inovadores na área da sustentabilidade com o objectivo de minimizar a pegada ambiental da Portugal Telecom (p.ex. adopção de novos sistemas de *free cooling* e de controlo do consumo de água).

**Mais de 200 milhões
de euros investidos
em Investigação e
Desenvolvimento
Aplicado em 2010**

O Programa OPEN, lançado em 2009 com o objectivo de instituir práticas estruturadas e uma cultura orientada para a inovação, foi consolidado em 2010, comprovando o reconhecimento dos seus méritos. Para além de contribuir para a inovação tecnológica de produtos e serviços, o Programa permite identificar e implementar novas formas de trabalhar, gerir e interagir que estimulam a eficiência operacional e a melhoria do serviço ao cliente.

A gestão das iniciativas de inovação é feita de acordo com o respectivo horizonte temporal: (1) Inovação Incremental – medidas de curto prazo de melhoria contínua; (2) Inovação Planeada – desenvolvimento do roadmap tecnológico e de oferta de produtos e serviços a médio prazo; e (3) Inovação Exploratória – análise das principais tendências tecnológicas que definem o rumo do sector a longo prazo.

A. INOVAÇÃO INCREMENTAL

Uma das principais fontes de geração de ideias incrementais consiste no contributo de todos os colaboradores da empresa recorrendo a um Mercado de Ideias. Cerca de 60% dos colaboradores da empresa participaram activamente, ao longo de 2010 na submissão, discussão e votação de ideias de melhoria incremental, respondendo aos desafios lançados à organização.

Este método, para além de ter gerado mais de 40 iniciativas que se encontram em implementação, contribuiu para um forte aumento do envolvimento, motivação e alinhamento de todos os colaboradores com a estratégia e desafios operacionais da empresa. As iniciativas já implementadas permitiram alcançar melhorias operacionais significativas (como, por exemplo, a reavaliação do processo de assistência técnica do MEO IPTV), e também a redução da pegada ambiental do Grupo (por exemplo, a redução de 35% do consumo de papel nas impressões, a diminuição do consumo energético dos computadores e a promoção da reciclagem no local de trabalho).

A nível da eficiência operacional, a Portugal Telecom implementou também um conjunto de iniciativas incrementais inovadoras numa lógica de melhoria contínua, tais como:

- **Optimização da gestão da *field force*:** Medidas como a introdução de GPS na frota da *field force* PT, a implementação de uma nova ferramenta inteligente de alocação de tarefas e a distribuição de PDAs profissionais às equipas técnicas contribuíram para melhorias significativas no serviço técnico ao cliente;
- **Leilões electrónicos integrados nos processos de compras:** Nova funcionalidade ao nível dos sistemas de informação de compras com impacto na redução de custos de aquisição, na transparência processual e na celeridade administrativa;
- **Unificação de plataformas de desmaterialização de documentos:** Implementação de rotinas inteligentes de captura da informação, com aumento das taxas de reconhecimento dos documentos de 35% para mais de 70% e uma interligação mais facilitada entre os diversos sistemas core do Grupo PT.

B. INOVAÇÃO PLANEADA

A Portugal Telecom continuou a desenvolver novas soluções tecnológicas com base no seu roadmap de inovação de médio prazo, com reflexos claros na melhoria da oferta de produtos e serviços disponibilizados aos clientes, avlancando nas redes de nova geração e promovendo uma crescente eficiência ambiental.

1. PRODUTOS E SERVIÇOS

Em 2010, a Portugal Telecom manteve a sua estratégia de desenvolvimento e lançamento de soluções inovadoras que servem melhor as necessidades da população em geral, promovendo um maior envolvimento e fidelização dos seus clientes:



a. Novos serviços MEO

Em 2010, o MEO continuou a inovar para alterar o paradigma da experiência de televisão, desenvolvendo novos serviços e atribuindo um papel mais activo e central aos clientes numa experiência cada vez mais bidireccional e interactiva.

Neste sentido, houve um enfoque contínuo no desenvolvimento de conteúdos não lineares, nomeadamente através da disponibilização de um conjunto alargado de widgets no MEO (p.ex. Facebook, Picasa e Flickr) e do lançamento de uma experiência de televisão verdadeiramente interactiva com canais como o Canal Q e o Secret Story, assim como aplicações com conteúdos dedicados (p.ex. Ídolos e Mundial de Futebol 2010).

Adicionalmente, foi lançada uma solução pioneira no mundo – o MEO Jogos – oferta de gaming on demand com acesso a um leque variado de jogos de alta qualidade, para clientes fibra (MEO e SAPO), a um custo reduzido. Este serviço está inicialmente disponível no PC (MS Windows e Mac), com uma evolução esperada para uma lógica de multi-plataforma, nomeadamente através da integração nas set-top boxes do MEO.

Também foi lançado o MEO Remote, uma aplicação gratuita que permite aos clientes controlarem o MEO com o seu equipamento portátil (smartphone ou tablet PC), alterando a forma como as pessoas interagem com a televisão e aproximando o serviço ao cliente.

O MEO lançou, também em 2010, um widget gratuito sobre futebol que permite consultar toda a informação sobre a 1ª Liga Portuguesa, a Liga dos Campeões e a Liga Europa com acesso a: calendário, resultados, classificações, últimas notícias, melhores marcadores e informações sobre os plantéis.

Foi ainda lançado o serviço inovador Restart TV, uma nova funcionalidade que permite a visualização de programas já emitidos, mesmo que não tenham sido gravados na MEO Box, até 3 horas antes. Permite também a visualização de um programa em directo desde o início, mesmo que o cliente não tenha sintonizado o canal desde o início do programa.



b. Serviços multi-plataforma

Um dos pilares da estratégia da oferta da Portugal Telecom consiste em soluções convergentes e multi-plataforma. Em 2010, mais um passo decisivo foi dado rumo à concretização de uma experiência multi-plataforma verdadeiramente “seamless” através do lançamento do MEO Online, que estende a experiência de televisão MEO a qualquer computador com acesso de banda larga.

Adicionalmente, foi lançado o Music Box, serviço de música multi-plataforma (PC, Telemóvel e TV) que permite o acesso instantâneo e ilimitado a uma biblioteca online com milhões de músicas e a oferta de 10 músicas por mês em formato mp3, disponível para clientes TMN, SAPO e MEO.



c. Novos equipamentos e tarifários móveis

A Portugal Telecom continua a desenvolver uma oferta de produtos diversificada no mercado móvel, tendo lançado em 2010: o primeiro telemóvel de marca própria TMN e SAPO (TMN a1 e Sapo a5), com sistema operativo Android, e o Samsung Blue Earth (telefone recarregável por painéis solares e com o primeiro cartão SIM ecológico no mundo). Simultaneamente, foi alargada a oferta de telemóveis topo de gama da TMN com o lançamento do Samsung Galaxy S, do Samsung Omnia 7 com Windows 7 e do iPhone4. Adicionalmente, e em resposta à crescente procura de mercado por tablet PCs, foi lançado o Samsung Galaxy Tab.

Adicionalmente, como forma de endereçar segmentos de mercado específicos, foram também lançados tarifários inovadores que vão ao encontro das necessidades dos clientes. Exemplos de novos tarifários lançados são o Moche sem mensalidades obrigatórias, o “Unlimited”, tarifário flat de voz e dados e os planos InternetPad para utilização em Tablet PCs.

d. Oferta empresarial

Serviços TI/SI e soluções *cloud computing*

A Portugal Telecom está na vanguarda de soluções avançadas de TI/SI para clientes empresariais. O primeiro projecto de cloud virtual privada confirmado com o banco Millennium BCP (com mais de 200 máquinas virtuais) e o contrato de outsourcing global com a Edifer (que engloba serviços de comunicações e de TI/SI) são alguns dos últimos exemplos da implementação desta estratégia. Como resultado, a Portugal Telecom recebeu a certificação ISO 20000, um reconhecimento da utilização de boas práticas no sistema de gestão de serviços de TI, nomeadamente os serviços de *cloud computing*, *IT management*, *security management* e infra-estrutura de *data centre*.

A Portugal Telecom estabeleceu ainda uma parceria com a Cisco para o desenvolvimento de soluções *cloud computing* para o mercado português. Este acordo abrange novos serviços como Servidores Virtuais, Comunicações Unificadas e tecnologia de Desktop Virtual. O *know-how* e *data centres* da Portugal Telecom conjugados com a arquitectura computacional e de rede Cisco, permitirão fornecer uma vasta gama de serviços de *cloud computing* às empresas Portuguesas.

Soluções sectoriais

A Portugal Telecom tem vindo a desenvolver um conjunto de projectos inovadores no sector da Saúde, com enfoque na acessibilidade e mobilidade, na redução dos tempos de espera e na facilidade de comunicação e maior qualidade da informação, fomentando a prevenção da doença e a qualidade de vida dos cidadãos, bem como aumentos de eficiência para os prestadores de saúde. Exemplo desta estratégia é o lançamento do primeiro PHR – *Personal Health Record* – português, o Meu SAPO Saúde, que permite aos cidadãos o registo e controlo dos seus dados de saúde e bem-estar online, a monitorização de indicadores e a gestão da agenda médica, acessível a qualquer hora e em qualquer lugar.

Por outro lado, a Portugal Telecom tem investido no sector da Educação através do desenvolvimento de soluções que potenciem ambientes interactivos e que tornem o processo de aprendizagem mais apelativo e eficaz. Por exemplo, a PT Inovação tem vindo a investir no desenvolvimento de soluções tecnológicas que suportem métodos de aprendizagem individuais e colaborativos, assim como em soluções de formação em ambiente 3D. Outro exemplo é o Portal de Gestão de Educação desenvolvido para o Sector Público, uma plataforma de software que oferece suporte operacional para apoio à gestão escolar.

O Grupo PT manteve ainda o esforço de desenvolvimento de soluções inovadoras para o Sector Público, na busca contínua de racionalização de sistemas e aumento da eficácia de processos. Uma das soluções mais importantes desenvolvidas em 2010 foi o Sistema de Informação dos Imóveis do Estado (SIIE) para a Direcção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), que permite uma melhor gestão financeira dos imóveis que o Estado Português detém.

Adicionalmente, a Portugal Telecom continuou a apostar no desenvolvimento de ofertas convergentes para PMEs, direccionadas para sectores específicos: Office Box Cafés e Restaurantes e Office Box Médicos e Clínicas.

Machine-to-machine

Foram dados os primeiros passos para uma oferta M2M abrangente, através do lançamento de um novo serviço de gestão de frotas que possibilita a localização de veículos através da recolha de informação geo-referenciada. Esta solução conta com um serviço opcional inovador e exclusivo no mercado que permite aos gestores de frota extrair indicadores que lhes possibilitem implementar acções de eco-condução.

2. INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA

A disponibilização de produtos e serviços cada vez mais inovadores e que vão ao encontro das reais necessidades dos clientes assenta no contínuo investimento em infra-estrutura tecnológica de vanguarda.



a. Infra-estrutura de Rede

A Portugal Telecom continuou a investir na sua rede de fibra óptica de nova geração, tendo ultrapassado em 2010 um milhão de casas passadas com FTTH, posicionando Portugal na liderança europeia de implementação de uma rede de fibra.

Na rede móvel, a Portugal Telecom já ligou 85% dos sites móveis da TMN com fibra óptica e anunciou, em 2010, planos para a ligação em fibra dos restantes sites e para o rollout de uma rede LTE de nova geração. Aliás, a TMN foi o primeiro operador a realizar testes em ambiente real desta tecnologia, nas suas instalações da PT Inovação em Aveiro (incluindo uma sessão de tele-aula móvel, jogos online com grande capacidade de dados, tele-medicina em mobilidade e a primeira emissão a nível mundial de TV via LTE).

Por outro lado, com o objectivo de melhorar a cobertura móvel, principalmente em zonas fechadas, a empresa tem apostado no investimento em femtocells, garantindo desta forma uma melhoria na qualidade do serviço prestado aos seus clientes e uma menor sobrecarga da actual rede móvel.



b. Data Centres

A Portugal Telecom lançou o projecto de construção de um novo data centre, um dos maiores da Europa, com mais de 45 mil m² e uma capacidade de instalação de mais de 50 mil servidores. Este investimento permitirá posicionar a Portugal Telecom como um *player* a nível internacional em serviços de *cloud computing* e responder às exigências crescentes dos seus clientes, quer em termos de capacidade de transporte e processamento para empresas, quer no que diz respeito ao desenvolvimento de novos serviços multimédia e de info-comunicação, potenciando assim o forte investimento realizado na rede de fibra óptica.

O novo *Data Centre* terá um nível de eficiência que permitirá poupar 93 mil toneladas de CO₂, através da redução de 40% do consumo energético e da criação de um parque eólico próprio.



c. Medidas de optimização de rede

A PT Inovação desenvolveu diversas soluções que permitem tirar partido das potencialidades da infra-estrutura tecnológica do Grupo PT, tais como

- Optimização de rede nos aspectos de qualidade de serviço e mobilidade inter-tecnologia
- Desenvolvimento de soluções de autenticação, segurança, identidade e privacidade em redes de telecomunicações de nova geração;
- Soluções de cloud computing no âmbito dos serviços (SaaS) e das plataformas (PaaS);
- Desenvolvimento de soluções de *Content Delivery* e interactividade para plataformas de TV.

3. EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Foram lançados vários projectos estruturantes no sentido de melhorar a eficiência e a eficácia operacional de toda a organização. Alguns destes projectos produziram já resultados significativos durante o ano de 2010. A este nível são de destacar:

- Projecto SAP RMCA: Desenvolvimento da gestão integrada de cobranças para todas as empresas do Grupo PT;

- **Projecto PT Cliente:** Portal único de selfcare para os clientes PT acederem ao seu portfolio de produtos e serviços numa plataforma convergente online através de múltiplos canais (Web, tablet PC, smartphone e TV);
- **Projecto CRM:** Solução de CRM única para a PT Portugal (PTC, PT Prime e TMN) que permite alcançar melhorias na qualidade de serviço, otimizar a eficiência operacional na interacção com o cliente, intensificar o enfoque comercial e melhorar as capacidades de vendas (cross-selling, captação e fidelização de clientes) – projecto consolidado no segmento residencial em 2010 com extensão planeada aos restantes segmentos de clientes;
- **Projecto SIT-E:** Evolução do software de *order entry* que suporta os serviços B2B para uma nova plataforma com impacto essencialmente ao nível do *time-to-market* de novos produtos e serviços, garantia da receita e melhoria do cadastro de produtos e serviços empresariais;
- **Projecto FOT-BOT Residencial:** Aumento da eficiência na resolução de avarias dos serviços da rede fixa, através da consolidação numa perspectiva *end-to-end* da estrutura organizacional, dos processos e do *know-how*. O projecto permitiu um aumento da taxa de resolução de avarias no *front-office* e no *back-office* técnicos e uma redução das avarias recorrentes.

4. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A sustentabilidade é um dos cinco pilares estratégicos da Portugal Telecom. Assim, no roadmap de inovação planeada foram identificados um conjunto de projectos inovadores na área da sustentabilidade ambiental. A concretização destes projectos, juntamente com as iniciativas nas vertentes de sustentabilidade social e económica, contribuiu para a entrada no *Dow Jones Sustainability World Index* (DJSI), um reconhecimento do Grupo PT como uma das empresas de referência em temas de sustentabilidade a nível mundial. São de destacar as seguintes medidas:

a. Adopção de sistemas de free cooling

Redução dos consumos energéticos em centrais de pequena e média dimensão, através de insuflação de ar frio exterior por ventilador de baixo consumo energético, evitando o funcionamento das actuais máquinas de ar condicionado por longos períodos de tempo.

b. Aplicação de tintas frias em armários técnicos da PT Comunicações

Aplicação de tintas frias, constituídas à base de partículas cerâmicas, impedindo a absorção de calor por exposição solar nos armários Multi-Serviço exteriores, reduzindo o recurso a fontes externas de arrefecimento e também a quantidade de avarias por temperatura elevada.

c. Alteração dos sistemas de iluminação

Substituição de luminárias equipadas com lâmpadas T5 e balastos electrónicos com regulação de fluxo, com detecção de presença e ajuste do nível de luminosidade.

d. Controlo do consumo de água

Projecto para redução do consumo de água em algumas centrais através da instalação de sistemas temporizados e/ou com regulação de caudal. Esta medida permitiu obter reduções no consumo de água na ordem dos 70%.

e. Projecto LegacyToGreen (L2G)

Projecto das áreas de TI, visando migrar sistemas antigos (*“legacy”*) para novas plataformas virtuais, desligando equipamentos obsoletos (e por conseguinte altamente consumidores de energia) e substituindo-os por novo hardware com maiores níveis de eficiência.

C. INOVAÇÃO EXPLORATÓRIA

Num sector com um ritmo intenso de evolução tecnológica, a inovação exploratória é crítica para garantir altos níveis de competitividade e a liderança de mercado no longo prazo. A abordagem da Portugal Telecom à inovação exploratória alavanca não só competências internas e um elevado conhecimento do mercado, como também uma vasta rede de parcerias estratégicas.

Os projectos de inovação exploratória do Grupo têm sido reconhecidos e suportados por programas de financiamento nacionais e internacionais, reduzindo assim o risco associado a um tipo de investimento com retorno por natureza incerto. Neste âmbito, em 2010, foram apoiados vários projectos, nomeadamente através de programas como o QREN e o FP7 da Comissão Europeia, em áreas de investigação como a saúde, redes de nova geração, *mobile payments* e conteúdos digitais.

1. INOVAÇÃO EXPLORATÓRIA IMPULSIONADA POR UNIDADES INTERNAS

Na Portugal Telecom, os projectos de inovação exploratória são principalmente desenvolvidos pela PT Inovação, com um forte enfoque na optimização da infra-estrutura tecnológica, e pelo SAPO, uma software boutique interna orientada para o desenvolvimento e integração de aplicações multi-plataforma.



a. PT Inovação

Durante o ano de 2010, a PT Inovação trabalhou diversas áreas de conhecimento exploratórias, sendo de destacar:

- Plataformas de serviços e aplicações *Context Aware* de suporte a futuros ambientes de Multi-media IP;
- Desenho de soluções cooperativas de eficiência energética em redes wireless com foco no 3GPP LTE e nas *femtocells*;
- Avaliação dos ganhos de capacidade e cobertura resultantes da utilização do espectro radioeléctrico nos *TV White Spaces* para implementação do 3GPP LTE;
- Desenho de um sistema wireless de banda larga e de um sistema de gestão comum de recursos rádio em ambientes de redes wireless heterogéneos que tiram partido de infra-estrutura óptica para transporte do sinal rádio (RoF);
- Participação na *Future Internet* e nas suas vertentes de arquitectura, novos modelos de negócio e virtualização (IaaS).

Vários destes projectos foram enquadrados em programas de colaboração internacional, desenvolvidos fundamentalmente ao longo de três linhas de intervenção:

- No contexto dos projectos promovidos pela União Europeia no âmbito dos seus "Programas Quadro" ICT e CIP (p.ex. *Projecto Futon – Radio over Fibre* – e *Projecto ALICANTE – Conteúdos Digitais Multimédia*);
- Envolvimento no renovado programa Celtic-Plus do EUREKA (p.ex. elaboração da proposta do *Projecto GreenT – Green Terminals for Next Generation Wireless Systems*);
- Envolvimento no programa de estudos estratégicos em telecomunicações do EURESCOM (p.ex. *Projecto PR1957 – Open API para aplicações M2M* – e *Projecto PR2051 – Cloud Computing*).

Em termos de propriedade intelectual, a PT Inovação efectuou quatro pedidos provisórios de patentes e converteu outros dois pedidos provisórios em pedidos definitivos, sendo um deles um pedido internacional de patente:

- Pedidos provisórios de patente:
 - "*Managing Link Layer Resources for Media Independent Handover*", que tem como co-requerentes a Universidade de Aegean e o *National Centre for Scientific Research "Demokritos"*;

- "Sistema de informação para atendimento ao público", que tem como co-requerente, a UTAD;
- "Concentrator for networked sensors and remote meters, supporting diverse network access technologies with automatic fallback strategies, and sensor access security support";
- "Componente óptico reflectivo integrado num terminal de fibra óptica".
- Conversão de pedidos provisórios de patente em definitivos:
 - "Método e Mecanismo para Controlo e Mitigação do Efeito Transitório em Amplificadores Ópticos de Raman com Reflexão das Bombas", em cooperação com a Universidade de Aveiro;
 - "Context-aware MBMS coverage control", que também foi objecto de pedido internacional de patente (PCT).

b. SAPO

O SAPO assume uma função de constante procura por soluções inovadoras e criativas, tendo um papel importante na extensão desta filosofia a toda a organização. Actualmente, o SAPO emprega mais de 200 pessoas no desenvolvimento de actividades de I&D.

As principais áreas de investigação do SAPO centram-se em temas como o desenvolvimento de aplicações em ambiente multi-plataforma, a criação de conteúdos web, a geração de comunidades *online*, a melhoria do interface para o utilizador e o desenvolvimento de plataformas de suporte a publicidade *online*.

2. ECOSISTEMA DE PARCERIAS EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O estabelecimento de parcerias estratégicas de inovação com empresas e instituições reconhecidas a nível internacional é fundamental na geração de um ecossistema de inovação exploratória alargado e dinâmico. Deste modo, a Portugal Telecom garante o acesso a soluções de vanguarda com time-to-market mais curtos. Estas parcerias podem ser agrupadas em: (a) parcerias tecnológicas; (b) parcerias estratégicas; (c) parcerias com universidades e (d) parcerias com institutos de investigação.

a. Parcerias Tecnológicas

De forma a garantir o acesso dos seus clientes a serviços de nova geração baseados numa rede de fibra óptica, a Portugal Telecom manteve os acordos com fornecedores internacionais de referência, tais como a Corning, a Cisco e a Huawei. Estas parcerias consubstanciam-se não só em contratos de fornecimento mas também no desenvolvimento conjunto de soluções adaptadas ao mercado português. Em 2010, a Portugal Telecom manteve ainda parcerias-chave com fornecedores de equipamentos, tais como a Samsung, a LG e a ZTE, para o desenvolvimento conjunto de produtos customizados ao mercado português.

b. Parcerias Estratégicas

A Portugal Telecom procura estabelecer parcerias estratégicas com outros operadores de telecomunicações de referência para partilha de melhores práticas e colaboração em projectos de inovação. Esta filosofia é ilustrada pelo recente acordo de colaboração estabelecido com a Singtel, operador líder em Singapura. O objectivo desta parceria é a partilha de benchmarks e boas práticas operacionais e comerciais em serviços de televisão por subscrição, baseados em fibra óptica e IPTV, e o desenvolvimento de aplicações inovadoras para redes fixas e móveis de alto débito.

c. Parcerias com Universidades

A Portugal Telecom trabalha em parceria com várias universidades internacionais e nacionais no desenvolvimento de projectos com carácter exploratório. Por exemplo, em 2010, no âmbito do Programa Carnegie-Mellon, foram lançados 3 projectos de investigação em que a Portugal Telecom se apresenta como parceiro industrial:

- [SENODs](#) – Cyber-Physical Systems Technologies for Energy-Optimized Data Centres – com o objectivo de desenvolver um conjunto de ferramentas baseadas em tecnologias de sistema cyber-físicas, que enderece os desafios da eficiência energética e de TI colocados por data centres de nova geração, como o que a PT está a construir;
- [TRONE](#) – Trustworthy and Resilient Operations in a Network Environment – com o objectivo de desenvolver frameworks operacionais que aumentem a segurança e a tolerância a falhas nas soluções de cloud computing que a Portugal Telecom está a desenvolver;
- [NeTS](#) – Next Generation Network Operations and Management – com o objectivo de desenvolver um novo framework operacional a integrar na plataforma PULSO, que permita inferir em tempo real root-causes de falhas que possam surgir nos serviços e redes IP do Grupo PT (com especial ênfase nos serviços IPTV).

Adicionalmente, a Portugal Telecom colaborou na orientação de várias teses de mestrado dos seus colaboradores (cerca de 10 projectos) – nomeadamente no desenvolvimento de um protótipo de uma ferramenta low-cost de análise de redes sociais para operadores de telecomunicações, desenvolvida pelo grupo de alunos do MSE (Master of Software Engineering) – e manteve esforços para promover a formação avançada e o desenvolvimento de talento dos seus colaboradores, tendo apoiado mais treze alunos de Mestrados Profissionais e um de Doutoramento (PhD).

No trabalho desenvolvido com as Universidades Nacionais, têm sido gradualmente envolvidas as principais Universidades (Aveiro, Porto – FEUP, Coimbra, Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Interior, Lisboa – IST e Faculdade de Ciências). Neste âmbito, destacam-se as seguintes iniciativas:

- [Tecnologias WEB](#) – aplicadas a contextos educativos – materializado no projecto SAPO CAMPUS – ferramenta que aproxima os serviços da nova Web 2.0 (blogs, vídeos, fotos, wiki, Messenger e widgets) de conceitos de PLE – Personal Learning Environment.
- [Projecto VERBATIM](#) – processamento de linguagem natural através do desenvolvimento de sistemas avançados de inteligência artificial no reconhecimento textual de padrões.
- [Projecto SYLVESTER](#) – desenvolvimento de um analisador de tendências sociais, por recurso às ferramentas sociais (como Twitter e Facebook), na análise automática de sentimentos, potenciando a modelação mais precisa de sistemas de recomendação de conteúdo e análise de redes sociais.
- [Projecto MIR](#) – processamento gráfico avançado através do desenvolvimento de sistemas avançados de inteligência artificial no reconhecimento de padrões em imagens e vídeo.
- [Projecto REACTION](#) – jornalismo computacional com tecnologia de recuperação, extracção e agregação de informação para integração e organização de notícias.
- [Projecto iNeighbour](#) – redes sociais aplicadas a contextos de consumo da população sénior, tendo por base a oferta das novas soluções tecnológicas do MEO - *Presentation Framework*.
- [Projecto SEDUCE](#) – estudos sociológicos na concepção de aplicações para a TV.
- [Integração de LTE nas arquitecturas de redes futuras numa perspectiva de mobilidade](#) – investigação de uma arquitectura de rede LTE para integração nas redes actuais e futuras, numa perspectiva de suporte de mobilidade na rede LTE e entre diferentes redes.
- [MultiPass](#) – transposição da tecnologia de gestão de identidade digital para o domínio de aplicação real, tornando os equipamentos móveis em “carteiras” ou “passes” digitais, que permitem o acesso a uma panóplia de serviços integrados.
- [PELE](#) – *Intelligent Personal Learning Environment* – exploração de técnicas e metodologias de recolha e extracção de informação com base no contexto e desenvolvimento de um protótipo que aplique estas técnicas num ambiente de aprendizagem pessoal.
- [inTACT](#) – demonstração de novos paradigmas de interacção, desde os métodos tácteis baseados em gestos (principalmente *multi-touch*) até às interfaces imersivas naturais/espaciais ou tangíveis.



- [A Cloud Oriented Approach for People-Provided Services](#) – criação e experimentação de um cenário de *cloud computing* (IaaS e SaaS) que responda às necessidades em termos de resiliência, load balancing, segurança e tolerância a falhas.

d. Parcerias com Institutos de Investigação

A Portugal Telecom tem ainda protocolos estabelecidos com diversas instituições de investigação, tais como o INESC e o IT. A participação no INESC tem o intuito de dinamizar projectos universitários com potencial impacto no negócio da Portugal Telecom, incluindo os SAPO Labs. No domínio dos serviços e aplicações Context Aware de suporte a futuros ambientes de Multimedia IP, bem como no desenvolvimento de algoritmos de optimização e securização de redes de alto débito, a PT Inovação tem também colaborado com o INESC (Porto e Coimbra).

Adicionalmente, a PT Inovação é associada fundadora do Instituto de Telecomunicações, participando activamente na gestão do pólo de Aveiro, onde mantém um grupo de investigação residente nas áreas de interesse para a Portugal Telecom (por exemplo, projecto conjunto para permitir velocidades de 10Gbps).

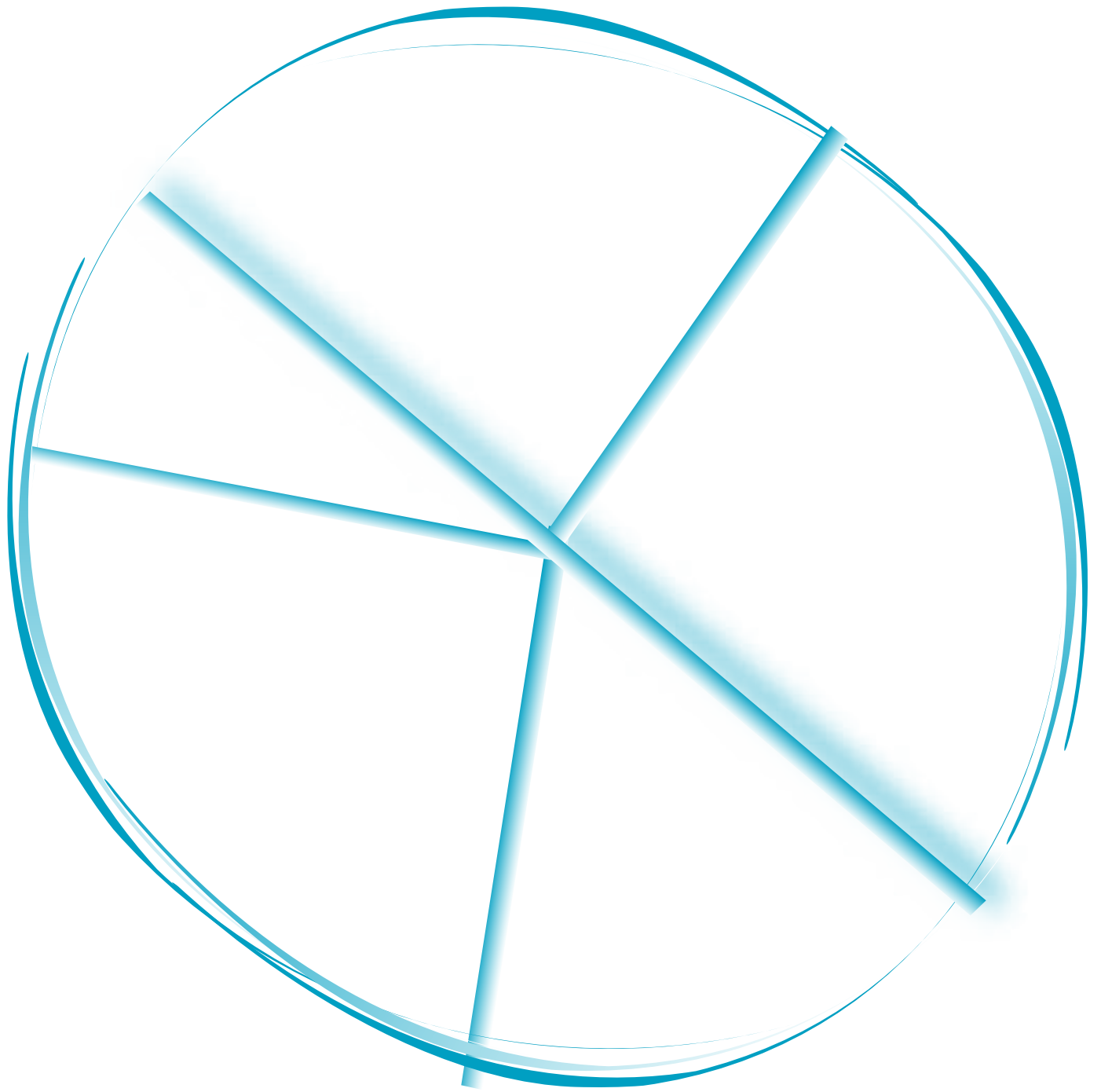
3. INOVAÇÃO EM OPERAÇÕES INTERNACIONAIS

A Portugal Telecom é um operador com vocação global e, como tal, procura difundir a cultura de inovação do Grupo por todas as geografias de presença.

A PT Inovação tem sido um veículo importante desta estratégia, tendo estabelecido pólos de inovação no Brasil e em alguns países Africanos. Actualmente, cerca de metade das suas receitas são já provenientes de mercados fora da Europa (23% na América do Sul, 18% em África e 5% na Ásia).

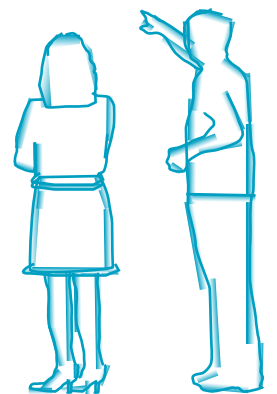
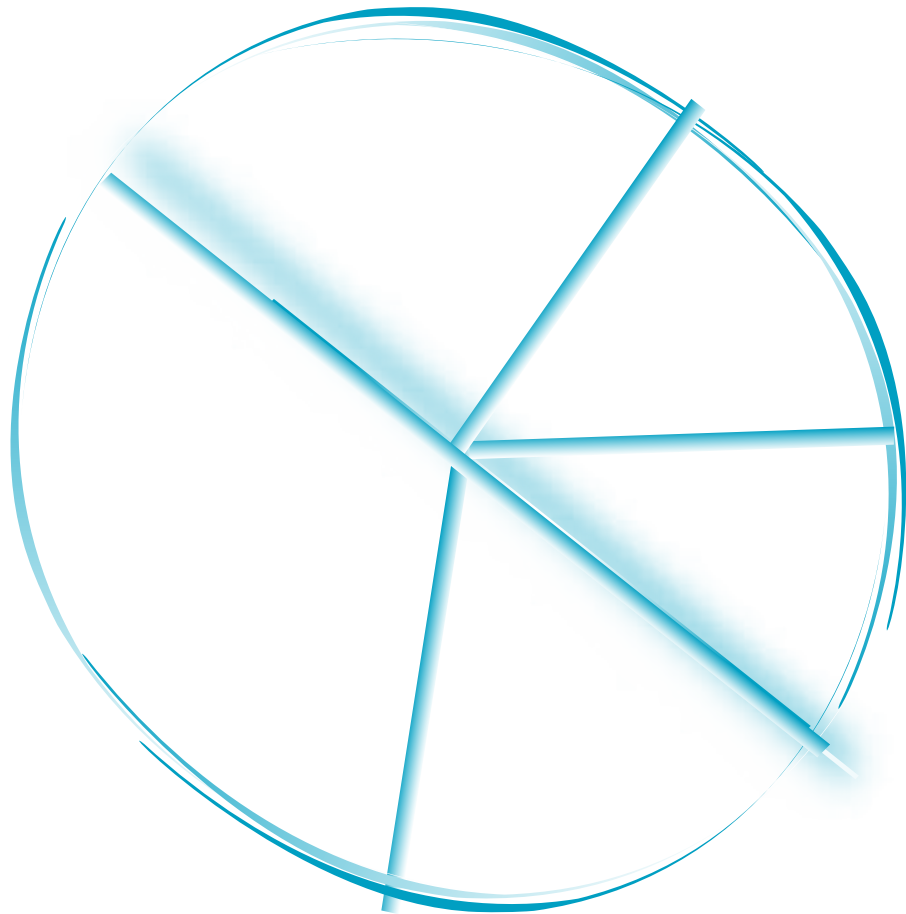
Por outro lado, a Portugal Telecom tem investido fortemente em inovação nas diversas operações internacionais do Grupo, sendo de destacar as seguintes iniciativas:

- [Unitel \(Angola\)](#): aposta no desenvolvimento da oferta de dados e no lançamento de serviços inovadores, na expansão e melhoria das redes 2G e 3G e na construção de backbone em fibra óptica em Luanda e nas províncias;
- [MTC \(Namíbia\)](#): lançamento de serviços inovadores como o *Aweh Aweh* (com recargas semanais e condições preferenciais para os seus clientes) e o serviço de internet Netman (com uma velocidade de 7,2 mbps). Adicionalmente, foi efectuado um investimento significativo na modernização da rede 2G e 3G (com tecnologia *single RAM*), bem como no desenvolvimento de *backbone*;
- [CVT \(Cabo Verde\)](#): lançamento de ofertas inovadoras como a CVT Negócios (dirigida ao mercado empresarial) e ofertas integradas residenciais e empresariais (com computadores portáteis, Net Fácil ADSL, Net Móvel e ZAPTV), e investimento em novas tecnologias de comunicações, sendo disso prova a moderna rede de fibra óptica instalada. Adicionalmente, foi efectuada uma reestruturação significativa dos Sistemas de Informação, com uma nova solução BSS/OSS funcionalmente mais versátil e robusta;
- [CST \(São Tomé e Príncipe\)](#): investimento no reforço de capacidade para suportar o forte crescimento de clientes e desenvolvimento de projecto de fornecimento de energia às estações remotas através de energia solar e eólica;
- [CTM \(Macau\)](#): desenvolvimento da oferta de dados, investimento na expansão e melhoria das redes 2G e 3G e construção de ligações de fibra óptica (FTTH) nos seus principais clientes empresariais;
- [TT \(Timor Leste\)](#): realização de investimentos na melhoria da oferta (banda larga móvel 3G pós e pré-paga; pacote com PC, pen 3G e saldo; Internet no telemóvel; e Portal Sapo.tl) e no desenvolvimento de infra-estruturas, como a expansão da rede 2G e 3G e a instalação de uma rede de fibra óptica em Dili. Adicionalmente, foi lançado um projecto de fornecimento de energia às estações através de energia solar.



05

ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS



ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS ⁽¹⁾		MILHÕES DE EUROS				
	4T10	4T09	Δ09/10	2010	2009	Δ09/10
Receitas operacionais	949,7	961,3	(1,2%)	3.742,3	3.733,4	0,2%
Rede fixa ⁽²⁾	476,3	501,4	(5,0%)	1.929,0	1.947,8	(1,0%)
Móvel • TMN ⁽²⁾	342,1	382,8	(10,6%)	1.387,5	1.517,8	(8,6%)
Outros e eliminações	131,3	77,0	70,4%	425,8	267,8	59,0%
Custos operacionais, ex, PRBs e amortizações	587,2	581,4	1,0%	2.250,6	2.176,5	3,4%
Custos com pessoal	166,5	137,9	20,8%	637,1	546,7	16,5%
Custos directos dos serviços prestados	134,8	137,8	(2,2%)	547,6	522,4	4,8%
Custos comerciais	120,8	115,8	4,3%	392,9	422,9	(7,1%)
Outros custos operacionais	165,2	190,0	(13,1%)	672,9	684,6	(1,7%)
EBITDA ⁽³⁾	362,5	379,9	(4,6%)	1.491,7	1.556,9	(4,2%)
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	(15,3)	22,4	n.s.	38,2	89,6	(57,4%)
Amortizações	209,3	225,2	(7,0%)	758,6	716,9	5,8%
Resultado operacional ⁽⁴⁾	168,4	132,3	27,3%	694,9	750,4	(7,4%)
Outros custos (receitas)	160,1	29,8	n.s.	281,2	58,5	n.s.
Custos do programa de redução de efectivos, líquidos	134,7	10,7	n.s.	145,5	14,8	n.s.
Menos (mais) valias líq, na alienação de imobilizado	(4,6)	(1,1)	n.s.	(5,5)	(2,0)	183,4%
Outros custos (ganhos) líquidos	30,0	20,1	49,1%	141,2	45,6	209,6%
Resultado antes de resultados fin, e impostos	8,4	102,6	(91,8%)	413,8	691,9	(40,2%)
Custos (ganhos) financeiros	(64,1)	(223,2)	(71,3%)	81,6	(200,7)	n.s.
Juros suportados líquidos	9,5	63,3	(85,0%)	185,0	227,5	(18,7%)
Perdas (ganhos) em empresas associadas	(76,3)	(297,7)	(74,4%)	(141,7)	(456,0)	(68,9%)
Outros custos (ganhos) financeiros líquidos	2,8	11,3	(75,3%)	38,3	27,9	37,3%
Resultado antes de impostos	72,4	325,7	(77,8%)	332,2	892,6	(62,8%)
Imposto sobre o rendimento	(13,4)	(21,5)	(37,6%)	(77,5)	(185,9)	(58,3%)
Resultado das operações continuadas	59,0	304,2	(80,6%)	254,6	706,7	(64,0%)
Resultado das operações descontinuadas	14,0	38,0	(63,3%)	5.565,4	82,5	n.s.
Resultado antes de interesses minoritários	73,0	342,3	(78,7%)	5.820,1	789,2	n.s.
Prejuízos (lucros) atribuíveis a interesses minoritários	(18,5)	(30,2)	(38,6%)	(147,9)	(104,5)	41,6%
Resultado consolidado líquido ⁽⁵⁾	54,5	312,1	(82,5%)	5.672,2	684,7	n.s.

(1) Os valores relativos a 2009 foram ajustados de forma a reconhecer o negócio da Vivo como operação descontinuada e a reflectir o impacto da adopção da IFRIC 12. (2) As receitas operacionais dos negócios de rede fixa e móvel doméstico reflectem o impacto da decisão regulamentar de diminuição das tarifas de terminação móvel (MTRs). Na TMN, este impacto ascendeu a 12 milhões de euros em 2010. As receitas operacionais da rede fixa reflectem ainda o impacto da alteração no reconhecimento das penalidades contratuais a partir do 3T09. (3) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações. (4) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos. (5) Em 2010, o resultado líquido inclui itens extraordinários relacionados com a mais-valia obtida com a alienação da Brasilcel, ajustamentos de conversão cambial acumulados que foram reconhecidos no resultado líquido na data da alienação e ajustamentos ao valor contabilístico de certos activos, provisões para contingências e outros custos não recorrentes. No 4T09, o resultado líquido inclui a mais-valia relacionada com a alienação da Médi Télécom

RECEITAS OPERACIONAIS CONSOLIDADAS

Em 2010, as [receitas operacionais consolidadas](#) aumentaram 0,2% face a 2009, para 3.742 milhões de euros, em resultado do crescimento das receitas das operações internacionais, nomeadamente da MTC, na Namíbia, da Timor Telecom e da Dedic / GPTI. A diminuição das MTRs impactou negativamente o crescimento das receitas da rede fixa e da TMN em 0,4 pp em 2010 face a 2009.

Em 2010, as [receitas das operações em Portugal](#) diminuíram 3,6% (120 milhões de euros) face a 2009. O desempenho das receitas das operações em Portugal foi negativamente impactado por: (1) menores vendas de equipamentos (25 milhões de euros); (2) menores MTRs (13 milhões de euros); (3) alteração no reconhecimento de penalidades contratuais na rede fixa; (4) menores receitas do negócio de listas telefónicas (14 milhões de euros), e (5) menores receitas de cliente na TMN (74 milhões de euros). O desempenho das receitas de cliente reflectem as condições económicas desafiantes juntamente com a crescente competitividade no segmento jovem e menores receitas de roaming-out (5 milhões de euros), que diminuíram em consequência de cortes nas tarifas reguladas.

As [receitas operacionais da rede fixa](#) diminuíram apenas 1,0% em 2010 face a 2009, de 1.948 milhões de euros para 1.929 milhões de euros. Este desempenho foi impactado por: (1) uma redução contínua no negócio de listas telefónicas (14 milhões de euros); (2) menores receitas no segmento empresarial e de dados (13 milhões de euros) devido a condições económicas desafiantes, bem como a redução de alguns projectos estruturantes; (3) a alteração no reconhecimento das penalidades contratuais, e (4) redução nas receitas de wholesale (4 milhões de euros), afectadas pela redução de 7 milhões de euros nas receitas de lacetes locais desagregados e DSL. Estes efeitos mais do que compensaram o aumento significativo nas receitas de TV por subscrição e de banda larga de retalho. No 4T10, as receitas de retalho aumentaram 0,2% face ao 4T09, suportadas no forte e contínuo desempenho da oferta triple-play do Meo (voz, dados e TV por subscrição), que está a impulsionar a contínua evolução das linhas telefónicas fixas e o crescimento da banda larga fixa. Em 2010, as receitas de retalho diminuíram 0,2% face a 2009, de 971 milhões de euros para 969 milhões de euros, mas ajustando pelo impacto da alteração no reconhecimento das penalidades contratuais, as receitas de retalho da rede fixa teriam aumentado 0,6% face a 2009.

Em 2010, o negócio de rede fixa continuou a beneficiar de um contínuo esforço na transformação do segmento residencial doméstico de um modelo de telecomunicações tradicional para um modelo assente em ofertas triple-play, que é mais competitivo e mais resiliente a condições económicas adversas. O total de acessos da rede fixa de retalho, ou unidades geradoras de receitas de retalho (RGUs), atingiu 4.527 mil, sendo que os acessos de TV por subscrição e os acessos de banda larga já representam mais de 40% do total de acessos de retalho. As adições líquidas de retalho atingiram 337 mil em 2010, mais 3,7% que em 2009, impulsionadas pelo sucesso das ofertas de TV por subscrição e de triple-play, as quais têm contribuído para ganhos constantes e sucessivos de quota de mercado de banda larga e para reduções recorde nos desligamentos líquidos de linhas telefónicas fixas. Este desempenho sólido foi também sustentado no investimento na cobertura de um milhão de casas com FTTH, realizado ao longo de 2009 e 2010, que tem vindo a ganhar força comercial à medida que as casas ficam comercialmente disponíveis para venda. Como resultado, existiam 130 mil clientes de fibra no final de 2010, representando uma penetração de 13,8% no total de casas passadas no final do ano e de 20,7% da média de casas comercialmente disponíveis em 2010. Recentemente, a PT recebeu um Innovation Award atribuído pelo FTTH Council pelo planeamento e implementação da sua rede de fibra, reconhecendo a execução e engenharia de excelência da PT e a capacidade da empresa de trabalhar, com sucesso, com os seus parceiros tecnológicos.

É de destacar que, no 4T10, a PT obteve adições líquidas de linhas telefónicas fixas (mil clientes) pela primeira vez nos últimos sete anos, não obstante os 7 mil desligamentos líquidos das linhas em pré-selecção. Em 2010, os clientes de retalho de banda larga fixa aumentaram 16,1% face a a 2009, superando o objectivo de um milhão de clientes. As adições líquidas de banda larga de retalho atingiram

139 mil em 2010, em linha com a melhoria da tendência observada em 2009. Como resultado, de acordo com o relatório emitido pelo ICP-ANACOM, o regulador Português de telecomunicações), no 3T10, a PT tem consecutivamente aumentado a sua quota de mercado de banda larga fixa nos últimos dez trimestres. Tal como acima referido, o sólido desempenho das ofertas double-play e triple-play do Meo contribuiu decisivamente para atenuar os desligamentos líquidos de linhas telefónicas fixas, que se situaram em 51 mil em 2010 face a 96 mil em 2009 e a 173 mil em 2008. Adicionalmente, os desligamentos líquidos das linhas geradoras de tráfego foram de apenas 12 mil em 2010, face a 56 mil em 2009, uma melhoria de quase 80%, e a 110 mil em 2008. No 4T10, as linhas geradoras de tráfego aumentaram em 8 mil, confirmando assim o sucesso do Meo enquanto factor decisivo para a inversão da tendência na evolução das linhas telefónicas fixas. Este forte desempenho foi particularmente notável no segmento residencial, que apresentou adições líquidas positivas de linhas telefónicas fixas de 11 mil em 2010 e 10 mil no 4T10. A oferta Meo da PT continua a beneficiar de uma forte procura, tendo atingido uma quota de mercado estimada de 30%. As adições líquidas de TV por subscrição foram de 249 mil em 2010 e o total de clientes de TV por subscrição atingiu 830 mil, o equivalente a uma penetração de 82,9% na base de clientes de retalho de banda larga fixa, mais 15,5pp face a 2009. Em 2010, as RGUs de retalho por acesso aumentaram face ao ano anterior 10,1% para 1,68.

Em 2010, as [receitas operacionais da TMN](#) diminuiram 130 milhões de euros (-8,6% face a 2009) para 1.387 milhões de euros, principalmente devido a: (1) menores receitas de cliente (74 milhões de euros), num contexto de aumento da penetração dos planos tribais (planos tarifários pré-pagos com tráfego ilimitado de voz e sms entre subscritores com o mesmo plano tarifário), principalmente no segmento jovem, e menores receitas de roaming-out (5 milhões de euros), devido principalmente ao corte nas tarifas reguladas; (2) menores vendas de equipamentos (32 milhões de euros), e (3) menores receitas de interligação (19 milhões de euros), em parte como resultado do impacto negativo de menores MTRs (12 milhões de euros). Não obstante o ambiente económico e o aumento significativo na banda larga fixa, impulsionado pelas ofertas triple-play, as receitas de dados diminuiram apenas 0,9% face a 2009 e contribuíram 24,6% para as receitas de serviço (+1,5 pp face ao ano anterior).

As [outras receitas](#), incluindo as eliminações intra-grupo, aumentaram 59,0% em 2010 face a 2009, para 426 milhões de euros. Este desempenho deveu-se principalmente: (1) aos aumentos, face a 2009, de 30,3% e 20,1% na Timor Telecom e na MTC, respectivamente; (2) à melhoria das tendências do negócio de BPO no Brasil, Dedic, e (3) à consolidação da GPTI, uma empresa de TI/SI adquirida pela Dedic, a partir de 1 de Março de 2010.

CUSTOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS, EXCLUINDO CUSTOS COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E AMORTIZAÇÕES E DEPRECIações

Os [custos operacionais](#) consolidados, excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações, aumentaram 3,4% para 2.251 milhões de euros em 2010, face a 2.177 milhões de euros em 2009, essencialmente em resultado de maiores contribuições: (1) da rede fixa (36 milhões de euros), reflectindo custos de programação mais elevados, relacionado com o desenvolvimento dos serviços de televisão por subscrição; (2) do negócio de call center da Portugal Telecom no Brasil; e (3) da GPTI, a qual foi consolidada apenas a partir de 1 de Março de 2010. Estes efeitos foram parcialmente compensados por uma redução na TMN (94 milhões de euros), em resultado do rígido controlo de custos e enfoque na rentabilidade das operações, num contexto económico adverso.

Os [custos com o pessoal](#) aumentaram 16,5% em 2010 para 637 milhões de euros, essencialmente em resultado de maiores contribuições: (1) da Dedic, a nossa operação de call center no Brasil, no seguimento dos investimentos efectuados em 2010 para a expansão deste negócio e do impacto da apreciação do Real Brasileiro (23 milhões de euros); e (2) da GPTI, a qual foi consolidada apenas a partir de 1 de Março de 2010. Os custos com pessoal representaram 17,0% das receitas operacionais consolidadas.

Os **custos directos** aumentaram 4,8% para 548 milhões de euros em 2010 e representaram 14,6% das receitas operacionais consolidadas. Este crescimento é explicado essencialmente pela maior contribuição por parte da rede fixa (29 milhões de euros), com o aumento nos custos de programação, relacionado com o contínuo crescimento de clientes de TV por subscrição, da maior abrangência da oferta de conteúdos e da maior captação de serviços premium e de serviços VOD, a ser parcialmente compensado pela redução nos custos de interligação, reflectindo basicamente o impacto da redução das MTRs, e por menores custos com o negócio das listas, em resultado do declínio significativo deste negócio. Este crescimento na rede fixa é parcialmente compensado por uma redução dos custos directos na TMN em resultado de menores MTRs e de uma maior proporção do tráfego on-net.

Os **custos comerciais** diminuíram 7,1% para 393 milhões de euros em 2010 e representaram 10,5% das receitas operacionais consolidadas. Esta diminuição ficou a dever-se a uma redução na TMN (47 milhões de euros), em resultado de menores vendas e contínuo enfoque no aumento do número de equipamentos exclusivos e na redução do portfólio de equipamentos TMN. Este efeito foi parcialmente compensado pela maior contribuição por parte da rede fixa (9 milhões de euros), em resultado do crescimento do serviço de televisão por subscrição.

Os **outros custos operacionais**, que incluem essencialmente serviços de suporte, fornecimentos e serviços externos, impostos indirectos e provisões, diminuíram 1,7% (12 milhões de euros) para 673 milhões de euros em 2010. Esta redução é explicada essencialmente pela menor contribuição por parte TMN devido principalmente a menores custos de manutenção e reparação, em resultado de uma gestão integrada e mais eficiente das redes fixa e móvel, e a menores custos gerais e administrativos, que refletem uma rigorosa disciplina operacional e de custos. Estes efeitos foram parcialmente compensados (1) pelo impacto da consolidação da GPTI desde 1 de Março de 2010 (16 milhões de euros) e (2) pelo aumento de custos no negócio de call center da Portugal Telecom no Brasil, em resultado dos custos de aluguer relacionados com a construção de novos sites concluído em 2010 e do impacto da apreciação do Real Brasileiro.

EBITDA



O EBITDA diminuiu 4,2% em 2010 face a 2009 para 1.492 milhões de euros, equivalente a uma margem EBITDA de 39,9%. O desempenho no período foi impactado pelos negócios em Portugal, como resultado: (1) da diminuição das receitas da TMN e apesar da redução de 11,2% face a 2009 nos custos operacionais excluindo amortizações, e (2) da diminuição do EBITDA na rede fixa, embora apresentando uma melhor tendência face ao ocorrido em 2009 devido ao contínuo investimento na implementação das ofertas triple-play e na aquisição de clientes. Este desempenho mais do que compensou o crescimento dos negócios internacionais consolidados integralmente.

EBITDA POR SEGMENTO DE NEGÓCIO ⁽¹⁾⁽²⁾				MILHÕES DE EUROS		
	4T10	4T09	Δ09/10	2010	2009	Δ09/10
Rede fixa	184,8	195,2	(5,3%)	745,2	799,6	(6,8%)
Móvel • TMN	149,6	166,7	(10,3%)	638,1	674,1	(5,3%)
Outros e eliminações	28,0	17,9	56,4%	108,4	83,1	30,4%
EBITDA total ⁽²⁾	362,5	379,9	(4,6%)	1.491,7	1.556,9	(4,2%)
Margem EBITDA (%)	38,2	39,5	(1,4pp)	39,9	41,7	(1,8pp)

(1) Os valores relativos a 2009 foram ajustados de forma a reconhecer o negócio da Vivo como operação descontinuada e reflectir os impactos da adopção da IFRIC 12. (2) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações.

O EBITDA da rede fixa ascendeu a 745 milhões de euros em 2010, equivalente a uma margem de 38,6%. A margem EBITDA continuou a ser impulsionada, principalmente, pelo investimento no negócio de TV por subscrição com os custos de programação, de aquisição de clientes e de suporte a serem significativamente impactados pela implementação das ofertas triple play. No 4T10, o EBITDA da rede fixa ascendeu a 185 milhões de euros, equivalente a uma margem de 38,8%, inferior em 0,1pp face ao 4T09, mostrando uma importante melhoria sequencial em relação aos trimestres anteriores, e não obstante o contínuo investimento na implementação de ofertas triple-play, como já foi referido acima, em resultado de controle de custos e melhorias de eficiência. A melhoria na evolução do EBITDA foi atingida devido à racionalização da estrutura de custos, decorrente da convergência fixo-móvel, e da reestruturação dos negócios em Portugal por segmentos de clientes.

Na TMN, não obstante a redução de 11,2% face a 2009 dos custos operacionais excluindo amortizações, o que destaca uma clara melhoria de eficiência suportada na integração fixo-móvel e na disciplina de custos. O EBITDA diminuiu 5,3% face a 2009 para 638 milhões de euros em 2010. Este desempenho foi atingido devido a menores receitas de cliente e de interligação, conforme referido acima, que têm uma maior alavancagem operacional. Em resultado do esforço de contenção de custos, a margem EBITDA aumentou 1,6pp em relação a 2009.

Em 2010, o EBITDA dos outros negócios aumentou 30,4% face a 2009, para 108 milhões de euros, em resultado: (1) dos crescimentos de 35,8% e 19,8% na Timor Telecom e na MTC, respectivamente; (2) da melhoria da tendência na Dedic, e (3) da consolidação da GPTI a partir de 1 de Março de 2010. Estes efeitos mais do que compensaram a contracção do EBITDA na CVT em Cabo Verde, em resultado de condições económicas mais fracas e de um ambiente regulatório adverso.

RESULTADO LÍQUIDO

Os custos com benefícios de reforma diminuíram 51 milhões de euros, para 38 milhões de euros em 2010, o que compara com 90 milhões de euros em 2009. Esta diminuição decorre, principalmente, de um ganho registado em 2010, relativo a exercícios anteriores, no montante de 31 milhões de euros, o qual está relacionado com alterações introduzidas na fórmula de cálculo das pensões pela Lei 3-B/2010. Excluindo este efeito, os custos com benefícios de reforma teriam diminuído 20 milhões de euros, principalmente devido: (1) à redução de 105 milhões de euros nas responsabilidades com benefícios de reforma ocorrida ao longo de 2009, (2) ao aumento do justo valor dos activos dos fundos ocorrido em 2009, de 2.132 milhões de euros para 2.370 milhões de euros, em resultado do desempenho dos fundos de activos e das contribuições para os fundos de pensões, e (3) à redução da taxa de desconto de 5,75% para 5,50% em 2009.

As amortizações aumentaram 5,8% face a 2009, para 759 milhões de euros, reflectindo principalmente uma maior contribuição do negócio da rede fixa, em resultado dos investimentos na implementação do serviço de TV por subscrição e da amortização acelerada de alguns equipamentos da rede GSM da TMN, na sequência da decisão de substituição de equipamentos 2G por outros já incorporando tecnologia 4G.

Os custos com o programa de redução de efectivos ascenderam a 146 milhões de euros em 2010, o que compara com 15 milhões de euros em 2009, reflectindo a disciplina de custos da PT e melhorias de eficiência devido à reengenharia de processos e à reorganização da empresa por segmentos de cliente, não obstante o crescimento significativo dos clientes de TV por subscrição e de banda larga fixa e a sólida reversão das tendências da rede fixa, no seguimento do contínuo sucesso do Meo.

Os outros custos líquidos ascenderam a 141 milhões de euros em 2010, principalmente em resultado: (1) do reconhecimento de provisões e ajustamentos para fazer face ao valor recuperável de alguns activos e a perdas estimadas com acções judiciais, e (2) de despesas incorridas relacionadas com a aquisição de uma participação na Oi.

[Os juros líquidos](#) diminuíram para 185 milhões de euros em 2010, o que compara com 227 milhões de euros em 2009, principalmente em resultado da diminuição da dívida líquida média, no seguimento do recebimento em Setembro de 2010 da primeira prestação relativa à aquisição da participação de 50% na Brasilcel da PT (4.500 milhões de euros). Este efeito foi compensado por um ligeiro aumento no custo médio da dívida de 4,3% em 2009 para 4,4% em 2010.

[Os ganhos em empresas associadas](#) ascenderam a 142 milhões de euros em 2010, face a 456 milhões de euros em 2009. Este decréscimo é principalmente explicado: (1) por perdas não recorrentes em investimentos em empresas associadas em 2010, no montante de 36 milhões de euros, de forma a ajustar o valor contabilístico dos mesmos para os respectivos valores recuperáveis estimados; (2) pela mais-valia, no montante de 267 milhões de euros, obtida com a alienação da Médi Télécom no 4T09, acrescida da quota da PT nos resultados desta empresa associada até à data da alienação, e (3) pelo impacto da desvalorização do kwanza face ao euro. Excluindo estes efeitos, os ganhos em empresas associadas teriam ascendido a 192 milhões de euros em 2010 e a 178 milhões de euros em 2009, em resultado de melhores resultados da Unitel, em moeda local, e da UOL. Em 29 de Dezembro de 2010, a PT chegou a um acordo para a venda da sua participação na UOL (28,78%) por um valor de 356 milhões de reais. A transacção foi concluída em 27 de Janeiro de 2011.

[Os outros custos financeiros líquidos](#), que incluem as perdas cambiais líquidas, os ganhos líquidos em activos financeiros e as outras despesas financeiras líquidas, totalizaram 38 milhões de euros em 2010, o que compara com 28 milhões de euros em 2009. As perdas cambiais líquidas ascenderam a 7 milhões de euros em 2010 (0,2 milhões de euros em 2009), principalmente em resultado do impacto da desvalorização do dólar face ao euro, durante o 2S10, nos dividendos atribuídos pela Unitel em Junho de 2010. Os ganhos líquidos em activos financeiros ascenderam a 2 milhões de euros em 2010, o que compara com 8 milhões de euros em 2009, relacionados, principalmente, com o impacto da valorização do dólar face ao euro em instrumentos derivados cambiais euro/dólar que foram liquidados em Abril de 2009. As outras despesas financeiras, que incluem serviços bancários e outros custos de financiamento, totalizaram 33 milhões de euros em 2010, comparativamente a 36 milhões de euros em 2009.

[A provisão para impostos sobre o rendimento](#) diminuiu para 78 milhões de euros em 2010, face a 186 milhões de euros em 2009, correspondendo a uma taxa efectiva de imposto de 23,3% e 20,8%, respectivamente. Em 2010, esta rubrica inclui um ganho de 59 milhões de euros relativo a uma reestruturação societária das empresas da Africatel, que resultou num menor lucro tributável. Excluindo este efeito, a mais-valia não tributável relativa à alienação da Médi Télécom (267 milhões de euros no 4T09), as perdas não recorrentes reconhecidas em 2010 sem impacto fiscal e o aumento nas despesas com juros não dedutíveis em termos fiscais, a provisão para impostos sobre o rendimento teria ascendido a 137 milhões em 2010, correspondendo a uma taxa efectiva de imposto de 28,8%, que compara com uma taxa de 26,6% em 2009. Este aumento na taxa efectiva de imposto é, principalmente, explicado por uma taxa de imposto regulamentar mais elevada em Portugal.

[Os resultados das operações descontinuadas](#) incluem, principalmente, o ganho, líquido de despesas relacionadas, obtido com a alienação do investimento na Vivo, que ficou concluída em 27 de Setembro de 2010, e os resultados da Vivo antes de interesses minoritários até à mesma data.

[O lucro atribuível a interesses não-controladores](#) aumentou 43 milhões de euros para 148 milhões de euros em 2010, reflectindo um aumento nos interesses não-controladores dos negócios da Africatel (22 milhões de euros) e da Vivo (19 milhões de euros). O aumento dos interesses não-controladores da Vivo resultou da melhoria dos seus resultados e da valorização do real. O aumento dos interesses não-controladores da Africatel é explicado principalmente: (1) pela participação dos não-controladores no ganho fiscal de 59 milhões de euros registado em 2010, como foi acima referido, e (2) por um ganho contabilístico registado nesta rubrica em 2009, também resultante de uma reestruturação societária das empresas africanas.

O resultado líquido aumentou para 5.672 milhões de euros em 2010, face a 685 milhões de euros em 2009, reflectindo, principalmente, o aumento dos resultados das operações descontinuadas na sequência do ganho obtido com a transacção da Vivo no 3T10. Este efeito foi parcialmente compensado por: (1) um aumento das despesas não-recorrentes e dos custos com o programa de redução de efectivos; (2) menores ganhos em empresas associadas, principamente em resultado do ganho obtido com a alienação da Médi Télécom, e (3) interesses minoritários mais elevados.

REMUNERAÇÃO ACCIONISTA

Em 2010, a PT pagou um dividendo ordinário de 0,575 euros por acção referente ao exercício de 2009 e, como um adiantamento sobre os lucros de 2010, uma parcela inicial no valor de 1,00 euro por acção relativo ao dividendo excepcional de 1,65 euros por acção anunciado após a alienação da Vivo. Incluído neste pacote remuneratório, a PT irá pagar em 2011, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas, a segunda parcela do dividendo excepcional (0,65 euros por acção) e um dividendo ordinário de 0,65 euros por acção referente ao exercício de 2010.

A proposta de remuneração accionista abrange ainda: (1) um dividendo ordinário de 0,65 euros por acção para o exercício fiscal que termina em 31 de Dezembro de 2011, um aumento de 13% em relação ao compromisso inicial da PT de distribuir 0,575 euros referentes ao mesmo período e que também está dependente da aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, e (2) a proposta do Conselho de Administração da PT para a adopção de uma política de dividendos progressiva, com o objectivo de aumentar anualmente entre 3% e 5% o dividendo por acção para o período compreendido entre os anos fiscais de 2012 e 2014. Adicionalmente, para o ano fiscal de 2011, o Conselho de Administração também tem a intenção de aprovar o pagamento de um dividendo ordinário intercalar com base no desempenho financeiro da empresa, de modo a permitir um retorno mais homogéneo aos seus accionistas ao longo do ano.

O dividendo excepcional e a política de remuneração estão sujeitos às condições de mercado, à condição financeira da PT, à lei aplicável no que respeita à distribuição de resultados líquidos, incluindo aprovações adicionais pela Assembleia Geral, quando aplicável, e a outros factores considerados relevantes pelo Conselho de Administração em cada data.

Após a aprovação da política de remuneração na próxima Assembleia Geral de Accionistas, a PT irá reforçar o seu compromisso de continuar a oferecer um retorno accionista e distribuição de free cash flow de referência no sector, mantendo em simultâneo um balanço sólido e flexibilidade financeira para continuar a investir nos seus mercados principais, em novos produtos e serviços e a manter a sua posição competitiva estratégica de longo prazo.

CAPEX

O capex diminuiu 5,9% em 2010, para 798 milhões de euros, equivalente a 21,3% das receitas (-1,4 pp face a 2009). O capex foi direccionado essencialmente para investimentos: (1) em FTTH, uma tecnologia de futuro, que tem claramente reforçado a posição competitiva da PT nas áreas urbanas; (2) nas redes 3G e 3,5 G, tanto em termos de cobertura como de capacidade, e (3) em novos serviços, nomeadamente na TV por subscrição.

CAPEX POR SEGMENTO DE NEGÓCIO ^{(1) (2)}

MILHÕES DE EUROS

	4T10	4T09	Δ09/10	2010	2009	Δ09/10
Rede fixa	205,1	207,4	(1,1%)	524,1	565,4	(7,3%)
Móvel • TMN	49,0	73,9	(33,7%)	133,1	180,1	(26,1%)
Outros	50,8	46,1	10,1%	141,2	102,6	37,6%
Capex total	304,9	327,5	(6,9%)	798,4	848,1	(5,9%)
Capex em % das receitas operacionais (%)	32,1	34,1	(2,0pp)	21,3	22,7	(1,4pp)

(1) Os valores relativos a 2009 foram ajustados de forma a reconhecer o negócio da Vivo como operação descontinuada e a reflectir a adopção da IFRIC 12. (2) Exclui a aquisição de activos imobiliários aos fundos de pensões no 4T10 (236 milhões de euros) e os compromissos adicionais nos termos da licença UMTS no 1T09 (11,5 milhões de euros).

O capex da rede fixa decresceu 7,3% face a 2009, de 565 milhões de euros para 524 milhões de euros em 2010, reflectindo: (1) a diminuição do capex de infra-estrutura na sequência dos esforços significativos de cobertura de FTTH em 2009; (2) os menores investimentos na infra-estrutura histórica de rede, decorrentes da implementação de FTTH, e (3) o menor capex de cliente, não obstante o contínuo crescimento dos serviços de TV por subscrição. O capex da rede fixa também reflecte as sinergias resultantes da integração fixo-móvel. O capex na rede fixa representou 27,2% das receitas, menos 1,9 pp quando comparado a 2009. Em 2011, a PT irá reforçar ainda mais a proposta de valor para seus clientes, alargando a cobertura FTTH em mais 600 mil casas.

Em 2010, o capex da TMN decresceu 26,1% face a 2009, ascendendo a 133 milhões de euros, equivalente a 9,6% das receitas. O decréscimo no capex da TMN é explicado, principalmente, pelo enfoque na geração de cash flow e pelas sinergias decorrentes da integração fixo-móvel. O capex continuou a ser dirigido principalmente para a expansão da capacidade e cobertura da rede, nomeadamente nas áreas urbanas e nas principais rodovias. Em 2010, a maioria do capex de rede foi direccionada para as redes 3G e 3,5G. A PT reitera o objectivo de continuar a reforçar as suas capacidades em dados do segmento móvel, aproveitando a implementação já existente da rede FTTH para impulsionar a qualidade da sua rede móvel que, no final de 2011, espera-se que detenha 80% das estações móveis com fibra, suportadas em tecnologia *Ethernet backauling*.

Em 2010, o capex dos outros negócios aumentou para 141 milhões de euros, que compara com 103 milhões de euros em 2009, em resultado dos investimentos realizados nas operações africanas, nomeadamente na MTC e na CVT, e na expansão dos negócios da Dedic, incluindo a construção de novos sites para *call centre*.

CASH FLOW

Em 2010, o *cash flow* operacional ascendeu a 406 milhões de euros, face a 683 milhões de euros em 2009, devido, principalmente, a um aumento significativo no investimento em fundo de maneio. O desempenho do fundo de maneio é explicado principalmente: (1) pela decisão de implementar uma redução extraordinária no ciclo de pagamentos a determinados fornecedores na sequência da entrada de fundos decorrente da transacção da Vivo, que resultará em melhores condições comerciais no futuro; (2) pelos recebimentos extraordinários de contas a receber de anos anteriores relativas ao programa e-escolas em 2009, e (3) pelo investimento em fundo de maneio da GPTI, que foi consolidada a partir de 1 de Março de 2010.



O *free cash flow* ascendeu a 5.486 milhões de euros em 2010 face a 679 milhões de euros em 2009. Excluindo a primeira e a segunda prestação recebidas da Telefónica em 2010 relativas à transacção da Vivo (5.461 milhões de euros, líquido de despesas) e os montantes recebidos em 2009 relacionados com a alienação do investimento na Médi Télécom (400 milhões de euros), o *free cash flow* teria diminuído de 279 milhões de euros para 25 milhões de euros, principalmente devido a: (1) aumento no investimento em fundo de maneo (180 milhões de euros no 4Q10), e (2) menores dividendos recebidos (111 milhões de euros) em resultado de um atraso no pagamento dos dividendos da Unitel relativos ao ano fiscal de 2009. Estes efeitos foram parcialmente compensados: (1) pela redução dos pagamentos de impostos sobre o rendimento (77 milhões de euros); (2) por uma redução nas contribuições e pagamentos relativos a benefícios de reforma (101 milhões de euros), reflectindo o reembolso de 75 milhões de euros recebido em 2010, relacionado com o excesso de financiamento do plano de cuidados de saúde, e menores contribuições em cash para os fundos de pensões, e (3) por menores pagamentos de salários a trabalhadores pré-reformados e empregados suspensos (15 milhões de euros).

FREE CASH FLOW ⁽¹⁾			MILHÕES DE EUROS			
	4T10	4T09	Δ09/10	2010	2009	Δ09/10
EBITDA menos Capex	57,6	52,4	9,9%	693,3	708,8	(2,2%)
Itens não monetários	3,8	14,5	(73,5%)	35,0	30,5	14,6%
Varição do fundo de maneo	(66,2)	113,4	n.s.	(322,6)	(56,7)	n.s.
Cash flow operacional	(4,8)	180,3	n.s.	405,6	682,5	(40,6%)
Juros	(46,6)	(17,0)	174,1%	(227,7)	(203,7)	11,8%
Valor líquido de pag. e contribuições relativos a PRBs	(5,5)	(60,1)	(90,8%)	25,9	(75,2)	n.s.
Pag. a colab. pré-reformados, suspensos e outros	(44,9)	(48,5)	(7,2%)	(161,1)	(175,9)	(8,4%)
Impostos sobre o rendimento	(24,9)	(49,0)	(49,2%)	(62,5)	(139,6)	(55,2%)
Dividendos recebidos	0,4	102,7	(99,6%)	10,0	121,1	(91,7%)
Alienação da participação na Médi Télécom	0,0	380,0	n.s.	0,0	400,0	n.s.
Venda da participação na Brasilcel	1.000,0	0,0	n.s.	5.500,0	0,0	n.s.
Reduções de capital na Brasilcel	0,0	73,3	n.s.	89,9	73,3	22,6%
Outros movimentos	(40,0)	(4,5)	n.s.	(94,7)	(3,4)	n.s.
Free cash flow	833,7	557,4	49,6%	5.485,5	679,1	n.s.

(1) Os valores relativos a 2009 foram ajustados de forma a reconhecer o negócio da Vivo como operação descontinuada.

DÍVIDA LÍQUIDA CONSOLIDADA

A dívida líquida consolidada ascendeu a 2.100 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, face a 5.528 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009. A redução de 3.428 milhões de euros resultou da geração de *free cash flow* no período (5.486 milhões de euros) e da desconsolidação da contribuição da Vivo para a dívida líquida da PT em 31 de Dezembro de 2009 (699 milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados: (1) pelos dividendos ordinários e excepcionais pagos pela PT, num total de 1.379 milhões de euros, e pelos dividendos pagos pelas empresas do Grupo PT, no valor de 80 milhões de euros; (2) pelo reconhecimento dos pagamentos em dívida ao Estado Português, no valor de 1.022 milhões de euros, relacionados com a transferência de certas obrigações de pensões; (3) pela aquisição de activos imobiliários aos fundos de pensões (236 milhões de euros), no âmbito da transferência das obrigações com pensões não financiadas para o Estado Português, e (4) pela consolidação da GPTI, a partir de 1 de Março de 2010, que tinha uma dívida líquida de 31 milhões de euros.

VARIAÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

MILHÕES DE EUROS

	4T10	4T09	2010	2009
Net debt (initial balance as reported)	781,6	6.084,9	5.528,0	5.571,3
Less: Vivo's net debt	0,0	701,7	699,0	664,9
Net debt (initial balance adjusted)	781,6	5.383,2	4.829,0	4.906,4
Free cash flow (a subtrair)	833,7	557,4	5.485,5	679,1
Dividendos pagos pela PT	875,9	0,0	1.379,5	503,6
Alterações no perímetro de consolidação	0,0	0,0	31,7	0,0
Compromissos relacionados com activos fixos	0,0	0,0	0,0	11,5
Aquisição de imóveis da PT	235,9	0,0	235,9	0,0
Reconh. das respons. relacionadas com a transf. dos fundos de pensões	1.021,7	0,0	1.021,7	0,0
Outros ⁽¹⁾	18,4	3,1	87,5	86,5
Dívida líquida (balanço final)	2.099,8	4.829,0	2.099,8	4.829,0
Variação da dívida líquida	1.318,2	(554,2)	(2.729,2)	(77,4)
Variação da dívida líquida (%)	168,7%	(9,1%)	(49,4%)	(1,4%)

(1) Em 2010, esta rubrica inclui 80 milhões de euros relativos a dividendos pagos pelas subsidiárias integralmente consolidadas pela PT a accionistas minoritários (37 milhões de euros em 2009). Em 2009, esta rubrica inclui ainda a liquidação de um instrumento derivado cambial euro-dólar que resultou num pagamento de 38 milhões de euros.

Em 31 de Dezembro de 2010, a dívida bruta total consolidada ascendeu a 7.206 milhões, dos quais 86,8% eram de médio e longo prazo e 91,0% venciam juros a taxas fixas. Em 31 de Dezembro de 2010, no seguimento da alienação da Brasilcel, 100% da dívida total estava denominada em euros.

O valor de disponibilidades de caixa e equivalentes das operações em Portugal, acrescido do montante disponível em linhas de crédito e papel comercial e não utilizados, ascendia a 6.297 milhões de euros no final de Dezembro de 2010, dos quais 1.265 milhões de euros eram relativos a linhas de crédito e papel comercial não utilizados. Em resultado da assinatura dos acordos definitivos de compra e venda, subscrição e acordos de accionistas com a Oi e com os seus accionistas controladores, a PT irá investir 8,32 mil milhões de reais (aproximadamente 3,7 mil milhões de euros) na aquisição de uma participação económica mínima, directa e indirecta, de 22,38% na Oi, o que permitirá à PT consolidar proporcionalmente 25,6% da TmarPart. A integração da Dedic / GPTI na CTX também permitirá à PT consolidar proporcionalmente 44,4% da CTX. Adicionalmente, em 27 de Janeiro de 2011, a PT emitiu um Eurobond no montante de 600 milhões de euros a 5 anos e com um spread de 295pb sobre os mid swaps de maturidade semelhante, equivalente a um cupão anual de 5,625%, aumentando assim a sua liquidez e a maturidade média da sua dívida.

Em 2010, o custo médio da dívida da PT foi de 4,4%, face a 4,3% em 2009. Em 31 de Dezembro de 2010, a dívida líquida consolidada da PT, ajustada pelo montante a investir na transacção da Oi e pela emissão da Eurobond no montante de 600 milhões de euros em Janeiro de 2011, tinha uma maturidade de 8,4 anos. No final de 2010, o rácio de cobertura do EBITDA pela dívida líquida foi de 1,4x, face a 3,1x em 2009, enquanto o rácio de cobertura dos encargos financeiros pelo EBITDA se situou em 8,1x em 2010 face a 6,8x em 2009.

RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA

Em 2 de Dezembro de 2010, a Portugal Telecom chegou a acordo com o Estado Português para a transferência para a Caixa Geral de Aposentações das responsabilidades com benefícios de reforma asseguradas pela PT Comunicações, relacionados com parte dos seus actuais trabalhadores e ex-trabalhadores, e dos fundos de pensões constituídos para fazer face a estas responsabilidades.

A transferência incluiu o “Plano de Pensões do Pessoal da Portugal Telecom/CGA”, o “Plano de Pensões Regulamentares da Companhia Portuguesa Rádio Marconi” e as responsabilidades respeitantes ao benefício de sobrevivência incluído no “Planos de Pensões Marconi” (referidos em conjunto como “Planos de Pensões Regulamentados”).

O valor actual das responsabilidades relacionadas com os Planos de Pensões Regulamentares, à data da transferência, ascendia a 2.804 milhões de euros e foi determinado por um actuário independente, de acordo com pressupostos actuariais consistentes com as recomendações do Tribunal de Contas no seu relatório de 2005 e com as melhores práticas em operações semelhantes. O valor de mercado dos fundos de pensões, à data de entrega, ascendia a 1.782 milhões de euros, que compara com 1.800 milhões de euros à data do anúncio do acordo para a transferência dos fundos. Desta forma, o valor relativo às responsabilidades não financiadas transferidas ascendia a 1.022 milhões de euros. Relativamente aos pagamentos em dívida ao Estado Português no âmbito desta transferência, 100 milhões de euros foram pagos em Dezembro de 2010, 18 milhões de euros foram pagos em Janeiro de 2011, 450 milhões de euros serão pagos em Dezembro de 2011 e os restantes 454 milhões de euros serão pagos em Dezembro de 2012.

A partir de 31 de Dezembro de 2010, a PT deixou de patrocinar qualquer plano de benefícios de reforma definidos, embora continue a assegurar benefícios de reforma sob a forma de complementos de pensão e cuidados de saúde. As responsabilidades projectadas com benefícios de reforma (PBO) relativas a pensões e cuidados de saúde totalizaram 472 milhões de euros e o valor de mercado dos activos sob gestão ascendeu a 448 milhões de euros. Adicionalmente, a PT tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 924 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, as quais não estão sujeitas a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento. Esses salários são pagos directamente pela PT aos beneficiários até à idade da reforma. Assim, as responsabilidades não financiadas brutas totais ascendiam a 949 milhões de euros. As responsabilidades não financiadas líquidas de impostos ascendiam a 711 milhões de euros. Os planos de benefícios de reforma da PT relativos a pensões e cuidados de saúde estão fechados à entrada de novos participantes.

RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA		MILHÕES DE EUROS	
	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	
Responsabilidades com pensões	129,9	2.710,2	
Responsabilidades com cuidados de saúde	342,5	335,3	
Respons. projectadas com benefícios de reforma (PBO)	472,4	3.045,5	
Valor de mercado dos fundos ⁽¹⁾	(448,1)	(2.369,5)	
Respons. não financ. c/ pensões e cuidados de saúde	24,2	675,9	
Salários a pagar a empregados suspensos e pré-reformados	924,3	791,4	
Responsabilidades não financiadas brutas	948,6	1.467,4	
Respons. não financiadas líquidas do efeito fiscal	711,4	1.078,5	
Ganhos com serviços passados não reconhecidos	18,3	23,4	
Provisão para benefícios de reforma	966,9	1.490,8	

(1) A redução no valor de mercado dos fundos resultou principalmente da transferência dos fundos de pensões para o Estado Português (1.782,1 milhões de euros), dos pagamentos de pensões e complementos no montante de 152,4 milhões de euros e do reembolso do excesso de financiamento do plano de cuidados de saúde no valor de 75,0 milhões de euros. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo desempenho positivo dos activos sob gestão no montante de 52,8 milhões de euros (equivalente a 2,8% em 2010) e pelas contribuições da PT para os fundos de pensões no montante de 35,5 milhões de euros.

O total das responsabilidades não financiadas brutas diminuiu em 519 milhões de euros para 949 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010. Os impactos positivos das responsabilidades não financiadas com pensões transferidas para o Estado Português, no montante de 1.022 milhões de euros, e das contribuições e pagamentos no montante de 210 milhões de euros, foram parcialmente compensados: (1) pelas perdas actuariais líquidas no montante de 451 milhões de euros; (2) pelo

reembolso de 75 milhões de euros, relativo ao excesso de financiamento do plano de saúde; (3) pelos custos com benefícios de reforma de 39 milhões de euros, e (4) por custos com o programa de redução de efectivos no montante de 149 milhões de euros, contabilizados no período. As perdas actuariais líquidas de 451 milhões de euros incluem: (1) os impactos decorrentes da revisão de pressupostos actuariais, nomeadamente a alteração da taxa de desconto (perda de 352 milhões de euros), a alteração no crescimento das pensões (ganho de 10 milhões de euros) e a alteração nas tábuas de mortalidade (perda de 100 milhões de euros); (2) ganhos de experiência líquidos de 67 milhões de euros, e (3) a diferença entre a rentabilidade real e a rentabilidade esperada estimada dos activos (perda de 76 milhões de euros).

VARIAÇÃO NAS RESPONSABILIDADES NÃO FINANCIADAS BRUTAS

MILHÕES DE EUROS

	2010	2009
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo inicial)	1.467,4	1.809,9
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	38,7	91,6
Custos do programa de redução de efectivos	148,6	14,9
Liquidação do plano	(1.021,7)	0,0
Reembolsos (contribuições) líquidos para os fundos de pensões ⁽¹⁾	25,9	(108,3)
Pagamentos a colaboradores pré-reformados, suspensos e outros	(161,1)	(175,9)
Perdas (ganhos) actuariais líquidos	450,7	(164,8)
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo final)	948,6	1.467,4
Responsabilidades não financiadas líquidas de impostos	711,4	1.078,5

(1) Em 2010, esta rubrica inclui: (i) pagamentos por acordo de rescisão contratual no montante de 4,0 milhões de euros, (ii) o reembolso do excesso de financiamento líquido de despesas de saúde pagas pela PT no valor de 65,4 milhões de euros, e (iii) contribuições para os fundos de pensões no montante de 35,5 milhões de euros.

CUSTOS COM BENEFÍCIOS DE REFORMA

MILHÕES DE EUROS

	2010	2009
Custo com o serviço do período	7,2	6,8
Custo financeiro ⁽¹⁾	192,0	216,4
Rentabilidade esperada dos fundos	(129,2)	(131,6)
Ganhos com serviços passados ⁽²⁾	(31,2)	0,0
Sub-total	38,7	91,6
Amortização de ganhos com serviços passados	(1,9)	(2,0)
Contribuições para a Segurança Social	1,4	0,0
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	38,2	89,6

(1) A diminuição do custo financeiro é explicada pela redução do PBO ocorrida em 2009. (2) Os ganhos com serviços passados reconhecidos em 2010 decorrem da Lei 38/2010, que introduziu um plafond máximo para as pensões.

CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital próprio excluindo interesses não-controladores ascendeu a 4.392 milhões de euros. O aumento de 3.074 milhões de euros em 2010 é explicado: (1) pelo resultado líquido gerado no período de 5.672 milhões de euros, e (2) pelos ajustamentos de conversão cambial positivos no montante de 293 milhões de euros, em resultado, principalmente, da valorização do real face ao euro no período. Estes efeitos mais do que compensaram: (1) os dividendos pagos pela PT aos accionistas, incluindo os dividendos ordinários e os excepcionais, que totalizaram 1.379 milhões de euros; (2) os ajustamentos de conversão cambial acumulados relativos ao investimento na Brasilcel, que foram transferidos para resultado no seguimento da alienação deste investimento e que totalizavam 1.134 milhões de euros à data da alienação, e (3) as perdas actuariais líquidas relativas a benefícios de reforma no montante de 338 milhões de euros (líquidos de impostos).



VARIÇÃO NO CAPITAL PRÓPRIO (EXCLUINDO INTERESSES MINORITÁRIOS)

MILHÕES DE EUROS

	2010
Capital próprio antes de interesses minoritários (saldo inicial)	1.318,3
Resultado líquido	5.672,2
Ajustamentos de conversão cambial líquidos ⁽¹⁾	(841,8)
Dividendos	(1.379,5)
Ganhos (perdas) actuariais líquidos, líquidos do efeito fiscal	(338,0)
Outros	(38,8)
Capital próprio antes de interesses minoritários (saldo final)	4.392,4
Varição no capital próprio antes de interesses minoritários	3.074,1
Varição no capital próprio antes de interesses minoritários (%)	233,2%

(1) Em 2010, esta rubrica inclui um ganho de 293 milhões de euros relativo a ajustamentos de conversão cambial gerados no período e uma perda de 1.134 milhões de euros correspondente à transferência para resultado líquido dos ajustamentos de conversão cambial acumulados relativos à Vivo na data de alienação.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

As principais alterações na demonstração da posição financeira consolidada desde 31 de Dezembro de 2009 são explicadas, principalmente, pela aquisição da Brasilcel pela Telefónica, dado que a 31 de Dezembro de 2009 a demonstração da posição financeira incluía os activos e os passivos da Vivo. A essa data, a Vivo detinha activos totais de 6.150 milhões de euros, incluindo principalmente activos corpóreos e incorpóreos (4.279 milhões de euros), contas a receber (546 milhões de euros), impostos diferidos (418 milhões de euros) e impostos a receber (373 milhões de euros), e detinha passivos totais de 2.344 milhões de euros, incluindo principalmente dívida bruta (995 milhões de euros) e contas a pagar (497 milhões de euros).

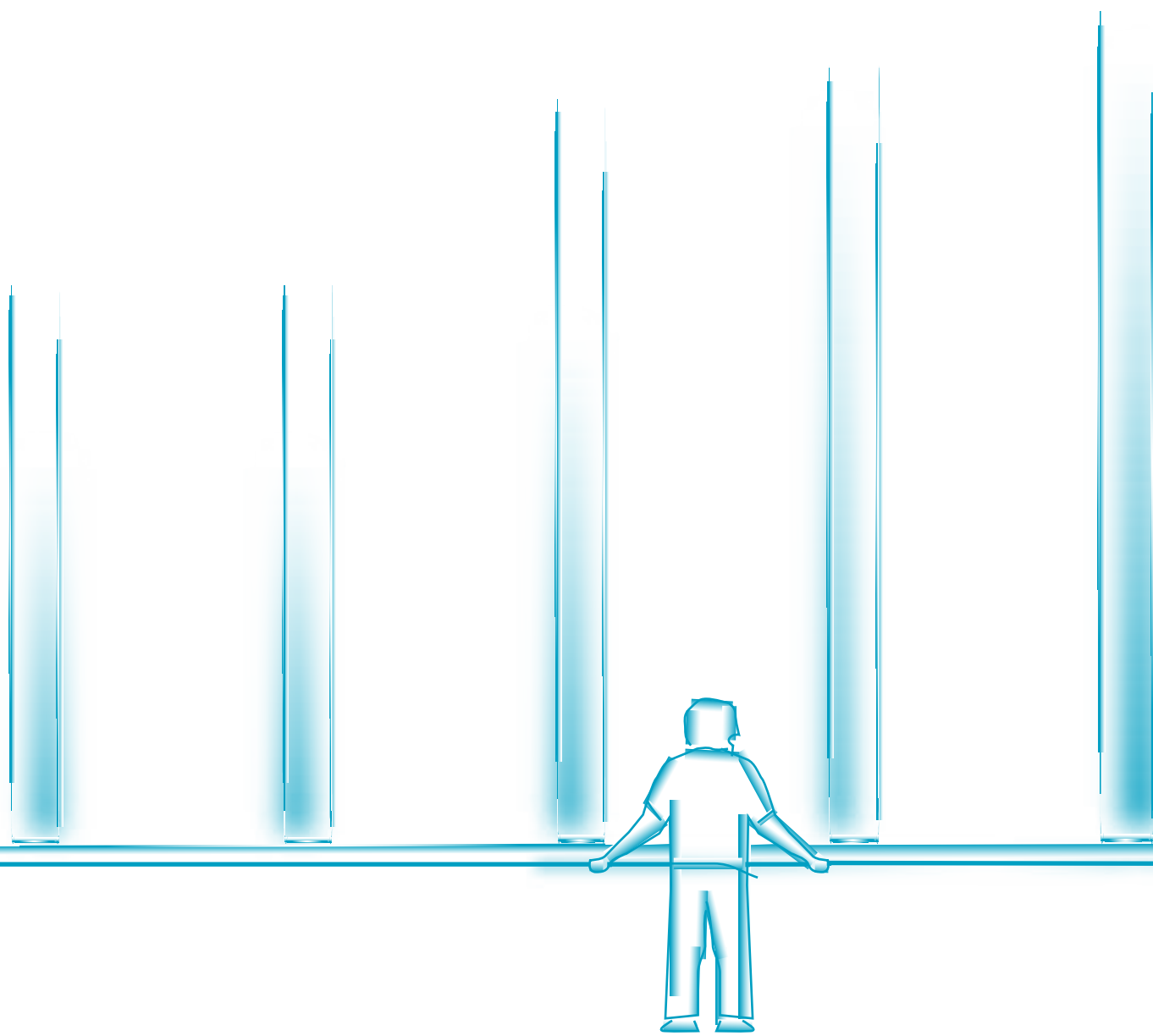
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

MILHÕES DE EUROS

	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009
Disponibilidades e títulos negociáveis	5.106,5	1.518,0
Contas a receber	3.403,2	1.538,4
Existências	101,5	239,9
Investimentos financeiros	539,6	614,1
Activos intangíveis	1.111,7	4.074,3
Activos tangíveis	3.874,6	4.843,9
Activos com planos de benefícios de reforma ⁽¹⁾	1,9	67,6
Outros activos	338,1	783,7
Impostos diferidos e custos diferidos	692,7	1.160,7
Total do activo	15.169,9	14.840,5
Contas a pagar	722,6	1.338,6
Dívida bruta	7.206,3	7.046,0
Responsabilidades com planos de benefícios de reforma	968,8	1.558,3
Outros passivos	1.063,0	1.602,9
Impostos diferidos e proveitos diferidos	600,1	907,2
Total do passivo	10.560,8	12.453,0
Capital, excluindo interesses minoritários	4.392,4	1.318,3
Interesses minoritários	216,7	1.069,1
Total do capital próprio	4.609,1	2.387,4
Total do capital próprio e do passivo	15.169,9	14.840,5

(1) A redução nos activos com planos de benefícios de reforma está relacionada com o reembolso de 75 milhões de euros decorrente do excesso de financiamento apurado a 31 de Dezembro de 2009.

06 | EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS



EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

PORTUGAL

As receitas das operações em Portugal, que incluem a rede fixa e a TMN, decresceram 3,6% em 2010 face a 2009. O desempenho das receitas da TMN foi impactado: (1) por menores receitas de cliente (74 milhões de euros), em resultado de condições económicas desafiantes, do aumento da popularidade dos planos tribais (planos tarifários pré-pagos com tráfego ilimitado entre clientes com o mesmo plano tarifário) e de menores receitas de roaming-out (4,8 milhões de euros), devido, principalmente, a cortes nas tarifas reguladas; (2) por menores receitas de interligação (19 milhões de euros), principalmente devido a menores MTRs, e (3) por menores vendas de equipamentos (32 milhões de euros). As receitas no segmento de rede fixa diminuíram 1,0% em 2010, face a 2009, impactadas: (1) por menores receitas de dados e soluções empresariais (13 milhões de euros), num contexto de ambiente económico adverso e de redução de alguns projectos estruturantes; (2) por menores receitas de wholesale (4 milhões de euros), impactadas pela redução de 6,7 milhões de euros nas receitas de lacetes locais desagregados e DSL; (3) e pela tendência histórica de declínio do negócio de listas telefónicas (14 milhões de euros). As receitas de retalho mantiveram-se constantes face a 2009, suportadas pelo desempenho do segmento residencial, beneficiando do crescimento sólido e sustentado das ofertas double-play e triple-play do Meo.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS • OPERAÇÕES EM PORTUGAL ⁽¹⁾							MILHÕES DE EUROS
	4T10	4T09	Δ09/10	2010	2009	Δ09/10	
Receitas operacionais	800,7	846,7	(5,4%)	3.200,8	3.320,9	(3,6%)	
Rede fixa	476,3	501,4	(5,0%)	1.929,0	1.947,8	(1,0%)	
Móvel • TMN	342,1	382,8	(10,6%)	1.387,5	1.517,8	(8,6%)	
Outros e eliminações	(17,7)	(37,5)	(52,8%)	(115,7)	(144,7)	(20,1%)	
EBITDA ⁽²⁾	332,8	360,5	(7,7%)	1.377,5	1.467,5	(6,1%)	
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	(15,3)	22,4	n.s.	38,2	89,6	(57,4%)	
Amortizações	191,1	212,9	(10,3%)	697,6	675,0	3,3%	
Resultado operacional ⁽³⁾	157,0	125,1	25,5%	641,7	702,9	(8,7%)	
Margem EBITDA	41,6%	42,6%	(1,0pp)	43,0%	44,2%	(1,2pp)	
Capex ⁽⁴⁾	268,8	299,6	(10,3%)	680,3	770,8	(11,7%)	
Capex em % das receitas operacionais	33,6%	35,4%	(1,8pp)	21,3%	23,2%	(2,0pp)	
EBITDA menos Capex	64,1	60,9	5,3%	697,1	696,7	0,1%	

(1) As operações em Portugal incluem os segmentos de rede fixa e móvel, a PT Inovação, PT SI, PT Pro, PT Contact e PT Sales. (2) EBITDA = resultado operacional + custos com benefícios de reforma + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos. (4) Exclui a aquisição de activos imobiliários aos fundos de pensões no 4T10 (236 milhões de euros) e os compromissos adicionais nos termos da licença UMTS no 1T09 (11,5 milhões de euros).

O EBITDA diminuiu 6,1% em 2010, face a 2009, para 1.377 milhões de euros, equivalente a uma margem de 43,0%. Este desempenho é explicado, principalmente, pela diminuição das receitas e pelo investimento na implementação das ofertas triple-play, o que resultou em maiores custos de programação.

É de destacar que, no 4T10, as despesas operacionais excluindo amortizações do segmento da rede fixa decresceram 4,8% (15 milhões de euros), face ao 4T09, a primeira diminuição observada desde o lançamento do serviço de TV por subscrição em termos nacionais no 2T08 e não obstante o aumento dos custos de programação. Igualmente, as despesas operacionais excluindo amortizações decresceram 11,2% face a 2009, demonstrando assim o enfoque na disciplina de custos.

O capex das operações em Portugal diminuiu 11,7%, em 2010 face a 2009, para 680 milhões de euros, tendo sido direccionado principalmente para: (1) o contínuo empenho na implementação do serviço de TV por subscrição e FTTH, tecnologias de futuro e serviços que assegurem o crescimento futuro da rede fixa, e (2) os investimentos nas redes 3G e 3,5G no negócio móvel em Portugal.

O EBITDA menos capex das operações em Portugal manteve-se estável em 2010 (+0,1% face a 2009), ascendendo a 697 milhões de euros, em resultado do enfoque na melhoria da rentabilidade e no compromisso no aumento de geração de cash flow.

REDE FIXA

Em 2010, as adições líquidas de retalho atingiram 337 mil, mais 3,7% que em 2009, em resultado do crescimento significativo do serviço de TV por subscrição, que registou 249 mil adições líquidas e atingiu um total de clientes de TV de 830 mil (+42,9% que em 2009). As adições líquidas de acessos de banda larga fixa atingiram no período 139 mil, com o crescimento, face a 2009, da base de clientes de banda larga fixa a atingir 16,1%, em resultado do sólido crescimento dos clientes triple play. As linhas geradoras de tráfego, em 2010, apenas decresceram 12 mil (-56 mil em 2009 e -110 mil em 2008), reflectindo também o impacto positivo das ofertas triple-play que continuam a suportar a inversão da tendência operacional do negócio de rede fixa. Em 2010, os desligamentos líquidos de linhas de voz foram de 51 mil, incluindo 39 mil desligamentos de linhas de rede em pré-selecção, as quais já representam apenas 95 mil linhas (3,5% do total das linhas PSTN/RDIS).

No 4T10, a PT alcançou mil adições líquidas de linhas telefónicas fixas positivas e 8 mil adições líquidas de linhas geradoras de tráfego, pela primeira vez nos últimos sete anos, um desempenho sustentado pelas ofertas double-play e triple-play do Meo, que continuam a suportar a inversão da tendência operacional do negócio de rede fixa. Este desempenho tornou-se particularmente evidente no segmento residencial, onde se registaram 10 mil adições líquidas de linhas telefónicas fixas no 4T10.

O número de RGUs de retalho por acesso, medido pelo número de acessos de retalho por linhas PSTN / RDIS, continuou a aumentar com a expansão da oferta de TV por subscrição, ofertas double-play e triple-play, tendo ascendido a 1,68 em 2010 (+10,1% face a 2009), que compara com 1,53 em 2009.

Os acessos dos concorrentes, que incluem acessos de wholesale e em pré-selecção, decresceram 77 mil em 2010, reflectindo uma diminuição dos acessos em lacetes locais desagregados (-38 mil) e das linhas em pré-selecção (-39 mil).

A penetração de clientes de TV por subscrição atingiu 31,9% das linhas geradoras de tráfego (+9,7pp face a 2009) e 82,9% da base de clientes de banda larga fixa (+15,5pp face a 2009), um sólido desempenho considerando que o serviço de TV por subscrição foi lançado, em termos nacionais, apenas em Abril de 2008. Em resultado, os clientes de TV por subscrição e de banda larga fixa já representam 40,5% dos acessos totais de retalho, reforçando assim, ainda mais, a migração do negócio de rede fixa da PT de um operador single-play para um operador triple-play.

Durante o ano de 2010, a PT continuou a comercializar o seu serviço de fibra óptica, o qual tem impulsionado o desempenho da rede fixa, em particular nas áreas urbanas e mais competitivas. Os clientes de fibra já representam uma taxa de penetração de 13,8% sobre o total de casas passadas com FTTH no final do ano e 20,7% da média de casas comercialmente disponíveis em 2010.

Em Fevereiro de 2011, o FTTH Council, integrado nos seus Innovation Awards, atribuiu à PT o prémio para implementação e operações pela sua estratégia "15", que é parte integrante do seu plano de implementação FTTH. Os cinco pilares da inovação ("15") no contexto de uma transformação FTTH são: (1) a implementação da rede e operações; (2) a prestação de serviços; (3) a convergência de serviços; (4) a transformação do negócio, e (5) o estabelecimento de um eco-sistema de parcerias. Este prémio de Inovação reconhece a estratégia da execução operacional da PT, e o sucesso das suas parcerias com os líderes da indústria, de forma a proporcionar os melhores serviços aos seus clientes.

DADOS OPERACIONAIS • REDE FIXA						
	4T10	4T09	Δ09/10	2010	2009	Δ09/10
Acessos ('000)	4.882	4.587	6,4%	4.882	4.587	6,4%
Acessos de retalho	4.527	4.189	8,0%	4.527	4.189	8,0%
PSTN/RDIS	2.695	2.746	(1,9%)	2.695	2.746	(1,9%)
Linhas geradoras de tráfego	2.600	2.612	(0,5%)	2.600	2.612	(0,5%)
Pré-selecção	95	134	(28,9%)	95	134	(28,9%)
Banda larga fixa de retalho	1.001	862	16,1%	1.001	862	16,1%
Clientes de TV	830	581	42,9%	830	581	42,9%
Acessos de wholesale	356	398	(10,5%)	356	398	(10,5%)
Lacetes locais desagregados	242	281	(13,7%)	242	281	(13,7%)
Acessos ORLA	62	63	(2,4%)	62	63	(2,4%)
ADSL wholesale	52	54	(3,4%)	52	54	(3,4%)
Adições líquidas ('000)	82	93	(12,2%)	295	289	2,2%
Acessos de retalho	98	109	(9,9%)	337	325	3,7%
PSTN/RDIS	1	(17)	104,3%	(51)	(96)	47,1%
Linhas geradoras de tráfego	8	(7)	202,2%	(12)	(56)	78,0%
Pré-selecção	(7)	(9)	25,1%	(39)	(40)	4,3%
Banda larga fixa de retalho	37	50	(25,8%)	139	152	(8,7%)
Clientes de TV	61	76	(20,2%)	249	269	(7,4%)
Acessos de wholesale	(16)	(16)	(4,0%)	(42)	(36)	(16,1%)
Lacetes locais desagregados	(15)	(16)	6,3%	(38)	(25)	(55,4%)
Acessos ORLA	(1)	1	(173,2%)	(2)	(12)	87,7%
Banda larga fixa wholesale	(0)	(1)	20,9%	(2)	1	(271,1%)
RGU de retalho por acesso ⁽¹⁾	1,68	1,53	10,1%	1,68	1,53	10,1%
ARPU (euros)	30,0	30,4	(1,5%)	30,1	30,1	(0,1%)
Tráfego total (milhões de minutos)	2.725	2.826	(3,5%)	10.867	11.225	(3,2%)
Tráfego de retalho	1.164	1.201	(3,0%)	4.581	4.713	(2,8%)
Tráfego de wholesale	1.561	1.625	(3,9%)	6.286	6.512	(3,5%)
Trabalhadores	6.177	6.450	(4,2%)	6.177	6.450	(4,2%)

(1) Acessos de retalho por acessos PSTN/RDIS.

Durante o ano de 2010, o Meo implementou uma nova versão de software em todas as suas set-top boxes IPTV, oferecendo assim uma melhor experiência de utilização e mais funcionalidades aos seus clientes Meo. Na sequência de uma detalhada e cuidada análise dos padrões de utilização, o Meo actualizou o seu design e interface de utilizador para promover uma ainda melhor, mais fácil e mais intuitiva experiência de utilização. Em alguns dos serviços mais utilizados, de que é exemplo o PVR, o Meo lançou novas funcionalidades. Adicionando à gravação remota e à gravação de series, funcionalidades exclusivas, o Meo passou a disponibilizar também uma experiência de gravação multi-room. Esta actualização foi suportada por uma forte campanha de marketing enfocada na nova experiência Meo, reenfatizando o seu posicionamento como a mais inovadora oferta de TV por subscrição no mercado Português.

O Meo continua a oferecer várias características que diferenciam significativamente a sua proposta de valor, incluindo: (1) video-on-demand real (VoD), com funcionalidades semelhantes às do DVD e um catálogo de mais de 2.500 filmes, incluindo alta definição (“HD”); (2) catch-up TV; (3) guia electrónico de programação para 7 dias, redesenhado durante o 1T10, em todos os interfaces do Meo, de modo a melhorar a experiência do utilizador; (4) gravação de canais de TV, programação remota utilizando a Internet ou o telemóvel, permitindo ainda a gravação fácil, através de um clique, de séries completas e PVR multiroom para clientes com mais do que uma set-top-box; (5) serviços de valor acrescentado, tais como jogos e karaoke; (6) diversas aplicações interactivas, e (7) conteúdos e recursos personalizados para crianças, especialmente desenhados para um ambiente “Meo Kids”.

O catálogo de VoD, que inclui blockbusters de cinco estúdios de Hollywood, tem sido um elemento chave diferenciador do serviço, dado que mais de 55% dos clientes do Meo IPTV já usaram o serviço a pagar, consumindo em média 2,3 filmes por mês. É relevante destacar que a estreia do filme “Entreteledados”, em Portugal, em Dezembro de 2010, ocorreu simultaneamente no cinema e no VoD do Meo. Os filmes mais vistos em 2010 foram “A Saga Twilight: Eclipse”, seguido de “Robin Wood” e de “Um Cidadão Exemplar”.

O Meo lançou também uma selecção de novos canais, sendo o mais relevante o FOXLife, no dia 1 de Janeiro de 2010, e o canal Q, em Março de 2010, o primeiro canal interactivo em Portugal, totalmente em Português, o que representa outra experiência inovadora que continua a contribuir para a nova forma de consumo de conteúdos de televisão no mercado Português. O canal Q foi desenvolvido em cooperação com o Portal Sapo, onde o site do canal está alojado. No 3T10, o Canal Q reforçou a sua programação com novos conteúdos e alargou o tempo de emissão. Estes novos canais, funcionalidades e serviços visam reforçar os conteúdos e a experiência de visualização de televisão do Meo, tornando-a mais qualificada e promovendo maior interactividade, permitindo assim uma diferenciação ainda maior quando comparada às restantes ofertas de TV por subscrição disponíveis no mercado.

A 8 de Julho de 2010, a PT anunciou que o Meo superou a marca de 700 mil clientes. Recentemente, e para reforçar uma nova experiência de visualização de televisão e melhorar a interactividade, o Meo lançou também: (1) o Meo Interactivo, uma loja de aplicações, disponibilizada gratuitamente, que agrega os melhores widgets de TV para todas as aplicações já disponíveis no Meo, assim como outras lançadas, tais como o Facebook, o Oceanlook, o Picasa e o Flickr, e (2) o Meo Séries, um novo serviço de subscrição de VoD que disponibiliza as melhores séries da Warner e HBO.

No último trimestre, o Meo lançou diversos novos serviços: (1) Meo Online, que permite o acesso ao catálogo do Meo VoD através de PC (os clientes Meo podem alugar e assistir a filmes em casa na TV ou em qualquer lugar no PC); (2) Meo Jogos, um serviço desenhado para todos os entusiastas de jogos que agora têm acesso, através do Meo, aos melhores jogos dos principais produtores, como a Activision, a Atari, a Disney, a Capcom, a Codemasters, a THQ e a Strategy First, sem consolas ou CDs; (3) Music Box, um serviço integrado para telemóveis, PCs e televisão, um outro bom exemplo da estratégia multiscreen da PT, que permite o acesso a um catálogo de milhões de músicas (das principais empresas mundiais de música, nomeadamente a Universal Music, a Sony BMG e a Orchard), a partir do qual os clientes Meo podem criar playlists pessoais que podem aceder na televisão, no PC ou no telemóvel.

Nos últimos meses, o Meo continuou a melhorar as características e funcionalidades incluídas na experiência de televisão do Meo: (1) interactividade de canais, o Meo continua a promover a inovação nos conteúdos através de uma experiência interactiva sobre conteúdos “âncora”, tais como o TVI Secret Story Interactivo, um canal interactivo exclusivo, desenvolvido em parceria com a TVI (um canal aberto) e o Ídolos Interactivo disponível na SIC (um canal aberto) de Setembro a Dezembro de 2010; (2) novo widget de futebol, o Meo Futebol, com calendários, resultados e vídeos dos golos, destaques dos jogos e entrevistas flash da liga de futebol Português, actualizado semanalmente, de acordo com cada jornada; (3) Meo Remote, um novo applet da Apple e da Android, através do qual os clientes Meo podem instalar um controle remoto Meo no seu smartphone ou tablet, combinando simplicidade, comodidade e interactividade e seguindo as tendências de consumo mais inovadoras, e (4) Meo Restart TV.



Em Janeiro de 2011, o Meo lançou diversos novos canais: (1) Food Network HD, para melhorar o alinhamento dos canais Lifestyle, também lançado em SD; (2) Mezzo Live HD, 100% Native HD, os mais conhecidos eventos de Música Clássica, Jazz, Ópera e Ballet com um som e qualidade de imagem excepcionais, e (3) Travel Channel HD, um dos canais de viagens mais vistos, agora também em HD.

Em 2010, a PT lançou também o Meo@PC, em versão de teste. Este serviço disponibiliza o acesso online ao serviço de TV por subscrição do Meo através do PC, reforçando a mobilidade e convergência como proposta de valor do serviço Meo.

Em Maio de 2010, o Meo anunciou a transmissão em directo do maior evento de ténis em Portugal, o Estoril Open, em formato True 3D, a primeira experiência em Portugal de transmissão de eventos em directo em formato True 3D. Adicionalmente, em Junho de 2010, o Meo anunciou a transmissão em directo de oito jogos do Campeonato do Mundo em formato True 3D através da organização de vários eventos para exibição pública. Para os clientes Meo, todos os jogos do Campeonato do Mundo estavam disponíveis em HD e com funcionalidades interactivas, o que permitiu aos espectadores escolher de entre seis ecrãs adicionais que transmitiam: tácticas da equipa, o acompanhamento de um jogador, o acompanhamento do treinador e os destaques do jogo. Estas funcionalidades provaram ser muito bem sucedidas ao serem utilizadas por mais de 330 mil clientes Meo e ao terem mais de 1,1 milhões de visitas durante o Campeonato do Mundo. Durante este evento, o Meo lançou ainda uma funcionalidade opcional muito bem sucedida que permitia aos espectadores filtrar o ruído das conhecidas vuvuzelas durante o jogo a que se estava a assistir. Em Outubro de 2010, o Meo anunciou a transmissão em directo, em exclusivo e em True 3D da oitava ronda do circuito mundial de surf realizada em Portugal, patrocinada pela TMN, tornando-se no primeiro operador de televisão no mundo a transmitir um evento de surf em True 3D.

As campanhas de marketing do Meo continuam a beneficiar da maior notoriedade no mercado de TV por subscrição em Portugal. A campanha para promover o novo interface de utilizador do Meo foi lançada com um inovador anúncio em True 3D, assinalando o início dos testes do Meo em conteúdos 3D. No 4T10, o Meo exibiu uma forte campanha comparativa, descrevendo as notórias vantagens da velocidade do seu serviço Internet, da experiência de gravação e da experiência de zapping. Em 2010, o indicador de recordação comprovada por anúncio situou-se em torno de 40% e o de recordação espontânea de anúncios foi superior a 45%, bem à frente de qualquer outra marca concorrente do sector.

Em resultado do forte investimento em inovação e tecnologia, o serviço Meo (sobre fibra) foi classificado pela Exame Informática, uma revista especializada independente portuguesa, como o melhor serviço de TV por subscrição e o mais sofisticado em termos de tecnologia e funcionalidades, numa extensa comparação com o concorrente de cabo. O Meo foi considerado o melhor serviço em várias categorias: (1) largura de banda da Internet; (2) gravação de vídeo digital; (3) video on demand; (4) qualidade de som; (5) set-top-box, e (6) consumo de energia.

Nos últimos meses, a PT lançou várias ofertas verticais para as PME e para o segmento empresarial, com o objectivo de disponibilizar ofertas diferenciadas e convergentes adaptadas a diferentes sectores, de forma a fortalecer a posição da PT no mercado. A PT alargou o âmbito dos serviços, tais como: (1) o Menu Box, uma solução dirigida ao sector da restauração, que integra televisão, voz e dados, aproveitando as melhores ferramentas de software existentes para o sector e integrando a componente de hardware; (2) o Lex Box, uma solução orientada para o segmento jurídico, integrando voz fixa e móvel e serviços de banda larga, assim como o software LegiX, que permite o acesso a conteúdos jurídicos, e (3) ofertas personalizadas, nomeadamente a Fibra Empresarial, um serviço de televisão para os clientes dos sectores da saúde e hotelaria, que inclui um canal corporativo personalizado, conteúdos e controle remoto para selecção de canais. Em Setembro de 2010, a PT anunciou, em parceria com a Cisco, o desenvolvimento, implementação e lançamento de novos serviços de cloud computing, que incluem serviços virtuais e comunicações unificadas. A implementação de serviços de cloud computing permitirá às empresas a adopção de modelos de negócios mais eficientes, aumentando a adopção de serviços de tecnologia pelas empresas dos segmentos empresarial, PME e SoHo devido à significativa redução de custos com tecnologias de informação.

Efectuamos a primeira experiência em Portugal de transmissão de eventos em directo em formato True 3D

Em Dezembro de 2010, a PT também assinou um acordo de colaboração com a SingTel. Este acordo prevê: (1) a partilha das melhores práticas e benchmarks nas áreas operacionais e comerciais relacionadas com fibra e IPTV; (2) a cooperação em investigação e desenvolvimento, incluindo a criação conjunta de soluções e aplicações multiplataforma; (3) o desenvolvimento de aplicações inovadoras para redes fixas e móveis de alta velocidade; (4) a alavancagem em economias de escala através de procurement conjunto, e (5) a promoção de programas de estágio, permitindo aos empregados de ambas as empresas partilhar as melhores práticas e experiências.

Em Fevereiro de 2011, a PT anunciou a implementação de um dos maiores Data Centre da Europa na Covilhã, com mais de 45 mil metros quadrados, uma capacidade instalada de mais de 50 mil servidores que ocupam 12 mil metros quadrados e com níveis únicos em termos de capacidade tecnológica e eficiência energética, o que inclui uma poupança de 93 mil toneladas de CO₂, a redução de 40% no consumo de energia e a criação de um parque eólico com 28 torres. Com este investimento, a PT tem como objectivo principal a liderança nas tendências do mercado global de comunicações e preparar para o esperado crescimento exponencial no tráfego de dados. Este novo Data Centre, que estará operacional no 2S12, estará suportado numa rede de fibra óptica que se vai ligar às principais redes mundiais de comunicação e terá como principal enfoque a exportação de capacidade de armazenamento de dados e serviços de cloud-computing, posicionando também a PT como referência neste mercado em termos europeus.

A PT recebeu a Certificação na ISO 20000 para serviços de cloud computing, para gestão de tecnologias de informação, gestão de segurança e em infra-estrutura de Data Centres. Esta certificação acrescenta qualidade e capacidade de entrega de serviço, reforçando a posição da PT nas áreas de serviços de tecnologia de informação para o segmento empresarial.

Em resultado dos esforços contínuos na implementação do Meo e no desenvolvimento de infra-estruturas de futuro, nomeadamente FTTH, e, não obstante o forte crescimento de clientes Meo, que subscrevem um serviço mais complexo com maiores recursos associados a apoio a clientes, a fiabilidade, a qualidade e a experiência de utilizador associada aos centros de atendimento ao cliente da PT melhorou durante o ano de 2010. Em resultado, o número de chamadas por cliente diminuiu 30% face a 2009 e o número de reclamações diminuiu 45% face ao mesmo período. O enfoque na melhoria dos processos de gestão de falhas e o investimento em diagnósticos remotos permitiu uma diminuição de 9% face a 2009 no número de técnicos utilizados por RGU.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - REDE FIXA ⁽¹⁾				MILHÕES DE EUROS		
	4T10	4T09	Δ09/10	2010	2009	Δ09/10
Receitas operacionais	476,3	501,4	(5,0%)	1.929,0	1.947,8	(1,0%)
Retalho	244,3	243,9	0,2%	969,2	971,0	(0,2%)
Serviços a operadores (wholesale)	122,7	125,6	(2,3%)	491,3	495,4	(0,8%)
Dados e soluções empresariais	67,7	80,0	(15,3%)	287,7	300,7	(4,3%)
Outras receitas de rede fixa	41,6	52,0	(19,9%)	180,8	180,6	0,1%
Custos operacionais, excluindo amortizações	291,5	306,2	(4,8%)	1.183,8	1.148,2	3,1%
Custos com pessoal	57,2	60,5	(5,5%)	228,2	233,3	(2,2%)
Custos directos dos serviços prestados	107,3	106,8	0,4%	438,4	409,0	7,2%
Custos comerciais	36,9	37,3	(1,1%)	126,7	118,0	7,4%
Outros custos operacionais	90,1	101,5	(11,2%)	390,4	387,9	0,6%
EBITDA ⁽²⁾	184,8	195,2	(5,3%)	745,2	799,6	(6,8%)
Custos com benefícios de reforma	(15,3)	22,4	n,s	38,1	89,6	(57,4%)
Amortizações	124,3	139,4	(10,8%)	461,7	434,7	6,2%
Resultado operacional ⁽³⁾	75,8	33,5	126,5%	245,3	275,4	(10,9%)
Margem EBITDA	38,8%	38,9%	(0,1pp)	38,6%	41,1%	(2,4pp)
Capex ⁽⁴⁾	205,1	207,4	(1,1%)	524,1	565,4	(7,3%)
Capex em % das receitas operacionais	43,1%	41,4%	1,7pp	27,2%	29,0%	(1,9pp)
EBITDA menos Capex	(20,3)	(12,2)	66,6%	221,1	234,2	(5,6%)

(1) Inclui transacções intragrupo. (2) EBITDA = resultado operacional + custos com benefícios de reforma + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos. (4) Exclui a aquisição de activos imobiliários aos fundos de pensões no 4T10 (226 milhões de euros).

Em 2010, as receitas operacionais da rede fixa diminuíram 1,0% (19 milhões de euros), face a 2009, para 1.929 milhões de euros, influenciadas por: (1) menores receitas de dados e de soluções empresariais (13 milhões de euros), que reflectem condições económicas desafiantes, assim como a redução em alguns projectos estruturantes; (2) um decréscimo das receitas de wholesale (4 milhões de euros), principalmente nas receitas de lacetes locais desagregados e DSL, e (3) menores receitas geradas pelo negócio de listas telefónicas (14 milhões de euros).

As receitas de retalho ascenderam a 969 milhões de euros em 2010, mantendo-se estáveis face a 2009, suportadas pelo forte e contínuo desempenho das ofertas triple-play do Meo (voz, dados e TV por subscrição), consolidando assim a inversão da tendência histórica de perda de receitas no negócio de rede fixa. Este desempenho das receitas de retalho está a ser alcançado através do crescimento das receitas de TV por subscrição e de banda larga fixa, que têm aumentado em linha com a estratégia definida de aumento de quota de mercado no segmento residencial através da oferta de serviços de double-play e triple-play atractivos e diferenciadores, não obstante a crescente pressão sobre o negócio de voz tradicional, que afecta principalmente os segmentos de PMEs / SOHO e empresarial. Em resultado do sólido desempenho do Meo, as receitas de retalho do segmento residencial aumentaram cerca de 5% no 4T10 face ao 4T09, em linha com o crescimento de 5% em 2010 face a 2009, reflectindo os benefícios com a alteração do modelo do negócio residencial da PT de ofertas single-play para triple-play.

Em 2010, o desempenho das receitas de retalho foi impulsionado pelo crescimento nas RGUs de retalho de 337 mil, nomeadamente devido aos clientes de TV por subscrição (+249 mil adições líquidas no ano), aos clientes de banda larga de elevada qualidade (155 mil adições líquidas de clientes pós-pagos) e à resiliência das linhas geradoras de tráfego, que aumentaram, pela primeira vez nos últimos sete anos, em 8 mil no último trimestre. O desempenho das receitas de retalho continuou a beneficiar do sucesso da implementação da estratégia de TV por subscrição, não obstante a forte concorrência de outros operadores fixos e de cabo, bem como dos operadores móveis, tanto em voz com em banda larga, e num contexto de condições económicas desafiantes.

As receitas de wholesale decresceram 0,8% em 2010 face a 2009, para 491 milhões de euros, apesar do aumento das receitas de tráfego (+1,6% face a 2009), impactadas pela redução nas outras receitas (-5,2% face a 2009) e nas receitas de circuitos alugados (-1,0% face a 2009). Este desempenho é explicado pela diminuição das receitas de lacetes locais desagregados, assinatura de linhas de wholesale e receitas de linhas wholesale ADSL no ano (7 milhões de euros).

As receitas de dados e de serviços empresariais decresceram 4,3% em 2010 face a 2009, em resultado da diminuição das receitas de VPN e de circuitos alugados (-6,0% face a 2009), num contexto de condições económicas desafiantes que afectaram os segmentos PMEs / SOHO e empresarial, nomeadamente devido à forte pressão sobre os preços. Este desempenho também é explicado por alguma granularidade em relação à execução de certos contratos de grande dimensão, em alguns casos adiada devido às condições económicas e à falta de flexibilidade financeira, assim como pela redução de alguns projectos estruturantes.

As outras receitas mantiveram-se estáveis em 2010, apesar da diminuição, face ao ano anterior, de 17,7% das receitas do negócio de listas telefónicas, reflectindo a tendência histórica de perda no negócio de listas telefónicas, sendo compensadas pelo crescimento na venda de equipamentos (7,8% face a 2009).

Em 2010, o EBITDA diminuiu apenas 6,8% face a 2009, mostrando uma significativa melhoria sequencial nos trimestres (-5,0% no 4T10, -5,9% no 3T10, -6,4% no 2T10 e -9,4% no 1T10), não obstante o investimento na implementação do serviço de TV por subscrição e das ofertas triple-play e a pressão de preços nos segmentos PMEs / SOHO e empresarial. É também relevante destacar que, no 4T10, o EBITDA aumentou sequencialmente 0,4% face ao 3T10. Este desempenho favorável é resultado do contínuo enfoque na melhoria da rentabilidade do negócio e dos benefícios iniciais da expansão da rede FTTH, que é mais robusta que as redes históricas.

Em 2010, as despesas operacionais, excluindo amortizações, apenas cresceram 3,1% face a 2009 (36 milhões de euros), apesar do crescimento dos custos directos para 438 milhões de euros (+7,2% face a 2010 ou 29 milhões de euros). O aumento nos custos directos reflecte o crescimento nos custos de programação em resultado do contínuo crescimento de clientes de TV por subscrição, da maior abrangência da oferta de conteúdos e da maior captação de serviços premium e de serviços VoD. Em 2010, os custos com pessoal diminuíram 2,2% face a 2009, para 228 milhões de euros, em resultado do forte enfoque na redução de custos. Os custos comerciais, que cresceram 7,4% face a 2009, para 127 milhões de euros, reflectem o aumento nas comissões. A melhoria acentuada na evolução do EBITDA foi conseguida não obstante o crescimento das provisões (12 milhões de euros), em resultado do difícil ambiente económico. A margem EBITDA, que ascendeu a 38,6% em 2010, decresceu 2,4pp face a 2009, comparando com um decréscimo de 4,9pp em 2009, confirmando, claramente, a melhoria constante da tendência histórica após o lançamento das ofertas triple-play e do negócio de TV por subscrição.

O capex decresceu de 565 milhões de euros em 2009 para 524 milhões de euros em 2010 (-7,3% face a 2009), apesar dos contínuos esforços na implementação de infra-estruturas de futuro, nomeadamente FTTH. Em resultado do enfoque da PT na eficiência e no cash flow, os outros investimentos diminuíram, nomeadamente em backbone de infra-estrutura de rede SI / TI, beneficiando dos significativos investimentos efectuados em 2008 e 2009 e das sinergias resultantes da integração fixo-móvel.

MÓVEL PORTUGAL

Em 2010, o EBITDA menos capex da TMN aumentou 2,2% face a 2009, para 505 milhões de euros, em resultado do forte enfoque na rentabilidade e na geração de cash flow e num contexto de crescente competitividade em alguns segmentos do mercado, nomeadamente no segmento jovem. Em resultado, a melhoria do EBITDA menos capex acelerou quando comparada com os trimestres respectivos do ano anterior (+8,5% no 4T10, +3,1% no 3T10, +2,9% no 2T10 e -3,2% no 1T10). As receitas ascenderam a 1.387 milhões de euros (-8,6% face a 2009), em resultado do aumento da pressão sobre os preços no mercado, de menores vendas de equipamentos (-22,0% face a 2009) e menores receitas de interligação (-11,9% face a 2009).

DADOS OPERACIONAIS • MÓVEL ⁽¹⁾						
	4T10	4T09	Δ09/10	2010	2009	Δ09/10
Cientes ('000)	7.419	7.252	2,3%	7.419	7.252	2,3%
Adições líquidas ('000)	105	180	(41,6%)	167	319	(47,7%)
Tráfego total (milhões de minutos)	2.690	2.595	3,7%	10.539	9.848	7,0%
MOU (minutos)	123	121	0,9%	121	117	2,9%
ARPU (euros)	13,8	15,9	(13,3%)	14,5	16,2	(10,8%)
Cliente	12,1	13,8	(12,7%)	12,6	14,0	(10,1%)
Interligação	1,5	1,8	(18,0%)	1,6	1,9	(15,4%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	24,7	23,7	1,1pp	24,6	23,1	1,5pp
SARC (euros)	35,8	36,7	(2,4%)	33,0	36,0	(8,5%)
Trabalhadores	1.029	1.004	2,5%	1.029	1.004	2,5%

(1) Inclui subscritores MVNO.

Em 2010, o total de clientes da TMN aumentou 2,3% face a 2009, para 7.419 mil, impulsionado pelos clientes de banda larga móvel, com adições líquidas de 167 mil e 105 mil no 4T10, melhorando claramente a tendência observada nos trimestres anteriores (+46 mil no 3T10, +5 mil no 2T10 e +11 mil no 1T10). Apesar do aumento da popularidade dos planos tribais (planos tarifários pré-pagos com tráfego ilimitado de voz e dados entre clientes com o mesmo plano tarifário), o crescimento de clientes na TMN em 2010 foi equilibrado entre clientes pós-pago e pré-pago (56 mil e 111 mil adições líquidas,

respectivamente). O crescimento de clientes pós-pagos foi conseguido em resultado de: (1) contínuo crescimento da penetração de banda larga móvel, e (2) novos planos de preços pós-pagos, lançados para o segmento pessoal com a marca “TMN unlimited”, comercializados durante o trimestre e que se destinam a aumentar a penetração dos planos tarifários de elevado valor. No final de 2010, os clientes pós-pagos representavam 30,9% da base total de clientes (+0,1pp face a 2009).

Em 2010, a TMN continuou a investir significativamente na diferenciação e no reforço do seu portfólio de equipamentos, introduzindo novos telefones com ecrã táctil e smartphones, e na melhoria da oferta de serviços, disponibilizando pacotes de dados e serviços aos seus clientes, aplicações sofisticadas e widgets. A TMN lançou o Sony Ericsson W205 Betty Boop, associado ao evento de moda mais conhecido em Portugal, a Moda Lisboa. Em Abril de 2010, a TMN lançou o a1, o primeiro smartphone baseado no sistema operativo Android, que é suportado pelo Google, com a marca TMN. Este smartphone com ecrã táctil oferece: (1) conectividade Premium, acesso de banda larga 3,5G com downloads até 7,2 Mbps e uploads até 5,6Mbps, Wi-Fi e Bluetooth; (2) Push Mail; (3) um GPS com licença vitalícia de acesso ao software NDrive GPS e mapas de Portugal; (4) uma câmara de 3,2 Mpx com vídeo, com autofocus e zoom; (5) um MP3 player, e (6) um slot de 16GB para cartão de memória. Este lançamento seguiu-se ao lançamento, bem sucedido, do Bluebelt I e II e do Bluebelt silverbelt, smartphones com a marca TMN, utilizando a plataforma Windows Mobile e do HTC Magic baseado na plataforma Android. O novo a1 tem um preço de retalho de 199,9 euros nas Bluestores da PT e de 179,9 euros na loja online da TMN.

Em Outubro, a TMN lançou a comercialização em exclusivo do Samsung Omnia 7, o primeiro smartphone em Portugal que integra o sistema operativo Windows 7, e o iPhone, melhorando assim a sua oferta de smartphones. Esta estratégia resultou na TMN deter a oferta de smartphones mais completa do mercado português de equipamentos móveis: (1) os mais conhecidos sistemas operativos: Windows Mobile, Android, RIM, Symbian e Apple, e (2) uma vasta gama de smartphones de vários fabricantes. A TMN também continuou a investir no desenvolvimento e na comercialização de smartphones de marca própria e de baixo custo, com o objectivo de massificar o mercado, tal como o Sapo a5, que actuam como catalisadores neste mercado e promovendo o aumento da popularidade destes equipamentos. O Sapo a5 foi lançado em Novembro de 2010, utilizando o sistema operacional Android, com ecrã táctil e integrando todas as redes sociais e contactos, por um preço de 149,90 euros.

Durante 2010, a TMN lançou também o Samsung Galaxy-S, o mais avançado smartphone com o sistema operativo Android, exclusivo para a TMN, que inclui: (1) um grande ecrã AMOLED; (2) GPS com acesso ilimitado ao software GPS NDrive e a mapas de Portugal; (3) câmara de 5 Mpx; (4) ranhura para cartão de memória de 8GB, e (5) algumas das aplicações mais populares, tal como a livraria on-line. Adicionalmente, a TMN também lançou o Wave Samsung, o primeiro smartphone com o sistema operativo Bada, desenvolvido pela Samsung, que permite imagens e vídeos de elevada qualidade e acesso a aplicações através da loja de aplicações da Samsung. Os smartphones da TMN continuam a ser posicionados de forma a permitir uma experiência única na banda larga móvel e na interactividade de serviços e conteúdos, reforçando assim a posição de liderança da TMN neste segmento, nomeadamente enquanto operador com a oferta mais diversificada e abrangente.

A TMN continuou a investir na diferenciação, promoção e comercialização dos seus serviços. Em Fevereiro de 2010, associado ao Dia dos Namorados, a TMN lançou uma campanha de marketing inovadora que permitia aos clientes enviar mensagens multimédia com mensagens personalizadas, vídeos, músicas e toques de telemóveis, waiting rings e wallpapers. Durante a Páscoa, a TMN lançou uma campanha promocional que visava aumentar a utilização de roaming, segundo a qual os clientes da TMN podiam fazer chamadas em roaming com as tarifas nacionais, pagando uma tarifa adicional de activação de 50 cêntimos. Em 2010, a TMN lançou novos planos de preços e continuou a reforçar os esforços promocionais no segmento jovem. A TMN também lançou, em parceria com os principais clubes de futebol em Portugal, planos de preços costumizados, com acesso a novas aplicações e conteúdos associados a esses clubes e equipamentos personalizados. A TMN também continuou a fortalecer as suas ofertas de banda larga móvel, aumentando a velocidade de download e capacidade

aos seus clientes. A TMN lançou ainda o serviço de Car Control, um serviço de segurança que, em articulação com as autoridades locais, permite aos clientes localizar, bloquear e recuperar o seu carro no caso de ser roubado.

Como parte da sua estratégia de serviços de dados e de valor acrescentado, a TMN também tem investido significativamente em novos serviços já alinhados com as tendências futuras do mercado, dos quais devem ser destacados: (1) o Music Box, um serviço integrado para telemóveis, PCs e TV, que permite o acesso a um catálogo de milhões de músicas, com acesso imediato e streaming ilimitado, das principais empresas de música do mundo e que inclui 10 downloads de mp3 por mês, gratuitos para clientes com planos ilimitados e, após um período de experimentação de três meses, por 4,99 euros por mês para os restantes planos; (2) a loja de aplicações da TMN, que disponibiliza aplicações das áreas de desporto, notícias, entretenimento, jogos, livros e utilitários, aproveitando a vasta experiência e a presença do portal Sapo da PT no mundo online e com parcerias com entidades externas; (3) o Meo Mobile, que disponibiliza 40 canais de TV no telemóvel, em diversas áreas, tais como informação, desporto, entretenimento, crianças e outras, e (4) o Pond, um serviço agregador que permite o acesso a múltiplas contas pessoais e a agregação de várias contas de redes sociais. Esta oferta de serviços e aplicações é complementada com o serviço "internetnotemóvel" que permite o acesso à Internet em telemóveis, em qualquer lugar a qualquer momento, e que, também, permite o acesso ao inovador portal móvel da TMN.

Integrada na sua estratégia de inovação, a TMN lançou recentemente a sua oferta de serviço de internet Pad, um novo acesso móvel de dados destinado especificamente para os tablet PC, com o objectivo de adquirir uma posição de liderança neste segmento de elevado crescimento. Esta nova oferta tem uma opção de 1 GB de tráfego incluído, com uma tarifa mensal de 14,90 euros (a partir de 1 de Janeiro 15,48 euros na sequência do aumento do IVA) e uma oferta ilimitada, sujeita a uma política de utilização razoável, por um preço de 29,9 euros (a partir de 1 de Janeiro por 31,25 euros na sequência do aumento do IVA). A oferta internet Pad foi recentemente reforçada com a integração do Samsung Galaxy Tab, com base no sistema operativo Android, e que inclui um ano de assinatura da versão digital do Expresso, o jornal de fim de semana líder em Portugal, e a licença de utilização da aplicação N-Drive com o mapa de Portugal e que também disponibiliza informações de tráfego.

Desta forma, a TMN está a alavancar a sua oferta diferenciadora e abrangente de smartphones, serviços de dados e de valor acrescentado e, em 2010, é líder neste segmento de mercado de elevado crescimento com uma quota de mercado de 46%, de acordo com estudos de mercado GfK.

Com o objectivo de reforçar o posicionamento competitivo da sua oferta de serviços no segmento jovem, em Abril de 2010, a TMN redesenhou os planos de tarifas pré-pagas de taxa fixa on-net dirigidas ao segmento jovem, "Moche". Esta oferta incluía uma opção com uma mensalidade de 9,90 euros e uma outra opção sem taxa mensal, embora sujeita a uma recarga mínima de 12,50 euros todos os 30 dias. Adicionalmente, a partir de 1 de Dezembro de 2010 para novos clientes e a partir de 1 de Janeiro de 2011 para os actuais clientes, a tarifa mensal ou o carregamento obrigatório destes planos tribais foram aumentados. Esta oferta inclui agora uma opção com uma mensalidade de 12,50 euros (anteriormente de 9,90 euros) e uma outra opção sem um custo mensal, embora sujeitos a um carregamento mínimo de 15 euros a cada 30 dias (anteriormente de 12,50 euros). Em 2010, os planos de tarifas pré-pagas de taxa fixa on-net continuaram a aumentar a sua popularidade, tendo alcançado cerca de 25,9% da base de clientes pré-pagos.

No 2S10, a TMN redesenhou a sua estrutura tarifária para o segmento pessoal, com o objectivo de reforçar a proposta de valor das suas ofertas pré-pagas e aumentar a penetração nos segmentos de elevado valor. Esta alteração abrangente culminou com o lançamento, em Janeiro de 2011, de um novo plano tarifário pré-pago com a marca "e nunca mais acaba", direccionado para o mercado de grande consumo.

O novo plano tarifário “e nunca mais acaba” tem por base três características principais: (1) controlo de custos, com comunicações gratuitas e ilimitadas para clientes TMN; (2) simplicidade e clareza, dado que estes planos pré-pagos incluem voz e SMS ilimitados para a rede TMN, quer em períodos off-peak quer durante todo o dia, de acordo com uma política de justa utilização, e acesso à Internet, incluindo 500MB de capacidade de download, com um preço mensal que varia entre 10 euros e 25 euros, e (3) subscrição fácil e informada, com uma linha grátis de IVR dedicada a esta nova oferta e com o redesenho do layout das lojas, com uma nova área e um especialista de produto para um aconselhamento personalizado, com base nas preferências dos clientes, e migração e activação imediata.

Durante o 2S10, a TMN continuou a comercializar os novos planos de preços pós-pagos, que foram lançados em Julho de 2010, com a marca “TMN unlimited”, que visam aumentar a penetração nos segmentos de alto valor. Estes planos de preços foram desenhados para alavancar na popularidade crescente dos smartphones em Portugal e incluem serviços de voz e acesso de banda larga à Internet (no início 500 MB e desde o lançamento dos planos “e nunca mais acaba” de 1GB de Internet móvel mais consumo Wi-Fi ilimitado em 1.600 hotspots da PT), enquanto que ao mesmo tempo garantem níveis mínimos de consumo de 30 euros (tráfego on-net ilimitado, incluindo SMS e MMS, sujeitos a política de utilização razoável) e de 100 euros (tráfego on-net e off-net ilimitado, incluindo SMS e MMS, sujeitos a política de utilização razoável). Adicionalmente, em Janeiro de 2011, a TMN alargou este conceito com o lançamento do novo plano tarifário “all net unlimited”, que inclui tráfego para todas as redes nacionais. Estes novos planos de preços têm tipos de preços semelhantes aos do “TMN unlimited”.

Em resultado do investimento da TMN em melhorar a experiência de utilização dos seus serviços de voz e dados e em melhorar a qualidade de seus processos de atendimento a clientes, em 2010, o número de chamadas para o centro de atendimento ao cliente e o número de reclamações de clientes da TMN diminuíram ambos 33% ao longo do ano, reflectindo a simplicidade das ofertas e a fiabilidade dos serviços. Também se destaca que, em 2009, o número total de reclamações de clientes da TMN já tinha diminuído 17% face a 2008.

Em 2010, o ARPU de cliente da TMN foi de 12,6 euros (-10,1% face a 2009), principalmente em resultado: (1) do aumento da penetração dos serviços de voz e dados nos segmentos de mercado de menor valor, e (2) do aumento da popularidade dos planos tribais direccionados para o segmento jovem, que reflectem o aumento dos níveis de competitividade no mercado. O ARPU de interligação diminuiu 15,4% face a 2009, com as taxas de terminação a diminuírem sequencialmente em 0,5 cêntimos de euro para 6,0 cêntimos de euro, a partir de 24 de Maio de 2010, em 0,5 cêntimos de euro para 5,5 cêntimos de euro, a partir de 24 de Agosto de 2010 e em 0,5 cêntimos de euro para 5,0 cêntimos de euro, a partir de 24 de Novembro de 2010, de acordo com a descida de taxas definida pela ANACOM, o regulador Português de telecomunicações. Em resultado, o ARPU da TMN ascendeu a 14,5 euros em 2010 (-10,8% face a 2009).

Em 2010, o tráfego total aumentou 7,0%, face a 2009, para 10.539 milhões de minutos, apresentando um perfil de crescimento sustentado e impulsionado, principalmente, pelo tráfego de saída que aumentou 10,4% face a 2009, enquanto o tráfego de entrada diminuiu 4,5% face ao ano anterior. O crescimento da base de clientes (+2,3% no final do período), associado a uma maior penetração dos planos tribais, impulsionou o crescimento do tráfego no período, com o MoU a aumentar 2,9% no ano face a 2009, não obstante o contínuo crescimento dos cartões de dados.

As receitas da TMN ascenderam a 1.387 milhões de euros, uma diminuição de 8,6% (130 milhões de euros) face a 2009, principalmente devido ao: (1) decréscimo de 19 milhões de euros nas receitas de interligação, principalmente em resultado do impacto negativo de 12 milhões de euros relativo a menores MTRs; (2) ao decréscimo de 74 milhões de euros nas receitas de cliente, num contexto de condições económicas desafiantes, maior penetração dos planos tribais e menores receitas de roaming-out (4,8 milhões de euros), devido principalmente a cortes nas tarifas reguladas, e (3) ao decréscimo de 22,0%, face a 2009, nas vendas de equipamentos (32 milhões de euros). As receitas de dados diminuíram

0,9% em 2010 face a 2009, em resultado: (1) do impacto dos planos tribais nas receitas de SMS, e (2) do contínuo crescimento da banda larga fixa, impulsionada pelo aumento da popularidade das ofertas triple-play, SMS e serviços de dados de valor acrescentado. Em 2010, as receitas de dados e SMS representavam 24,6% das receitas de serviço (+1,5pp face a 2009).

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - MÓVEL ⁽¹⁾				MILHÕES DE EUROS		
	4T10	4T09	Δ09/10	2010	2009	Δ09/10
Receitas operacionais	342,1	382,8	(10,6%)	1.387,5	1.517,8	(8,6%)
Prestação de serviços	303,7	340,4	(10,8%)	1.264,7	1.360,0	(7,0%)
Cliente	265,7	295,8	(10,2%)	1.099,0	1.173,4	(6,3%)
Interligação	33,4	39,5	(15,6%)	141,9	161,0	(11,9%)
Roamers	4,7	5,1	(7,8%)	23,7	25,5	(6,9%)
Vendas	35,1	39,4	(10,9%)	112,4	144,1	(22,0%)
Outras receitas operacionais	3,2	3,1	6,4%	10,4	13,7	(24,0%)
Custos operacionais, excluindo amortizações	192,4	216,1	(10,9%)	749,4	843,7	(11,2%)
Custos com pessoal	11,8	10,9	8,1%	47,6	48,3	(1,5%)
Custos directos dos serviços prestados	59,1	63,6	(7,1%)	246,2	259,4	(5,1%)
Custos comerciais	76,5	75,5	1,3%	230,1	276,6	(16,8%)
Outros custos operacionais	45,1	66,1	(31,8%)	225,6	259,3	(13,0%)
EBITDA ⁽²⁾	149,6	166,7	(10,3%)	638,1	674,1	(5,3%)
Amortizações	64,0	63,6	0,7%	225,6	220,9	2,1%
Resultado operacional ⁽³⁾	85,6	103,2	(17,0%)	412,5	453,2	(9,0%)
Margem EBITDA	43,7%	43,6%	0,2pp	46,0%	44,4%	1,6pp
Capex ⁽⁴⁾	49,0	73,9	(33,7%)	133,1	180,1	(26,1%)
Capex em % das receitas operacionais	14,3%	19,3%	(5,0pp)	9,6%	11,9%	(2,3pp)
EBITDA menos Capex	100,7	92,8	8,5%	505,0	494,1	2,2%

(1) Inclui transacções intragrupo. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos. (4) Exclui os compromissos adicionais no âmbito dos termos da licença UMTS (11,5 milhões de euros em 1T09).

Durante o trimestre, a TMN continuou focada no rigoroso controlo de custos. O EBITDA atingiu 638 milhões de euros (-5,3% face a 2009), diminuindo apenas 36 milhões de euros, apesar da diminuição das receitas em 130 milhões de euros e do declínio de 82 milhões de euros na receita líquida de serviços (receitas de serviço menos custos directos). Este desempenho favorável é resultado do corte de custos na TMN, dado que, face a 2009, as despesas comerciais diminuiram 16,8% e as outras despesas operacionais diminuiram 13,0%, reflectindo uma disciplina de custos rigorosa nas áreas de atendimento ao cliente, manutenção de rede e nos custos gerais e administrativos. Em 2010, a margem EBITDA foi de 46,0%, aumentando 1,6pp quando comparada com 2009. As despesas operacionais, excluindo amortizações, decresceram 11,2% em 2010 face a 2009, para 749 milhões de euros, suportadas no controlo operacional e de custos: (1) redução dos custos comerciais (-16,8% face a 2009 para 230 milhões de euros), (2) menores custos directos (-5,1% face a 2009 para 246 milhões de euros), em resultado de menores MTRs e de uma maior proporção do tráfego on-net, não obstante maiores custos com capacidade que estão associados à oferta de serviços de dados e ao crescimento do tráfego de voz, e (3) redução dos outros custos operacionais (-13% face a 2009). As outras despesas operacionais beneficiaram de menores custos de manutenção e reparação, o que resulta da gestão integrada e mais eficiente das redes fixa e móvel, da optimização da área de serviço ao cliente e de reduções adicionais em custos gerais e administrativos. Os custos com pessoal decresceram 1,5% face a 2009, para 48 milhões de euros, devido às sinergias que resultam da reorganização das operações em Portugal em segmentos de clientes e da integração fixo-móvel.



Em 2010 o capex ascendeu a 133 milhões de euros (-26,1% face a 2009), representando 9,6% das receitas (-2,3pp face a 2009). A diminuição do capex da TMN é explicada, principalmente, pelo forte enfoque na geração de *cash flow* e na rentabilidade, beneficiando das sinergias da integração fixo-móvel e da gestão dos negócios em Portugal por segmentos de clientes. O capex da TMN continuou a ser dirigido, principalmente, para: (1) a expansão da capacidade da rede, para acomodar a maior utilização de voz e de dados, e (2) a cobertura da rede, nomeadamente nas áreas urbanas e nas principais estradas e auto-estradas. A maioria do capex de rede foi direccionada para redes 3G e 3,5G. Em resultado do enfoque na geração de *cash flow*, na rentabilidade das operações e na disciplina na gestão operacional, o EBITDA menos capex da TMN aumentou 2,2%, face a 2009, para 505 milhões de euros em 2010.

MERCADO INTERNACIONAL

Em 2010, os activos internacionais, numa base pro-forma, aumentaram as suas receitas proporcionais em 19,6% face a 2009, para 616 milhões de euros, enquanto o EBITDA aumentou 0,8% face a 2009, para 224 milhões de euros, melhorando a tendência verificada no 1T10, 2T10 e 3T10, apesar da desvalorização do kwanza angolano.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PROPORCIONAL DOS ACTIVOS INTERNACIONAIS ⁽¹⁾							MILHÕES DE EUROS	
	4T10	4T09	Δ09/10	2010	2009	Δ09/10		
Receitas operacionais	168,2	134,9	24,7%	615,6	514,8	19,6%		
EBITDA ⁽²⁾	59,2	55,7	6,4%	223,9	222,0	0,8%		
Amortizações	0,7	11,8	(94,1%)	58,0	42,8	35,4%		
Resultado operacional ⁽³⁾	58,5	43,8	33,5%	165,9	179,2	(7,4%)		
Margem EBITDA	35,2%	41,3%	(6.1pp)	36,4%	43.1%	(6,8pp)		

(1) A consolidação pró-forma dos activos internacionais, considerando as participações detidas pela PT. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos do programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

DEST. DOS PRINC. ACTIVOS EM ÁFRICA E NA ÁSIA (2010) ⁽¹⁾							MILHÕES (FINANCEIROS)	
	Posição	Rec. local	Δ09/10	EBITDA local	Δ09/10	Margem	Rec. euro	EBITDA euro
Unitel, Angola ^{(2) (4)}	25,00%	1.502	(3,8%)	865	(16,0%)	57,6%	1.133	652
MTC, Namíbia ^{(3) (4)}	34,00%	1.444	0,0%	769	(0,5%)	53,2%	149	79
CVT, Cabo Verde ^{(3) (4)}	40,00%	9.259	9,2%	4.246	(10,8%)	45,9%	84	39
CTM, Macau ⁽²⁾	28,00%	2.760	13,2%	1.194	5,3%	43,2%	260	112
CST, S.Tomé e Príncipe ^{(3) (4)}	51,00%	310.531	15,3%	73.970	(1,5%)	23,8%	13	3
Timor Telecom, Timor-Leste ⁽³⁾	41,12%	57	17,8%	32	29,1%	56,4%	43	24

(1) Referente a 100% das empresas. A PT tem contratos de gestão na CVT, CST e Timor Telecom. (2) Método de equivalência patrimonial. (3) Método de consolidação integral. (4) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT.

Em 2010, as receitas e o EBITDA da Unitel, em kwanzas angolanos, aumentaram 14,0% e 1,3%, respectivamente, e diminuíram em 3,8% e 16,0%, para 1.502 milhões de dólares e 865 milhões de dólares, respectivamente, em resultado da desvalorização de 15,9% do kwanza angolano face ao dólar. Em 2010, a Unitel continuou a expandir a sua actividade, tanto em Luanda como fora de Luanda, tendo lançado diversas campanhas para promover a utilização do serviço de voz, de dados móvel e de roaming.

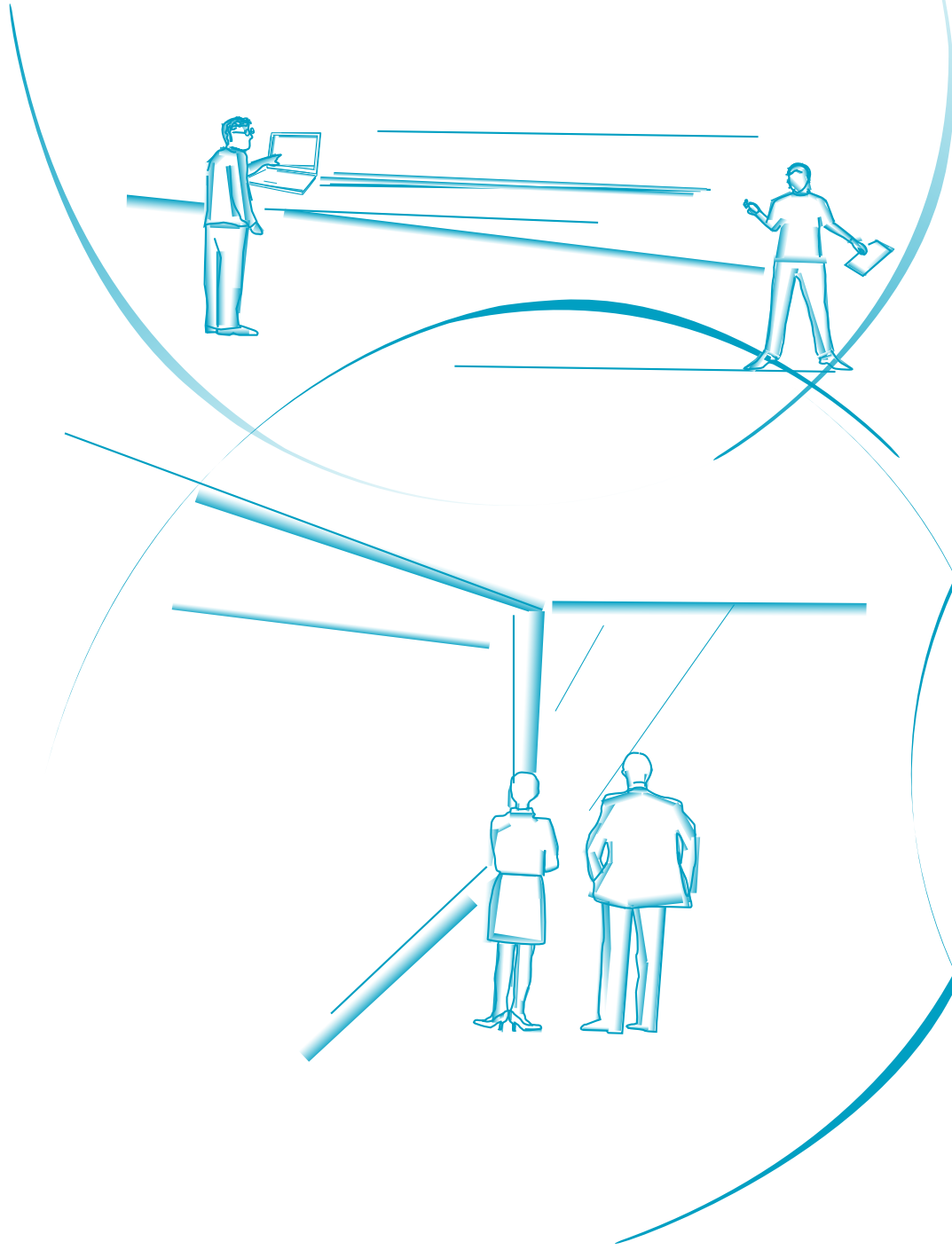
Em 2010, as receitas e o EBITDA da MTC permaneceram estáveis, atingindo 1.444 milhões de dólares namibianos e 769 milhões de dólares namibianos, respectivamente. Este desempenho das receitas foi conseguido num cenário de diminuição das MTRs e de promoções, com significativas ofertas de tráfego, para reforçar a posição competitiva da empresa. Excluindo o impacto da redução das MTRs (-65% face ao preço médio de 2009), as receitas e o EBITDA teriam aumentado 5,0% e 5,1% face a 2009, respectivamente. Em 2010, a margem EBITDA foi de 53,2%. As receitas de dados representavam 18,9% das receitas de serviço. Em 2010, a MTC centrou a sua actividade comercial e de marketing em iniciativas para promover a utilização de banda larga móvel, através do lançamento: (1) de várias campanhas semanais com base em promoções de tráfego; (2) de campanhas nas escolas dirigidas para o segmento jovem, e (3) do Netman, uma nova marca para prestação de serviços de banda larga, desenhada para ser o melhor fornecedor de serviços de banda larga na Namíbia, com 95% de cobertura e velocidades de download de até 7,2 Mbps.

As receitas da CVT aumentaram 9,2% em 2010 face a 2009, para 9.259 milhões de escudos cabo-verdianos, enquanto o EBITDA diminuiu 10,8% para 4.246 milhões de escudos cabo-verdianos. A margem EBITDA foi de 45,9%. A evolução das receitas e do EBITDA foi impactada pela introdução de normas internacionais de contabilidade (IFRIC 12) relacionadas com os contratos de concessão. Excluindo este impacto, as receitas e o EBITDA teriam diminuído 6,2% e 11,6%, respectivamente. Em 2010, o desempenho das receitas foi, também, negativamente impactado por menores receitas de roaming e menores receitas móveis de interligação, assim como pelos impactos regulatórios adversos no negócio de rede fixa. Excluindo os impactos de regulamentação, o EBITDA teria diminuído 4,4%. É relevante destacar que, no 4T10, a evolução da tendência do EBITDA melhorou significativamente quando comparada com os trimestres anteriores. Em 2010, a CVT lançou: (1) uma campanha institucional para comemorar o facto de ter ultrapassado os 300 mil clientes no serviço móvel; (2) várias campanhas nas escolas dirigidas ao segmento jovem; (3) novas campanhas na rede fixa para promover a utilização do serviço de voz, e (4) novos canais de TV para aumentar a dinâmica do mercado de IPTV. Desta forma, os clientes de banda larga e de IPTV aumentaram significativamente, representando 22,1% e 10,3% da base de clientes de rede fixa, respectivamente.

Em 2010, as receitas operacionais e o EBITDA da CTM aumentaram 13,2% e 5,3% face a 2009, para 2.760 milhões de patacas e 1.194 milhões de patacas, respectivamente. A margem EBITDA foi de 43,2%. O crescimento das receitas foi conseguido num contexto de evolução positiva da economia de Macau, em resultado do aumento do número de visitantes no período. As receitas de dados representavam 14,7% das receitas de serviço do segmento móvel. Em 2010, a CTM lançou várias campanhas, tanto para utilizadores de smartphones como para utilizadores com placas digitais.

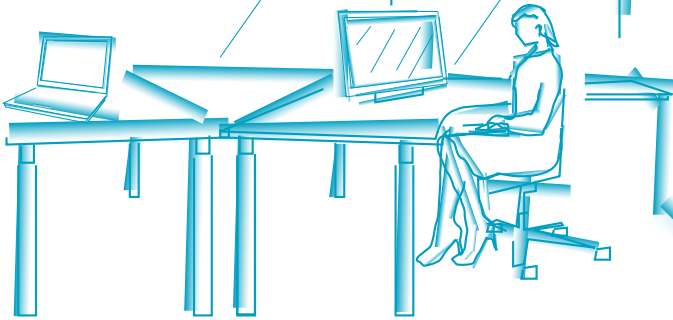
Em 2010 e face a 2009, as receitas operacionais da CST aumentaram 15,3% para 310.531 milhões de dobras são tomenses e o EBITDA diminuiu 1,5% para 73.970 milhões de dobras são tomenses. O desempenho do EBITDA foi negativamente impactado por um novo imposto sobre os fornecedores estrangeiros. Excluindo este impacto, o EBITDA teria aumentado 19,1% face ao ano anterior. A margem EBITDA foi de 23,8%. Em Dezembro de 2010, os clientes do segmento móvel ultrapassaram os 100 mil, atingindo uma penetração de mais de 60% do país.

Em 2010, as receitas e o EBITDA da Timor Telecom aumentaram 17,8% e 29,1% face a 2009, para 57 milhões de dólares e 32 milhões de dólares, respectivamente, principalmente em resultado do forte aumento no número de clientes do segmento móvel. A margem EBITDA foi de 56,4%. As receitas de dados representavam 14,6% das receitas de serviço móvel. O aumento dos clientes foi atingido num cenário de expansão de cobertura e de reforço da oferta comercial. Em 2010, a Timor Telecom: (1) relançou sua marca comercial; (2) lançou serviços 3G; (3) aumentou significativamente a capilaridade da sua rede de distribuição, e (4) melhorou a sua oferta comercial, com aparelhos de gama baixa e com campanhas de estímulo ao tráfego.



07

RECURSOS HUMANOS



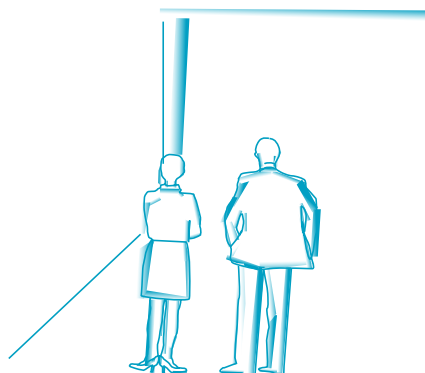
RECURSOS HUMANOS

NÚMERO DE TRABALHADORES E RÁCIOS DE PRODUTIVIDADE

	2010	2009	Δ09/10	Δ09/10 %
Portugal	10.985	10.978	7	0,1%
Wireline	6.177	6.450	(273)	(4,2%)
Móvel • TMN	1.029	1.004	25	2,5%
Outros	3.779	3.524	255	7,2%
Negócios internacionais	22.537	20.744	1.793	8,6%
Trabalhadores do Grupo	33.522	31.722	1.800	5,7%
Acessos fixos por trabalhador	790	711	79	11,1%
Cartões móveis por trabalhador	7.210	7.223	(13)	(0,2%)

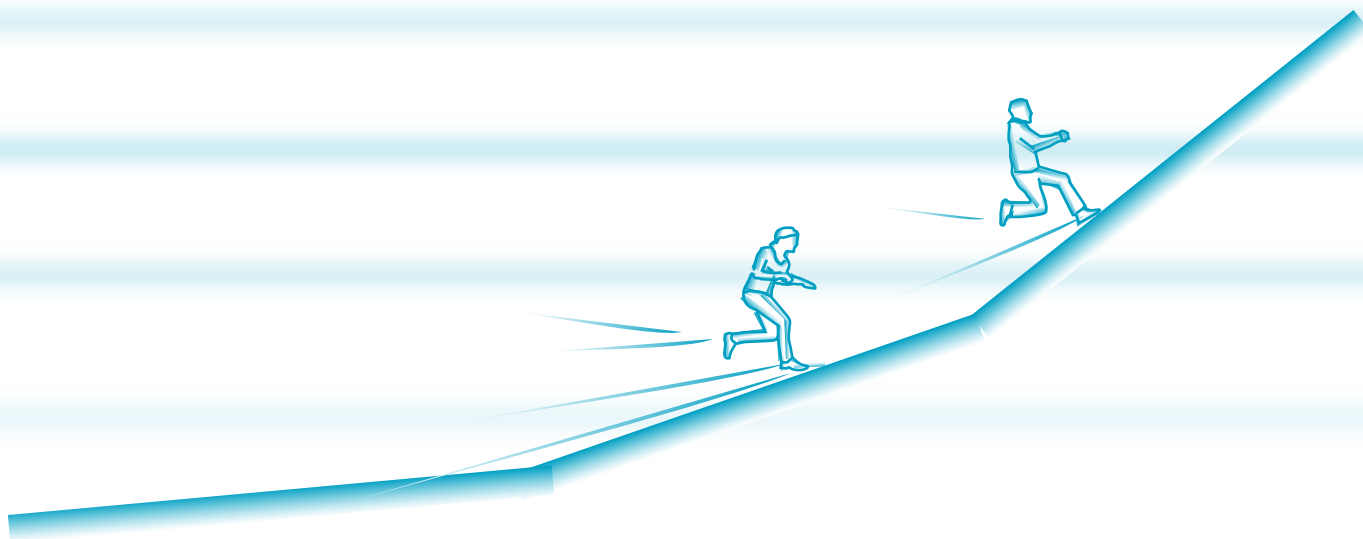
Em 31 de Dezembro de 2010, o número de trabalhadores da PT era 33.522, dos quais 32,8% em Portugal. No negócio de rede fixa, o número total de empregados diminuiu 4,2%, enquanto o rácio de linhas fixas por trabalhador aumentou 11,1% em 2010 para as 790 linhas, reflectindo a gestão integrada dos negócios fixo e móvel e o crescimento da TV e da banda larga fixa.

No final de 2010, o número total de trabalhadores da TMN aumentou 2,5% para 1.029, enquanto o número de cartões por trabalhador manteve-se estável nos 7.210.



08

PT NO MERCADO DE CAPITAIS

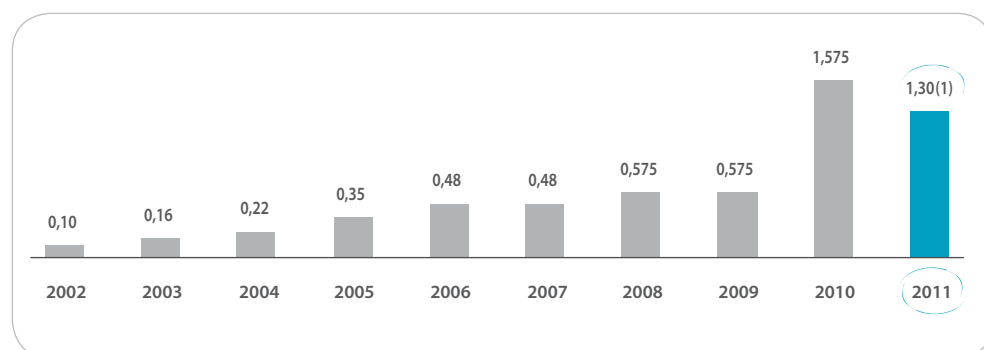


PT NO MERCADO DE CAPITAIS

REMUNERAÇÃO ACCIONISTA

Em termos de remuneração accionista, a PT distribuiu aproximadamente 1.380 milhões de euros aos seus accionistas em 2010, repartidos da seguinte forma:

- Dividendo relativo ao ano fiscal de 2009 no montante de 57,5 cêntimos de euro por acção pagos em Maio de 2010, no montante de 504 milhões de euros;
- Dividendo excepcional no montante de 1,00 euro por acção pago em Dezembro, como um adiantamento sobre os lucros de 2010, no montante de 875,9 milhões de euros.



(1) Proposta do Conselho de Administração e sujeito a aprovação dos accionistas em Assembleia Geral Anual em 6 de Maio de 2011. Exclui eventual distribuição antecipada de lucros de 2011, conforme programa de remuneração accionista proposta pelo Conselho de administração.

Em 3 de Novembro de 2010, o Conselho de Administração deliberou apresentar uma nova política de remuneração accionista que consiste na distribuição de:

- Um dividendo excepcional de 1,65 euros por acção, dos quais 1,00 euro por acção foi pago em Dezembro de 2010 e 0,65 euro por acção será pago em 2011, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de accionistas.
- Um dividendo ordinário de 0,65 euro por acção para os anos fiscais de 2010 e 2011, representando um aumento de 13% relativamente à proposta inicial de 0,575 euros para o mesmo período, que também está sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas.

O Conselho de Administração irá também propor que a PT adopte uma política de dividendos progressiva, com o objectivo de aumentar entre 3% e 5% o dividendo por acção para o período entre 2012 e 2014.

Adicionalmente, a partir do ano fiscal de 2011, o Conselho de Administração também tem a intenção de aprovar o pagamento de um dividendo ordinário intercalar com base no desempenho financeiro da empresa, de modo a permitir um retorno mais homogéneo aos seus accionistas ao longo do ano.

A PT reforça assim o seu compromisso de continuar a oferecer um retorno accionista e distribuição de cash flow de referência no sector, mantendo em simultâneo um balanço sólido e flexibilidade financeira para continuar a investir nos seus mercados principais, em novos produtos e serviços e a manter a sua posição competitiva estratégica de longo prazo.

O dividendo excepcional e a proposta de política de remuneração estão sujeitos às condições de mercado, à condição financeira da PT, à lei aplicável no que respeita à distribuição de resultados líquidos, incluindo aprovações adicionais pela Assembleia Geral, quando aplicável, e a outros factores considerados relevantes pelo Conselho de Administração em cada data.

Em 31 de Dezembro de 2010 e à data de publicação deste relatório, a PT detinha contratos de equity swap relativos a 20.640.000 acções, adquiridos ao abrigo do programa de share buyback. O número total de acções em circulação, excluindo as acções próprias, registados na demonstração de posição financeira ascende a 875.872.500 acções.

ESTRUTURA ACCIONISTA

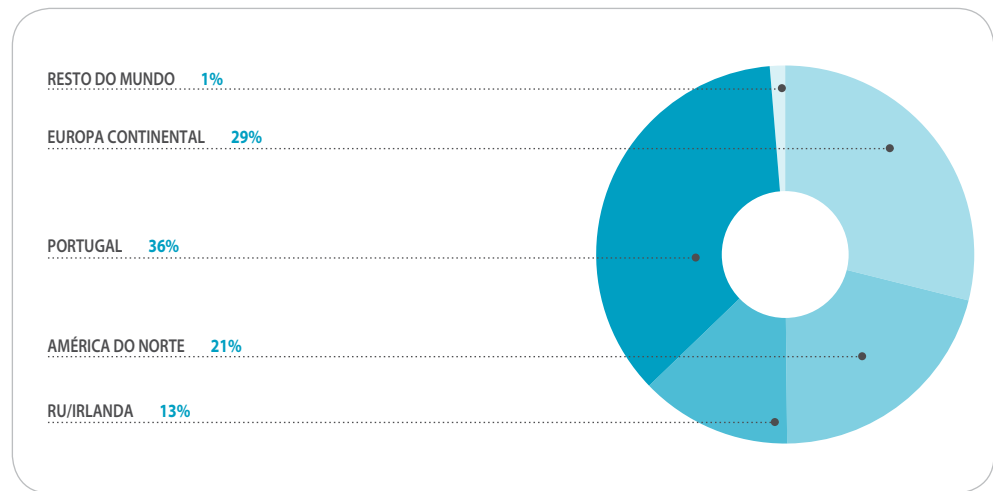
No final de 2010, as participações dos accionistas qualificados representavam mais de 50% do capital social da PT, conforme se verifica na tabela seguinte:

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS*				
Data da informação	Entidades	Nº de Acções	% do capital	% dos direitos de voto
25/Nov/10	Capital Research and Management	90.421.315	10,09%	10,09%
31/Dez/10	Grupo Espírito Santo ⁽¹⁾	89.174.416	9,95%	9,95%
08/Jun/10	RS Holding, SGPS, S.A.	60.698.090	6,77%	6,77%
31/Dez/10	Grupo Caixa Geral de Depósitos	56.158.965	6,26%	6,26%
03/Dez/10	The Income Fund of América, Inc.	45.091.419	5,03%	-
31/Dez/10	Brands Investments partners, L.P.	46.953.365	5,24%	4,11%
22/Dez/10	TPG-Axon Capital Managment, LP ⁽²⁾	37.929.088	4,23%	4,23%
24/Nov/10	Norges Bank	44.324.863	4,94%	4,94%
24/Nov/10	Grupo Barclays	26.373.929	2,94%	2,94%
31/Dez/10	Grupo Visabeira	23.642.885	2,64%	2,64%
22/Dez/10	Deutsche Bank AG ^{(3) (4)}	22.014.272	2,46%	2,46%
07/Dez/10	BlackRock Inc.	21.025.118	2,35%	2,35%
03/Fev/10	Controlinveste Comunicações	20.419.325	2,28%	2,28%
29/Dez/10	The Royal Bank of Scotland, N.V. ⁽⁵⁾	19.720.324	2,20%	2,20%
24/Jun/10	Telefónica, S.A. ⁽⁶⁾	18.122.661	2,02%	2,02%
11/Out/10	Europacific Growth Fund	18.061.608	2,01%	-
17/Ago/10	UBS AG	17.961.777	2,00%	2,00%

(1) A PT divulgou ainda, no dia 28 de Janeiro de 2011, que o BES detinha uma participação qualificada correspondente a 89.924.416 acções ordinárias representativas de 10,03% do capital social da PT e dos correspondentes direitos de voto. (2) A PT divulgou ainda que a TPG-Axon Capital Management, LP tinha uma posição longa, no total de 43.929.088 acções (correspondente participação qualificada acima referida e Opções de Compra, que corresponde a um interesse financeiro sobre um total de 6.000.000 de acções representativas de 0,67% do capital social e dos direitos de voto correspondentes ao capital), representando 4,90% do capital social da PT e dos direitos de voto correspondentes. No dia 10 de Março de 2011, a PT informou que a TPG-Axon Capital Management, LP passou a deter uma participação qualificada inferior a 2% do capital social da PT e dos correspondentes direitos de voto. (3) Na mesma data, a PT divulgou ainda que o DB AG tinha uma posição longa, no total de 22.014.272 acções representativas de 2,46% do capital social da PT e dos correspondentes direitos de voto. (4) A PT divulgou ainda, no dia 7 de Janeiro de 2011, que o DB AG passou a deter uma participação qualificada e uma posição longa inferior a 2% do capital social da PT e dos correspondentes direitos de voto. (5) Em 7 de Janeiro de 2011, a PT informou que a RBS Holding passou a deter uma participação qualificada e uma posição longa inferior a 2% do capital social da PT e dos correspondentes direitos de voto. (6) A referida participação qualificada foi comunicada pela Telefónica à PT no dia 23 de Junho de 2010, tendo posteriormente a CMVM comunicado ao mercado, no dia 28 de Junho de 2010, o projecto de decisão do seu Conselho Directivo no sentido de entender que os direitos de voto inerentes às acções abrangidas por contratos de equity swap, devem continuar a imputar-se à Telefónica. Até à presente data, não foi divulgada qualquer decisão definitiva pela CMVM nem a Telefónica comunicou à PT qualquer alteração ou correcção relativa àquela participação qualificada.

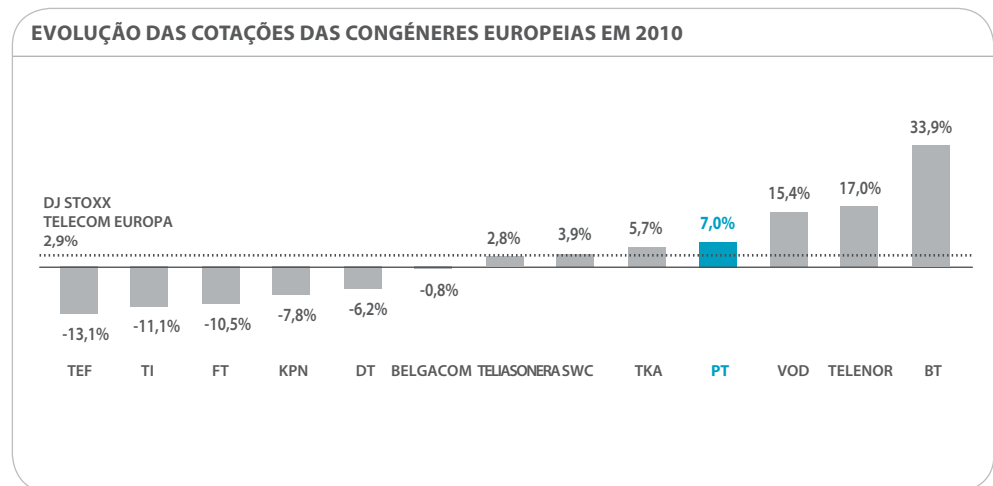
* A 15 de Março de 2011, a PT divulgou que a Telemar Norte Leste SA ("TMAR"), que a 31 de Dezembro de 2010 não era titular de qualquer participação qualificada no capital social da PT, passou a deter uma participação qualificada correspondente a um total de 26.895.360 acções ordinárias da PT, representativas de 3,00% do respectivo capital social e correspondentes direitos de voto.

A PT tem uma estrutura accionista diversificada, com cerca de dois terços do seu capital social detido por acionistas estrangeiros, essencialmente repartidos entre a Europa, os Estados Unidos e o Reino Unido, que representam aproximadamente 29%, 21% e 13%, respectivamente da base accionista. O mercado Português representa cerca de 36% da base accionista.



PERFORMANCE BOLSISTA

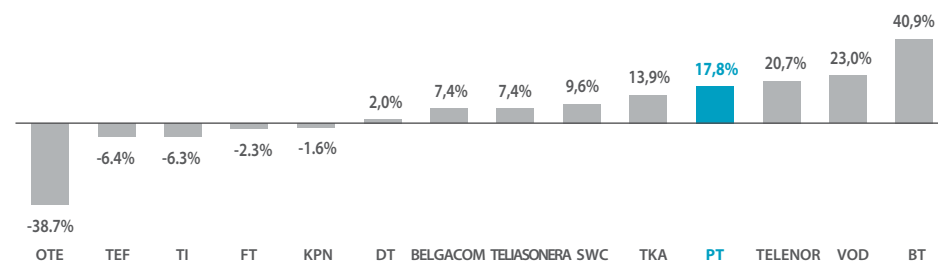
As acções da empresa fecharam o ano de 2010 a 8,38 euros, representando um aumento de 7,0% face ao ano anterior. O índice DJ Stoxx Telecom Europe, em 2010, cresceu 2,9% face ao ano anterior, enquanto que o índice PSI-20 registou um decréscimo de 10,3% no mesmo período.



Em termos de retorno total para os acionistas, a PT registou um aumento de 17,8% em 2010, o que compara com 10,2% registados pelo índice DJ Stoxx Telecom Europa durante o mesmo período, superando assim o sector.

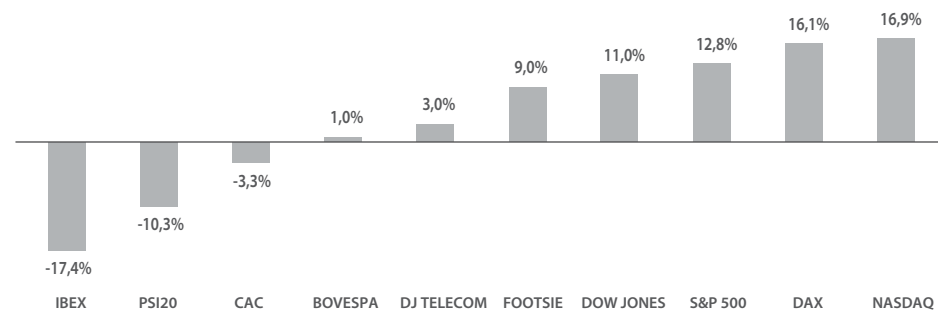


REMUNERAÇÃO TOTAL ACCIONISTA DAS CONGÉNERES EUROPEIAS EM 2010



Entre os principais mercados financeiros, a NASDAQ registou o melhor desempenho em 2010 (+16,9%), seguido pelo DAX (+16,1%). O índice PSI-20 apresentou um desempenho negativo em 2010, reflectindo a crise financeira e a debilidade da economia portuguesa.

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS EM 2010



Em 2010, a PT negociou um total de, aproximadamente, 1.203 milhões de acções, equivalente a uma média diária de 4,7 milhões de acções.

Em 2010, os ADRs da PT diminuíram 5,6%, tendo fechado o ano a 11,46 dólares. Em termos de transacções, negociaram-se em média aproximadamente 216 mil ADRs por dia, em 2010, na Bolsa de Nova Iorque. No final de 2010, o número de ADRs em circulação ascendia a 25,5 milhões, dos quais 71,9% eram detidos por 5 accionistas institucionais.



DESEMPENHO OBRIGACIONISTA

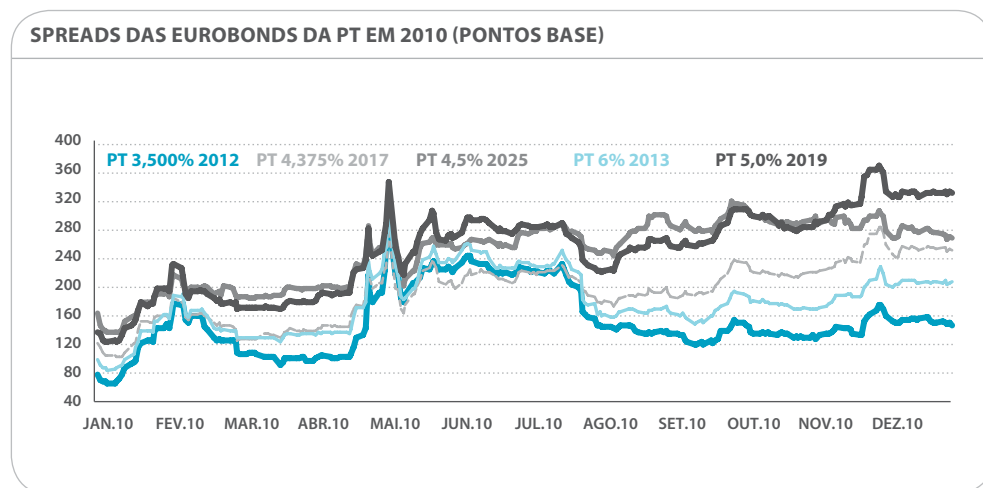
No que respeita à qualidade do crédito, a principal característica da PT em 2010 continuou a ser a sua capacidade de gerar, de forma sustentada, cash flows operacionais elevados, em resultado das posições de liderança nos mercados de rede fixa e móvel em Portugal e nos seus negócios internacionais, bem como da implementação contínua de iniciativas de redução de custos. Em 2010, a PT manteve uma sólida liquidez, evidenciada pelo valor significativo das disponibilidades, incluindo o efeito da venda da Brasilcel, a que acresce a flexibilidade adicional proporcionada por linhas de crédito e de papel comercial com tomada firme disponíveis e por uma dívida que se vence ao longo de um período alargado, dada a maturidade média de aproximadamente 10 anos (em 31 de Dezembro de 2010).

RATING

Em 2010, as agências de rating confirmaram o rating de crédito atribuído à Portugal Telecom em Baa2 com outlook estável (Moody's) e BBB com outlook estável (Standard & Poor's e Fitch). Estes ratings já consideram a anunciada utilização dos fundos resultantes da venda da participação da PT na Brasilcel concluída em 27 de Setembro de 2010.

OBRIGAÇÕES

Em 2010, a evolução dos spreads das Eurobonds da PT foi significativamente influenciada pelas preocupações do mercado quanto ao risco de crédito soberano, que afectou a percepção do risco de crédito das empresas. Estas preocupações estiveram sobretudo concentradas num grupo de países Europeus, incluindo Portugal, cujos spreads de crédito aumentaram substancialmente durante o ano de 2010. No entanto, a subida dos yields implícitos das obrigações da PT foi bastante menos acentuada em relação ao que aconteceu com as obrigações emitidas pela República Portuguesa, dada a própria solidez financeira da PT e a sua exposição muito relevante a diferentes mercado geográficos, que têm vindo a crescer significativamente.



Em 8 de Fevereiro de 2011, a Portugal Telecom, através da sua subsidiária Portugal Telecom International Finance BV, emitiu uma Eurobond no montante de 600 milhões de euros, com maturidade de 5 anos e taxa anual de cupão de 5,625%.

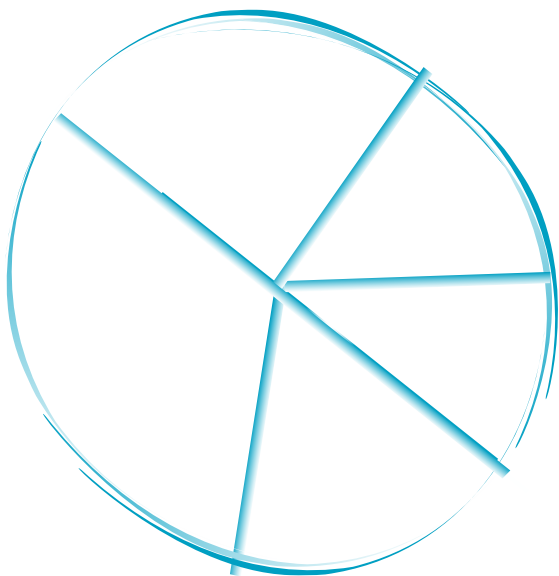
Em 2010, o preço de mercado das obrigações permutáveis por acções da PT, emitidas em Agosto de 2007, evoluiu de acordo com o preço de mercado das acções, descrito acima. O preço de mercado daquelas obrigações atingiu um mínimo de 93% em Maio e um máximo de 108% em Novembro, terminando o ano de 2010 em 100.1%. Em 28 de Dezembro de 2010, o preço de conversão foi ajustado para 11,06 euros, de acordo com os termos e condições das obrigações.

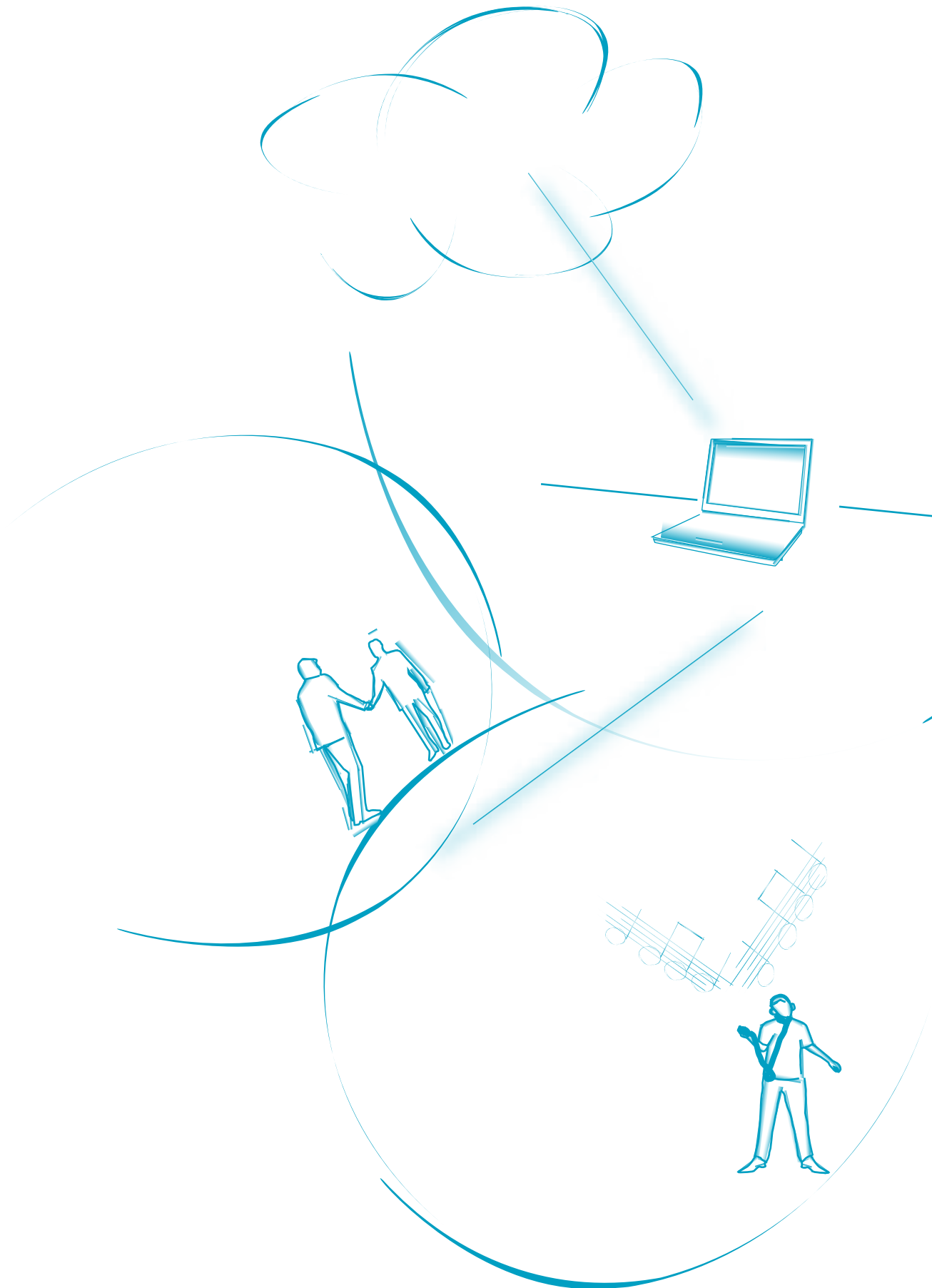
ACTIVIDADES DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES

A PT tem como política fornecer informação clara e transparente, numa base regular, aos seus acionistas e a outros membros da comunidade financeira internacional.

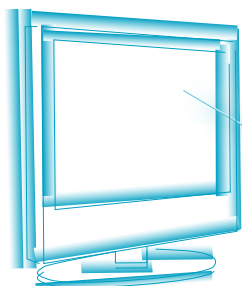
Durante o ano de 2010, a PT participou em diversos eventos com investidores, nomeadamente roadshows, apresentações a analistas e investidores, reuniões e conference calls, bem como conferências para investidores na Europa e nos E.U.A.

Em 2010, a PT realizou mais de 232 reuniões com e conference calls com analistas e investidores, numa base regular. Adicionalmente, a PT realizou três roadshows na Europa, EUA e Médio Oriente, aumentando a abrangência dessas iniciativas.





09 | PRINCIPAIS EVENTOS



PRINCIPAIS EVENTOS

EVENTOS DO ANO

REMUNERAÇÃO ACCIONISTA

➔ **16.Abr.10** | Na Assembleia Geral Anual ocorrida em 16 de Abril de 2010, os accionistas da PT aprovaram a aplicação do resultado líquido do exercício de 2009, no montante de 529.778.473 euros, tendo sido deliberado distribuir 515.494.687,50 euros aos accionistas a título de dividendos, correspondendo a 0,575 euros por acção, e transferir o montante remanescente para resultados transitados. Excluído o montante dos dividendos respeitante às acções abrangidas pelo equity swap controlado pela PT, foram distribuídos aos accionistas dividendos no montante global de 503.626.688 euros.

➔ **3.Nov.10** | A PT anunciou que o seu Conselho de Administração aprovou a intenção de submeter para aprovação na próxima Assembleia Geral de Accionistas, uma proposta de política de remuneração accionista com os seguintes termos:

- Um dividendo excepcional de 1,65 euros por acção, do qual 1,00 euro por acção foi pago em Dezembro de 2010 (como adiantamento sobre os lucros de 2010), relativamente ao qual foi formalmente necessário que tivesse sido aprovado, previamente, numa reunião específica do Conselho de Administração, e 0,65 euros por acção a ser pago em 2011, sendo que este último está sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas, a ocorrer em Maio de 2011.
- Um dividendo ordinário de 0,65 euros por acção para os exercícios fiscais que terminam em 31 de Dezembro de 2010 e 2011, representando um aumento de 13% em relação ao compromisso inicial da empresa de 0,575 euros por acção para o mesmo período, e o qual está sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas.

O Conselho de Administração irá também propor que a PT adopte uma política de dividendos progressiva, com o objectivo de aumentar entre 3% e 5% o dividendo por acção para o período entre 2012 e 2014.

O dividendo excepcional e a proposta de política de remuneração estão sujeitos às condições de mercado, à condição financeira da PT, à lei aplicável no que respeita à distribuição de resultados líquidos, incluindo aprovações adicionais pela Assembleia Geral, quando aplicável, e a outros factores considerados relevantes pelo Conselho de Administração em cada data.

Adicionalmente, a partir do ano fiscal de 2011, o Conselho de Administração também tem a intenção de aprovar o pagamento de um dividendo ordinário intercalar com base no desempenho financeiro da empresa, de modo a permitir um retorno mais homogéneo aos seus accionistas ao longo do ano.



ORGÃOS SOCIAIS

17.Fev.10 | A PT anunciou que Rui Pedro Soares comunicou a sua renúncia ao cargo de membro executivo do Conselho de Administração da Empresa.

22.Fev.10 | A PT anunciou que Fernando Soares Carneiro comunicou a sua renúncia ao cargo de membro executivo do Conselho de Administração da Empresa.

25.Mar.10 | A PT anunciou que António Manuel Palma Ramalho renunciou ao cargo de membro não executivo do Conselho de Administração da PT.

27.Set.10 | A PT anunciou que José Maria Alvarez-Pallete Lopéz renunciou ao cargo de membro não executivo do Conselho de Administração da Empresa.

27.Set.10 | A PT anunciou que Fernández Valbuena renunciou ao cargo de membro não executivo do Conselho de Administração da Empresa.

TANSACÇÕES DE DIRIGENTES

28.Jan.10 | A PT anunciou que Paulo José Lopes Varela, Administrador não executivo da PT desde 27 de Março de 2009, lhe comunicou ter adquirido no dia 14 de Dezembro de 2009, no mercado regulamentado gerido pela Euronext Lisbon, 4.110 acções desta sociedade, pelo valor unitário de 8,51 euros, passando a deter, em resultado desta aquisição, o total de 7.134 acções da PT.

24.Jun.10 | A PT anunciou que a Telefónica, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários e no artigo 14º do Regulamento da CMVM nº 5/2008, lhe comunicou ter alienado e contratado equity swaps com liquidação financeira sobre acções da PT, tendo, em resultado de tais transacções, passado a deter directamente 18.122.661 acções da PT, representativas de 2,02% do respectivo capital social e correspondentes direitos de voto. A obrigação de efectuar tal comunicação resultou do facto de dois membros do Conselho de Administração da PT serem igualmente dirigentes da Telefónica, sendo esta, por isso, considerada, nos termos do artigo 248.º-B, n.º 4, alínea b) do Código dos Valores Mobiliários, uma entidade estreitamente relacionada com dirigentes da PT.

TELEVISÃO DIGITAL TERRESTRE

22.Jan.10 | A PT confirmou que a PT Comunicações requereu ao ICP-ANACOM e à ERC a revogação dos títulos habilitantes associados aos Multiplexers B a F por entender já não se encontrarem reunidas as condições para o desenvolvimento daquele projecto.

AQUISIÇÃO DA GPTI

8.Fev.10 | A PT anunciou a aquisição de uma participação de 100% no capital da GPTI. A aquisição foi levada a cabo através da emissão de acções pela Dedic, subsidiária detida a 100% pela PT que actua no mercado de contact centre no Brasil. Na sequência da aquisição, os accionistas da GPTI passaram a deter uma posição de 12,5% no capital da Dedic. Esta posição poderá variar entre 5% e 20% de acordo com o desempenho operacional e financeiro da GPTI e da Dedic em 2010 e 2011.

DECISÃO SOBRE O RECURSO CONTRA A DECISÃO DA ADC

2.Mar.10 | A PT anunciou que o Tribunal de Comércio de Lisboa julgou totalmente procedente o recurso interposto pela PT Comunicações contra a decisão da Autoridade da Concorrência (AdC) que no

dia 1 de Agosto de 2007 a tinha condenado no pagamento de uma coima de 38 milhões de euros por ter alegadamente recusado, sem justificação objectiva, o acesso da TV Tel e da Cabovisão a determinados troços das suas condutas. A PT Comunicações foi conseqüentemente absolvida da acusação de violação das regras de concorrência, em concreto, de abuso de posição dominante, decisão essa passível de recurso.

→ **22.Dez.10** | O Tribunal da Relação de Lisboa confirmou integralmente a sentença do Tribunal de Comércio de 2 de Março de 2010 que absolveu a PT Comunicações da decisão da Autoridade da Concorrência (AdC) que no dia 1 de Agosto de 2007 a condenou no pagamento de uma coima de 38 milhões de euros por ter alegadamente recusado, sem justificação objectiva, o acesso da TV Tel e da Cabovisão a determinados troços das suas condutas. O Ministério Público, junto do Tribunal do Comércio, havia já pugnado pela improcedência do recurso da AdC para o Tribunal da Relação. O Procurador-Geral Adjunto deste Tribunal emitira também parecer no sentido de não ser dado provimento ao recurso da AdC. Tal como sucedera com o Tribunal de Comércio de Lisboa, o Tribunal da Relação concluiu que não foi feita prova de que as condutas da PT, cujo acesso foi restringido à TVTel e à Cabovisão, fossem infra-estruturas essenciais à prestação dos serviços de televisão por subscrição, de acesso à Internet e de voz fixa.

OFERTA SOBRE A BRASILCEL

→ **10.Mai.10** | A PT anunciou ter recebido da Telefónica uma oferta não solicitada, vinculativa e incondicional para a aquisição da sua participação de 50% no capital da Brasilcel, sociedade detentora do controlo da Vivo Participações, por um valor de 5,7 mil milhões de euros. Adicionalmente, a PT anunciou que o seu Conselho de Administração rejeitou por unanimidade essa oferta da Telefónica.

→ **1.Jun.10** | A PT anunciou ter recebido da Telefónica uma proposta revista para a aquisição da participação de 50% detida pela PT na Brasilcel, pelo preço de 6,5 mil milhões de euros, com duas alternativas, uma de venda imediata da sua participação e outra de venda diferida ao longo de três anos de acordo com critérios definidos pela PT. O Conselho de Administração entendeu que a oferta não reflectia o valor estratégico da Vivo para a Telefónica e deliberou solicitar a convocação de uma Assembleia Geral para que os accionistas da PT se pudessem pronunciar sobre a oferta. O Conselho de Administração decidiu ainda mandar o Presidente do Conselho de Administração, o Presidente da Comissão Executiva e o Administrador com o pelouro financeiro para, em conjunto, discutirem a oferta com a Telefónica até à realização da referida Assembleia Geral.

→ **4.Jun.10** | A PT anunciou a convocação pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral de uma Assembleia Geral de Accionistas para o dia 30 de Junho de 2010, para deliberar sobre a proposta recebida da Telefónica no dia 1 de Junho com vista à aquisição da participação detida por sociedades do Grupo Portugal Telecom na Brasilcel.

→ **10.Jun.10** | A PT divulgou um documento informativo relativo à oferta da Telefónica.

→ **29.Jun.10** | A PT anunciou ter recebido da Telefónica um preço revisto para a aquisição da participação de 50% detida pela PT na Brasilcel. O novo preço correspondia a 7,15 mil milhões de euros e era válido até 2 de Julho de 2010, tendo-se mantido inalteráveis os demais termos e condições da proposta recebida a 1 de Junho de 2010.

→ **30.Jun.10** | O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Portugal Telecom informou que a oferta apresentada pela Telefónica para a aquisição, por 7,15 mil milhões de euros, da participação de 50% do capital social da Brasilcel detida pela Portugal Telecom tinha sido rejeitada pela Assembleia Geral.

→ **17.Jul.10** | A PT anunciou a caducidade da oferta da Telefónica. Não obstante o Conselho de Administração ter deliberado solicitar, formalmente, à Telefónica uma extensão definitiva do prazo de validade da oferta até 28 de Julho de 2010 e as negociações que foram mantidas para esse efeito, a Telefónica

informou a PT, em 17 de Julho de 2010, da sua decisão de não aceitar o pedido do Conselho de Administração da Portugal Telecom para uma extensão final da validade da oferta. A oferta expirou assim pelas 23h59 do dia 16 de Julho de 2010.

28.Jul.10 | A PT informou ter chegado a acordo com a Telefónica para a alienação da participação de 50% na Brasilcel detida pela PT. O Conselho de Administração da Portugal Telecom aprovou a venda da sua participação de 50% da Brasilcel à Telefónica por um valor total de 7,5 mil milhões de euros, dos quais: (i) 4,5 mil milhões de euros foram pagos na data da conclusão da transacção (27 de Setembro de 2010); (ii) mil milhões de euros pagos em 30 de Dezembro de 2010, e (iii) 2 mil milhões de euros serão pagos até 31 de Outubro de 2011.

27.Set.10 | A PT informou sobre a conclusão da venda da sua participação de 50% na Brasilcel à Telefónica. Conforme acordado, a PT recebeu, nesta data, 4,5 mil milhões de euros do preço total de 7,5 mil milhões de Euros.

PARCERIA ESTRATÉGICA COM O GRUPO OI

28.Jul.10 | A PT anunciou a celebração de uma parceria estratégica com empresas do Grupo Oi. O acordo alcançado entre as partes prevê a constituição de uma parceria estratégica entre a Portugal Telecom e as empresas do Grupo Oi, envolvendo uma participação económica da Portugal Telecom, directa e indirecta, de 22,38% no Grupo Oi com um investimento máximo estimado em 8,4 mil milhões de reais. A parceria poderá resultar igualmente na aquisição de uma participação pela Telemar de até 10% do capital social da PT. A PT terá uma participação relevante na gestão da Telemar Participações e das suas subsidiárias, incluindo o direito à nomeação de dois membros do Conselho de Administração da Telemar Participações, sendo um deles suplente, e dois membros efectivos do Conselho de Administração da Tele Norte Leste Participações. Adicionalmente, enquanto parceiro estratégico e atendendo aos termos e condições da transacção, a PT irá consolidar proporcionalmente a sua participação na Telemar Participações, que consolida integralmente o Grupo Oi.

29.Out.10 | A PT informou que a Anatel, o regulador de telecomunicações Brasileiro, aprovou a transacção que tem por objecto a parceria estratégica entre a PT e a Telemar Participações e sociedades por esta controladas ("Grupo Oi") e o correspondente investimento da PT no Grupo Oi. Adicionalmente, a PT informou que acordou a prorrogação, por um período adicional e similar de 90 dias, da vigência do acordo de intenções celebrado naquela data tendo por objecto a parceria estratégica entre a PT e o Grupo Oi.

FUNDO DE PENSÕES

29.Set.10 | A PT informou sobre conversações com o Estado Português relativas à eventual transferência das responsabilidades com Planos de Pensões regulamentares e respectivos Fundos de Pensões.

2.Dez.10 | A PT chegou a acordo com o Estado Português para a transferência para a Caixa Geral de Aposentações ("CGA") das responsabilidades com benefícios de reforma asseguradas pela PT Comunicações, S.A. ("PT Comunicações") a parte dos actuais trabalhadores e ex-trabalhadores e dos fundos de pensões constituídos para fazer face a estas responsabilidades, abrangidos pelo Plano de Pensões do Pessoal da Portugal Telecom/CGA, pelo Plano de Pensões Regulamentares da Companhia Portuguesa Rádio Marconi e pelo Plano de Pensões Marconi, na parcela respeitante ao benefício de sobrevivência (em conjunto "Planos de Pensões Regulamentares"). A transferência proposta do Plano de Pensões do Pessoal da Portugal Telecom/CGA produz efeitos a 1 de Dezembro de 2010 e as transferências do Plano de Pensões Regulamentares da Companhia Portuguesa Rádio Marconi e do Plano de Pensões Marconi a 31 de Dezembro de 2010.

DÍVIDA

- **28.Dez.10** | A PT informou que o preço de conversão das Obrigações 750.000.000 euros 4,125% da Portugal Telecom International Finance B.V. com maturidade em 2014 (ISIN XS0309600848, Common code 030960084) e permutáveis em ações da PT, de acordo com a Condition 6.2(c)(i) das Obrigações, foi alterado. A partir de 28 de Dezembro de 2010, o Preço de Conversão é 11,06 euros. Assim, cada detentor de uma Obrigação com valor nominal de 50.000 euros terá direito a receber 4.520 ações da Portugal Telecom SGPS, S.A. após o exercício dos Direitos de Conversão, conforme os Termos e Condições das Obrigações.

EVENTOS SUBSEQUENTES

NOTÍCIAS RELACIONADAS COM A DEDIC E CONTAX

- **10.Jan.11** | A PT informou estar em negociações com a CTX Participações S.A. ("CTX"), com a sua subsidiária Contax e com os seus accionistas controladores para definir a estrutura e as condições de uma possível reestruturação societária que resultaria numa eventual integração dos negócios e actividades da Contax e da Dedic e na entrada da PT na estrutura accionista da CTX.

PARCERIA ESTRATÉGICA COM O GRUPO OI

- **26.Jan.11** | A PT informou que assinou, com a Oi e com os seus accionistas controladores, os acordos definitivos de compra e venda, de subscrição e de accionistas.

DÍVIDA

- **27.Jan.11** | A PT anunciou a emissão com sucesso de uma Eurobond no montante de 600 milhões de Euros, com uma maturidade de 5 anos, através da sua subsidiária detida a 100%, PT International Finance BV. O cupão da emissão agora colocada será de 5,625%, com uma margem de 295pb sobre a taxa de mid swap.
- **25.Mar.11** | A PT assegurou uma nova linha de crédito no montante de 900 milhões de euros. A maturidade desta linha ocorre em Março de 2014.



10

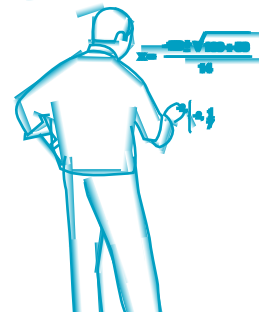
PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

$$x = \frac{-13 \pm \sqrt{13^2 - 4 \cdot 7 \cdot (-2)}}{2 \cdot 7}$$
$$x = \frac{-13 \pm \sqrt{169 + 56}}{14}$$
$$x = \frac{-13 \pm \sqrt{225}}{14}$$
$$x = \frac{-13 \pm 15}{14}$$
$$x_1 = \frac{-13 + 15}{14} = \frac{2}{14} = \frac{1}{7}$$
$$x_2 = \frac{-13 - 15}{14} = \frac{-28}{14} = -2$$



$$x = \frac{-13 \pm \sqrt{13^2 - 4 \cdot 7 \cdot (-2)}}{2 \cdot 7}$$
$$x = \frac{-13 \pm \sqrt{169 + 56}}{14}$$
$$x = \frac{-13 \pm \sqrt{225}}{14}$$
$$x = \frac{-13 \pm 15}{14}$$
$$x_1 = \frac{-13 + 15}{14} = \frac{2}{14} = \frac{1}{7}$$
$$x_2 = \frac{-13 - 15}{14} = \frac{-28}{14} = -2$$

$$x = \frac{-13 \pm 15}{14}$$
$$x_1 = \frac{-13 + 15}{14} = \frac{2}{14} = \frac{1}{7}$$
$$x_2 = \frac{-13 - 15}{14} = \frac{-28}{14} = -2$$



PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

Em 2010, a Portugal Telecom reafirmou como compromisso prioritário a implementação de mecanismos de avaliação e gestão dos riscos que possam afectar as suas operações e a execução do plano e objectivos estratégicos definidos pelo Conselho de Administração. O processo de Gestão de Riscos implementado na PT assenta numa metodologia internacionalmente reconhecida – COSO II, desenvolvida pelo *Committee of Sponsorship Organizations of the Treadway Commission*.

Esta abordagem assenta na identificação e análise de *key value drivers* e factores de incerteza que possam afectar a geração de valor e o cumprimento do plano e objectivos estratégicos. Estes mecanismos assentam num modelo de gestão de riscos integrado e transversal que, entre outros, procura assegurar a implementação de boas práticas de *Corporate Governance* e a transparência na comunicação com o mercado e os accionistas.

Como abordagem estruturada e sistematizada, a gestão de riscos está integrada com o processo de planeamento estratégico e gestão operacional da empresa, dependendo do compromisso de todos os colaboradores na adopção da gestão de riscos como parte integrante das suas funções, designadamente na identificação, reporte e implementação de medidas e comportamentos de mitigação dos riscos.

A Gestão de Riscos é promovida pela Comissão Executiva em articulação com as equipas de gestão dos vários negócios, a nível nacional e internacional, de forma a identificar, avaliar e gerir as incertezas e ameaças que possam afectar a prossecução do plano e objectivos estratégicos. Importa igualmente referir que todo processo é acompanhado e supervisionado pela Comissão de Auditoria, órgão de fiscalização autónomo composto por membros não executivos independentes.

Decorrente do processo de gestão dos riscos que possam afectar adversamente a actividade da PT, destacam-se os seguintes:



RISCOS RELEVANTES

Riscos da Envolvente Regulação

A PT está sujeita ao risco de ocorrerem alterações regulatórias ou acções das entidades reguladoras nacionais, comunitárias ou internacionais que possam originar pressões competitivas crescentes e afectar a sua capacidade para conduzir eficazmente o seu negócio. A gestão do risco de regulação está entregue à Direcção de Regulação, que deverá estar a par de novas regulações aplicáveis ao sector com impacto para a PT, sendo a estratégia de gestão de cada fonte de risco articulada com as diversas áreas operacionais.

No âmbito do acompanhamento dos vários riscos e oportunidades relacionados com a regulação, realçamos os seguintes temas: i) Redes de Nova Geração; ii) Televisão Digital Terrestre; iii) Ofertas retalhistas e tarifários; iv) Ofertas de referência grossistas; v) Serviço Universal; vi) Espectro radioeléctrico; vii) Mercados relevantes de Banda Larga; viii) Regulamento de *roaming*, e ix) Dividendo Digital.

Existe a possibilidade de uma redução das receitas da PT em virtude do aumento da concorrência por parte de outros operadores ou de novos protagonistas no mercado, nomeadamente através de (i) desenvolvimento de novos produtos e serviços; (ii) políticas de marketing e vendas agressivas; (iii) introdução de melhorias na qualidade dos produtos ou serviços; (iv) aumento da produtividade e redução de custos, e (v) reconfiguração da cadeia de valor do ponto de vista do cliente.

A PT actua proactivamente na expansão, diversificação e melhoria contínua do seu portfólio de produtos e serviços, de modo a responder satisfatoriamente a este risco. Neste âmbito são de destacar as seguintes iniciativas/acções:

- Desenvolvimentos na área dos serviços IPTV triple-play;
- Massificação da oferta FTTH suportada por uma rede de nova geração distinguida internacionalmente;
- Lançamento de novos serviços móveis de dados e video para telemóveis de última geração;
- Ofertas e pacotes convergentes, capitalizando o know-how tecnológico da PT nas áreas fixas e móveis.

De realçar que estas acções são complementadas por um *benchmark* constante da PT face à actividade da concorrência, de modo a assegurar a liderança e excelência da oferta aos seus clientes.

Inovação Tecnológica

Face ao histórico de mudanças tecnológicas rápidas no sector de actividade do Grupo, a PT está sujeita ao risco de não alavancar os avanços e desenvolvimentos tecnológicos no seu modelo de negócio, com vista à obtenção ou manutenção de vantagens competitivas.

A PT é historicamente uma das empresas portuguesas com maior volume de investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D). Nesta área, a PT detém activos estratégicos que lhe permitem assegurar a concretização de projectos inovadores, nos quais se incluem:

- PT Inovação: empresa direccionada para o desenvolvimento tecnológico dos negócios do Grupo, ao nível da investigação aplicada, serviços de engenharia e de desenvolvimento de soluções e serviços inovadores, quer no mercado doméstico, quer no mercado internacional.
- Programa de desenvolvimento e inovação OPEN: tendo por objectivo a implementação de práticas sistematizadas de pesquisa e processamento de informação, com o envolvimento de toda a organização, para a concretização de projectos inovadores.
- Planeamento estratégico das infraestruturas de rede e do *rollout* de novas tecnologias, envolvendo a elaboração de relatórios e análises periódicas da evolução, normalização e adopção de novas tecnologias pelo sector, incluindo a realização de *benchmarks* internacionais.
- Parcerias estratégicas com fornecedores ao nível tecnológico e de equipamentos e conteúdos.

Envolvente Económica



A crise financeira internacional poderá prolongar a recessão ao nível da economia portuguesa e mundial e atrasar a retoma, o que poderá ter um impacto ao nível da procura de produtos e serviços e, consequentemente, ao nível da performance operacional e financeira da PT. Nesse sentido, a gestão monitoriza de forma contínua os impactos ao nível da performance operacional e financeira da PT.

A equipa de gestão actua proactivamente na identificação de ameaças e oportunidades ao nível da indústria, sector e geografias onde está presente, de modo a diversificar o portfólio de activos e a assegurar o crescimento e a rentabilidade do negócio.

A PT detém investimentos financeiros em países estrangeiros cuja moeda funcional não é o euro, nomeadamente no Brasil e em alguns países africanos. Eventuais variações cambiais ocorridas nas moedas desses países face ao euro afectam a conversão dos resultados atribuídos à PT e deste modo os resultados e situação patrimonial da PT.

A Sociedade não tem como política fazer a cobertura do valor do investimento financeiro; no entanto, a Comissão Executiva pondera a realização da cobertura do fluxo financeiro de dividendos ou outros rendimentos de capital entre o momento da atribuição e o seu efectivo recebimento.

RISCOS RELEVANTES

Riscos Financeiros

Taxas de Juro

Eventos recentes aumentaram a incerteza e volatilidade dos mercados financeiros em geral e os prémios de risco nos mercados aumentaram significativamente. Nesse sentido, as condições actuais dos mercados financeiros poderão afectar negativamente a capacidade de acesso ao capital que a PT necessita para suportar o seu crescimento e as suas estratégias, e para gerar retornos financeiros futuros. A gestão do risco de mercados financeiros é assegurada pela Direcção de Finanças Corporativa.

A PT está exposta ao risco da taxa de juro se desviar do seu valor esperado, originando rendimentos de investimentos mais baixos do que os expectáveis, ou custos de produtos ou de empréstimos mais elevados do que os previstos. A instabilidade dos mercados financeiros e a flutuação da taxa de juro da dívida Soberana Portuguesa potenciam a materialização deste factor de risco.

A PT contrata um conjunto de instrumentos financeiros derivados, com o intuito de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio. A contratação de instrumentos financeiros é efectuada após a análise cuidada dos riscos, dos benefícios inerentes a este tipo de operações e da consulta a diversas instituições intervenientes neste mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pela empresa.

Riscos das Operações

Capacidade da Infra-estrutura

A capacidade e disponibilidade das infraestruturas de rede são aspectos fundamentais para que a PT assegure a continuidade das operações críticas em termos de prestação de serviço ao cliente dentro de parâmetros de qualidade elevados, com vista não só à satisfação dos seus clientes, como também ao cumprimento de requisitos regulatórios. Nesse sentido, a PT tem dado bastante ênfase à gestão deste risco não só ao nível da disponibilidade da infraestrutura, como ao nível do aumento da capacidade da mesma, de modo a suportar novas ofertas de produtos e serviços aos clientes. Adicionalmente, o facto de possuir infraestruturas de rede que se encontram localizadas em domínio público aumenta a exposição da PT à ocorrência de avarias e incidentes.

Neste âmbito são realizadas as seguintes acções de acompanhamento e mitigação dos riscos:

- Securitização da rede core de telecomunicações
- Elaboração de diagnósticos de risco para as várias plataformas tecnológicas, identificando dependências e pontos únicos de falha;
- Definição de planos de reposição de serviços e reparação de avarias;
- Implementação de sistemas e processos para assegurar os níveis de QoS (*Quality of Service*) e QoE (*Quality of End user Experience*) definidos;
- Investimento em redes de nova geração e acções de manutenção preventiva;
- Investimento em sistemas de informação de suporte à actividade das equipas técnicas.

Em Fevereiro de 2010, na sequência da tempestade ocorrida na ilha da Madeira, foi colocada à prova a capacidade de resiliência das infraestruturas de rede da PT e de reacção a catástrofes naturais. De salientar que as chuvas torrenciais, inundações e deslizamentos de terra, debilitaram ou destruíram uma parte significativa das infraestruturas críticas da ilha, entre as quais se incluem as infraestruturas de Telecomunicações. Esta situação foi objecto de um acompanhamento próximo, desde o primeiro momento, por parte da PT, tendo sido disponibilizados meios técnicos e recursos adicionais para restabelecer rapidamente a normalidade das comunicações fixas, móveis, via satélite e cabo submarino da Região Autónoma da Madeira.

A criação de uma *task force* pluridisciplinar para responder a esta emergência, contando com o envolvimento de todas as áreas técnicas da empresa ao nível da Região Autónoma e do Continente, permitiram recuperar rapidamente 85% das comunicações móveis e fixas da ilha. A rápida actuação da PT permitiu também uma intervenção mais eficaz das autoridades e Protecção Civil, na resposta a esta catástrofe, evitando também o isolamento das populações.

Parcerias Estratégicas

A estratégia de crescimento a nível nacional e internacional está assente num conjunto de alianças e parcerias que afectam de modo positivo a capacidade de competir da Sociedade. A Comissão Executiva da PT e as restantes empresas participadas têm assumido papel central na gestão deste risco, potenciando as oportunidades existentes.

Estas alianças não se encontram limitadas a uma única área, e incluem como parceiros: i) fornecedores de tecnologia; ii) fornecedores associados à construção de infraestrutura; iii) especialistas em I&D; iv) fornecedores de equipamentos terminais; v) e fornecedores de conteúdos, entre outros.

Riscos das Operações

Ambiental

A prossecução de uma adequada política ambiental tem sido uma preocupação da PT, de modo a diminuir a exposição da sociedade a danos ambientais que se podem consubstanciar na: (i) responsabilidade para com terceiros por danos materiais causados; (ii) responsabilidade perante governos ou terceiros pelos custos de remoção de resíduos acrescidos de eventuais indemnizações.

Neste âmbito, a PT tem reforçado os princípios e acções de gestão ambiental, garantindo a certificação dos sistemas associados de acordo com a norma ISO 14001. As políticas e sistemas de gestão ambiental incidem nas seguintes áreas de intervenção: i) Consumos de recursos; ii) Produção e encaminhamento de resíduos; iii) Emissões atmosféricas; iv) Ruído e campos electromagnéticos; v) Modelo sustentável de selecção e contratação de fornecedores; v) Campanhas de sensibilização e formação.

De realçar, igualmente, que os modelos de gestão são alvo de auditorias periódicas, internas e externas, sendo também efectuada uma avaliação contínua dos impactos e melhorias a implementar.

Riscos das Operações

Obtenção e Retenção de Talento

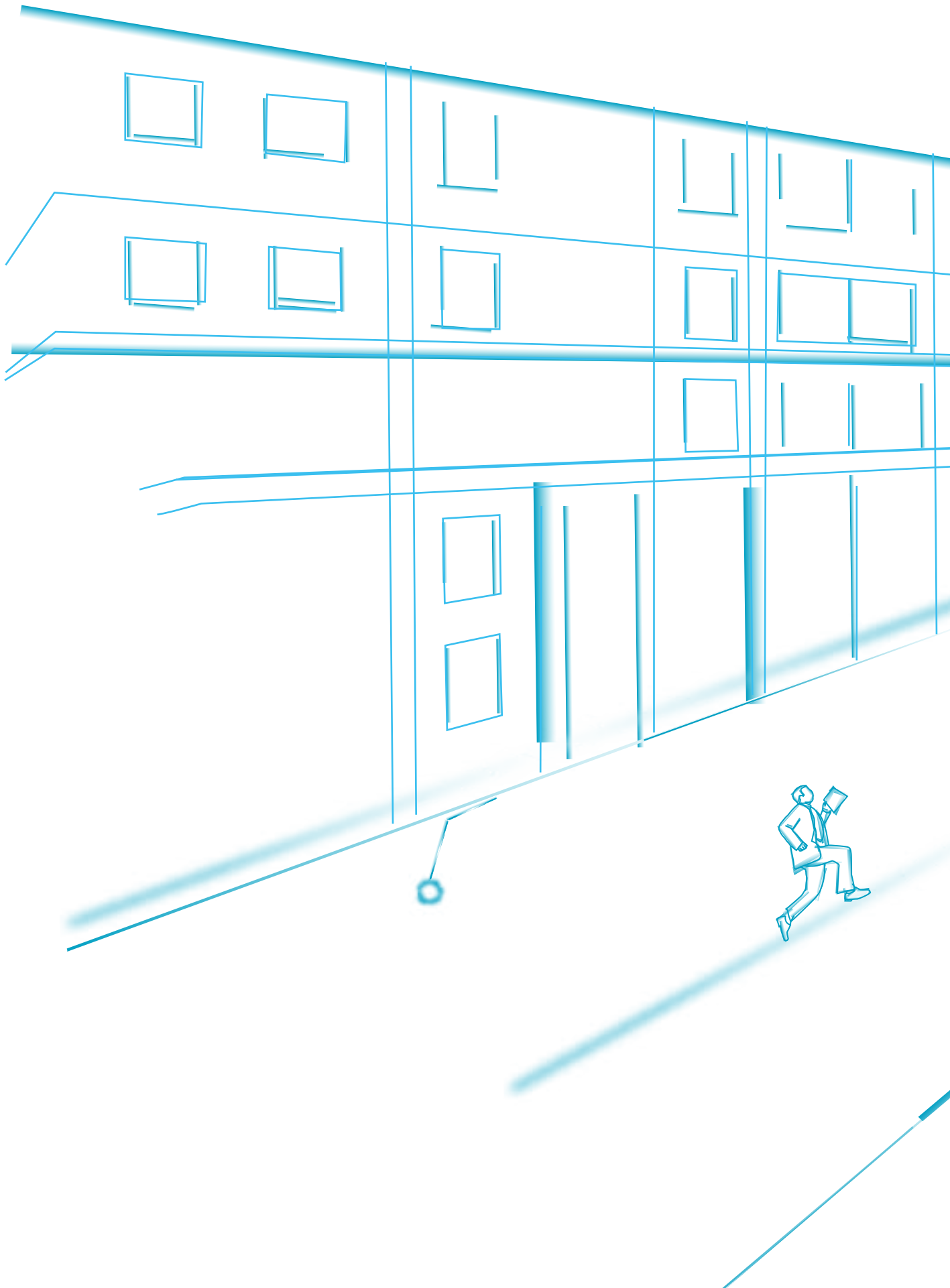
A capacidade da PT obter e reter talento é um vector essencial para a prossecução dos seus objectivos estratégicos, sobretudo num contexto competitivo em que a PT actua tanto a nível nacional como internacional.

Nesse sentido, a Sociedade tem dado particular atenção à gestão deste risco, a cargo da Direcção de Recursos Humanos, que actua;

- No recrutamento de novos colaboradores com o perfil e conhecimentos convenientes para assegurar as competências estratégicas necessárias ao desenvolvimento presente e futuro da empresa;
- Na identificação dos elementos-chave da PT para, depois, implementar estratégias de retenção adequadas aos segmentos que definiu para a sua gestão.

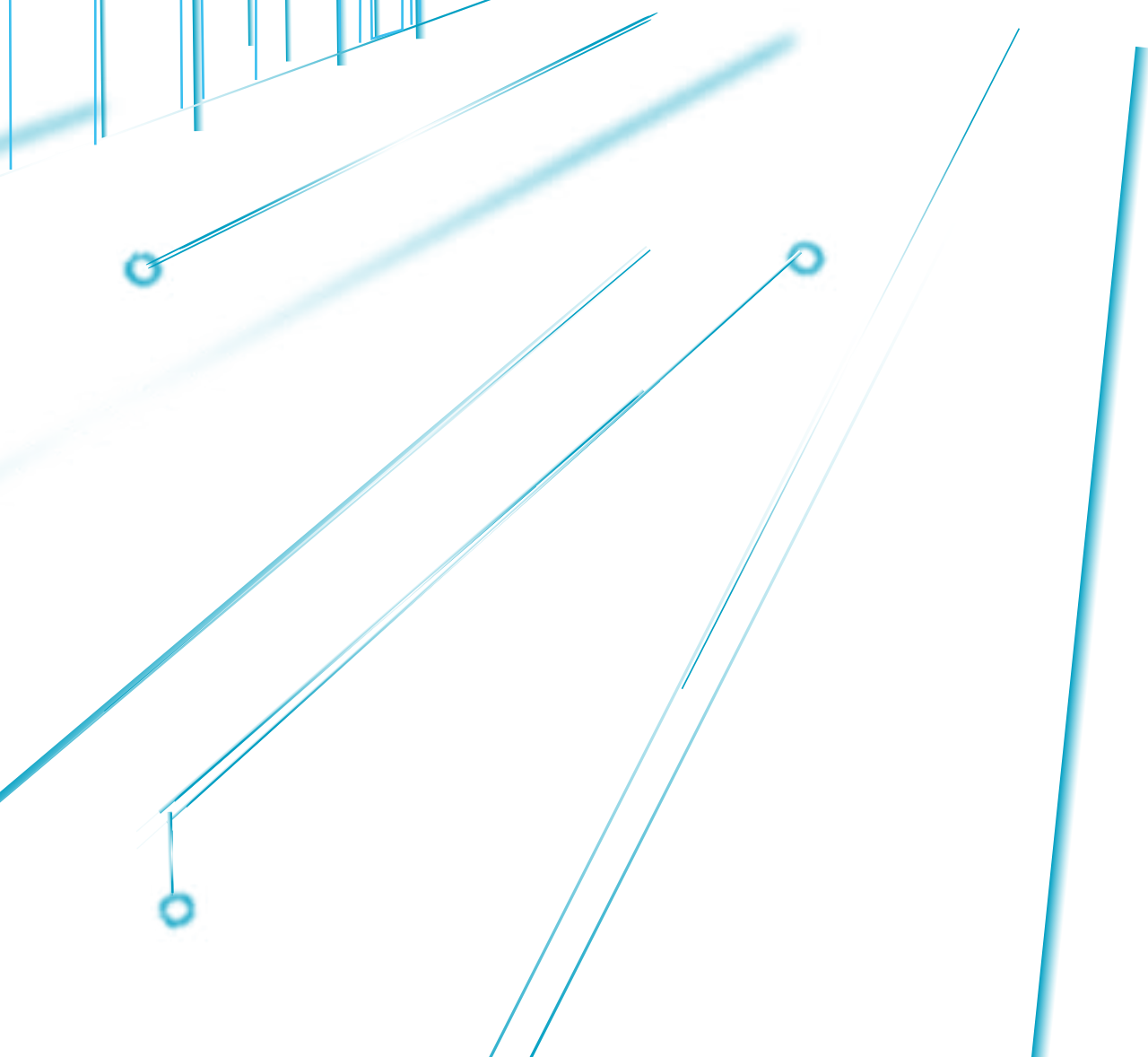
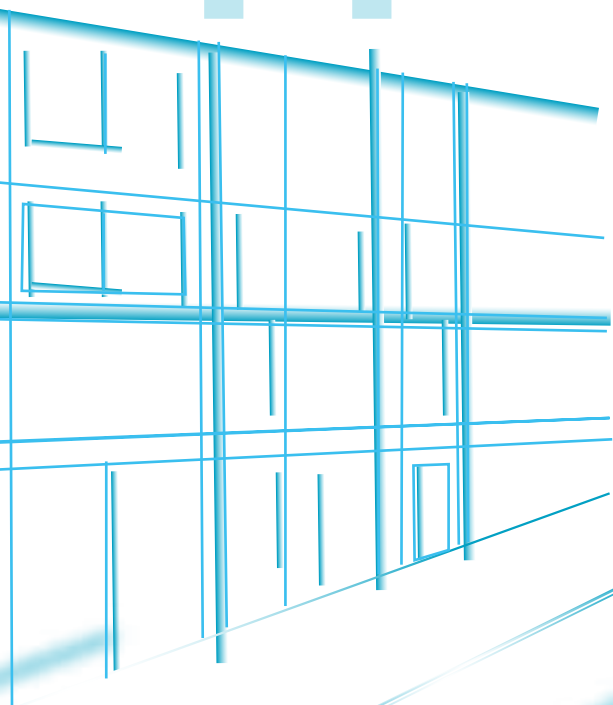
Informação adicional sobre o Sistema de Controlo Interno e Gestão de Risco encontra-se disponível no Relatório do Governo da Sociedade que é parte integrante deste Relatório e Contas Anual.





11

PERSPECTIVAS FUTURAS



PERSPECTIVAS FUTURAS

A PT continuará a ser uma empresa orientada para o crescimento, com o objectivo de explorar até ao máximo o potencial do seu portfolio de activos, tirando vantagem das oportunidades futuras e existentes no mercado das telecomunicações, multimédia e serviços de TI. A PT pretende continuar a aproveitar as oportunidades de convergência, ao integrar serviços de dados e voz com novos e sofisticados serviços multimédia e de TI.

Após a reestruturação do seu negócio em Portugal em segmentos de clientes, a PT irá continuar a concentrar o seu esforço no desenvolvimento fixo-móvel, produtos convergentes de TI-telecoms e multimédia e ofertas de serviços integrados, com o objectivo de adquirir novos clientes, aumentando o seu share-of-wallet, melhorando a fidelização e diminuindo os custos com retenção de clientes. A PT irá continuar a investir na inovação e na investigação e desenvolvimento com o objectivo de melhorar os seus serviços com novas e diferenciadoras funcionalidades, personalizáveis, com conteúdos feitos à medida para ir de encontro às necessidades do cliente. A PT irá continuar a alavancar nas suas parcerias com fornecedores de maneira a reduzir o time-to-market e a diferenciar, ainda mais, a sua proposta de valor para os seus clientes. A PT irá continuar a investir para desenvolver ainda mais plataformas e redes core mais eficientes, tanto na rede fixa como na rede móvel, com o objectivo de oferecer maior banda aos seus clientes e serviços cloud. Além disso, a PT irá continuar a pautar a sua estrutura de custos pelo aumento de produtividade e engenharia de processos de negócio.



A PT irá continuar a ser um operador geograficamente diversificado, com o objectivo de oferecer aos seus accionistas um perfil com menos risco, reduzida dependência de apenas um mercado e um melhor perfil de crescimento. No Brasil, após a venda da Vivo e a parceria estratégica estabelecida com a Oi, que incluí a aquisição pela PT de uma posição de controlo na Oi, a PT pretende explorar mais o potencial de crescimento dos activos da Oi, alavancando nos registos favoráveis demográficos do Brasil, perspectivas de crescimento económico e aumento do potencial de penetração de serviços de telecomunicações, em particular na banda larga fixa e móvel, na TV, e em alavancar na convergência fixo-móvel. Adicionalmente, a PT pretende também aumentar a sua exposição a mercados Africanos de grande crescimento, retirando vantagem das parcerias que detém, no seu portfólio de activos existente e considerando selectivamente oportunidades de criação de valor. A PT irá continuar a promover a partilha das melhores práticas entre todos os seus activos, com o objectivo de assegurar uma posição competitiva sustentável em todos os mercados, beneficiando da escala em termos de acesso a tecnologia e inovação.

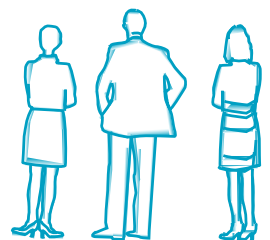
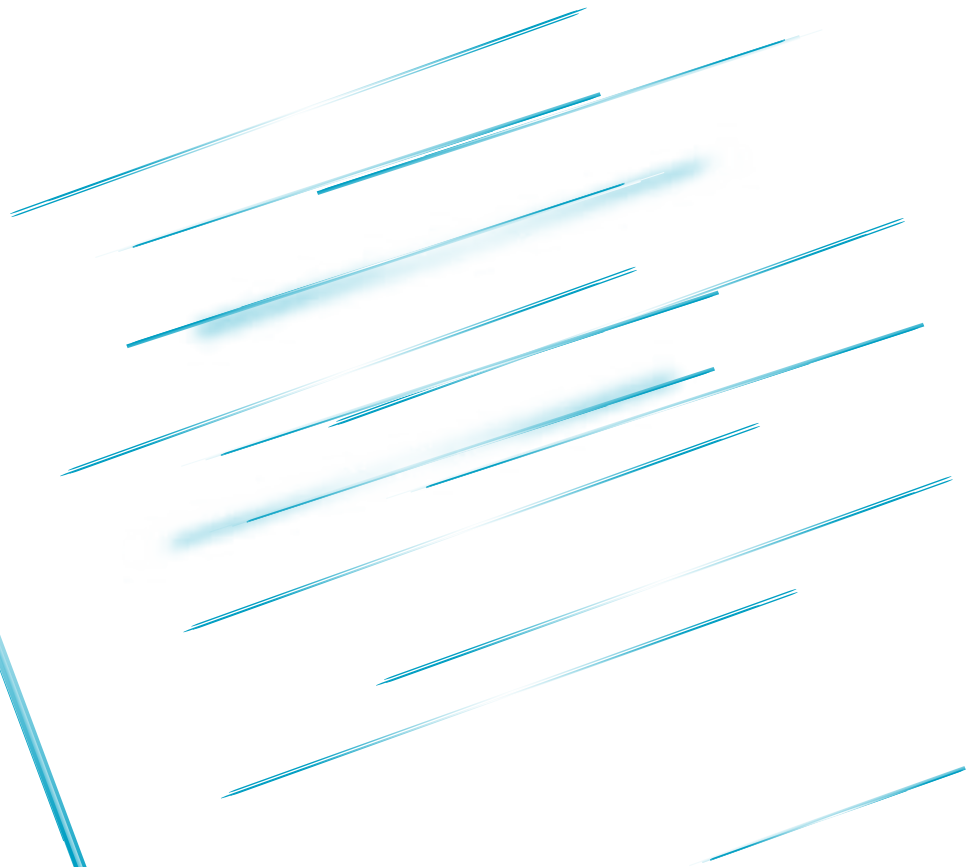
A PT irá continuar a operar num ambiente bastante concorrencial e regulado, que colocará riscos e ameaças aos negócios existentes. A PT irá também continuar as suas operações num contexto de instabilidade económica, tanto a nível Europeu como Mundial, que irá criar desafios e barreiras adicionais ao desenvolvimentos dos seus negócios.

A PT irá continuar a contribuir para o desenvolvimento da sociedade de informação, para promover a info-inclusão de todos os cidadãos dos países onde tem as suas operações. A PT tem, também, o objectivo de ser uma referência em termos de sustentabilidade e irá continuar a investir no desenvolvimento de um modelo de negócio sustentável, implementando políticas e desenvolvendo práticas com o objectivo de respeitar a sociedade e o ambiente no seu todo.

Em linha com a anunciada política de remuneração accionista, a PT irá proporcionar um dos mais atractivos pacotes de remuneração accionista do sector, que pretende aliar a perspectivas de crescimento acima da média, alavancadas no seu portfolio internacional.

12

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMISTRAÇÃO



DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para efeitos do disposto no número 1, alínea c) do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Portugal Telecom, SGPS, SA, abaixo identificados declaram, na qualidade e no âmbito das funções que lhe competem tal como aí referidas, que, tanto quanto é do seu conhecimento e tendo por base a informação a que tiveram acesso no seio do conselho de Administração e/ou da Comissão Executiva, consoante aplicável, no exercício das suas funções:

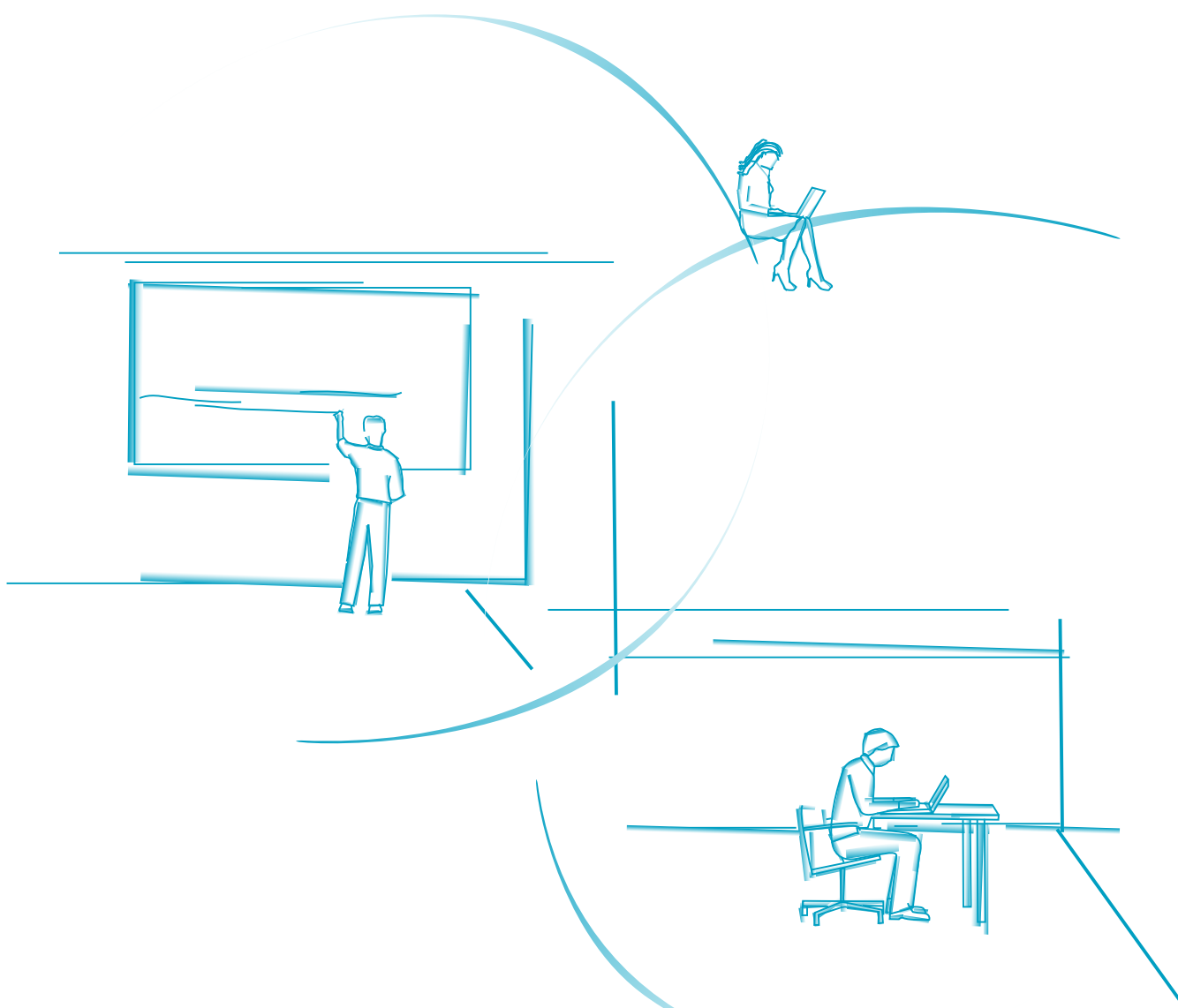
- A informação constante do relatório de gestão, das contas anuais, da certificação legal às contas e dos demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento relativamente ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2010 foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Portugal Telecom, SGPS, SA e das empresas incluídas no respectivo perímetro de consolidação;
- O relatório de gestão relativo àquele exercício social expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Portugal Telecom, SGPS, SA e das empresas incluídas no respectivo perímetro de consolidação, contendo nomeadamente uma descrição correcta dos principais riscos e incertezas com que tais entidades se defrontam.

Lisboa, 24 de Março de 2011

Presidente do Conselho de Administração	Henrique Granadeiro
Presidente Executivo	Zeinal Bava
Administrador Executivo, Chief Financial Officer	Luís Pacheco de Melo
Administradores Executivos	Carlos Alves Duarte Manuel Rosa da Silva Shakhaf Wine
Administradores Não Executivos	Francisco Manuel Marques Bandeira José Guilherme Xavier de Basto João Manuel de Mello Franco Joaquim Anibal Brito Freixial de Goes Mário João de Matos Gomes Gerald Stephen McGowan Rafael Luís Mora Funes Mária Helena Nazaré Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires Francisco Teixeira Pereira Soares Jorge Humberto Correia Tomé Paulo José Lopes Varela Milton Almicar Silva Vargas Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos

13

ACTIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS



ACTIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

De acordo com o Artigo Sexto do Regulamento do Conselho de Administração, aprovado a 3 de Outubro de 2008, o Conselho de Administração da PT reafirmou o compromisso de conferir aos seus membros não executivos uma efectiva capacidade de acompanhar, avaliar e supervisionar a gestão executiva da Sociedade.

Durante o ano de 2010, os administradores não executivos da PT puderam desenvolver as suas funções, de forma efectiva e sem que se tenham deparado com constrangimentos de qualquer índole. Neste sentido, destacam-se as seguintes actividades:

- Para além do exercício das respectivas competências não delegadas na Comissão Executiva, os administradores não executivos da PT desempenharam a sua função de supervisão da actuação da gestão executiva, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 8 do Artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais e no n.º 1 de Artigo Sexto do Regulamento do Conselho de Administração. Com efeito, ao abrigo daquelas regras, a delegação de poderes na Comissão Executiva não exclui o dever legal de vigilância geral dos administradores não executivos;
- Tal como previsto nos Artigos Quinto e Sexto do Regulamento do Conselho de Administração, os administradores não executivos da PT exerceram, ainda, a sua função de supervisão no seio das comissões internas deste órgão, isto é:
 - No âmbito da Comissão de Governo Societário, exclusivamente constituída por administradores não executivos e cujos poderes e actividades em 2010 se encontram descritos no capítulo II.3, ponto C do Relatório de Governo da Sociedade;
 - No âmbito da Comissão de Avaliação, maioritariamente constituída por administradores não executivos e cujos poderes e actividades em 2010 se encontram descritos no capítulo II.3 ponto C do Relatório de Governo da Sociedade.

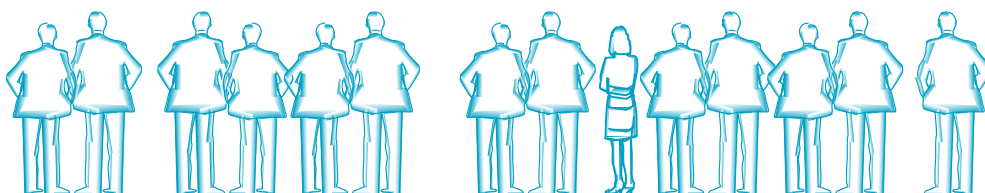
O efectivo exercício das funções pelos administradores não executivos da PT foi também potenciado pelo papel assumido pelo presidente do Conselho de Administração, o qual, desde 28 de Março de 2008, assumiu exclusivamente as funções de chairman, deixando de exercer funções executivas.

Este papel assumido pelo chairman encontra-se, aliás, vertido no Artigo Quarto do Regulamento do Conselho de Administração e tem-se concretizado pelas seguintes vias:

- Acompanhamento da actuação da Comissão Executiva no sentido de manter o Conselho de Administração informado sobre o desempenho das competências delegadas naquela Comissão;
- Contributo para o efectivo desempenho das funções e deveres dos administradores não executivos, assegurando os mecanismos necessários para que estes pudessem tomar decisões de forma independente e esclarecida, em particular na sua competência de coordenação das reuniões do Conselho de Administração;
- Dinamização dos trabalhos das comissões especializadas do Conselho de Administração.

Durante o ano de 2010, os administradores não executivos da PT puderam desempenhar as referidas funções e actividades, em particular, através das seguintes práticas:

- Apresentações sumárias pela Comissão Executiva, nas reuniões do Conselho de Administração, dos aspectos considerados relevantes da actividade desenvolvida, facultando aos administradores não executivos as informações adicionais solicitadas;
- Envio pelo Presidente da Comissão Executiva ao Presidente do Conselho de Administração das convocatórias e as actas das suas reuniões;
- Presença assídua dos administradores não executivos nas reuniões do Conselho de Administração (os quais correspondem à maioria dos membros deste órgão em exercício);
- Obtenção, conjunta ou isoladamente, por parte dos administradores não executivos, de informação necessária ou conveniente ao exercício das suas funções por solicitação ao Presidente do Conselho de Administração e/ou ao Presidente da Comissão Executiva, permitindo-se, deste modo, que a resposta seja prestada em tempo útil e de forma adequada;
- Sem prejuízo dos casos de reconhecida urgência, a convocação das reuniões do Conselho de Administração é feita com uma antecedência mínima de 5 dias e a ordem de trabalhos e documentação de suporte às deliberações são disponibilizadas com uma antecedência mínima de 3 dias.



117	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS
118	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL
119	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA
120	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS
121	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

122 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

122	1 Nota introdutória
123	2 Bases de apresentação
127	3 Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas
137	4 Alterações de políticas e estimativas
139	5 Cotações utilizadas para conversão de transações em moeda estrangeira
140	6 Receitas operacionais
140	7 Composição do resultado líquido por segmentos de negócio
145	8 Custos com o pessoal
145	9 Custos directos dos serviços prestados
145	10 Custos das mercadorias vendidas
146	11 Fornecimentos e serviços externos
146	12 Locação operacional
147	13 Impostos indirectos
147	14 Custos com benefícios reforma
157	15 Outros custos, líquidos
158	16 Juros suportados, Líquidos
158	17 Ganhos em activos financeiros e outros investimentos, líquidos
158	18 Outros custos financeiros, líquidos
159	19 Impostos e taxas
161	20 Operações descontinuadas
164	21 Interesses não-controladores
165	22 Dividendos
165	23 Resultados por acção
166	24 Investimentos a curto prazo
166	25 Contas a receber - clientes
166	26 Contas a receber - outros
167	27 Existências
167	28 Impostos a pagar e a recuperar
169	29 Custos diferidos
169	30 Outros activos correntes e não correntes
170	31 Investimentos em empresas participadas
172	32 Outros investimentos
173	33 Activos intangíveis
176	34 Activos tangíveis
179	35 Dívida
184	36 Contas a pagar
184	37 Acréscimos de custos
185	38 Proveitos diferidos
185	39 Provisões e ajustamentos
188	40 Outros passivos correntes e não correntes
188	41 Capital próprio
190	42 Instrumentos financeiros
197	43 Garantias e compromissos financeiros
198	44 Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
200	45 Partes relacionadas
202	46 Processos judiciais em curso
206	47 Eventos subsequentes

ANEXOS

209	ANEXO I EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS
211	ANEXO II EMPRESAS CONSOLIDADAS PELO MÉTODO PROPORCIONAL
212	ANEXO III EMPRESAS ASSOCIADAS

PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

EUROS

	Notas	2010	2009 (reexpressa)
OPERAÇÕES CONTINUADAS			
RECEITAS			
Prestações de serviços	6	3.516.023.963	3.491.970.083
Vendas	6	165.615.850	197.167.935
Outras receitas	6	60.614.025	44.266.786
	6	3.742.253.838	3.733.404.804
CUSTOS, PERDAS E (GANHOS)			
Custos com o pessoal	8	637.115.622	546.689.537
Custos directos dos serviços prestados	9	547.559.101	522.353.576
Custo das mercadorias vendidas	10	179.893.915	207.256.041
Marketing e publicidade		81.096.858	78.608.913
Fornecimentos e serviços externos	11	724.519.676	733.310.901
Impostos indirectos	13	45.418.246	57.816.564
Provisões e ajustamentos	39	34.951.944	30.505.493
Amortizações	33 e 34	758.567.813	716.851.789
Custos com benefícios de reforma, líquidos	14	38.209.838	89.630.520
Custos de curtailment e de liquidação	14	145.513.252	14.804.659
Ganhos com a alienação de activos fixos, líquidos		(5.542.839)	(1.955.803)
Outros custos, líquidos	15	141.194.008	45.609.985
		3.328.497.434	3.041.482.175
Resultado antes de resultados financeiros e impostos		413.756.404	691.922.629
CUSTOS E (GANHOS) FINANCEIROS			
Juros suportados, líquidos	16	185.044.935	227.491.155
Perdas com variações cambiais, líquidas		6.814.213	212.867
Ganhos em activos financeiros e outros investimentos, líquidos	17	(1.860.287)	(8.067.568)
Ganhos em empresas participadas, líquidos	31	(141.709.104)	(456.043.545)
Outros custos financeiros, líquidos	18	33.300.530	35.715.551
		81.590.287	(200.691.540)
Resultado antes de impostos		332.166.117	892.614.169
Imposto sobre o rendimento	19	77.525.848	185.890.157
Resultado das operações continuadas		254.640.269	706.724.012
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS			
Resultado das operações descontinuadas	20	5.565.426.533	82.462.164
RESULTADO LÍQUIDO		5.820.066.802	789.186.176
Atribuível a interesses não-controladores	21	147.871.835	104.452.033
Atribuível a accionistas da Portugal Telecom	23	5.672.194.967	684.734.143
Resultado líquido por acção			
Básico	23	6,48	0,78
Diluído	23	6,06	0,76
Resultado líquido por acção das operações continuadas			
Básico	23	0,19	0,74
Diluído	23	0,19	0,72

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

EUROS

	Notas	2010	2009 (reexpressa)
Resultados consolidados reconhecidos directamente no capital próprio			
Ajustamentos de conversão cambial			
Conversão de operações em moeda estrangeira (i)		433.946.646	942.188.037
Transferências para resultados (ii)		(1.166.099.952)	(21.603.864)
Benefícios de reforma			
Ganhos (perdas) actuariais líquidos	14	(450.674.906)	164.773.415
Efeito fiscal (iii)	19	85.748.128	(43.664.955)
Contabilidade de cobertura de instrumentos financeiros			
Variação no valor de mercado		(3.791.679)	(2.407.036)
Transferências para resultados	42	3.859.739	1.633.364
Efeito fiscal	19	(18.037)	205.023
Outros custos reconhecidos directamente no capital próprio, líquidos		(11.283.072)	(5.901.102)
		(1.108.313.133)	1.035.222.882
Reservas reconhecidas directamente no capital próprio			
Remensuração do imposto diferido passivo relativo à reavaliação de activos (iv)	19	14.181.908	12.116.738
		14.181.908	12.116.738
Total de resultados e reservas reconhecidos directamente no capital próprio		(1.094.131.225)	1.047.339.620
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados		5.820.066.802	789.186.176
Total dos resultados reconhecidos		4.725.935.577	1.836.525.796
Atribuível a interesses não-controladores		257.155.531	350.255.756
Atribuível aos accionistas da Portugal Telecom		4.468.780.046	1.486.270.040

(I) Os ganhos registados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 estão relacionados essencialmente com a valorização do Real Brasileiro face ao Euro, incluindo principalmente ganhos relativos ao investimento da Portugal Telecom na Brasilcel no montante de 337 milhões de euros em 2010, até à data da venda, e 882 milhões de euros em 2009.

(II) Em 2010, esta rubrica inclui um montante de 1.134.159.099 euros (Nota 20) correspondente ao valor acumulado dos ajustamentos de conversão cambial relativos ao investimento na Brasilcel, o qual foi reclassificado para resultado líquido na sequência da alienação deste investimento em Setembro de 2010 (Nota 1). Adicionalmente, esta rubrica inclui os montantes de 31.940.853 euros e 21.603.864 euros em 2010 e 2009 (Nota 20), respectivamente, decorrentes da transferência de uma parte dos ajustamentos de conversão cambial acumulados relativos ao investimento na Brasilcel, em resultado do reembolso de parte do investimento efectuado através de reduções de capital ocorridas nesta empresa, anteriores à sua venda.

(III) Esta rubrica inclui o efeito fiscal sobre as perdas e os ganhos actuariais líquidos registados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, respectivamente, e uma perda de 26.924.481 euros reconhecida em 2010 relacionada com o impacto nos activos por impostos diferidos decorrente de uma redução na taxa de imposto aplicável de 26,5% para 25,0%, ocorrida durante o ano 2010.

(IV) Em 2010, esta rubrica respeita ao impacto nos passivos por impostos diferidos decorrente de uma redução na taxa de imposto aplicável. Em 2009, na sequência da decisão de transferir certos activos imobiliários para os fundos de pensões, e de acordo com a IAS 12 Imposto sobre o Rendimento, o passivo por impostos diferidos relativo à reavaliação desses activos foi ajustado de modo a reflectir a forma como a Empresa esperava recuperar o valor contabilístico dos mesmos.

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E 1 DE JANEIRO DE 2009

EUROS

	Notas	31 Dez 2010	31 Dez 2009 (reexpressa)	1 Jan 2009 (reexpressa)
ACTIVO				
Activo corrente				
Caixa e equivalentes de caixa		4.764.732.734	1.449.516.549	1.010.655.198
Investimentos de curto prazo	24	341.772.444	26.867.252	52.933.160
Contas a receber - clientes	25	1.054.028.600	1.398.864.344	1.244.602.525
Contas a receber - outros	26	2.330.095.617	169.707.724	201.884.374
Existências	27	101.515.755	239.877.325	297.382.098
Impostos a recuperar	28	37.545.321	254.765.524	317.865.624
Custos diferidos	29	39.617.800	137.262.528	131.470.086
Outros activos correntes	30	25.647.001	22.191.369	60.188.716
Activos não correntes detidos para venda	31	160.448.046	-	-
Total do activo corrente		8.855.403.318	3.699.052.615	3.316.981.781
Activo não corrente				
Contas a receber - clientes		1.451.332	2.594.779	3.384.632
Contas a receber - outros	26	17.661.730	8.845.235	4.856.624
Impostos a recuperar	28	267.622	196.429.460	140.771.497
Investimentos em empresas participadas	31	361.517.602	597.210.048	613.179.099
Outros investimentos	32	17.680.614	16.885.925	21.111.478
Activos intangíveis	33	1.111.692.584	4.074.303.198	3.486.237.730
Activos tangíveis	34	3.874.613.414	4.843.868.200	4.621.486.868
Benefícios de reforma	14	1.927.991	67.588.596	1.557.026
Activos por impostos diferidos	19	653.075.198	1.019.511.128	1.032.723.979
Outros activos não correntes	30	274.640.756	314.203.554	478.954.057
Total do activo não corrente		6.314.528.843	11.141.440.123	10.404.262.990
Total do activo		15.169.932.161	14.840.492.738	13.721.244.771
PASSIVO				
Passivo corrente				
Dívida de curto prazo	35	951.921.279	494.531.900	2.254.666.256
Contas a pagar	36	711.489.295	1.335.127.377	1.372.302.781
Acréscimos de custos	37	558.974.927	636.891.386	647.156.746
Proveitos diferidos	38	287.808.093	417.777.933	362.622.368
Impostos a pagar	28	57.410.840	293.891.365	337.641.837
Provisões	39	87.683.131	77.815.865	72.214.080
Outros passivos correntes	40	28.391.592	142.370.844	107.020.445
Total do passivo corrente		2.683.679.157	3.398.406.670	5.153.624.513
Passivo não corrente				
Dívida de médio e longo prazo	35	6.254.380.288	6.551.516.128	4.441.190.114
Impostos a pagar	28	3.805.301	59.217.420	38.730.319
Provisões	39	40.947.202	102.629.790	96.806.426
Benefícios de reforma	14	968.792.596	1.558.341.521	1.836.850.906
Passivos por impostos diferidos	19	311.597.337	483.112.334	462.192.770
Outros passivos não correntes	40	297.585.145	299.822.417	495.612.901
Total do passivo não corrente		7.877.107.869	9.054.639.610	7.371.383.436
Total do passivo		10.560.787.026	12.453.046.280	12.525.007.949
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital social	41	26.895.375	26.895.375	26.895.375
Ações próprias	41	(178.071.827)	(178.071.827)	(178.071.827)
Reserva legal	41	6.773.139	6.773.139	6.773.139
Reserva de ações próprias	41	6.970.320	6.970.320	6.970.320
Reserva de reavaliação	41	693.283.402	722.108.135	790.686.788
Outras reservas e resultados acumulados	41	3.836.598.153	733.636.104	(421.227.368)
Capital próprio excluindo interesses não-controladores		4.392.448.562	1.318.311.246	232.026.427
Interesses não-controladores	21	216.696.573	1.069.135.212	964.210.395
Total do capital próprio		4.609.145.135	2.387.446.458	1.196.236.822
Total do capital próprio e do passivo		15.169.932.161	14.840.492.738	13.721.244.771

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

EUROS

	Capital social	Acções próprias	Reserva legal	Reserva de acções próprias	Reserva de reavaliação	Outras reservas e resultados acumulados	Cap.próprio excluindo interesses não-controladores	Interesses não-controladores (Nota 21)	Total do capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2009, reexpresso	26.895.375	(178.071.827)	6.773.139	6.970.320	790.686.788	(421.227.368)	232.026.427	964.210.395	1.196.236.822
Dividendos (Nota 22)	-	-	-	-	-	(503.626.688)	(503.626.688)	(154.046.696)	(657.673.384)
Reestruturação societária na Vivo (Nota 21)	-	-	-	-	-	103.641.467	103.641.467	(103.641.467)	-
Aquisições, alienações e aumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	12.357.224	12.357.224
Remensuração do imposto diferido passivo relativo a reservas de reavaliação de activos (Nota 19)	-	-	-	-	12.116.738	-	12.116.738	-	12.116.738
Resultados reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	(80.695.391)	870.114.550	789.419.159	245.803.723	1.035.222.882
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	-	684.734.143	684.734.143	104.452.033	789.186.176
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	26.895.375	(178.071.827)	6.773.139	6.970.320	722.108.135	733.636.104	1.318.311.246	1.069.135.212	2.387.446.458
Dividendos (Nota 22)	-	-	-	-	-	(503.626.688)	(503.626.688)	(61.483.720)	(565.110.408)
Dividendos antecipados (Nota 22)	-	-	-	-	-	(875.872.500)	(875.872.500)	-	(875.872.500)
Aquisições, alienações e aumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	(1.048.110.450)	(1.048.110.450)
Impacto fiscal relativo à componente de capital dos empréstimos por obrigações convertíveis (Nota 19)	-	-	-	-	-	(15.143.542)	(15.143.542)	-	(15.143.542)
Resultados reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	(28.824.733)	(1.174.590.188)	(1.203.414.921)	109.283.696	(1.094.131.225)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	-	5.672.194.967	5.672.194.967	147.871.835	5.820.066.802
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	26.895.375	(178.071.827)	6.773.139	6.970.320	693.283.402	3.836.598.153	4.392.448.562	216.696.573	4.609.145.135

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

EUROS

	Notas	2010	2009 (reexpressa)
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		4.217.884.234	4.420.355.013
Pagamentos a fornecedores		(2.142.344.825)	(2.161.661.096)
Pagamentos ao pessoal		(657.641.753)	(569.386.059)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento	44.a	(63.765.524)	(137.817.013)
Pagamentos relacionados com benefícios de reforma	14	(235.179.099)	(251.165.791)
Pagamentos relativos a impostos indirectos, taxas e outros	44.b	(215.112.767)	(219.102.436)
Fluxos das actividades operacionais de operações continuadas		903.840.266	1.081.222.618
Fluxos das actividades operacionais de operações descontinuadas	20	603.033.383	846.239.725
Fluxos das actividades operacionais (1)		1.506.873.649	1.927.462.343
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Aplicações financeiras de curto prazo	44.c	6.602.876	13.247.144
Investimentos financeiros	44.d	4.443.356	401.981.890
Activos tangíveis e intangíveis		34.181.595	11.705.679
Juros e proveitos similares		85.588.733	31.556.900
Dividendos	44.e	54.102.740	140.164.156
Outras actividades de investimento		510.002	715.777
		185.429.302	599.371.546
Pagamentos respeitantes a:			
Aplicações financeiras de curto prazo	44.c	(326.770.774)	(42.885)
Investimentos financeiros		(3.654.405)	(10.614.560)
Activos tangíveis e intangíveis		(1.154.806.237)	(885.487.229)
Outras actividades de investimento		(1.413.736)	(30.826)
		(1.486.645.152)	(896.175.500)
Fluxos das actividades de investimento de operações continuadas		(1.301.215.850)	(296.803.954)
Fluxos das actividades de investimento de operações descontinuadas	20	5.373.608.488	(300.985.354)
Fluxos das actividades de investimento (2)		4.072.392.638	(597.789.308)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	44.f	21.541.252.607	27.798.185.802
Subsídios		1.774.045	949.426
Outras actividades de financiamento		245.539	3.497
		21.543.272.191	27.799.138.725
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	44.f	(21.341.949.798)	(27.296.531.977)
Juros e custos similares		(312.643.855)	(242.591.278)
Dividendos	44.g	(1.451.951.875)	(535.501.741)
Outras actividades de financiamento	44.h	(7.904.034)	(43.684.894)
		(23.114.449.562)	(28.118.309.890)
Fluxos das actividades de financiamento de operações continuadas		(1.571.177.371)	(319.171.165)
Fluxos das actividades de financiamento de operações descontinuadas	20	(357.879.144)	(678.167.757)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(1.929.056.515)	(997.338.922)
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.449.516.549	1.010.655.198
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		3.650.209.772	332.334.113
Efeito das diferenças de câmbio		47.474.641	106.527.238
Caixa e seus equivalentes das operações descontinuadas à data da alienação		(382.468.228)	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4.764.732.734	1.449.516.549

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(Montantes expressos em euros, excepto quando indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA**a) Empresa-mãe**

A Portugal Telecom, SGPS, SA ("Portugal Telecom") e as suas empresas participadas ("Grupo", "Grupo Portugal Telecom" ou "Empresa") operam essencialmente no sector das telecomunicações e multimédia, em Portugal e no estrangeiro, incluindo o Brasil e África.

A empresa-mãe do Grupo é a Portugal Telecom, empresa constituída em 23 de Junho de 1994 nos termos do Decreto-Lei n.º 122/94, por fusão das empresas Telecom Portugal, SA ("Telecom Portugal"), Telefones de Lisboa e Porto, SA (TLP) ("TLP") e Teledifusora de Portugal, SA ("TDP") com referência a 1 de Janeiro de 1994. Em resultado do processo de privatização iniciado em 1 de Junho de 1995 e terminado em 4 de Dezembro de 2000, o capital da Portugal Telecom é detido maioritariamente por accionistas privados. Por escritura pública realizada em 12 de Dezembro de 2000, a Portugal Telecom, SA alterou a sua denominação social para Portugal Telecom, SGPS, SA, tendo modificado o seu objecto social para sociedade gestora de participações sociais.

As acções da Portugal Telecom encontram-se cotadas na euronext e na NYSE - New York Stock Exchange.

b) Actividade

O Grupo opera essencialmente nos sectores de telecomunicações e multimédia em Portugal e no estrangeiro.

Em Portugal, a prestação do serviço fixo de telefone é efectuada pela PT Comunicações, SA ("PT Comunicações"), no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações celebrado em 20 de Março de 1995, de acordo com o Decreto-Lei n.º 40/95, por um período inicial de 30 anos, sujeito a renovações subsequentes por períodos de 15 anos. Este contrato foi modificado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros de 11 de Dezembro de 2002, que incorpora o Acordo Modificativo do Contrato de Concessão, em resultado da PT Comunicações ter celebrado com o Estado Português um contrato de compra e venda da Rede Básica de Telecomunicações e Telex ("Rede Básica"). Adicionalmente, a PT Comunicações presta igualmente serviços de televisão por subscrição com a marca MEO, através das plataformas de IPTV, FTTH e DTH, e serviços de internet a clientes residenciais e pequenas e médias empresas.

A prestação do serviço de transmissão de dados é assegurada pela PT Prime - Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, SA ("PT Prime"), que desenvolve igualmente a prestação do serviço de Internet Service Provider ("ISP") a grandes clientes.

Os serviços de telecomunicações móveis são prestados pela TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, SA ("TMN"), através do sistema global de comunicações móveis ("GSM"), cuja licença foi concedida pelo Estado Português em 1992 (por um período inicial de 15 anos), renovada em 2007 até 16 de Março de 2022, e do sistema de telecomunicações móveis universais ("UMTS"), cuja licença foi obtida em 19 de Dezembro de 2000 (por um período inicial de 15 anos).

Em África, o Grupo presta o serviço fixo e móvel e outros serviços de telecomunicações relacionados através da Africatel Holding BV ("Africatel"). Actualmente, os serviços são prestados em Angola, Namíbia, Moçambique, Kenya, Cabo Verde e São Tomé, entre outros países.

Em 26 de Janeiro de 2011, como explicado em maior detalhe na Nota 47, a Portugal Telecom assinou, com a Oi e com os seus accionistas controladores, os acordos definitivos de compra e venda, de subscrição e de accionistas, através dos quais a Portugal Telecom espera obter uma participação financeira mínima, directa e indirecta, de 22,38% na Oi, com um investimento de 8,32 mil milhões de reais (aproximadamente 3,75 mil milhões de euros à taxa de câmbio de 31 de Dezembro de 2010). O Grupo Oi é líder na prestação de serviços de telecomunicações no mercado brasileiro e o maior operador fixo de telecomunicações na América do Sul, em termos de clientes activos. Com a assinatura destes acordos, a Portugal Telecom continuará a beneficiar de escala e diversificação geográfica em mercados de elevado potencial de crescimento.

Em 1 de Setembro de 2009, a Portugal Telecom celebrou, juntamente com a Telefónica S.A., um acordo definitivo para a venda conjunta das participações sociais de 32,18% cada por estas detidas no capital da Médi Telecom S.A. (Médi Telecom), e dos suprimentos concedidos a esta mesma participada, aos accionistas locais da Médi Telecom. No seguimento da aprovação pelo regulador de telecomunicações marroquino, *Agence Nationale de Règlementation des Télécommunications*, a venda foi concluída em Dezembro de 2009 quando a Portugal Telecom recebeu o montante de 380 milhões de euros, a adicionar ao adiantamento recebido em Setembro de 2009 de 20 milhões de euros, totalizando o montante de 400 milhões de euros (Nota 44.d). Como resultado desta venda, a Portugal Telecom reconheceu um ganho líquido de 267 milhões de euros (Nota 31) em 2009.

Operações descontinuadas (Nota 20)

Em 27 de Setembro de 2010, a Portugal Telecom concluiu a alienação da sua participação de 50% na Brasilcel (*joint venture* que controla a Vivo) à Telefónica pelo montante total de 7.500 milhões de euros, tendo recebido 4.500 milhões de euros nesse dia e 1.000 milhões de euros em 30 de Dezembro de 2010, num total de 5.500 milhões de euros (Nota 20), com o montante remanescente a ser recebido até 31 de Outubro de 2011, conforme previsto no acordo celebrado com a Telefónica. Em resultado desta alienação, a Portugal Telecom reconheceu um ganho líquido de 5.423 milhões de euros (Nota 20).

Em virtude da venda do investimento na Brasilcel, o negócio móvel no Brasil foi classificado como uma operação descontinuada e em conformidade: (1) os activos e passivos deste negócio foram consolidados proporcionalmente até à conclusão da transacção e conseqüentemente já não foram consolidados proporcionalmente em 31 de Dezembro de 2010; (2) os ganhos deste negócio em 2009 e em 2010 até à conclusão da alienação foram apresentados na Demonstração dos Resultados Consolidados na rubrica "Resultado das operações descontinuadas"; e (3) os fluxos de caixa deste negócio até à data da venda foram apresentados na Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa nas rubricas de fluxos de caixa de operações descontinuadas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 24 de Março de 2011.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em euros, por esta ser a moeda principal das operações do Grupo. As demonstrações financeiras das empresas participadas denominadas em moeda estrangeira foram convertidas para euros de acordo com as políticas contabilísticas descritas na Nota 3.q).

As demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adoptadas pela União Europeia, incluindo todas as interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") que estavam em vigor em 31 de Dezembro de 2010, aprovadas pela União Europeia (UE). No caso da Portugal Telecom, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela UE e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os IFRS, o Conselho de Administração adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos relativos aos períodos reportados (Nota 3).

No seguimento da alienação da participação de 50% na Brasilcel, o negócio móvel brasileiro foi classificado como uma operação descontinuada, pelo que a Demonstração Consolidada dos Resultados e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foram reexpressas de modo a reflectir os resultados e os fluxos de caixa deste negócio nas rubricas de operações descontinuadas (Nota 20). Adicionalmente, no âmbito da adopção da IFRIC 12 *Acordos de Concessão de Serviços*, aplicada a partir de 1 de Janeiro de 2009, foram efectuadas alterações na Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2009 e na Demonstração Consolidada dos Resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, como detalhado na Nota 4.

a) Princípios de consolidação

Empresas controladas

A Portugal Telecom consolidou integralmente as demonstrações financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral da empresa subsidiária ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais dessa empresa e obteve a maioria dos benefícios e riscos económicos. Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral (Ver Anexo I).

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido das empresas incluídas na consolidação é apresentada separadamente na Demonstração Consolidada da Posição Financeira e na Demonstração Consolidada dos Resultados, respectivamente, na rubrica de “Interesses não-controladores” (Nota 21).

Os activos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como goodwill. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na Demonstração Consolidada dos Resultados do exercício em que ocorre a aquisição. Os interesses de accionistas não-controladores são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das empresas subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na Demonstração Consolidada dos Resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação, respectivamente.

As transacções e saldos entre as empresas controladas são eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes das transacções entre empresas do Grupo são igualmente anuladas.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas controladas e empresas associadas tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

Empresas controladas conjuntamente

As participações financeiras em empresas controladas conjuntamente são consolidadas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e custos desta empresa são integrados, rubrica a rubrica, na proporção da percentagem de controlo atribuível ao Grupo. A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base na existência de acordos parassociais que demonstrem e regulem o controlo conjunto.

Todos os saldos e transacções entre empresas são eliminados, na proporção da percentagem de controlo atribuível ao Grupo.

Após a alienação da participação de 50% na Brasilcel, conforme mencionado acima, a participação da Portugal Telecom nos resultados desta *joint venture* para todos os períodos apresentados foi incluída na rubrica “Resultado das operações descontinuadas” (Nota 20).

O detalhe das empresas controladas conjuntamente que foram anteriormente consolidadas proporcionalmente é apresentado no Anexo II.

Empresas associadas

Uma empresa associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo ou controlo conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, ajustado, quando aplicável, para respeitar as políticas contabilísticas da Portugal Telecom (Anexo III). De acordo com este método, as participações financeiras em empresas associadas são reconhecidas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira ao custo e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das mesmas, por contrapartida de resultados financeiros na rubrica de “Ganhos em empresas participadas, líquidos” (Nota 31). Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade.

As perdas em empresas associadas em excesso ao investimento nessas entidades não são reconhecidas, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre a participação do Grupo no justo valor dos activos líquidos adquiridos e passivos contingentes da empresa associada à data de aquisição é reconhecido como *goodwill*. O *goodwill* é adicionado ao valor do respectivo investimento financeiro e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na Demonstração Consolidada dos Resultados do período em que ocorre a aquisição.

Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor respectivo dos investimentos financeiros.

Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária, entidade controlada conjuntamente, ou associada, na respectiva data de aquisição, em conformidade com o estabelecido na IFRS 3 *Concentrações Empresariais*. Atendendo à excepção prevista na IFRS 1 *Primeira Adopção das IFRS*, o Grupo aplicou as disposições da IFRS 3 apenas às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de Janeiro de 2004. Os valores de *goodwill* correspondentes a aquisições anteriores a 1 de Janeiro de 2004 foram mantidos, sendo sujeitos anualmente a testes de imparidade desde aquela data.

O *goodwill* relativo a investimentos em empresas sedeadas no estrangeiro encontra-se registado na moeda de reporte dessas filiais, sendo convertido para a moeda de reporte do Grupo (euros) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”.

O *goodwill* relativo a empresas associadas é incluído na rubrica “Investimentos em empresas participadas” (Nota 31) e o relativo a empresas subsidiárias é incluído na rubrica “Activos intangíveis” (Nota 33). O *goodwill* não é amortizado, sendo sujeito a testes anuais de imparidade ou sempre que ocorram indícios de uma eventual perda de valor. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na Demonstração Consolidada dos Resultados do período e não é susceptível de reversão posterior.

Na alienação de uma empresa controlada, controlada conjuntamente ou associada, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

b) Alterações ocorridas no Grupo

Aquisições

No dia 7 de Fevereiro de 2010, a Portugal Telecom, através da Mobitel, S.A. (“Dedic”), empresa que actua no mercado de *call centre* no Brasil, celebrou um acordo para a aquisição de uma participação de 100% no capital da GPTI, S.A. (“GPTI”), empresa que presta serviços relacionados com tecnologias e sistemas de informação, os quais complementam os serviços prestados pela Dedic. O preço de compra desta aquisição inclui: (1) a emissão de acções pela Dedic correspondentes a uma participação financeira de 12,5%; e (2) uma opção concedida ao antigo accionista da GPTI de aumentar ou diminuir essa participação em até 7,5%, em função do desempenho operacional e financeiro da GPTI em 2010 e 2011. Em sequência desta aquisição, concluída a 1 de Março de 2010 através da emissão de acções pela Dedic (data efectiva da aquisição de controlo), o antigo accionista da GPTI detém uma participação financeira de 12,5% na Dedic.

O detalhe dos activos líquidos da GPTI, que foram consolidados em 1 de Março de 2010, e do *goodwill* apurado em resultado da transacção acima referida é como segue:

MILHÕES DE EUROS			
	Valor contabilístico	Ajustamentos para o valor de mercado (i)	Justo valor
ACTIVOS LÍQUIDOS ADQUIRIDOS			
Contas a receber	13,2	-	13,2
Impostos a recuperar	1,9	-	1,9
Activos intangíveis	-	2,5	2,5
Activos tangíveis	0,9	-	0,9
Outros activos	0,0	-	0,0
Dívida de curto prazo	(17,5)	-	(17,5)
Contas a pagar	(2,5)	-	(2,5)
Impostos a pagar	(10,7)	-	(10,7)
Provisões correntes	(4,1)	-	(4,1)
Dívida de médio e longo prazo	(13,3)	-	(13,3)
Provisões não correntes	(1,8)	(0,9)	(2,7)
Outros passivos	(3,0)	-	(3,0)
Total dos activos líquidos adquiridos	(36,9)	1,6	(35,3)
Preço de compra (ii)			13,6
Goodwill (Nota 33)			48,9

(i) Os ajustamentos para o justo valor dos activos intangíveis correspondem ao valor estimado de contratos recorrentes celebrados entre a GPTI e determinados clientes. Os ajustamentos para o justo valor das provisões não correntes correspondem ao justo valor de determinadas contingências fiscais cujo desfecho era considerado como possível na data de aquisição.

(ii) Tal como mencionado acima, o preço de compra inclui (a) 28,3 milhões de reais (11,4 milhões de euros) correspondentes ao valor de mercado do aumento de capital da Dedic na data de aquisição, e (b) 5,4 milhões de reais (2,2 milhões de euros) correspondentes ao justo valor da opção concedida ao antigo accionista da GPTI a 1 de Março de 2010.

A contribuição da GPTI para os resultados da Portugal Telecom no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 corresponde a um resultado líquido antes de interesses não-controladores de, aproximadamente, 4 milhões de euros, incluindo receitas operacionais de 56 milhões de euros. Caso a GPTI tivesse sido consolidada desde 1 de Janeiro de 2010, os valores pro-forma das receitas operacionais consolidadas e do resultado líquido antes de interesses não-controladores da Portugal Telecom, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, são como segue:

MILHÕES DE EUROS			
	Valores reportados	Resultados da GPTI de Janeiro e Fevereiro de 2010	Informação pro-forma
Receitas operacionais	3.742	8	3.751
Resultado líquido (antes de interesses não-controladores)	5.820	(5)	5.815

Alienações

Em 27 de Setembro de 2010, conforme referido anteriormente, a Portugal Telecom concluiu a alienação da sua participação de 50% na Brasilcel e, conseqüentemente, os resultados e os fluxos de caixa do negócio móvel no Brasil em 2009 e em 2010 até a conclusão da alienação foram apresentados em rubricas de operações descontinuadas e os activos e passivos deste negócio já não foram consolidados proporcionalmente em 31 de Dezembro de 2010 (Nota 20).

Excepto quanto às situações acima referidas, não ocorreram outras alterações relevantes no perímetro de consolidação do Grupo durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

a) Classificação da Demonstração Consolidada da Posição Financeira

Os activos realizáveis a menos de um ano da data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira são classificados como correntes. Os passivos são também classificados como correntes quando são liquidados a menos de um ano, ou quando não existe um direito incondicional de diferir a sua liquidação, para um período de pelo menos 12 meses após a Demonstração Consolidada da Posição Financeira.

b) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição. As existências são ajustadas por motivos de obsolescência tecnológica ou baixa rotação de determinados bens.

c) Activos tangíveis

Em 2008, a Portugal Telecom alterou a política contabilística de valorização dos imóveis e da rede de condutas, deixando de utilizar o modelo do custo e passando a adoptar o modelo de reavaliação, uma vez que a Empresa entende que este último reflecte de uma melhor forma o valor económico destas classes de activos, tendo em conta a natureza dos activos reavaliados, os quais não estão sujeitos a obsolescência tecnológica. O incremento de valor dos activos tangíveis resultante destas reservas de reavaliação, não distribuíveis, está a ser amortizado de acordo com o critério utilizado na amortização dos bens reavaliados. A Portugal Telecom tem uma política de revisão do montante reavaliado a cada 3 anos.

Os restantes activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido de amortizações acumuladas, subsídios ao investimento e perdas por imparidade, quando aplicável. O custo de aquisição inclui: (1) o preço de compra do activo; (2) as despesas directamente imputáveis à compra; e (3) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos activos e requalificação do local (Notas 3.g e 39). Decorrente da excepção prevista na IFRS 1, as reavaliações efectuadas aos activos tangíveis, em exercícios anteriores a 1 de Janeiro de 2004, de acordo com os índices de actualização monetária previstos na legislação portuguesa, foram mantidas, designando-se esse valor reavaliado como valor de custo para efeitos de IFRS.

A amortização dos activos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, é realizada de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos activos, a qual é determinada em função da utilidade esperada. As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	ANOS
Edifícios e outras construções	3 - 50
Equipamento básico	
Instalações e equipamento de rede	7 - 40
Rede de condutas	40
Equipamento terminal	3 - 10
Cabos submarinos	15 - 20
Estações, equipamento e instalações de satélites	5 - 7
Outros equipamentos de telecomunicações	4 - 10
Outro equipamento básico	4 - 20
Equipamento de transporte	4 - 8
Ferramentas e utensílios	4 - 8
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros activos tangíveis	4 - 8

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, bem como as perdas por imparidade, são reconhecidas como uma dedução ao valor do activo respectivo por contrapartida de resultados do período. Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo, quando incorridos. Os custos significativos incorridos com renovações ou melhorias significativas nos activos tangíveis são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos, quando os mesmos possam ser mensurados de uma forma fiável.

Os ganhos e perdas nas alienações de activos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o respectivo valor contabilístico, são contabilizados em resultados na rubrica “Ganhos com a alienação de activos fixos, líquidos”.

d) Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade, quando aplicável. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os activos intangíveis são constituídos basicamente por *goodwill* (Nota 2.a), a aquisição da Rede Básica detida pela PT Comunicações, licenças de telecomunicações e outros direitos conexos e licenças de utilização de software.

Os activos intangíveis, excluindo o *goodwill*, são amortizados pelo método das quotas constantes, a partir do início do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante o período de vida útil ou, se inferior, o período dos contratos (incluindo os períodos de renovação adicionais se aplicável), como segue:

Licenças de telecomunicações:	
Propriedade da rede básica detida pela PT Comunicações	Período da concessão (até 2025)
Licença UMTS detida pela TMN	Período da licença com período de renovação (até 2030)
Direitos de aquisição de capacidade de satélite	Período do contrato (até 2015)
Licenças de utilização de <i>software</i>	3 – 6 anos
Outros activos intangíveis	3 – 8 anos

A amortização de licenças de telecomunicações detidas pela Vivo, incluída na rubrica “Resultado líquido das operações descontinuadas” até à alienação deste negócio, foi reconhecida pelo método das quotas constantes durante o período da licença, incluindo período de renovação.

e) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, incluídas na rubrica “Outros investimentos” (Nota 32), compreendem essencialmente imóveis e terrenos detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital, ou ambos, e não para utilização no decurso da actividade corrente dos negócios (exploração, serviços prestados ou vendas).

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra e registo de propriedade, deduzidos de amortizações acumuladas (método de quotas constantes) e de perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos incorridos (manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades), a par dos rendimentos e rendas obtidos com propriedades de investimento, são reconhecidos na Demonstração Consolidada dos Resultados do exercício a que se referem.

As propriedades de investimento são amortizadas durante o período de vida expectável pelo método de quotas constantes (Nota 3.c).

f) Imparidade de activos tangíveis e intangíveis, excluindo *goodwill*

As empresas do Grupo efectuam avaliações de imparidade dos seus activos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada activo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence. As principais unidades geradoras de caixa do Grupo correspondem aos negócios de rede fixa e móvel em Portugal, como explicado na Nota 33. O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros actualizados com base em taxas de desconto que reflectam o valor actual do capital e o risco específico do activo.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na Demonstração Consolidada dos Resultados do exercício a que se refere.

Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do activo é actualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na Demonstração Consolidada dos Resultados.

Os activos tangíveis registados de acordo com o modelo de reavaliação são periodicamente mensurados, sendo que a Portugal Telecom pretende proceder a uma nova reavaliação destes activos pelo menos de três em três anos. Qualquer perda por imparidade nestes activos é reconhecida como uma diminuição à reserva de reavaliação reconhecida inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores no montante da reserva de reavaliação inicial são reconhecidas na Demonstração Consolidada dos Resultados.

g) Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que na liquidação dessa obrigação seja necessário um dispêndio de recursos internos e o montante da referida obrigação seja estimada com razoabilidade. Quando alguma destas condições não é preenchida, o Grupo procede à divulgação dos eventos como passivo contingente, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota.

As provisões para reestruturação apenas são reconhecidas quando o Grupo tem um plano detalhado, formalizado, e após terem sido comunicados esses factos às entidades envolvidas.

As provisões para os custos de desmantelamento, remoção de activos e restauração do local são reconhecidas quando os bens começam a ser utilizados e se for possível estimar a respectiva obrigação com fiabilidade (Notas 3.c) e 39). O montante da provisão reconhecida corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a actualização financeira registada em resultados como custo financeiro na rubrica de "Juros, líquidos".

As provisões são revistas e actualizadas na data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, de modo a reflectir a melhor estimativa, nesse momento, da obrigação em causa.

h) Responsabilidades com pensões e complementos de pensão

A PT Comunicações e a PT Sistemas de Informação, SA ("PT SI") eram responsáveis por conceder a alguns dos seus empregados prestações pecuniárias a título de pensão e complemento de pensão de reforma. Decorrente da transferência em 2010 da responsabilidade com Planos de Pensões para o Estado Português, como explicado na Nota 14, a PT Comunicações e a PT SI são agora responsáveis por pagar apenas complementos de pensão.

Para financiar estas obrigações, vários fundos foram incorporados pela PT Comunicações (Nota 14.1), alguns dos quais também transferidos para o Estado Português, juntamente com as obrigações relacionadas.

A fim de estimar as suas responsabilidades com o pagamento destes planos, o Grupo obtém periodicamente cálculos actuariais das responsabilidades determinados de acordo com o "Projected Unit Credit Method". O Grupo decidiu adoptar o tratamento alternativo previsto no IAS 19 de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais directamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, nomeadamente os resultantes de mudanças nos pressupostos actuariais e de diferenças entre dados reais e pressupostos actuariais.

As alterações aos planos relativas a reduções ou aumentos de benefícios concedidos aos empregados são registadas como ganhos e perdas com serviços passados. Os ganhos e perdas com serviços passados relativos a direitos vencidos são reconhecidos na rubrica “Custo com benefícios de reforma, líquidos”, quando incorridos, e aqueles relativos a direitos não vencidos são reconhecidos proporcionalmente em quotas constantes durante o período estimado que decorre até à data em que os direitos sejam adquiridos pelos colaboradores, na maioria dos casos, na data de reforma. Os ganhos obtidos com a liquidação de um plano são reconhecidos, quando incorridos, na rubrica “Custos de *curtailment* e de liquidação”.

As responsabilidades reconhecidas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira representam o valor actual das obrigações com os planos de benefícios definidos de pensões, deduzido do justo valor dos activos dos fundos de pensões e dos ganhos ou perdas com serviços passados ainda não reconhecidos.

As contribuições efectuadas pelo Grupo para planos de pensões de contribuição definida são registadas como custo na Demonstração Consolidada dos Resultados na data em que as mesmas são devidas.

i) Responsabilidades com cuidados de saúde

A PT Comunicações e a PT SI têm o compromisso de conceder a alguns dos seus empregados, bem como aos respectivos familiares elegíveis, cuidados de saúde a prestar após a idade da reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos. O Plano de Saúde é gerido pela Portugal Telecom – Associação de Cuidados de Saúde (“PT ACS”), tendo em 2004 sido constituído um fundo autónomo para financiar estas responsabilidades (Nota 14.2), gerido pela PT Prestações – Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, SA (“PT Prestações”).

A fim de estimar as suas responsabilidades com o pagamento das referidas prestações após a data de reforma, o Grupo obtém periodicamente cálculos actuariais das responsabilidades, determinados de acordo com o “*Projected Unit Credit Method*”. O Grupo decidiu adoptar o tratamento alternativo previsto no IAS 19 de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais directamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, nomeadamente os resultantes de alterações nas premissas actuariais e de diferenças entre dados reais e premissas actuariais.

As alterações aos planos relativas a reduções ou aumentos de benefícios concedidos aos empregados são registadas como ganhos e perdas com serviços passados. Os ganhos e perdas com serviços passados relativos a direitos vencidos são reconhecidos na rubrica “Custo com benefícios de reforma, líquidos”, quando incorridos. Os ganhos e perdas de serviços passados relativos a direitos não vencidos, são reconhecidos proporcionalmente em quotas constantes durante o período estimado que decorre até à data em que os direitos sejam adquiridos pelos colaboradores (na maioria dos casos, na data de reforma). Os ganhos obtidos com a liquidação de um plano são reconhecidos quando incorridos na rubrica “Custos de *curtailment* e liquidação, líquidos”.

As responsabilidades com cuidados de saúde reconhecidas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira representam o valor presente das obrigações com os planos de benefícios definidos, deduzidas do justo valor dos activos do fundo constituído e dos ganhos ou perdas de serviços passados ainda não reconhecidos.

j) Pré-reforma e suspensões do contrato de trabalho

No âmbito dos programas de pré-reforma ou suspensão do contrato de trabalho, é reconhecido na Demonstração Consolidada da Posição Financeira um passivo, correspondente ao valor presente dos salários a pagar até à idade da reforma. O respectivo custo é registado na Demonstração Consolidada dos Resultados na rubrica “Custos de *curtailment* e de liquidação”, adicionado de encargos com complementos de pensões a pagar e com cuidados de saúde a prestar após aquela data, quando os empregados passam para suspensão ou pré-reforma, e é determinado com base em relatórios actuariais (Nota 14.3).

k) Subsídios

Os subsídios recebidos do Governo português e da União Europeia são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que as empresas do Grupo irão cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração para formação de colaboradores são reconhecidos na Demonstração Consolidada dos Resultados de acordo com os custos correspondentes incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de activos, são deduzidos ao valor dos respectivos activos (Nota 3.c).

I) Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira quando o Grupo se torna parte na respectiva relação contratual.

(i) Contas a receber (Notas 25 e 26)

Contas a receber, empréstimos atribuídos e outras contas a receber que tenham pagamentos fixos ou definidos que não se encontrem cotados em mercados activos são classificados como valores a receber ou empréstimos atribuídos.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas, calculadas essencialmente com base (a) na antiguidade do saldo a receber e (b) no perfil de crédito do devedor específico.

(ii) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual da transacção e com a definição do passivo financeiro e instrumento de capital próprio. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelas empresas do Grupo são registados pelo valor recebido, líquido dos custos suportados com a sua emissão.

As obrigações convertíveis emitidas pela Portugal Telecom foram reconhecidas inicialmente em duas componentes: (i) o valor actual da dívida, estimado com base em taxas de juro de mercado para empréstimos não convertíveis com características semelhantes, reconhecido no passivo; e (ii) o valor de mercado da opção de conversão da obrigação em acções, por parte do detentor da obrigação, reconhecido directamente no capital próprio. À data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, o passivo é registado pelo seu custo amortizado.

(iii) Empréstimos bancários (Nota 35)

Os empréstimos bancários são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido das respectivas despesas com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, bem como prémios pagos antecipadamente, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

(iv) Contas a pagar (Nota 36)

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

(v) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura (Nota 42)

As actividades do Grupo estão essencialmente expostas a riscos financeiros, decorrentes de variações nas taxas de câmbio e nas taxas de juro. O Grupo tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados, com o objectivo de efectuar cobertura daqueles riscos financeiros sujeitos à análise económica detalhada e aprovação por parte da Comissão Executiva.

Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente mensurados ao seu justo valor na data de contratação, sendo reavaliados subsequentemente pelo respectivo justo valor na data de cada Demonstração Consolidada da Posição Financeira.

Contabilidade de cobertura

A designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições do IAS 39. Actualmente, para efeitos contabilísticos, a Portugal Telecom classifica os seus instrumentos financeiros derivados como de cobertura de justo valor e de fluxos de caixa.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como de cobertura de justo valor, bem como as alterações no justo valor do activo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas como resultado financeiro do exercício.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de fluxos de caixa são registadas directamente no capital próprio, na sua componente efectiva, e em resultados financeiros, na sua componente não efectiva. Os valores registados no capital próprio são transferidos para resultados financeiros no período em que o item coberto tiver igualmente efeito em resultados.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições do IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, são classificados como “derivados detidos para negociação” e as respectivas variações no justo valor são registadas na Demonstração Consolidada dos Resultados do exercício em que ocorrem.

(vi) Acções próprias (Nota 41)

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma redução do capital próprio na rubrica “Acções próprias”, e os ganhos ou perdas inerentes à sua alienação são registados em “Resultados acumulados”.

Os *equity swaps* sobre acções próprias, que incluam uma opção de exercício físico executável pela PT, são reconhecidos como um passivo financeiro por contrapartida da redução de capital próprio, e registados de forma similar a uma aquisição de acções próprias, na data de celebração do contrato.

(vii) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo (Nota 24)

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outros, vencíveis em ou a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis e com risco insignificante de alteração de valor. A rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” inclui também depósitos de clientes e outras entidades que ainda não foram compensados.

Para efeitos da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira na rubrica de “Dívida de curto prazo”.

Os investimentos de curto prazo compreendem investimentos com objectivo de gerar rendimento, razão pela qual não foram classificados como equivalentes de caixa.

(viii) Operações de “Qualified Technological Equipment”

O Grupo celebrou em exercícios anteriores operações de “Qualified Technological Equipment” (“QTE”), pelas quais alienou a determinados investidores estrangeiros um conjunto de equipamentos de telecomunicações. Em simultâneo, estes investidores celebraram contratos de locação dos equipamentos com entidades constituídas especificamente para o efeito, as quais celebraram com o Grupo contratos de venda condicional dos mesmos equipamentos. O Grupo mantém legalmente a posse dos equipamentos envolvidos.

Estas operações configuram um *sale and lease back*, mantendo-se os equipamentos registados na Demonstração Consolidada da Posição Financeira. As empresas constituídas no âmbito destas operações foram consolidadas integralmente nas demonstrações financeiras, dado o Grupo ter obtido a maioria dos benefícios económicos gerados por estas entidades no decorrer das suas actividades e, conseqüentemente, estar exposto ao risco resultante das actividades dessas entidades. Assim, a Portugal Telecom registou um activo corrente e não corrente pelo montante da venda do equipamento (Nota 30) e um passivo corrente e não corrente pelo montante das rendas vincendas (Nota 40).

Os prémios recebidos pelo Grupo no início daquelas operações são reconhecidos linearmente em resultados no período das mesmas.

m) Trabalhos para a própria empresa

Os custos internos (materiais, mão-de-obra e transportes) incorridos na produção de activos tangíveis são objecto de capitalização, apenas quando sejam preenchidos os seguintes requisitos:

- Os activos tangíveis desenvolvidos são identificáveis;

- Existe forte probabilidade de que os activos tangíveis venham a gerar benefícios económicos futuros; e
- Os custos de desenvolvimento são mensuráveis de forma fiável.

A contrapartida na Demonstração Consolidada dos Resultados é registada através da redução dos correspondentes custos operacionais, não sendo reconhecidas quaisquer margens geradas internamente. Quando não são preenchidas as condições acima descritas, os valores incorridos são contabilizados na Demonstração Consolidada dos Resultados como custos no exercício em que ocorrem.

Os custos incorridos na fase de pesquisa são reconhecidos em resultados como custo, no período em que ocorrem.

n) Locações (a empresa como locatária)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos para o locatário substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos correspondentes. Os restantes contratos de locação são classificados como locações operacionais (Nota 12). A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são contabilizados pelo método financeiro, de acordo com o plano financeiro contratual (Nota 35). Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidos na Demonstração Consolidada dos Resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na Demonstração Consolidada dos Resultados numa base linear durante o período do contrato de locação (Nota 12).

o) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é reconhecido de acordo com o preconizado pelo IAS 12, sendo composto por imposto corrente e imposto diferido.

A Portugal Telecom encontra-se abrangida pelo regime de tributação pelo lucro consolidado (actualmente designado por regime especial de tributação dos grupos de sociedades), que abrange todas as empresas em que a Portugal Telecom participa, directa ou indirectamente, em pelo menos 90% do respectivo capital social e que, simultaneamente, sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação do Grupo Portugal Telecom, são tributadas individualmente, com base nas respectivas matérias colectáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para além do imposto corrente é ainda considerado o efeito do imposto diferido, calculado com base na diferença entre o valor contabilístico dos activos e passivos em determinado momento e o correspondente valor para efeitos fiscais.

Tal como está estabelecido na referida norma, são reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável ocorrer no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos. Na data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, é efectuada uma revisão desses impostos diferidos activos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transacções ou eventos reconhecidos directamente no capital próprio, é registado directamente nestas mesmas rubricas. Deste modo, o impacto de alterações na taxa de imposto também é reconhecido no resultado líquido, excepto quando se refere a itens reconhecidos directamente ao capital próprio, caso em que esse impacto também é reconhecido directamente no capital próprio.

p) Rédito

As receitas da actividade de telecomunicações fixas são registadas pelo seu valor bruto no momento da prestação do serviço e facturadas numa base mensal ao longo do mês. Os valores não facturados a clientes ou não facturados por outros operadores, mas vencidos ou incorridos à data das demonstrações financeiras consolidadas, são registados com base em estimativas. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

A repartição de receitas dos serviços de telecomunicações internacionais é efectuada com base nos registos de tráfego do país de origem e nas taxas de repartição fixadas mediante acordos celebrados com os vários operadores de telecomunicações. Compete ao operador de origem do tráfego a apresentação do crédito ao operador do país de destino e, se aplicável, aos operadores dos países de trânsito.

As receitas de aluguer de equipamento terminal são registadas como locação operacional no período a que respeitam, na rubrica "Outras receitas".

As receitas dos serviços de ISP resultam fundamentalmente de assinaturas mensais pela disponibilização do acesso à Internet e do tráfego telefónico gerado pelos clientes quando utilizam o serviço. Estas receitas são reconhecidas no período em que o serviço é prestado.

As receitas de publicidade relativas a listas telefónicas, bem como os respectivos custos, são registadas durante o período de vigência das listas. A PT Comunicações tem um contrato com a empresa Páginas Amarelas, SA através do qual esta última é responsável pela produção, publicação e distribuição das listas telefónicas, bem como da comercialização do espaço publicitário incluído nas listas. O custo total pago pela PT Comunicações por estes serviços é uma percentagem fixa de 78% das receitas brutas resultantes da venda do espaço publicitário. Os custos de espaço publicitário são fixos, não contingentes, e baseados no volume expectável de listas telefónicas (aproximadamente uma por número de telefone). As receitas da venda do espaço publicitário são facturadas directamente pela PT Comunicações aos seus clientes durante o período de vigência de cada lista. Estas receitas são registadas em resultados, mensalmente, durante o referido período.

As receitas do serviço de televisão por subscrição resultam essencialmente de e são reconhecidas como segue:

Origem do proveito	Classificação	Reconhecimento
Assinatura mensal pela utilização do serviço	Prestação de serviços	No momento da prestação de serviços
Aluguer de equipamento	Prestação de serviços	No período do aluguer
Venda de equipamento	Vendas de mercadorias	No momento da venda
Penalidades impostas aos clientes	Outras receitas	No momento do recebimento

As receitas da actividade de telecomunicações móveis resultam, essencialmente, da utilização da rede móvel pelos clientes e operadores de telecomunicações. O momento do reconhecimento das receitas geradas no âmbito da actividade de telecomunicações móveis, bem como as rubricas onde se encontram reconhecidas, pode ser resumido da seguinte forma:

Origem do proveito	Classificação	Reconhecimento
Utilização da rede	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Tráfego de interligação	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Roaming	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Cartões pré-pagos	Prestações de serviços	No momento da prestação do serviço
Banda larga móvel	Prestações de serviços	No momento da prestação do serviço
Equipamentos terminais e acessórios	Vendas de mercadorias	No momento da venda
Penalidades impostas aos clientes	Outras receitas	No momento do recebimento

As receitas provenientes da venda de determinados produtos/serviços compostos são imputadas a cada um dos seus componentes de acordo com o seu respectivo valor de mercado e reconhecidas separadamente, de acordo com os critérios definidos para cada um desses componentes.

O Grupo opera programas de fidelização para alguns dos seus clientes, ao abrigo dos quais, em função do consumo, os clientes têm direito a pontos de fidelização que podem ser trocados por equipamentos, acessórios e descontos em subsequentes aquisições de serviços de telecomunicações móveis. A Portugal Telecom contabiliza estas transacções como transacções contendo múltiplos elementos, pelo que o montante recebido inicialmente é alocado entre a receita relativa ao tráfego consumido e os pontos que o cliente obteve. Desta forma, a receita diferida é reconhecida quando os pontos são consumidos ou perdem a validade.

q) Saldos e transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio da data da transacção. Na data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, é efectuada a actualização cambial de activos e passivos, aplicando a taxa de fecho. As diferenças cambiais daí resultantes são reconhecidas na Demonstração Consolidada dos Resultados do período em que foram determinadas. As variações cambiais geradas em itens não monetários, incluindo o *goodwill*, e em itens monetários que constituam extensão do investimento e cujo reembolso não seja previsível num futuro próximo, são reconhecidos directamente no capital próprio na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial", sendo apresentadas na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral.

A conversão para euros de demonstrações financeiras de empresas participadas denominadas em moeda estrangeira é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- Taxa de câmbio vigente à data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, para a conversão dos activos e passivos;
- Taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da Demonstração Consolidada dos Resultados;
- Taxa de câmbio média do período, para a conversão dos fluxos de caixa (nos casos em que essa taxa de câmbio se aproxime da taxa real, sendo que para os restantes fluxos de caixa é utilizada a taxa de câmbio da data das operações); e
- Taxa de câmbio histórica, para a conversão das rubricas do capital próprio.

As diferenças de câmbio originadas na conversão são incluídas no capital próprio, na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial", e são apresentadas na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. De acordo com o IAS 21, quando ocorre uma redução no investimento da Portugal Telecom numa entidade estrangeira, através da venda ou reembolso de capital, o efeito acumulado dos ajustamentos de conversão cambial é transferido para a Demonstração Consolidada de Resultados, de forma proporcional à redução ocorrida no investimento.

O Grupo optou por utilizar a excepção prevista no IFRS 1, transferindo o montante relativo a variações cambiais acumuladas até à data da transição, contabilizado na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial" em 1 de Janeiro de 2004, para a rubrica de "Resultados transitados". A partir de 1 de Janeiro de 2004, o Grupo começou a registar directamente no capital próprio as variações cambiais permitidas pelos IFRS, passando as variações cambiais geradas após a data de transição a ser reconhecidas na Demonstração Consolidada dos Resultados apenas na data da alienação dos respectivos investimentos financeiros ou quando se verifica o reembolso do investimento efectuado.

r) Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo quando incorridos. O Grupo não capitaliza os encargos financeiros, ainda que relacionados com empréstimos incorridos na aquisição, construção ou produção de um activo, uma vez que o período de construção dos activos tangíveis e intangíveis é relativamente curto.

s) Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

A Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o IAS 7, através do método directo. O Grupo classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os investimentos vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira na rubrica de "Dívida de curto prazo".

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) actividades operacionais; (2) actividades de investimento; e (3) actividades de financiamento. As actividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de benefícios de reforma, de imposto sobre o rendimento e de impostos indirectos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos, dividendos recebidos de empresas associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de activos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, pagamento de rendas de locações e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas, compra e venda de acções próprias e pagamento de dividendos.

t) Eventos subsequentes (Nota 47)

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data da referida demonstração são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os IFRS, o Conselho de Administração da Portugal Telecom utiliza estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros factores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas são como segue:

- a) Benefícios de reforma – O valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma é calculado com base em metodologias actuariais, as quais utilizam determinados pressupostos actuariais. Quaisquer alterações desses pressupostos terão impacto no valor contabilístico das responsabilidades. Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma estão descritos na Nota 14. A Empresa tem como política rever periodicamente os principais pressupostos actuariais, caso o seu impacto seja material nas demonstrações financeiras.
- b) Análise de imparidade do *goodwill* – A Portugal Telecom testa anualmente o *goodwill* com o objectivo de verificar se o mesmo está em imparidade. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base na metodologia do valor em uso. A utilização deste método requer a estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada unidade geradora de caixa, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projecções de fluxos de caixa esperados e a estimativa de uma taxa de desconto apropriada para cada unidade geradora de caixa.
- c) Valorização e vida útil de activos intangíveis e tangíveis – A Portugal Telecom utilizou diversos pressupostos na estimativa dos fluxos de caixa futuros provenientes dos activos intangíveis adquiridos como parte de processos de aquisição de empresas, entre os quais a estimativa de receitas futuras, taxas de desconto e vida útil dos referidos activos. A Portugal Telecom também utilizou estimativas de forma a calcular a vida útil dos activos tangíveis.
- d) Reconhecimento de provisões e ajustamentos – A Portugal Telecom é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efectuou um julgamento para determinar o reconhecimento de eventual provisão para fazer face a essas contingências (Nota 46). Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio.
- e) Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros – A Portugal Telecom escolhe o método de avaliação que considera apropriado para os instrumentos financeiros não cotados num mercado activo com base no seu melhor conhecimento do mercado e dos activos, aplicando as técnicas de avaliação usualmente utilizadas no mercado e usando pressupostos com base em taxas de mercado.
- f) Determinação do valor de mercado dos activos reavaliados – A Portugal Telecom utilizou o modelo da reavaliação para mensurar o valor contabilístico de determinadas classes de activos tangíveis. Para determinar o valor reavaliado desses

activos, a Empresa utilizou o método do custo de reposição no caso da rede de condutas e o valor de mercado no caso dos imóveis. Estes métodos implicaram a utilização de determinados pressupostos relativos ao custo de construção das condutas e de indicadores específicos relacionados com o mercado imobiliário, conforme explicado em maior detalhe na Nota 34.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto pelo IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são corrigidas em resultados de forma prospectiva.

4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS E ESTIMATIVAS

A interpretação *IFRIC 12 Acordos de Concessão de serviços* tornou-se efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010, no seguimento da aprovação pela Comissão Europeia a 25 de Março de 2009, e tem aplicabilidade na Portugal Telecom no que diz respeito ao acordo de concessão de uma operação internacional (Cabo Verde Telecom) que presta serviços de telecomunicações de rede fixa. A Portugal Telecom, no âmbito desse acordo de concessão e de acordo com a *IFRIC 12*, reconheceu um activo intangível relacionado com o direito de cobrar a utilização do serviço público, o qual não representa um direito incondicional de receber numerário uma vez que os montantes a receber dependem da utilização do serviço pelos clientes. Este activo intangível, o qual irá ser amortizado até ao termo do acordo de concessão, foi determinado a 1 de Janeiro de 2009 como (1) o valor contabilístico dos activos tangíveis afectos ao acordo de concessão, acrescido (2) do valor actual das rendas estimadas a pagar até ao termo do acordo de concessão. Adicionalmente, a Demonstração Consolidada dos Resultados de 2009 foi ajustada da seguinte forma: (i) as receitas foram aumentadas para reflectir, de acordo com o IAS 11 *Contratos de Construção* e o IAS 18 *Rédito*, os serviços prestados pelo operador no âmbito desse acordo de concessão; (ii) os fornecimentos e serviços externos foram aumentados para reflectir os investimentos incorridos no desenvolvimento da rede fixa e foram reduzidos pelo custo associado à renda anual de concessão; e (iii) os custos com amortizações foram reduzidos pela diferença entre a amortização dos activos intangíveis, até ao término do acordo de concessão, e a amortização dos antigos activos tangíveis afectos ao acordo de concessão, com base nas antigas vidas úteis. Como permitido pelas regras de transição da *IFRIC 12*, esta alteração de política contabilística não foi aplicada retrospectivamente conforme requerido pelo IAS 8 *Políticas Contabilísticas, Alterações em estimativas Contabilísticas e Erros*, mas sim de forma prospectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009 com base no valor contabilístico dos activos tangíveis afectos ao acordo de concessão, tal como mencionado em cima. Consequentemente, foram efectuadas alterações na Demonstrações Consolidadas da Posição Financeira a 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2009 anteriormente reportadas e na Demonstração Consolidada dos Resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 anteriormente reportada, adicionalmente ajustada para considerar a Vivo como uma operação descontinuada:

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 1 DE JANEIRO DE 2009				EUROS
	Antes da adopção do IFRIC 12	Efeitos da adopção do IFRIC 12	Demonstração reexpressa	
Activo				
Activos intangíveis	3.463.038.116	23.199.614	3.486.237.730	
Activos tangíveis	4.637.837.013	(16.350.145)	4.621.486.868	
Outros activos	5.613.520.173	-	5.613.520.173	
Total do activo	13.714.395.302	6.849.469	13.721.244.771	
Passivo				
Outros passivos não correntes	488.763.432	6.849.469	495.612.901	
Outros passivos	12.029.395.048	-	12.029.395.048	
Total do passivo	12.518.158.480	6.849.469	12.525.007.949	
Capital próprio excluindo interesses não-controladores	232.026.427	-	232.026.427	
Interesses não-controladores	964.210.395	-	964.210.395	
Total do capital próprio	1.196.236.822	-	1.196.236.822	
Total do capital próprio e do passivo	13.714.395.302	6.849.469	13.721.244.771	

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 1 DE JANEIRO DE 2009			
	Antes da adopção do IFRIC 12	Efeitos da adopção do IFRIC 12	EUROS Demonstração reexpressa
Activo			
Activos intangíveis	4.046.670.219	27.632.979	4.074.303.198
Activos tangíveis	4.862.214.772	(18.346.572)	4.843.868.200
Outros activos	5.922.321.340	-	5.922.321.340
Total do activo	14.831.206.331	9.286.407	14.840.492.738
Passivo			
Passivos por impostos diferidos	482.219.973	892.361	483.112.334
Outros passivos não correntes	294.105.452	5.716.965	299.822.417
Outros passivos	11.670.111.529	-	11.670.111.529
Total do passivo	12.446.436.954	6.609.326	12.453.046.280
Capital próprio excluindo interesses não-controladores	1.317.508.122	803.124	1.318.311.246
Interesses não-controladores	1.067.261.255	1.873.957	1.069.135.212
Total do capital próprio	2.384.769.377	2.677.081	2.387.446.458
Total do capital próprio e do passivo	14.831.206.331	9.286.407	14.840.492.738

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 1 DE JANEIRO DE 2009			
	Antes da adopção do IFRIC 12	Efeitos da adopção do IFRIC 12	EUROS Demonstração reexpressa
Receitas totais	3.726.993.741	6.411.063	3.733.404.804
Custos, perdas e (ganhos)			
Fornecimentos e serviços externos	728.729.445	4.581.456	733.310.901
Amortizações	718.591.624	(1.739.835)	716.851.789
Outros custos operacionais, líquidos	1.591.319.485	-	1.591.319.485
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	688.353.187	3.569.442	691.922.629
Resultados financeiros	200.691.540	-	200.691.540
Imposto sobre o rendimento	(184.997.796)	(892.361)	(185.890.157)
Resultado líquido das operações continuadas	704.046.931	2.677.081	706.724.012
Resultado líquido das operações descontinuadas	82.462.164	-	82.462.164
Resultado líquido	786.509.095	2.677.081	789.186.176
Atribuível a interesses não-controladores	102.578.076	1.873.957	104.452.033
Atribuível a accionistas da Portugal Telecom	683.931.019	803.124	684.734.143
Resultado líquido por acção atribuível a accionistas da Portugal Telecom			
Básico	0,78	0,00	0,78
Diluído	0,76	0,00	0,76

Além das normas acima referidas, outras normas e interpretações, bem como algumas alterações pouco significativas em diversas normas, entraram em vigor no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, mas não são aplicáveis à Empresa ou não tiveram impacto material nas suas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, à data de aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, as seguintes normas e interpretações, ainda não adoptadas pela Portugal Telecom, tinham sido emitidas pelo IASB e pelo IFRIC (algumas das quais ainda não aprovadas pela União Europeia), mas a sua aplicação é apenas obrigatória em exercícios futuros:

- A versão revista do IAS 24 *Divulgação de Partes Relacionadas* é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011 e modifica a definição de partes relacionadas e simplifica as divulgações de entidades relacionadas com o Estado. Não haverá impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo como resultado da revisão desta norma;
- A IFRIC 19 *Extinção de Passivos Financeiros Através de Instrumentos de Capital Próprio* é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2010, fornecendo orientações sobre a contabilização da extinção de um passivo financeiro pela emissão de instrumentos de capital próprio. Até à data, o Grupo ainda não efectuou transacções desta natureza.

5. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO DE TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio relativamente ao Euro:

Moeda	2010	2009
Coroa dinamarquesa	7,4535	7,4418
Coroa norueguesa	7,8000	8,3000
Coroa sueca	8,966	10,252
Dirham marroquino	11,221	11,348
Dobra de S. Tomé e Príncipe	24.500,0	24.108,6
Dólar australiano	1,3136	1,6008
Dólar canadiano	1,3322	1,5128
Dólar namibiano	8,8625	10,6660
Dólar de Hong Kong	10,3856	11,1709
Dólar dos EUA	1,3362	1,4406
Escudo de Cabo Verde	110,2650	110,2650
Forint húngaro	277,9500	270,4200
Franco CFA	655,9570	655,9570
Franco suíço	1,2504	1,4836
Iene japonês	108,6500	133,1600
Libra esterlina	0,8608	0,8881
Metical de Moçambique	43,6500	44,1500
Pataca de Macau	10,697	11,506
Peso argentino	5,3125	5,4695
Pula de Botsuana	8,8932	9,5721
Rand da África Sul	8,863	10,666
Real do Brasil	2,2177	2,5113
Xelim queniano	108,0318	109,3415
Xelim ugandês	3.086,6	2.758,8
Yuan Renmimbi da China	8,822	9,835

Nos exercícios de 2010 e 2009, as demonstrações dos resultados das empresas controladas expressas em moeda estrangeira foram convertidas para euros com base nas seguintes taxas de câmbio médias relativamente ao Euro:

Moeda	2010	2009
Dirham marroquino	11,1623	11,2674
Dólar namibiano	9,6981	11,6737
Dobra de S. Tomé e Príncipe	24.500,0	22.589,9
Dólar dos EUA	1,326	1,395
Escudo de Cabo Verde	110,2650	110,2650
Forint húngaro	275,48	280,33
Franco CFA	655,9570	655,9570
Franco suíço	1,3802	1,5100
Metical de Moçambique	45,3431	38,6638
Pataca de Macau	10,6125	11,1291
Peso argentino	5,2000	5,2090
Pula de Botsuana	9,0274	9,8529
Real do Brasil	2,3315	2,7674
Xelim queniano	105,2131	107,8317
Xelim ugandês	2.883,0	2.817,9
Yuan Renmimbi da China	8,972	9,450

6. RECEITAS OPERACIONAIS

As receitas operacionais consolidadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 compõe-se como segue:

	EUROS	
	2010	2009
Rede fixa (Nota 7.a)	1.766.176.820	1.796.502.317
Prestações de serviços (Nota 3.p) (i)	1.693.898.135	1.733.800.680
Retalho	967.457.592	970.135.390
Serviços a operadores (wholesale)	364.928.906	371.385.586
Dados e soluções empresariais	281.515.963	295.094.607
Outras	79.995.674	97.185.097
Vendas (ii)	44.051.787	42.531.397
Outras receitas (iii)	28.226.898	20.170.240
Móvel Portugal - TMN (Nota 7.b)	1.335.982.897	1.460.443.879
Prestações de serviços (Nota 3.p) (iv)	1.224.837.525	1.313.773.645
Facturação	1.121.598.783	1.195.861.556
Interligação	103.238.742	117.912.089
Vendas (ii)	102.437.305	134.378.318
Outras receitas (iii)	8.708.067	12.291.916
Outros negócios (v)	640.094.121	476.458.608
Prestações de serviços	597.288.303	444.395.758
Vendas	19.126.758	20.258.220
Outras receitas	23.679.060	11.804.630
	3.742.253.838	3.733.404.804

(i) A redução da contribuição do segmento de Rede Fixa para as receitas consolidadas é essencialmente explicado por menores receitas de dados e soluções empresariais, uma diminuição das receitas dos serviços a operadores e uma queda no negócio de publicação de listas telefónicas.

(ii) Estas rubricas incluem essencialmente vendas de equipamentos terminais (telefones fixos, modems e tv boxes) da rede fixa e equipamentos terminais móveis na TMN.

(iii) As outras receitas operacionais incluem essencialmente receitas de publicidade nos portais, relativos ao segmento de rede fixa, e benefícios de penalidades contratuais aplicadas a clientes, aluguer de equipamento, de espaços e de outras infra-estruturas próprias e receitas provenientes de estudos, projectos e assistência técnica nos segmentos de rede fixa e móvel.

(iv) A redução na contribuição do segmento móvel para as receitas consolidadas é explicada essencialmente (1) pelo decréscimo das receitas de cliente, num contexto de aumento da competitividade em certos segmentos de mercado, especialmente no segmento jovem, e (2) pela diminuição das receitas de interligação, parcialmente em resultado do impacto negativo da redução das Tarifas de Terminação Móvel.

(v) O aumento das receitas relacionadas com outros negócios é essencialmente explicado pela melhoria da performance da Dedic, contact centre da PT no Brasil, da MTC (operador móvel na Namíbia) e da Timor Telecom, e também inclui o impacto da consolidação da GPTI a partir de 1 de Março de 2010 (56 milhões de euros).

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as receitas operacionais por mercado geográfico são conforme segue:

	EUROS	
	2010	2009
Portugal	3.200.762.436	3.320.861.777
Brasil	261.672.665	182.230.409
Outros países e eliminações	279.818.737	230.312.618
	3.742.253.838	3.733.404.804

7. COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO POR SEGMENTOS DE NEGÓCIO

A forma de segmentação de negócios utilizada pelo Grupo PT é a natureza dos serviços prestados e o tipo de tecnologia utilizada nas diversas empresas operacionais do Grupo. Esta é a forma como o Conselho de Administração analisa e controla os seus negócios, sendo também a forma como a informação é organizada e comunicada. Desta forma, foram identificados os seguintes segmentos de negócio em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

- a) Rede fixa (incluindo retalho, serviços a operadores e dados e soluções empresariais)
- b) Móvel - TMN

A informação financeira dos principais segmentos de negócio do Grupo, relativa aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é conforme segue:

a) Rede Fixa

A Demonstração Consolidada dos Resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 para este segmento de negócio, é como segue:

	EUROS	
	2010	2009
RECEITAS		
Prestações de serviços - clientes externos (Nota 6)	1.693.898.135	1.733.800.680
Prestações de serviços - intragrupo	141.332.322	132.892.095
Vendas - clientes externos (Nota 6)	44.051.787	42.531.397
Vendas - intragrupo	2.553.771	708.860
Outras receitas - clientes externos (Nota 6)	28.226.898	20.170.240
Outras receitas - intragrupo	18.900.149	17.686.520
	1.928.963.062	1.947.789.792
CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E (GANHOS)		
Custos com o pessoal	228.211.381	233.288.774
Custos directos dos serviços prestados (i)	438.418.281	409.025.928
Custos comerciais (ii)	126.741.998	117.986.621
Fornecimentos e serviços externos e outras despesas	390.383.729	387.872.724
Amortizações (iii)	461.733.778	434.675.795
Custos com benefícios de reforma, líquidos (iv)	38.145.723	89.562.000
Custos de <i>curtailment</i> e liquidação (v)	141.057.640	13.682.630
Ganhos com a alienação de activos fixos, líquidos	(3.761.363)	(905.203)
Outros custos, líquidos	73.939.631	32.760.380
	1.894.870.798	1.717.949.649
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	34.092.264	229.840.143
Juros suportados, líquidos	5.028.458	8.117.700
Perdas com variações cambiais, líquidas	(676.938)	(494.887)
Ganhos em activos financeiros e outros investimentos, líquidos	(942.333)	(1.250.982)
Outros custos financeiros, líquidos	3.674.861	4.977.599
	7.084.048	11.349.430
Resultado antes de impostos	27.008.216	218.490.713
Menos: Imposto sobre o rendimento	16.904.299	46.952.357
RESULTADO LÍQUIDO	10.103.917	171.538.356

(i) O aumento nos custos directos é explicado principalmente por maiores custos de programação relacionados com o desenvolvimento da oferta de televisão por triple-play.

(ii) Esta rubrica inclui custos das mercadorias vendidas, comissões e despesas com marketing e publicidade.

(iii) O aumento dos custos de depreciação e de amortização está essencialmente relacionado com os investimentos feitos na oferta de televisão por triple-play.

(iv) Como explicado em maior detalhe na Nota 14, a diminuição nesta rubrica está relacionada essencialmente com (1) um ganho com serviços passados reconhecido em 2010 no montante de 31.215.000 euros (Nota 14.1), (2) a diminuição das obrigações com benefícios de reforma ocorrida em 2009, no seguimento da suspensão do programa de redução de efectivos, e (3) o aumento no justo valor dos activos dos fundos em 2009.

(v) Em 2010, esta rubrica inclui essencialmente custos com o programa de redução de efectivos no valor de 136 milhões de euros, relacionados com um programa aprovado no final de 2010 (Nota 14.6), e um custo de 7,5 milhões de euros relacionado com a liquidação dos planos de benefícios definidos transferidos para o Estado Português em Dezembro de 2010. O baixo nível dos custos de *curtailment* em 2009, correspondente a uma redução de 60 colaboradores, é explicado pela suspensão do programa em 2009.

O activo e passivo deste segmento de negócio apresentam os seguintes valores em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	EUROS	
	2010	2009
Activo	5.212.713.339	4.818.565.264
Passivo	4.050.538.491	3.285.095.374

O investimento em activos tangíveis e intangíveis deste segmento de negócio diminuiu para 524 milhões de euros em 2010, de 565 milhões de euros em 2009, reflectindo: (1) a diminuição dos investimentos na infra-estrutura na sequência dos esforços significativos de cobertura de FTTH em 2009; (2) os menores investimentos na infra-estrutura histórica de rede, decorrentes de implementação de FTTH, e (3) o menor capex de cliente, não obstante o contínuo crescimento dos serviços de televisão por subscrição. Os investimentos na rede fixa também reflectem as sinergias resultantes da integração fixo-móvel. Adicionalmente, no âmbito da transferência de responsabilidades com os benefícios de reforma para o Estado Português em conjunto com os fundos de pensões, como explicado na Nota 14, o negócio de rede fixa, antes dessa transferência, adquiriu aos fundos de pensões diversos imóveis pelo montante de 226 milhões de euros (Nota 14.1).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de empregados afectos a este segmento era de 6.177 e de 6.450, respectivamente.

b) Móvel – TMN

A Demonstração Consolidada dos Resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 para este segmento de negócio, é como segue:

	EUROS	
	2010	2009
RECEITAS		
Prestações de serviços - clientes externos (Nota 6) (i)	1.224.837.525	1.313.773.645
Prestações de serviços - intragrupo (i)	39.821.390	46.210.511
Vendas - clientes externos (Nota 6)	102.437.305	134.378.318
Vendas - intragrupo	9.987.705	9.736.620
Outras receitas - clientes externos (Nota 6)	8.708.067	12.291.916
Outras receitas - intragrupo	1.697.109	1.406.928
	1.387.489.101	1.517.797.938
CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E (GANHOS)		
Custos com o pessoal	47.604.117	48.344.596
Custos directos dos serviços prestados (i)	246.194.022	259.446.232
Custos comerciais (ii)	230.061.468	276.588.055
Fornecimentos e serviços externos e outras despesas (iii)	225.568.819	259.309.842
Amortizações	225.587.329	220.937.464
Custos com a redução de efectivos	1.485.450	-
Perdas (ganhos) com a alienação de activos fixos, líquidas	1.271.083	(463.559)
Outros custos, líquidos	28.718.201	8.919.558
	1.006.490.489	1.073.082.188
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	380.998.612	444.715.750
Juros suportados, líquidos	6.548.283	9.723.462
Perdas (ganhos) com variações cambiais, líquidas	318.383	(111.026)
Ganhos em empresas participadas, líquidos	763	(1.043)
Outros custos financeiros, líquidos	800.012	829.594
	7.667.441	10.440.987
Resultado antes de impostos	373.331.171	434.274.763
Menos: Imposto sobre o rendimento	102.886.430	113.545.234
Resultado líquido	270.444.741	320.729.529

(i) A redução das prestações de serviços e dos custos directos é essencialmente explicada pela diminuição das tarifas de interligação e por menores receitas de cliente.

(ii) Esta rubrica inclui os custos das mercadorias vendidas, comissões e despesas com marketing e publicidade. A redução ocorrida em 2010 é essencialmente explicada pela diminuição dos custos com mercadorias vendidas, em linha com a diminuição nas vendas.

(iii) A redução nos fornecimentos e serviços externos e outras despesas resultou principalmente de menores despesas de manutenção e reparação, em resultado de uma gestão integrada e mais eficiente das redes fixa e móvel, e menores fornecimentos externos, o que reflecte uma rigorosa disciplina operacional e de controlo de custos.

O activo e passivo deste segmento de negócio apresentam os seguintes valores em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	EUROS	
	2010	2009
Activo	2.246.793.728	2.614.282.536
Passivo	1.505.356.626	1.413.215.127

O investimento em activos tangíveis e intangíveis deste segmento de negócio nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi de 133 milhões de euros e 180 milhões de euros, respectivamente. A diminuição no investimento da TMN é essencialmente explicada pelo foco na geração de fluxos de caixa, suportado pelas sinergias com a integração fixo-móvel. Os investimentos continuaram a ser dirigidos essencialmente para a expansão da capacidade e cobertura de rede, nomeadamente em áreas urbanas e nas estradas principais. Adicionalmente, a TMN reconheceu em 2009 compromissos adicionais nos termos da licença UMTS no valor de 11,5 milhões de euros (Nota 33).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de empregados afectos a este segmento é de 1.029 e de 1.004, respectivamente.

c) Reconciliação das receitas, do resultado líquido, dos activos, dos passivos e despesas de capital

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a reconciliação entre o total das receitas por segmento e o total das receitas consolidadas é como segue:

	EUROS	
	2010	2009
Receitas relativas aos segmentos reportados	3.316.452.163	3.465.587.730
Receitas relativas a outras operações (i)	1.088.297.486	873.863.680
Eliminação de receitas intragrupo	(662.495.811)	(606.046.606)
Total das receitas consolidadas	3.742.253.838	3.733.404.804

(i) O aumento nesta rubrica está relacionado essencialmente com a melhoria da performance da Dedic (operação de call centre no Brasil) e da MTC (operador móvel na Namíbia), a consolidação da GTPI a partir de 1 de Março de 2010 e maiores receitas de empresas instrumentais nacionais, nomeadamente a PT Contact e a PT Sales.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a reconciliação entre o resultado líquido dos segmentos e o resultado líquido consolidado é como segue:

	EUROS	
	2010	2009
Resultado líquido relativo aos segmentos reportados	280.548.658	492.267.885
Resultado líquido relativo a outras operações (i)	(1.334.472)	17.365.693
Outros itens não incluídos nos segmentos reportados:		
Juros líquidos suportados com empréstimos a nível corporativo (ii)	(173.468.194)	(209.649.993)
Ganhos em activos financeiros e outros investimentos, líquidos (iii)	917.954	6.816.586
Ganhos em empresas associadas, líquidos (iv)	141.709.867	456.043.545
Outros custos financeiros, líquidos	(35.998.425)	(30.727.138)
Imposto sobre o rendimento não incluído nos segmentos reportados (v)	42.264.881	(25.392.566)
Resultado das operações continuadas	254.640.269	706.724.012
Resultado das operações descontinuadas	5.565.426.533	82.462.164
Resultado líquido (antes de interesses não-controladores)	5.820.066.802	789.186.176

(i) A diminuição desta rubrica é essencialmente explicada pelas despesas incorridas com a transacção do Grupo Oi e maiores despesas de depreciação e amortização de outros negócios, que mais do que compensaram a melhoria do desempenho operacional de certos negócios internacionais, nomeadamente a MTC e a Timor Telecom.

(ii) Conforme explicado em maior detalhe na Nota 16, a diminuição dos juros líquidos suportados relacionados com os empréstimos obtidos a nível corporativo é basicamente explicado pela redução da dívida líquida (dívida menos caixa e equivalentes de caixas e investimentos de curto prazo), no seguimento da primeira prestação recebida da Telefónica em Setembro de 2010 relacionada com a alienação da participação de 50% na Brasilcel. Este efeito foi parcialmente compensado por um aumento no custo da dívida.

(iii) Em 2009, esta rubrica inclui um ganho de 6 milhões relacionado com a alteração do valor de mercado de um instrumento derivado de taxa de câmbio, o qual foi liquidado em Abril de 2009, como explicado na Nota 17.

(iv) Conforme explicado em maior detalhe na Nota 31, a diminuição nesta rubrica é essencialmente explicada (1) pela mais-valia de 267 milhões de euros obtida com a alienação do investimento na Médi Télécom e (2) pela perda por imparidade registada em 2010 sobre o investimento na empresa Universo Online, Inc ("UOL") no montante de 28 milhões de euros (Nota 31), de modo a ajustar o seu valor contabilístico à quantia recuperável obtida com a alienação deste investimento, a qual foi concluída em Janeiro de 2011 (Nota 47).

(v) A alteração nesta rubrica é explicada principalmente pelo ganho de 59 milhões de euros registado em 2010 resultante da diminuição de passivos por impostos diferidos relativos a dividendos não atribuídos de investimentos em empresas associadas, na sequência de uma redução na taxa de imposto aplicável estimada de 26,5% para 10% (Nota 19).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a reconciliação entre os activos e os passivos dos segmentos e o total do activo e do passivo consolidado é como segue:

EUROS		
	2010	2009
Activos relativos aos segmentos reportados	7.459.507.067	7.432.847.800
Activos relativos a operações descontinuadas (Nota 20)	-	6.149.704.241
Activos relativos a outras operações e eliminações (i)	7.039.877.051	576.915.372
Outros itens não incluídos nos segmentos reportados:		
Investimentos em empresas associadas e outros	364.439.972	600.121.453
Activos não correntes detidos para venda (Nota 31)	160.448.046	-
Goodwill (Nota 32)	145.660.025	80.903.872
Total dos activos consolidados	15.169.932.161	14.840.492.738

(i) O aumento nesta rubrica é essencialmente explicado pela primeira e segunda prestações recebidas da Telefónica no montante total de 5.500 milhões de euros e pelo valor actual do restante montante em dívida, no valor de 1.967 milhões de euros, resultantes da alienação da participação de 50% na Brasilcel, como referido na Nota 1. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelos dividendos extraordinários pagos em Dezembro de 2010 como antecipação dos lucros de 2010.

EUROS		
	2010	2009
Passivos relativos aos segmentos reportados	5.555.895.117	4.698.310.501
Passivos relativos a operações descontinuadas (Nota 20)	-	2.344.370.830
Passivos relativos a outras operações e eliminações	(1.210.881.245)	(535.889.023)
Outros itens não incluídos nos segmentos reportados:		
Empréstimos obtidos a nível corporativo	6.215.773.154	5.946.253.972
Total dos passivos consolidados	10.560.787.026	12.453.046.280

O total do activo, passivo, activos tangíveis e intangíveis por mercados geográficos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, e o investimento em activos tangíveis e intangíveis nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 apresentam os seguintes valores:

EUROS					
			2010		
	Total do activo	Total do passivo	Activos tangíveis (Nota 34)	Activos intangíveis (Nota 33)	Investimento em activos tangíveis e intangíveis (iii)
Portugal (i)	13.861.345.667	10.187.945.012	3.649.050.519	879.705.779	680.332.172
Brasil (ii)	276.929.107	124.576.877	46.801.227	67.841.069	27.320.165
Outros	1.031.657.387	248.265.137	178.761.668	164.145.736	90.794.997
	15.169.932.161	10.560.787.026	3.874.613.414	1.111.692.584	798.447.334

EUROS					
			2009		
	Total do activo	Total do passivo	Activos tangíveis (Nota 34)	Activos intangíveis (Nota 33)	Investimento em activos tangíveis e intangíveis (iii)
Portugal (i)	7.572.669.425	9.812.169.068	3.364.025.037	971.717.936	770.797.561
Brasil (ii)	6.431.529.888	2.388.647.021	1.342.322.233	2.983.072.436	19.317.284
Outros	836.293.425	252.230.191	137.520.930	119.512.826	57.994.830
	14.840.492.738	12.453.046.280	4.843.868.200	4.074.303.198	848.109.675

(i) O aumento no total do activo das operações em Portugal é essencialmente explicado pelos montantes já recebidos e pela última prestação ainda por receber da Telefónica, no âmbito da alienação da participação de 50% na Brasilcel.

(ii) A redução dos activos e passivos e dos activos tangíveis e intangíveis dos negócios no Brasil é essencialmente explicada pela alienação da participação de 50% na Brasilcel. Em 31 de Dezembro de 2009, este negócio tinha um activo total, um passivo total, activos tangíveis e intangíveis nos montantes de 6.150 milhões de euros, 2.344 milhões de euros, 1.306 milhões de euros e 2.974 milhões de euros, respectivamente (Nota 20).

(iii) Além destes investimentos em activos tangíveis e intangíveis, (1) no âmbito da transferência de determinadas responsabilidades com benefícios de reforma para o Estado Português (Notas 14.1 e 34), as operações em Portugal adquiriram em 2010 imóveis aos fundos de pensões num montante total de 236 milhões de euros, (2) a TMN reconheceu em 2009 compromissos adicionais relacionados com a licença de UMTS no montante de 11 milhões de euros, e (3) a Vivo, considerada como operação descontinuada, realizou investimentos em activos tangíveis e intangíveis no valor de 265 milhões de euros e 421 milhões de euros em 2010, até à alienação deste investimento, e em 2009, respectivamente.

8. CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 compõe-se como segue:

EUROS		
	2010	2009
Remunerações	507.131.463	439.911.127
Encargos sociais	101.981.635	81.050.952
Cuidados de saúde	8.138.338	7.000.546
Formação	7.163.740	6.539.367
Outros	12.700.446	12.187.545
	637.115.622	546.689.537

O aumento nos custos com pessoal é principalmente explicado por maiores contribuições da Dedic, operação de call center da Portugal Telec om no Brasil, e da GPPI, a qual foi consolidada a partir de 1 de Março de 2010.

9. CUSTOS DIRECTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

EUROS		
	2010	2009
Custos com telecomunicações (i)	312.919.690	312.198.282
Alugueres (i)	22.608.474	22.098.976
Custos de programação (ii)	115.781.049	77.422.296
Listas telefónicas (Nota 3.p) (iii)	50.248.451	57.434.627
Outros (iv)	46.001.437	53.199.396
	547.559.101	522.353.576

(i) Em 2009 e 2010, estas rubricas incluem custos relacionados com locação operacional no total de 44.538.490 euros e 40.500.541 euros, respectivamente (Nota 12).

(ii) Esta rubrica refere-se basicamente aos custos de programação incorridos pelo negócio de rede fixa em resultado do desenvolvimento dos serviços de televisão.

(iii) A redução nesta rubrica está directamente relacionada com o declínio do negócio da publicação de listas telefónicas.

(iv) Esta rubrica inclui principalmente custos com conteúdos móveis.

10. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

EUROS		
	2010	2009
Custo das mercadorias vendidas	180.819.046	203.507.171
Aumentos nos ajustamentos a existências (Nota 39)	2.667.642	3.748.870
Reduções nos ajustamentos a existências (Nota 39)	(3.592.773)	-
	179.893.915	207.256.041

A diminuição no custo das mercadorias vendidas está essencialmente relacionada com a redução das vendas ocorrida neste exercício, nomeadamente no negócio móvel em Portugal (Nota 7.c).

11. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	EUROS	
	2010	2009
Manutenção e reparação	145.966.906	151.626.206
Comissões	131.953.259	137.025.420
Serviços de suporte	123.073.847	145.542.302
Trabalhos especializados	93.771.359	72.368.540
Electricidade	48.243.912	45.502.803
Locação operacional (Nota 12)	48.134.257	40.038.628
Comunicação	23.300.704	23.015.403
Deslocações e estadas	12.164.020	11.848.256
Combustíveis, água e outros fluidos	11.537.516	9.614.527
Vigilância e segurança	10.866.276	9.484.145
Instalação, montagem e remoção de equipamento terminal	10.598.946	12.168.068
Transporte	9.061.625	9.605.616
Outros	55.847.049	65.470.987
	724.519.676	733.310.901

12. LOCAÇÃO OPERACIONAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os custos incorridos com contratos de locação operacional foram reconhecidos nas seguintes rubricas:

	EUROS	
	2010	2009
Custos directos dos serviços prestados (Nota 9)	44.538.490	40.500.541
Fornecimentos e serviços externos (Nota 11) (i)	48.134.257	40.038.628
	92.672.747	80.539.169

(i) Esta rubrica respeita essencialmente a custos com o aluguer de imóveis e de equipamento de transporte.

Em 31 de Dezembro de 2010, as responsabilidades futuras do Grupo com contratos de locação operacional têm a seguinte maturidade:

	EUROS
2011	55.308.978
2012	29.435.352
2013	26.702.664
2014	23.228.343
2015	18.900.294
2016 e anos seguintes	56.969.999
	210.545.630

13. IMPOSTOS INDIRECTOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	EUROS	
	2010	2009
Taxas de utilização de espectro	30.493.286	30.978.543
Outros impostos indirectos	14.924.960	26.838.021
	45.418.246	57.816.564

14. CUSTOS COM BENEFÍCIOS DE REFORMA

Conforme referido na Nota 3, anteriormente à transferência de responsabilidades com pensões para o Estado Português, a PT Comunicações e a PT SI eram responsáveis por benefícios de reforma no âmbito de planos de benefícios definidos, que incluem o pagamento de pensões de reforma e complementos de pensões a empregados reformados e activos, o pagamento de cuidados de saúde após a idade da reforma e o pagamento de salários a empregados suspensos e pré-reformados.

Em 2 de Dezembro de 2010, a Portugal Telecom chegou a um acordo com o Estado Português para a transferência para a Caixa Geral de Aposentações das responsabilidades com pensões de reforma asseguradas pela PT Comunicações, relativas a parte dos seus trabalhadores activos e reformados, e dos respectivos fundos constituídos para fazer face a essas responsabilidades. A transferência incluiu o "Plano de Pensões do Pessoal da Portugal Telecom/CGA", o "Plano de Pensões Regulamentares da Companhia Portuguesa Rádio Marconi" e as responsabilidades respeitantes ao benefício de sobrevivência incluídas no "Plano de Pensões Marconi" (em conjunto "Planos de Pensões Regulamentares"). A data de transferência do "Plano de Pensões do Pessoal da Portugal Telecom/CGA" foi 1 de Dezembro de 2010 e para o "Plano de Pensões Regulamentares da Companhia Portuguesa Rádio Marconi" e para o "Plano de Pensões Marconi" foi 31 de Dezembro de 2010.

O valor actual das responsabilidades passadas com os Planos de Pensões Regulamentares, na data de transferência, ascendia a 2.804 milhões de euros (Nota 14.1) e foi determinado por um actuário independente utilizando pressupostos actuariais consistentes com as melhores práticas de transacções semelhantes. O valor de mercado dos fundos de pensões nas datas de transferência ascendia a 1.782 milhões de euros (Nota 14.1). Consequentemente, o valor das responsabilidades não financiadas transferidas ascendia a 1.022 milhões de euros, dos quais 100 milhões de euros foram pagos em Dezembro de 2010 (Nota 14.5). Do montante remanescente em dívida de 922 milhões de euros (Nota 35), 17,4 milhões de euros foram pagos em Janeiro de 2011, 450 milhões de euros deverão ser pagos em Dezembro de 2011 e 454,3 milhões de euros deverão ser pagos em Dezembro de 2012.

No seguimento da transferência dos planos de pensões para o Estado Português, a PT Comunicações passou a ser responsável por uma contribuição mensal fixa (23,75% da remuneração) para a Segurança Social e para a CGA de forma a financiar o serviço futuro dos beneficiários activos incluídos nos planos de pensões transferidos.

O valor contabilístico das responsabilidades com pensões transferidas calculado de acordo com os pressupostos actuariais utilizados pela Portugal Telecom ascendeu a 2.796 milhões de euros, em comparação com o montante de 2.804 milhões de euros calculado por um actuário independente utilizado na transacção. A diferença de 7,5 milhões de euros foi registada como um custo de liquidação (Nota 14.1).

Os estudos actuariais dos planos de benefícios definidos da Portugal Telecom, com referência a 31 de Dezembro de 2010, 2009 e 2008, foram elaborados com base no "Projected Unit Credit Method" e utilizando essencialmente os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	EUROS		
	2010	2009	2008
Pressupostos financeiros			
Taxa de desconto das responsabilidades com pensões e complementos	4,75%	5,50%	5,75%
Taxa de desconto das responsabilidades com salários de suspensos e pré-reformados	3,75%	5,50%	5,75%
Taxa de desconto das responsabilidades com cuidados de saúde	4,75%	5,50%	5,75%
Taxa de crescimento salarial	1,75%	1,75%	1,75%
Taxa de crescimento das pensões	Em função do PIB	Em função do PIB	Em função do PIB
Taxa de inflação	2,00%	2,00%	1,75%
Taxa de crescimento dos custos com saúde	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de rendimento dos fundos	6,00%	6,00%	6,00%
Pressupostos demográficos			
Tábuas de mortalidade para os beneficiários activos:			
Homens	AM (92)	AM (92)	AM (92)
Mulheres	AF (92)	AF (92)	AF (92)
Tábuas de mortalidade para os beneficiários não activos:			
Homens	PA (90)m ajustada	PA (90)m ajustada	PA (90)m ajustada
Mulheres	PA (90)f ajustada	PA (90)f ajustada	PA (90)f ajustada
Tabela de Invalidez (Swiss Reinsurance Company)	25%	25%	100%
Empregados activos com cônjuges inscritos no plano	35%	35%	50%
Rotatividade dos empregados	Nula	Nula	Nula

As alterações nos pressupostos actuariais devem-se essencialmente a alterações ocorridas nas condições de mercado.

A taxa anual de desconto das responsabilidades foi estimada com base em taxas de rendimentos de longo prazo de obrigações de *rating* elevado à data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, com maturidades equiparáveis às das responsabilidades com pensões, complementos de pensões, salários e cuidados de saúde (entre 4 e 13 anos).

A taxa anual de rendimento dos fundos a longo prazo foi estimada essencialmente com base em informação histórica sobre a rentabilidade das várias classes de activos em carteira, na evolução expectável da composição da carteira de activos (definida de acordo com a maturidade espectável das responsabilidades) e em indicadores de mercados financeiros habitualmente considerados neste tipo de análises.

A taxa anual de crescimento salarial foi determinada de acordo com a política salarial definida pelo Grupo e o factor de sustentabilidade foi estabelecido em linha com informação do Governo Português.

Os pressupostos demográficos considerados pela Portugal Telecom têm por base as tábuas de mortalidade geralmente aceites para efeitos de valorização actuarial, com estas tabelas a serem ajustadas periodicamente de modo a reflectir a experiência de mortalidade ocorrida no universo fechado dos participantes nos planos.

Em 2010 e 2009, o impacto total das alterações nos pressupostos actuariais correspondeu a uma perda líquida de 441.787.345 euros (Nota 14.7) e a um ganho líquido, de 1.660.464 euros (Nota 14.7), respectivamente, e foi reconhecido directamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral.

O impacto de um aumento de 25bp na taxa de desconto actuarial utilizada, seria uma diminuição das responsabilidades com benefícios de reforma em aproximadamente 22 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, enquanto o impacto de um aumento (diminuição) de 1% na taxa de crescimento dos custos com saúde seria um aumento (diminuição) das responsabilidades com benefícios de reforma em aproximadamente 64 milhões de euros (52 milhões de euros) em 31 de Dezembro de 2010.

O impacto de um aumento (diminuição) de 1% na taxa de rendibilidade de longo prazo dos activos do fundo levaria a uma diminuição (aumento) dos custos com benefícios de reforma no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 em, aproximadamente, 22 milhões de euros, resultante do aumento (diminuição) da rentabilidade esperada dos activos dos fundos. O impacto de um aumento (diminuição) de 1% na taxa de crescimento dos custos com saúde levaria a um aumento (diminuição) dos custos com benefícios de reforma no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 em, aproximadamente, 4 milhões de euros (3 milhões de euros).

14.1. Pensões de reforma e complementos de pensões

Conforme referido na Nota 3.h, anteriormente à transferência das responsabilidades com pensões para o Estado Português, a PT Comunicações era responsável pelo pagamento de pensões de reforma e de complementos de pensões a empregados já reformados ou ainda no activo. Estas responsabilidades, estimadas com base em cálculos actuariais, eram as seguintes:

- a) Os reformados e empregados oriundos da Telecom Portugal ("Plano CGA") e contratados antes de 14 de Maio de 1992, têm direito a receber da PT Comunicações uma pensão de reforma. Os empregados contratados após essa data encontram-se abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social. No seguimento da transferência das responsabilidades com pensões para o Estado Português, a PT Comunicações deixou de ser responsável por estes benefícios de pensões, a 31 de Dezembro de 2010.
- b) Os reformados e empregados oriundos dos TLP, contratados antes de 23 de Junho de 1994, têm direito a receber da PT Comunicações um complemento à pensão de reforma paga pelo Regime Geral da Segurança Social.
- c) Os reformados e empregados oriundos da TDP, contratados antes de 23 de Junho de 1994, têm direito a receber da PT Comunicações um complemento à pensão de reforma paga pelo Regime Geral da Segurança Social.
- d) Os reformados e empregados oriundos da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, SA ("Marconi", uma empresa incorporada na PT Comunicações em 2002), contratados antes de 1 de Fevereiro de 1998, têm direito a receber da Caixa Marconi uma pensão de reforma, bem como um complemento adicional ("Marconi Fundo Complementar"). Adicionalmente, a PT Comunicações contribui para o "Marconi Fundo de Melhoria" com 1,55% dos salários pagos a esses empregados, que é o responsável pelo pagamento do complemento adicional de pensão. No seguimento da transferência das responsabilidades com pensões para o Estado Português, a PT Comunicações deixou de ser responsável pelos benefícios de pensões a 31 de Dezembro de 2010, mas continua responsável pelos complementos de pensões.
- e) No momento da reforma, a PT Comunicações paga uma gratificação de valor fixo a cada empregado, em função dos seus anos de serviço.

Os empregados contratados pela PT Comunicações ou alguma das suas empresas predecessoras após as datas acima indicadas não têm direito a estes benefícios, dado que se encontram abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.

Os empregados da PT SI que foram transferidos da PT Comunicações ou da Marconi, e que estavam abrangidos por algum dos planos de benefícios de reforma acima referidos, mantêm tais benefícios.

Em 31 de Dezembro de 2010, os planos de complementos de pensões da PT Comunicações e da PT SI abrangiam 19.897 beneficiários, dos quais cerca de 65% já não se encontram no activo. Em 31 de Dezembro de 2009, os planos de pensões e complementos de pensões da PT Comunicações e da PT SI abrangiam 32.184 beneficiários, dos quais aproximadamente 75% já não se encontravam no activo.

De acordo com os estudos actuariais, as responsabilidades com pensões e o valor de mercado dos fundos de pensões em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 eram como segue:

	EUROS	
	2010	2009
Valor actual das responsabilidades projectadas com pensionistas, complementos de pensões e prémios	129.890.253	2.710.211.583
Valor de mercado dos fundos	(109.335.604)	(1.954.770.520)
Valor actual das responsabilidades não financiadas	20.554.649	755.441.063
Ganhos com serviços passados (i)	5.217.983	9.410.000
Valor actual das responsabilidades não financiadas (Nota 14.4)	25.772.632	764.851.063

(i) Esta rubrica está relacionada com ganhos com serviços passados resultantes das alterações nos benefícios dos planos de complementos de pensões relacionadas com direitos vincendos. Este montante será reconhecido em resultados durante o período estimado ao longo do qual esses benefícios serão usufruídos pelos empregados (9 anos).

Durante os exercícios de 2010 e 2009, o movimento ocorrido nas responsabilidades projectadas com pensões foi como segue:

EUROS		
	2010	2009
Saldo inicial das responsabilidades projectadas	2.710.211.583	2.607.450.000
Pagamentos de benefícios e contribuições		
Benefícios pagos pela Empresa (Nota 14.5)	(824.091)	(1.572.673)
Benefícios pagos pelos fundos	(152.374.072)	(166.239.122)
Contribuições dos empregados	9.038.663	11.329.546
Custos com pensões		
Custo com o serviço do exercício	4.129.105	5.042.000
Custo financeiro do exercício	134.434.975	145.201.520
Ganho com serviços passados	(31.215.000)	-
Custos com o programa de redução de efectivos	279.299	1.693.755
Perda reconhecida em resultado da transferência para a CGA	7.492.956	-
Perdas actuariais, líquidas	322.618.134	107.306.557
Transferência para responsabilidades com salários (Nota 14.3)	(70.112.300)	-
Responsabilidades com pensões transferidas para o Estado Português	(2.803.788.999)	-
Saldo final das responsabilidades projectadas	129.890.253	2.710.211.583

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a composição do valor de mercado dos activos dos fundos de pensões é como segue:

EUROS				
	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
Acções	24.703.635	22,6%	689.589.897	35,3%
Obrigações	32.084.229	29,3%	664.855.132	34,0%
Imobiliário (i)	10.851.414	9,9%	256.729.054	13,1%
Disponibilidades, contas a receber e outros activos	41.696.326	38,1%	343.596.437	17,6%
	109.335.604	100,0%	1.954.770.520	100,0%

(i) Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica inclui imóveis arrendados ao Grupo que tinham um valor de mercado de 3 milhões de euros. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, no seguimento da transferência para o Estado Português das responsabilidades não financiadas com pensões, a Portugal Telecom adquiriu aos fundos de pensões imóveis que estavam arrendados a empresas do Grupo, os quais foram reconhecidos na rubrica "Activos fixos tangíveis" pelo montante de 236 milhões de euros (Notas 7.c e 34), incluindo 226 milhões de euros (Nota 7) adquiridos pelo negócio de rede fixa e os restantes 10 milhões de euros adquiridos por outras empresas domésticas.

A Portugal Telecom está igualmente exposta ao risco de alterações no justo valor dos activos dos fundos associados aos planos de benefícios definidos de reforma. O principal propósito da política de investimento é a manutenção do capital através de cinco princípios base: (1) diversificação; (2) imputação estratégica estável dos activos e balanceamento disciplinado; (3) menor exposição a flutuações de moeda; (4) instrumentos especializados para cada classe de activos; e (5) controlo de custos.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido no valor de mercado dos activos dos fundos de pensões é como segue:

	EUROS	
	2010	2009
Saldo inicial dos activos dos fundos de pensões	1.954.770.520	1.738.250.176
Rendimento real dos fundos	44.477.969	262.652.024
Pagamento de benefícios	(152.374.072)	(166.239.122)
Contribuições efectuadas pela Empresa (Nota 14.5) (i)	35.535.127	108.777.896
Contribuições dos empregados	9.038.662	11.329.546
Fundos transferidos para o Estado português juntamente com as respectivas responsabilidades	(1.782.112.602)	-
Saldo final dos activos dos fundos de pensões	109.335.604	1.954.770.520

(i) Em 2009, esta rubrica inclui 33.036.928 euros (Notas 14.4 e 34) relativos a contribuições em espécie de determinados imóveis. As restantes contribuições no montante de 75.740.968 euros (Nota 14.5) foram efectuadas em numerário.

A composição do custo líquido com pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	EUROS	
	2010	2009
Custo com o serviço do exercício	4.129.105	5.042.000
Custo financeiro do exercício	134.434.975	145.201.520
Rendimento estimado dos fundos	(104.871.000)	(108.686.000)
Ganhos com serviços passados reconhecidos no exercício (i)	(31.215.000)	-
Amortização de ganhos com serviços passados (ii)	(1.071.344)	(1.085.000)
Custo corrente (Nota 14.6)	1.406.736	40.472.520
Custos com o programa de redução de efectivos	279.299	1.693.755
Ganhos com serviços passados (amortização extraordinária)	(3.120.673)	(118.000)
Perda reconhecida em resultado da transferência para a CGA (iii)	7.492.956	-
Custo de curtailment (Nota 14.6)	4.651.582	1.575.755
Custo total com pensões	6.058.318	42.048.275

(i) O ganho com serviços passados reconhecido em 2010 está relacionado com a Lei 3B/2010 que alterou a forma com a pensão é calculada, reduzindo benefícios.

(ii) Em 2010 e 2009 esta rubrica corresponde à amortização anual dos ganhos com serviços passados diferidos em anos anteriores.

(iii) Esta rubrica corresponde à diferença entre o valor das responsabilidades com pensões transferidas para o Estado Português, calculado com base nos pressupostos actuariais consistentes com as melhores práticas de transacções semelhantes e o valor dessas mesmas responsabilidades calculado com base nos pressupostos actuariais utilizados pela Portugal Telecom.

Os ganhos e perdas actuariais resultam essencialmente da alteração dos pressupostos actuariais e das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais, sendo reconhecidos directamente no capital próprio, e apresentados na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. O movimento nas perdas actuariais acumuladas líquidas, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	EUROS	
	2010	2009
Saldo inicial	1.528.264.321	1.574.923.788
Alteração de pressupostos actuariais (Nota 14.7)	345.774.504	52.082.837
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais (Nota 14.7):		
Relacionados com as responsabilidades (i)	(23.156.369)	55.223.720
Relacionados com os activos dos fundos	60.393.031	(153.966.024)
Perdas actuariais recicladas para resultados transitados (Nota 41.5) (ii)	(1.794.573.604)	-
Saldo final (Nota 41.5)	116.701.883	1.528.264.321

(i) As diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais relacionados com as responsabilidades resultam essencialmente de informação actualizada relativa aos beneficiários.

(ii) No seguimento da transferência para o Estado Português das responsabilidades não financiadas com pensões, as perdas actuariais líquidas acumuladas associadas a essas responsabilidades foram recicladas para resultados transitados, líquidas do correspondente efeito fiscal.

14.2. Cuidados de saúde

Conforme referido na Nota 3.i), a PT Comunicações é responsável pelo financiamento dos Planos de Saúde aplicáveis aos seus empregados activos, com suspensão de contrato, pré-reformados, reformados e aposentados, bem como aos respectivos familiares elegíveis. A prestação dos serviços de assistência médica é efectuada pela PT-ACS, que foi constituída com o único objectivo de proceder à gestão corrente do Plano de Saúde.

Estes Planos de Saúde patrocinados pela PT Comunicações abrangem todos os empregados contratados pela PT Comunicações até 31 de Dezembro de 2000 e os empregados contratados pela Marconi até 1 de Fevereiro de 1998. Alguns empregados da PT SI que foram transferidos da PT Comunicações são igualmente cobertos por este plano. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os Planos de Saúde da PT Comunicações e da PT SI abrangiam 24.857 e 25.127 beneficiários relativos a empregados activos e reformados, respectivamente, dos quais aproximadamente 75% não activos. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2010, estes planos abrangiam ainda 11.735 beneficiários que são familiares dos empregados activos ou reformados.

O financiamento do Plano de Saúde é garantido pelas contribuições definidas dos beneficiários titulares para a PT-ACS, sendo o remanescente garantido pela PT Comunicações que, em 2004, constituiu um fundo autónomo para o efeito.

Com base nos estudos actuariais, as responsabilidades projectadas com cuidados de saúde, o valor actual do fundo autónomo e os ganhos com serviços passados em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são como segue:

EUROS		
	2010	2009
Valor actual das responsabilidades projectadas	342.490.660	335.261.865
Valor de mercado do fundo autónomo	(338.810.084)	(414.753.964)
Responsabilidades não financiadas líquidas / (Excesso de financiamento)	3.680.576	(79.492.099)
Ganhos com serviços passados (i)	13.087.000	13.952.000
Valor actual das responsabilidades não financiadas líquidas / (Excesso de financiamento) (Nota 14.4)	16.767.576	(65.540.099)

(i) Este montante respeita ao ganho com serviços passados decorrente das alterações relativas aos benefícios do Plano de Saúde ocorridas em 2006 que ainda não se encontram vencidos, que foi diferido e será reconhecido em resultados durante o período estimado em que esses benefícios sejam adquiridos pelos colaboradores (16 anos).

Durante os exercícios de 2010 e 2009, o movimento ocorrido no valor actual das responsabilidades projectadas foi como segue:

EUROS		
	2010	2009
Saldo inicial das responsabilidades projectadas	335.261.865	426.325.003
Benefícios pagos pela Empresa (Nota 14.5)	(18.882.633)	(23.005.413)
Custos com pensões		
Custo com o serviço do exercício	3.027.076	1.783.000
Custo financeiro do exercício	17.933.044	23.867.000
Custos de curtailment	2.694.286	-
Perdas (ganhos) actuariais, líquidos	2.457.022	(93.707.725)
Saldo final das responsabilidades projectadas	342.490.660	335.261.865

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a composição do fundo autónomo afecto à cobertura de responsabilidades com cuidados de saúde, por natureza de investimentos, é como segue:

EUROS				
	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
Acções (i)	88.085.111	26,0%	84.240.162	20,3%
Obrigações (ii)	127.845.608	37,7%	218.278.019	52,6%
Disponibilidades, contas a receber e outros activos (iii)	122.879.365	36,3%	112.235.783	27,1%
	338.810.084	100,0%	414.753.964	100,0%

(i) Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica corresponde a investimentos em acções do Banco Espírito Santo (Nota 45).

(ii) Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica inclui investimentos em obrigações da Portugal Telecom no montante de 68 milhões de euros (Nota 45).

(iii) Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica inclui investimentos nos fundos de capital de risco "Ongoing International Capital Markets" e "Ongoing International Private Equity" no montante total de 74 milhões de euros, os quais são geridos pela Ongoing International (Nota 45).

Durante os exercícios de 2010 e 2009, o movimento ocorrido no valor de mercado dos activos deste fundo é como segue:

EUROS		
	2010	2009
Saldo inicial dos activos do fundo	414.753.964	393.396.360
Rendimento real dos fundos	8.365.989	47.598.066
Reembolsos (Nota 14.5) (i)	(84.309.869)	(26.240.462)
Saldo final dos activos do fundo	338.810.084	414.753.964

(i) Em 2010, esta rubrica inclui um montante de 9.309.869 euros relativo ao reembolso de despesas de saúde pagas pela PT Comunicações por conta da PT ACS e um montante de 75.000.000 euros relacionado com o reembolso pelo fundo, do excesso de financiamento determinado durante o ano. Em 2009, esta rubrica corresponde ao reembolso de despesas de saúde pagas pela PT Comunicações.

A composição do custo (ganho) com cuidados de saúde nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

EUROS		
	2010	2009
Custo com o serviço do exercício	3.027.076	1.783.000
Custo financeiro do exercício	17.933.044	23.867.000
Rendimento estimado dos fundos	(24.332.838)	(22.928.000)
Ganhos com serviços passados	(865.000)	(865.000)
Custo (ganho) corrente (Nota 14.6)	(4.237.718)	1.857.000
Custos com o programa de redução de efectivos (Nota 14.6)	2.694.286	-
Custo (ganho) com cuidados de saúde	(1.543.432)	1.857.000

Os ganhos e perdas actuariais resultam essencialmente da alteração dos pressupostos actuariais e das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais, sendo reconhecidos directamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. O movimento nas perdas actuariais acumuladas líquidas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

EUROS		
	2010	2009
Saldo inicial	201.271.495	319.649.286
Alteração de pressupostos actuariais (Nota 14.7)	40.384.304	(60.661.145)
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais assumidos (Nota 14.7):		
Relacionadas com as responsabilidades (i)	(37.927.282)	(33.046.580)
Relacionadas com os activos do fundo	15.966.849	(24.670.066)
Saldo final (Nota 41.5)	219.695.366	201.271.495

(i) As diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais relacionados com as responsabilidades resultam essencialmente das despesas com cuidados de saúde terem sido inferiores ao esperado.

14.3. Salários

Conforme referido na Nota 3.j, a PT Comunicações é responsável pelo pagamento de salários a empregados suspensos e pré-reformados. Os empregados suspensos do Plano CGA (contratados antes de 14 de Maio de 1992) e dos TLP e da TDP (contratados antes de 23 de Junho de 1994) têm direito a receber um valor equivalente a aproximadamente 90% do salário-base anterior à suspensão do contrato de trabalho, estando previsto em algumas situações um incremento anual. Os empregados pré-reformados dos TLP e da TDP têm igualmente direito a receber uma prestação equivalente a um montante entre 25% e 80% do seu salário-base na altura da pré-reforma, até que atinjam a idade de reforma definida pelo Regime Geral da Segurança Social. Após esta data, estes antigos empregados têm direito ao complemento de pensão. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, existiam 6.209 e 6.228 empregados suspensos e pré-reformados, respectivamente.

Estas responsabilidades não estão sujeitas a qualquer requisito legal de financiamento, pelo que o pagamento mensal dos salários é efectuado directamente pela PT Comunicações.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido no valor actual das responsabilidades projectadas é como segue:

EUROS		
	2010	2009
Saldo inicial das responsabilidades projectadas	791.441.961	907.735.413
Benefícios pagos pela Empresa (Nota 14.5)	(160.288.354)	(174.374.456)
Custo financeiro do exercício (Nota 14.6)	39.610.000	47.301.000
Custos de <i>curtailment</i> (Nota 14.6)	134.208.621	10.516.161
Perdas actuariais, líquidas	49.239.869	263.843
Transferência de responsabilidades com pensões (Nota 14.1)	70.112.300	-
Saldo final das responsabilidades projectadas	924.324.397	791.441.961

Os ganhos e perdas actuariais resultam essencialmente da alteração dos pressupostos actuariais e das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais, sendo reconhecidos directamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral.

O movimento nas perdas actuariais acumuladas líquidas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são como segue:

EUROS		
	2010	2009
Saldo inicial	65.860.712	65.596.869
Alteração de pressupostos actuariais (Nota 14.7)	55.628.537	6.917.844
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais assumidos (Nota 14.7)	(6.388.668)	(6.654.001)
Saldo final (Nota 41.5)	115.100.581	65.860.712

14.4. Responsabilidades com os planos de benefícios de reforma

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 nas responsabilidades com benefícios de reforma foram como segue:

EUROS				
	Pensões e complementos de reforma (Nota 14.1)	Cuidados de saúde (Nota 14.2)	Salários de Suspensos e pré-reformados (Nota 14.3)	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	879.812.824	47.745.643	907.735.413	1.835.293.880
Custo do exercício (Nota 14.6)	40.472.520	1.857.000	47.301.000	89.630.520
Custos com pré-reformas, suspensões de contratos e outros (Nota 14.6)	1.575.755	-	10.516.161	12.091.916
Pagamentos, contribuições e reembolsos (Nota 14.5) (i)	(110.350.569)	3.235.049	(174.374.456)	(281.489.976)
Perdas (ganhos) actuariais, líquidos (Nota 14.7)	(46.659.467)	(118.377.791)	263.843	(164.773.415)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	764.851.063	(65.540.099)	791.441.961	1.490.752.925
Custo (ganho) do exercício (Nota 14.6)	1.406.736	(4.237.718)	39.610.000	36.779.018
Custos com pré-reformas, suspensões de contratos e outros (Nota 14.6)	4.651.582	2.694.286	134.208.621	141.554.489
Pagamentos, contribuições e reembolsos (Nota 14.5)	(36.359.218)	65.427.236	(160.288.354)	(131.220.336)
Perdas actuariais, líquidas (Nota 14.7)	383.011.166	18.423.871	49.239.869	450.674.906
Transferências entre pensões e salários (Notas 14.1 e 14.3)	(70.112.300)	-	70.112.300	-
Responsabilidades não financiadas transferidas para o Estado Português (Nota 14.1)	(1.021.676.397)	-	-	(1.021.676.397)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	25.772.632	16.767.576	924.324.397	966.864.605

(i) Em 2009, os pagamentos e contribuições relativos a pensões e complementos de reforma incluem contribuições em espécie de determinados imóveis no valor de 33.036.928 euros (Nota 14.1), sendo que o montante remanescente de 77.313.641 euros (Nota 14.4) se refere a pagamentos e contribuições em numerário.

Alguns planos de pensões e de cuidados de saúde apresentam posições excedentárias pelo que os mesmos foram apresentados na Demonstração Consolidada da Posição Financeira separadamente dos saldos daqueles fundos com posição deficitária. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor líquido das responsabilidades com planos de pensões e saúde são reconhecidos no Demonstração Consolidada da Posição Financeira como segue:

	EUROS	
	2010	2009
Planos com uma situação deficitária		
Pensões	27.700.623	766.130.901
Cuidados de Saúde	16.767.576	768.659
Salários de pré-reformados e suspensos	924.324.397	791.441.961
	968.792.596	1.558.341.521
Planos com uma situação excedentária		
Pensões	(1.927.991)	(1.279.839)
Cuidados de Saúde	-	(66.308.757)
	(1.927.991)	(67.588.596)
	966.864.605	1.490.752.925

14.5. Fluxos de caixa com os planos de benefícios de reforma

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os pagamentos e contribuições respeitantes a benefícios de reforma são como segue:

	EUROS	
	2010	2009
Pensões		
Contribuições para os fundos (Nota 14.1)	35.535.127	75.740.968
Pagamentos de pensões a pré-reformados e suspensos (Nota 14.1)	824.091	1.572.673
Sub total (Nota 14.4)	36.359.218	77.313.641
Cuidados de saúde		
Reembolsos (Nota 14.2)	(84.309.869)	(26.240.462)
Pagamentos de despesas com cuidados de saúde (Nota 14.2)	18.882.633	23.005.413
Sub total (Nota 14.4)	(65.427.236)	(3.235.049)
Outros pagamentos		
Pagamentos de salários a pré-reformados e suspensos (Nota 14.4)	160.288.354	174.374.456
Pagamento por cessação de contrato de trabalho (Nota 14.6)	3.958.763	2.712.743
Pagamento ao Estado Português relativo à transferência dos planos de pensões	100.000.000	-
Sub total	264.247.117	177.087.199
	235.179.099	251.165.791

14.6. Custos com os planos de benefícios de reforma

Os custos com os planos de benefícios de reforma e com o programa de redução de efectivos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são como se segue:

	EUROS	
	2010	2009
Custos com benefícios de reforma		
Pensões (Notas 14.1 e 14.4)	1.406.736	40.472.520
Cuidados de saúde (Notas 14.2 e 14.4)	(4.237.718)	1.857.000
Salários (Notas 14.3 e 14.4)	39.610.000	47.301.000
Outros (i)	1.430.820	-
	38.209.838	89.630.520
Custos de curtailment e liquidação (ii)		
Pensões (Notas 14.1 e 14.4)	4.651.582	1.575.755
Cuidados de saúde (Notas 14.2 e 14.4)	2.694.286	-
Salários (Notas 14.3 e 14.4)	134.208.621	10.516.161
Pagamentos por cessação de contratos de trabalho (Nota 14.5)	3.958.763	2.712.743
	145.513.252	14.804.659

(i) Esta rubrica corresponde à contribuição fixa paga pela Portugal Telecom à Segurança Social relacionada com o serviço anual dos empregados activos e suspensos que tinham direito a pensão, no âmbito dos planos de benefícios de reforma da Empresa, que foram transferidos para o Estado Português.

(ii) Os custos de *curtailment* e liquidação incluem (1) uma perda de 7,5 milhões de euros (Nota 14.1) reconhecida em resultado da transferência para o Estado Português das responsabilidades não financiadas com pensões, (2) uma amortização extraordinária dos ganhos com serviços passados no montante de 3,1 milhões de euros (Nota 14.1), e (3) custos com redução de efectivos no montante total de 141,1 milhões de euros, os quais estão relacionados essencialmente com um programa de redução de efectivos aprovado no final de 2010.

14.7. Perdas (ganhos) actuariais líquidos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as perdas (ganhos) actuariais líquidos (Notas 14.4 e 41.5) registados na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral são conforme segue:

	EUROS	
	2010	2009
Alterações nos pressupostos actuariais		
Pensões (Nota 14.1)	345.774.504	52.082.837
Cuidados de saúde (Nota 14.2)	40.384.304	(60.661.145)
Salários (Nota 14.3)	55.628.537	6.917.844
Sub-total	441.787.345	(1.660.464)
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais		
Pensões (Nota 14.1)	37.236.662	(98.742.304)
Cuidados de saúde (Nota 14.2)	(21.960.433)	(57.716.646)
Salários (Nota 14.3)	(6.388.668)	(6.654.001)
Sub-total	8.887.561	(163.112.951)
Total (Notas 14.4 e 41.5)	450.674.906	(164.773.415)

As perdas e ganhos actuariais líquidos registados em 2010 e 2009 relativos a alterações nos pressupostos actuariais decorrem essencialmente das alterações nos pressupostos actuariais financeiros e demográficos detalhados anteriormente, conforme segue:

- As perdas actuariais reconhecidas em 2010, no montante de 442 milhões de euros, estão relacionadas essencialmente com a redução na taxa de desconto (352 milhões de euros) e com um ajustamento nas tábuas de mortalidade (100 milhões de euros);

- Os ganhos actuariais reconhecidos em 2009, no montante de 2 milhões de euros, incluem essencialmente os impactos da redução na taxa de desconto (perda de 99 milhões de euros), de uma alteração na tabela de invalidez (ganho de 39 milhões de euros) e da alteração na percentagem de empregados activos com cônjuges como beneficiários adicionais inscritos no plano (ganho de 69 milhões de euros).

O detalhe dos ganhos e perdas actuariais decorrentes das diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais é como segue:

- As perdas actuariais reconhecidas em 2010, no montante de 9 milhões de euros, incluem: (1) uma perda de 76 milhões de euros relacionada com a diferença entre a rentabilidade real (2,8%) e a rentabilidade esperada (6,0%) dos activos dos fundos, e (2) um ganho de 67 milhões de euros relativo à diferença entre os dados reais e os pressupostos actuariais relacionados com as responsabilidades projectadas, nomeadamente menores despesas com cuidados de saúde do que o estimado e diferenças face à taxa de crescimento salarial;
- Os ganhos actuariais reconhecidos em 2009, no montante de 163 milhões de euros, correspondem essencialmente à diferença entre a rentabilidade real (15,0%) e a rentabilidade esperada (6,0%) dos activos (179 milhões de euros).

14.8. Outras divulgações

A tabela abaixo apresenta informação histórica para um período de cinco anos sobre o valor actual das responsabilidades projectadas, o valor de mercado dos fundos, as responsabilidades não financiadas e os ganhos e perdas actuariais líquidos. O detalhe desta informação em 31 de Dezembro de 2010, 2009, 2008, 2007 e 2006 e nos exercícios findos nessas datas é como segue:

	EUROS				
	2010	2009	2008	2007	2006
Valor actual das responsabilidades projectadas (i)	1.396.705.310	3.836.915.409	3.941.510.416	4.203.125.154	4.562.597.772
Valor de mercado dos fundos (i)	448.145.688	2.369.524.484	2.131.646.536	2.899.144.514	2.908.149.704
Responsabilidades não financiadas líquidas	948.559.622	1.467.390.925	1.809.863.880	1.303.980.640	1.654.448.068
Ganhos com serviços passados	18.304.983	23.362.000	25.430.000	25.891.000	19.062.000
Responsabilidades com benefícios de reforma, líquidas	966.864.605	1.490.752.925	1.835.293.880	1.329.871.640	1.673.510.068

(i) O decréscimo verificado nesta rubrica está essencialmente relacionado com a transferência dos planos de pensão para o Estado Português, como mencionado acima.

	EUROS				
	2010	2009	2008	2007	2006
Alterações nos pressupostos actuariais	441.787.345	(1.660.464)	(232.309.178)	(150.947.555)	(222.328.000)
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais					
Relacionadas com as responsabilidades projectadas	(67.472.319)	15.523.139	26.821.855	(208.946.281)	(80.226.800)
Relacionadas com os activos dos planos	76.359.880	(178.636.090)	800.296.495	74.656.771	(16.860.413)
Total das perdas (ganhos) actuariais	450.674.906	(164.773.415)	594.809.172	(285.237.065)	(319.415.213)

15. OUTROS CUSTOS, LÍQUIDOS

Os outros custos ascenderam a 141.194.008 euros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e incluem os seguintes itens pontuais: (1) provisões e ajustamentos não-recorrentes no montante de, aproximadamente, 50 milhões de euros (Nota 39) que foram reconhecidos de modo a ajustar certas contas a receber e existências para os respectivos valores recuperáveis, e perdas estimadas com determinadas acções legais; e (2) despesas incorridas com serviços obtidos no âmbito da aquisição do investimento no Grupo Oi, no montante de 25 milhões (Nota 47).

16. JUROS SUPORTADOS, LÍQUIDOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica compõe-se como segue:

		EUROS	
		2010	2009
Juros suportados			
Relacionados com empréstimos obtidos e instrumentos financeiros		282.729.191	257.997.581
Outros		1.424.231	5.930.533
Juros obtidos			
Relacionados com caixa, investimentos de curto prazo e instrumentos financeiros		(79.815.461)	(31.390.045)
Outros		(19.293.026)	(5.046.914)
		185.044.935	227.491.155

A diminuição dos juros suportados líquidos em 2010 é essencialmente explicada (1) pela redução na dívida líquida média, no seguimento da primeira parcela recebida da Telefónica em Setembro de 2010, relacionada com a alienação da participação de 50% na Brasilcel, e (2) pelo efeito financeiro sobre os montantes a receber da Telefónica no âmbito desta transacção, o que explica o aumento de outros juros obtidos. Estes efeitos foram parcialmente compensados por um aumento no custo médio da dívida.

17. GANHOS EM ACTIVOS FINANCEIROS E OUTROS INVESTIMENTOS, LÍQUIDOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

		EUROS	
		2010	2009
Instrumentos financeiros derivados (Nota 42) (i)		(740.501)	(5.814.792)
Investimentos em imóveis (ii)		(792.832)	(940.220)
Outros, líquidos		(326.954)	(1.312.556)
		(1.860.287)	(8.067.568)

(i) Esta rubrica está relacionada com a alteração no valor de mercado de um instrumento derivado de taxa de câmbio classificado como detido para negociação. Os ganhos registados em 2009 são explicados essencialmente pelo ganho de 5.690.132 euros relacionado com o impacto da apreciação do Dólar Americano face ao Euro até Abril de 2009, quando este instrumento financeiro foi liquidado. Esta rubrica também inclui o impacto da alteração no valor de mercado de derivados de taxa de juro.

(ii) Esta rubrica inclui ganhos relativos às rendas cobradas sobre imóveis propriedade do Grupo e arrendados a terceiros, líquidos das amortizações relativas a esses imóveis.

18. OUTROS CUSTOS FINANCEIROS, LÍQUIDOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

		EUROS	
		2010	2009
Comissões e outros serviços bancários		25.952.241	26.006.598
Outros		7.348.289	9.708.953
		33.300.530	35.715.551

19. IMPOSTOS E TAXAS

A Portugal Telecom e as empresas incluídas na consolidação sediadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 25%, acrescida da derrama municipal calculada num valor máximo de até 1,5% sobre a matéria colectável de IRC e, no segmento de uma alteração na legislação fiscal ocorrida em 2010 da derrama estadual correspondente a 2,5% sobre a matéria colectável acima de 2 milhões de euros, atingindo uma taxa agregada máxima de cerca de 29%. Em 2009, a Portugal Telecom e as suas subsidiárias localizadas em Portugal eram tributadas a uma taxa agregada de imposto de aproximadamente 26,5%.

A Portugal Telecom é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas localizadas em Portugal em que detém, directa ou indirectamente, pelo menos 90% do seu capital e cumprem os requisitos previstos no artigo 69.º do Código do IRC.

As subsidiárias localizadas no Brasil são tributadas em sede de imposto sobre o rendimento a uma taxa nominal de 34%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. No Brasil, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. O Conselho de Administração da Portugal Telecom, suportado nas informações dos seus serviços de assessoria fiscal, entende que eventuais revisões e correcções dessas declarações fiscais, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2010, considerando as provisões reconhecidas pela Empresa (Nota 39).

a) Impostos diferidos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos nos activos e passivos por impostos diferidos são como segue:

	Aumentos e reduções		Alteração da taxa de imposto		Outras reservas e resultados acumulados	Ajustamento de conversão cambial (iv)	Transferências e outros movimentos	Alterações ao perímetro de consolidação Nota 20 (i)	Saldo 31 Dez 2010
	Saldo 31 Dez 2009	Resultado líquido (ii)	Resultado líquido (ii)(iii)	Resultado líquido (ii)(iii)					
Impostos diferidos activos									
Benefícios de reforma	395.049.525	(7.683.306)	112.672.609	(979.097)	(26.924.481)	-	-	-	472.135.250
Prejuízos fiscais reportáveis	211.674.665	(29.986.431)	-	-	-	18.238.721	-	(199.926.955)	-
Provisões e ajustamentos	123.278.281	8.382.717	-	3.143.037	-	6.786.636	(65.168)	(82.680.665)	58.844.838
Contribuição adicional para os fundos de pensões	124.179.032	(30.611.749)	-	(1.048.236)	-	-	-	-	92.519.047
Instrumentos financeiros	1.114.304	3.343.070	(18.037)	-	-	-	-	-	4.439.337
Outras	164.215.321	(7.315.930)	-	(277.578)	-	13.613.254	4.612.194	(149.710.535)	25.136.726
	1.019.511.128	(63.871.629)	112.654.572	838.126	(26.924.481)	38.638.611	4.547.026	(432.318.155)	653.075.198
Impostos diferidos passivos									
Reavaliação de activos fixos	258.470.817	(15.782.658)	-	-	(14.181.908)	-	(94.241)	-	228.412.010
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	2.050.322	(322.381)	-	(105.824)	-	-	-	-	1.622.117
Instrumentos financeiros (v)	-	-	15.143.542	-	-	-	-	-	15.143.542
Outras (vi)	222.591.195	(43.609.089)	720.691	508.561	(23.354)	20.008.228	717.527	(134.494.091)	66.419.668
	483.112.334	(59.714.128)	15.864.233	402.737	(14.205.262)	20.008.228	623.286	(134.494.091)	311.597.337
		(4.157.501)	96.790.339	435.389	(12.719.219)	18.630.383	3.923.740	(297.824.064)	

(i) As alterações no perímetro de consolidação correspondem a 50% dos activos e passivos por impostos diferidos da Vivo no seguimento da conclusão da venda da participação de 50% na Brasilcel em Setembro de 2010.

(ii) A repartição entre operações continuadas e descontinuadas das alterações nos impostos diferidos registados através de resultados em 2010 e 2009 é a seguinte:

EUROS		
	2010	2009
Operações continuadas	24.867.108	(74.556.616)
Operações descontinuadas	(28.589.220)	(1.683.596)
	(3.722.112)	(76.240.212)

(iii) Os impactos no resultado líquido decorrentes de alterações na taxa de imposto correspondem essencialmente à revisão da taxa de imposto aplicável a certas empresas em Portugal, em resultado do aumento na taxa legal de imposto em Portugal e da redução na taxa de imposto aplicável a certas empresas que estimam vir a apresentar prejuízos fiscais nos próximos anos.

(iv) Os ajustamentos de conversão cambial estão principalmente relacionados com o impacto da apreciação do Real face ao Euro até à conclusão da venda da participação de 50% na Brasilcel.

(v) O aumento nesta rubrica corresponde ao efeito fiscal associado à componente de capital do empréstimo por obrigações convertíveis obtido pela Portugal Telecom em 2007 (Nota 35), a qual foi reconhecida em resultado de alterações ocorridas na legislação fiscal portuguesa em 2010.

(vi) Os outros passivos por impostos diferidos correspondem principalmente ao efeito fiscal sobre os dividendos não pagos por empresas associadas.

EUROS						
	Saldo 1 Jan 2009 (reexpresso)	Resultado líquido	Resultados acumulados	Ajustamento de conversão cambial (i)	Transferências e outros movimentos	Saldo 31 Dez 2009 (reexpresso)
Impostos diferidos activos						
Benefícios de reforma	486.352.878	(47.638.398)	(43.664.955)	-	-	395.049.525
Prejuízos fiscais reportáveis	172.831.198	(9.617.812)	-	49.100.037	(638.758)	211.674.665
Provisões e ajustamentos	91.149.723	17.751.740	-	16.351.942	(1.975.124)	123.278.281
Contribuição adicional para o fundo de pensões	138.567.071	(14.388.039)	-	-	-	124.179.032
Instrumentos financeiros	14.380.500	(13.135.260)	205.023	(335.959)	-	1.114.304
Outras	129.442.609	38.280	-	32.779.871	1.954.561	164.215.321
	1.032.723.979	(66.989.489)	(43.459.932)	97.895.891	(659.321)	1.019.511.128
Impostos diferidos passivos						
Reavaliação de activos fixos (ii)	290.970.684	(18.809.606)	(12.116.738)	-	(1.573.523)	258.470.817
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	2.378.683	(328.361)	-	-	-	2.050.322
Outras	168.843.403	28.388.690	-	27.625.503	(2.266.401)	222.591.195
	462.192.770	9.250.723	(12.116.738)	27.625.503	(3.839.924)	483.112.334
		(76.240.212)	(31.343.194)	70.270.388	3.180.603	

(i) Os ajustamentos de conversão cambial estão essencialmente relacionados com o impacto da apreciação do Real Brasileiro face ao Euro.

(ii) No seguimento das contribuições em espécie de imóveis efectuadas no final de 2009 para os fundos de pensões, mencionado na Nota 14, o passivo por imposto diferido relativo à reavaliação destes activos foi ajustado de modo a reflectir a forma como a Portugal Telecom esperava vir a recuperar o valor contabilístico destes activos. Este efeito, no montante de 12.116.738 euros, foi reconhecido na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, sendo que, subsequentemente, o passivo por imposto diferido remanescente relacionado com a reavaliação destes activos foi reconhecido na Demonstração Consolidada dos Resultados.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o total dos activos por impostos diferidos inclui 19 milhões de euros e 441 milhões de euros relacionados com países estrangeiros, respectivamente, enquanto o total dos passivos por impostos diferidos inclui 64 milhões de euros e 221 milhões de euros, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2009, os activos e passivos por impostos diferidos de países estrangeiros estavam relacionados essencialmente com o investimento da Portugal Telecom na Vivo.

b) Reconciliação da taxa de imposto

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a reconciliação entre as taxas nominal e efectiva de imposto é como segue:

	EUROS	
	2010	2009
Resultado antes de impostos	332.166.117	892.614.169
Taxa nominal de imposto	29,0%	26,5%
	96.328.174	236.542.755
Ganho resultante de uma reestruturação societária (i)	(59.045.199)	-
Diferenças permanentes (ii)	36.619.875	(56.177.090)
Provisões para contingências fiscais relativas a imposto sobre o rendimento (Notas 28 e 39)	13.795.652	(1.434.464)
Taxas de imposto diferenciadas (iii)	(8.276.417)	4.846.141
Prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores	4.520.000	(3.823.664)
Excesso de estimativa para impostos do exercício anterior (Nota 28)	(3.697.527)	6.541.389
Alteração na taxa de imposto	(435.389)	-
Outros	(2.283.321)	(604.910)
	77.525.848	185.890.157
Imposto sobre o rendimento		
Imposto corrente (Nota 28)	102.392.956	111.333.541
Imposto diferido (iv)	(24.867.108)	74.556.616
	77.525.848	185.890.157

(i) Este ganho foi reconhecido no seguimento de uma reestruturação societária ocorrida nos negócios em África, que se traduziu numa redução dos passivos por impostos diferidos relacionados com lucros não atribuídos por empresas associadas, no seguimento de uma redução na taxa de imposto estimada de 26,5% para 10%.

(ii) Em 2010, esta rubrica está relacionada essencialmente com os seguintes custos não dedutíveis fiscalmente: (1) uma perda por imparidade de 28 milhões de euros relativa ao investimento na UOL (Nota 31); (2) juros suportados pela Portugal Telecom no âmbito da aquisição de investimentos financeiros; e (3) despesas incorridas em 2010 por serviços obtidos no âmbito da aquisição de um investimento no Grupo Oi (Nota 47). Em 2009, esta rubrica inclui essencialmente o montante de 70.748.542 euros relacionado com o ganho não tributável de 266.975.632 euros (Nota 31) obtido com a alienação do investimento na Médi Télécom.

(iii) Esta rubrica corresponde ao imposto relacionado com a diferença entre a taxa de imposto em Portugal e outras taxas de imposto aplicáveis ao Grupo, nomeadamente às operações no estrangeiro.

(iv) A alteração nesta rubrica é essencialmente explicada pelo impacto da reestruturação societária ocorrida nos negócios em África (59 milhões de euros), conforme mencionado acima, e por uma redução menos acentuada nos activos por impostos diferidos referentes a benefícios de reforma, em resultado de menores pagamentos e contribuições dedutíveis fiscalmente em 2010.

20. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Na sequência do acordo celebrado com a Telefónica em 28 de Julho de 2010 para a venda da sua participação de 50% na Brasilcel, por um valor total de 7.500 milhões de euros, a Vivo foi classificada como uma operação descontinuada. Consequentemente, a informação financeira relativa ao segmento móvel no Brasil foi reexpressa nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, de modo a ser apresentada como uma operação descontinuada.

Como mencionado nas Notas 1 e 2, a venda foi concluída em 27 de Setembro de 2010, tendo a Portugal Telecom recebido 4.500 milhões de euros nesse dia e 1.000 milhões de euros em 30 de Dezembro de 2010, num total de 5.500 milhões de euros (Nota 1), com o montante remanescente de 2.000 milhões de euros (Nota 26) a ser recebido até 31 de Outubro de 2011, em conformidade com os termos do acordo celebrado com a Telefónica.

A Portugal Telecom reconheceu um ganho líquido de 5.423 milhões de euros (Nota 1) com a venda da Vivo, o qual inclui: (1) 4.390 milhões de euros correspondentes à diferença entre o preço acordado com a Telefónica (7.500 milhões de euros) e o valor contabilístico do investimento na Brasilcel à data da alienação (3.110 milhões de euros); (2) 1.134 milhões de euros correspondentes à transferência para resultado líquido dos ajustamentos de conversão cambial acumulados; (3) 47 milhões de euros relativos à diferença entre os montantes em dívida por parte da Telefónica em 27 de Setembro de 2010 (3.000 milhões de euros) e o seu respectivo valor actual (2.953 milhões de euros); e (4) 54 milhões de euros relativos a honorários legais e de consultoria e outros custos relacionados com a venda. De acordo com a legislação fiscal portuguesa, a mais-valia apurada com a alienação da Vivo não é tributável.

O resultado líquido das operações descontinuadas em 2010 inclui (1) um ganho de 5.423 milhões de euros reconhecido com a venda, conforme explicado acima, (2) o resultado líquido antes de interesses não-controladores da Vivo até à conclusão da alienação deste investimento (110 milhões de euros), e (3) os ajustamentos da conversão cambial positivos (CTA's) transferidos para resultado líquido (32 milhões de euros), no seguimento de reduções de capital realizadas pela Brasilcel em 2010 relativas ao reembolso de

parte do investimento efectuado. O detalhe do resultado líquido das operações descontinuadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

EUROS		
	2010	2009
Ganho líquido registado no âmbito da venda da Brasilcel		
Mais-valia	4.389.916.509	-
CTA's transferidos para resultado líquido com a venda	1.134.159.099	-
Efeito do valor presente da conta a receber da Telefónica	(46.753.264)	-
Custos relacionados com a venda	(54.281.187)	-
	5.423.041.157	-
Resultado líquido antes de interesses não-controladores da Vivo	110.444.523	60.858.300
CTA's transferidos para resultado líquido decorrentes de reduções de capital	31.940.853	21.603.864
Resultado líquido das operações descontinuadas	5.565.426.533	82.462.164

Os resultados da Vivo (parcela de 50% da Portugal Telecom) em 2010, até à conclusão da venda deste negócio, e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 são como segue:

EUROS		
	2010	2009
Receitas	2.593.095.228	3.138.075.094
Custos:		
Custos com pessoal	150.109.495	160.957.440
Custos directos	545.450.454	613.445.841
Custos comerciais	555.099.483	721.675.466
Amortizações (Notas 33 e 34)	530.428.173	719.336.521
Outros custos	567.996.080	700.353.327
Total de custos	2.349.083.685	2.915.768.595
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	244.011.543	222.306.499
Ganhos e (perdas) financeiros	(38.752.802)	(113.236.843)
Resultados antes de impostos	205.258.741	109.069.656
Imposto sobre o rendimento	(94.814.218)	(48.211.356)
Resultado líquido	110.444.523	60.858.300

Os activos e passivos relativos a operações descontinuadas na data da venda e em 31 de Dezembro de 2009 são como segue:

EUROS		
	2010	2009
Activos:		
Activos correntes	1.456.657.504	1.215.622.389
Activos intangíveis (Nota 33)	3.115.051.129	2.973.562.598
Activos tangíveis (Nota 34)	1.271.300.163	1.305.840.206
Impostos diferidos (Nota 19)	432.318.155	418.299.378
Outros activos não correntes	299.323.133	236.379.670
Total dos activos	6.574.650.084	6.149.704.241
Passivos:		
Passivos correntes	1.344.666.287	1.273.655.294
Dívida de médio e longo prazo	764.475.652	831.134.229
Impostos diferidos (Nota 19)	134.494.091	119.187.849
Outros passivos não correntes	171.516.849	120.393.458
Total dos passivos	2.415.152.879	2.344.370.830
Capital próprio excluindo interesses não-controladores	3.110.083.492	2.898.407.431
Interesses não-controladores	1.049.413.713	906.925.980
Total do capital próprio	4.159.497.205	3.805.333.411
Total do capital próprio e do passivo	6.574.650.084	6.149.704.241

Os fluxos de caixa das operações descontinuadas incluem os montantes, líquidos de despesas relacionadas, obtidos com a alienação da participação de 50% na Brasilcel, os quais estão classificados como fluxos de caixa de actividades de investimento, e 50% dos fluxos de caixa da Vivo. O detalhe dos fluxos de caixa de actividades de investimento relacionados com as operações descontinuadas é o seguinte:

	EUROS	
	2010	2009
Alienação da participação de 50% anteriormente detida pela Portugal Telecom (i)	5.474.967.956	-
Reduções de capital na Brasilcel (ii)	89.935.775	73.338.220
Consolidação proporcional dos fluxos da Vivo de actividades de investimento	(191.295.243)	(374.323.574)
Fluxos das actividades de investimento	5.373.608.488	(300.985.354)

i) Esta rubrica inclui 5.500 milhões de euros (Nota 1) relativos à primeira e segunda parcelas recebidas da Telefónica relativas à alienação da participação de 50% na Brasilcel, líquidos de despesas relacionadas.

(ii) Esta rubrica corresponde a recebimentos decorrentes de reduções de capital realizadas pela Brasilcel anteriormente à venda deste investimento, os quais estão incluídos nos fluxos de caixa de actividades de financiamento da Vivo, como detalhado abaixo.

A participação de 50% da Portugal Telecom nos fluxos de caixa da Vivo em 2010, até à conclusão da venda deste negócio, e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 é como segue:

	EUROS	
	2010	2009
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	2.893.087.731	3.460.315.478
Pagamentos a fornecedores	(1.863.175.077)	(2.203.235.794)
Pagamentos ao pessoal	(152.705.823)	(166.882.518)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento	(25.099.067)	(23.362.326)
Pagamentos relativos a impostos indirectos, taxas e outros	(249.074.381)	(220.595.115)
Fluxos das actividades operacionais	603.033.383	846.239.725
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e proveitos similares	11.349.529	27.648.483
Outras actividades de investimento	5.616.759	12.861.648
	16.966.288	40.510.131
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(207.313.414)	-
Activos tangíveis e intangíveis	-	(411.097.814)
Outras actividades de investimento	(948.117)	(3.735.891)
	(208.261.531)	(414.833.705)
Fluxos das actividades de investimento	(191.295.243)	(374.323.574)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	172.578.466	353.878.572
Aumentos de capital e prémios de emissão	-	13.455.882
Outras actividades de financiamento	3.299.354	30.329.429
	175.877.820	397.663.883
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(336.418.441)	(775.524.360)
Juros e custos similares	(74.696.080)	(179.054.648)
Dividendos	(32.706.668)	(47.914.412)
Reduções de capital	(89.935.775)	(73.338.220)
	(533.756.964)	(1.075.831.640)
Fluxos das actividades de financiamento	(357.879.144)	(678.167.757)

21. INTERESSES NÃO-CONTROLADORES

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, realizaram-se os seguintes movimentos nos interesses não-controladores:

EUROS							
	Saldo 31 Dez 2009 (reexpresso)	Aquisições, (alienações) e aumentos (reduções) de capital	Resultado líquido	Dividendos	Variações cambiais (i)	Outros movimentos	Saldo 31 Dez 2010
Brasilcel (ii)	906.925.980	(1.049.413.713)	61.299.227	-	81.188.506	-	-
MTC	67.246.405	-	24.874.186	(27.926.299)	14.381.448	-	78.575.740
Cabo Verde Telecom	52.146.099	-	14.169.848	(22.818.501)	-	(328.686)	43.168.760
Africatel	23.710.534	(7.363.103)	33.865.108	-	11.985.478	256.835	62.454.852
Dedic (iii)	-	8.666.366	250.722	-	1.010.553	4.500	9.932.141
Timor Telecom	9.082.848	-	8.037.518	(6.141.784)	595.548	14	11.574.144
CST	2.188.308	-	448.446	(410.351)	29.934	-	2.256.337
LTM	1.572.039	-	1.049.728	(858.612)	95.996	(45.724)	1.813.427
Previsão	759.283	-	(181.409)	-	-	45	577.919
Kenya Postel Directories	1.512.151	-	863.894	(719.634)	(4.208)	25.394	1.677.597
Outras	3.991.565	-	3.194.567	(2.608.539)	52.864	35.199	4.665.656
	1.069.135.212	(1.048.110.450)	147.871.835	(61.483.720)	109.336.119	(52.423)	216.696.573

(i) Os ajustamentos de conversão cambial estão essencialmente relacionados com a apreciação do Real face ao Euro.

(ii) O movimento na Brasilcel incluído na rubrica "Aquisições/alienações e aumentos (reduções) de capital" corresponde aos interesses não-controladores da Vivo na data de alienação.

(iii) O movimento na Dedic incluído na rubrica "Aquisições/alienações e aumentos (reduções) de capital" está relacionado com a aquisição da GPTI, uma vez que o preço de compra incluía a emissão de acções da Dedic correspondentes a uma participação de 12,5% (Nota 2).

EUROS							
	Saldo 1 Jan 2009 (reexpresso)	Aquisições, (alienações) e aumentos (reduções) de capital	Resultado líquido	Dividendos	Variações cambiais (i)	Outros movimentos	Saldo 31 Dez 2009 (reexpresso)
Brasilcel (ii)	823.725.500	(91.595.489)	42.594.986	(103.314.015)	236.767.151	(1.252.153)	906.925.980
MTC	54.468.291	-	22.381.879	(23.067.593)	13.463.828	-	67.246.405
Cabo Verde Telecom	48.919.469	-	17.370.603	(14.141.494)	-	(2.479)	52.146.099
Africatel	19.777.686	-	11.287.265	(5.100.000)	(2.103.206)	(151.211)	23.710.534
Timor Telecom	8.337.633	-	5.933.700	(5.101.041)	(82.868)	(4.576)	9.082.848
CST	1.782.031	-	745.093	(106.296)	(242.079)	9.559	2.188.308
LTM	1.814.965	-	978.883	(919.698)	(487.509)	185.398	1.572.039
Previsão	766.210	-	558	-	-	(7.485)	759.283
Kenya Postel Directories	1.272.946	-	772.810	(506.213)	(16.615)	(10.777)	1.512.151
Outras	3.345.664	311.246	2.386.256	(1.790.346)	(47.344)	(213.911)	3.991.565
	964.210.395	(91.284.243)	104.452.033	(154.046.696)	247.251.358	(1.447.635)	1.069.135.212

(i) Os ajustamentos de conversão cambial estão essencialmente relacionados com a apreciação do Real face ao Euro.

(ii) O movimento na Brasilcel incluído na rubrica "Aquisições/alienações e aumentos (reduções) de capital" inclui o montante de 103.641.467 euros (Nota 41.5) relacionado com a reestruturação realizada pela Vivo Participações em Julho de 2009, que consistiu na incorporação de acções da Telemig Celular na Telemig Celular Participações e na incorporação de acções da Telemig Celular Participações na Vivo Participações.

22. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral realizada em 27 de Março de 2009, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de pagamento de um dividendo por acção de 57,5 cêntimos referente ao exercício de 2008. Deste modo, foi pago um dividendo total de 503.626.688 euros (Nota 44.g) no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

Na Assembleia Geral realizada em 16 de Abril de 2010, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de pagamento de um dividendo por acção de 57,5 cêntimos referente ao exercício de 2009. Deste modo, foi pago um dividendo total de 503.626.688 euros (Nota 44.g) no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Adicionalmente, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Portugal Telecom em 16 de Dezembro de 2010, a Empresa pagou aos seus accionistas em Dezembro de 2010 um adiantamento sobre os lucros de 2010 no montante de 875.872.500 euros (Nota 44.g), equivalente a um dividendo de 1 euro por acção.

O adiantamento sobre os lucros de 2010 acima mencionado foi pago no âmbito de uma nova política de remuneração accionista anunciada pela Portugal Telecom após a venda da participação anteriormente detida na Brasilcel e em antecipação do investimento proposto no Grupo Oi. Esta política inclui: (1) um dividendo extraordinário de 1,65 euros por acção relativo ao ano de 2010, dos quais 1 euro por acção foi pago em Dezembro de 2010 e os remanescentes 0,65 euros deverão ser pagos em 2011, sujeitos a aprovação em Assembleia Geral de Accionistas; e (2) um dividendo ordinário de 0,65 euros por acção para os exercícios fiscais findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2011, também sujeito a aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.

23. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram calculados como segue:

		EUROS	
		2010	2009
Resultado das operações continuadas, líquido de interesses não-controladores	(1)	168.067.661	644.866.965
Resultado das operações descontinuadas, líquido de interesses não-controladores	(2)	5.504.127.306	39.867.178
Resultado líquido atribuível a accionistas da Portugal Telecom	(3)	5.672.194.967	684.734.143
Juros das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	(4)	28.631.462	30.153.400
Resultado líquido considerado para efeitos do cálculo do resultado líquido por acção diluído	(5)	5.700.826.429	714.887.543
Número médio de acções ordinárias em circulação no período	(6)	875.872.500	875.872.500
Efeito das obrigações convertíveis		64.655.173	64.655.173
	(7)	940.527.673	940.527.673
Resultado por acção das operações continuadas, líquido de interesses não-controladores			
Básico	(1)/(6)	0,19	0,74
Diluído	[(1)+(4)]/(7)	0,19	0,72
Resultado por acção das operações descontinuadas, líquido de interesses não-controladores			
Básico	(2)/(6)	6,28	0,05
Diluído	(2)/(7)	5,85	0,04
Resultado líquido por acção atribuível a accionistas da Portugal Telecom			
Básico	(3)/(6)	6,48	0,78
Diluído	(5)/(7)	6,06	0,76

Em 2010 e 2009, os resultados diluídos incluíam o impacto das obrigações convertíveis emitidas em Agosto de 2007.

24. INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Esta rubrica inclui essencialmente aplicações financeiras de curto prazo, as quais têm as condições previamente acordadas com as instituições financeiras.

25. CONTAS A RECEBER - CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

EUROS		
	2010	2009
Contas a receber de clientes, correntes:		
Contas a receber de clientes	1.165.301.965	1.512.618.691
Acréscimos de proveitos	212.658.107	270.250.780
Sub-total	1.377.960.072	1.782.869.471
Ajustamentos a contas a receber de clientes (Nota 39)	(323.931.472)	(384.005.127)
	1.054.028.600	1.398.864.344

A redução nesta rubrica é essencialmente explicada pela contribuição da Vivo em 31 de Dezembro de 2009 no montante de 485 milhões de euros, dado que a Portugal Telecom já não consolidou proporcionalmente os activos e passivos da Vivo em 31 de Dezembro de 2010, cujo efeito foi parcialmente compensado por um aumento das contas a receber de clientes nas operações em Portugal.

26. CONTAS A RECEBER - OUTROS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

EUROS		
	2010	2009
Outras contas a receber correntes:		
Conta a receber da Telefónica (i)	1.967.387.207	-
Contas a receber de partes relacionadas (ii)	254.607.148	64.932.314
Juros a reconhecer (iii)	37.429.783	892.397
Adiantamentos a fornecedores	25.720.865	33.471.228
Comparticipações do SNS (iv)	8.711.396	8.711.396
Depósitos judiciais (v)	1.629	27.646.138
Outros	54.082.194	45.426.085
Sub-total	2.347.940.222	181.079.558
Ajustamentos a outras contas a receber correntes (Nota 39)	(17.844.605)	(11.371.834)
	2.330.095.617	169.707.724
Outras contas a receber não correntes	17.661.730	11.146.480
Ajustamentos a outras contas a receber não correntes (Nota 39)	-	(2.301.245)
	17.661.730	8.845.235

(i) Esta rubrica corresponde ao valor actual do montante de 2.000 milhões de euros (Nota 20) a receber da Telefónica relativamente à alienação da participação de 50% na Brasilcel, que deverá ser recebido até 31 de Outubro de 2011.

(ii) Esta rubrica inclui essencialmente dividendos a receber da Unitel. Em 2010, a Unitel atribuiu dividendos à Portugal Telecom no montante de 332,5 milhões de dólares americanos (Nota 31), incluindo um dividendo ordinário de 175 milhões de dólares americanos relativo ao exercício de 2009 e um dividendo extraordinário de 157,5 milhões de dólares americanos relativo a dividendos não pagos em anos anteriores, ambos os quais estavam em dívida a 31 de Dezembro de 2010, equivalentes a 249 milhões de euros (Nota 45). Em 2009, a Unitel atribuiu dividendos à Portugal Telecom relativos ao exercício de 2008 no valor de 150 milhões de dólares americanos, dos quais 90 milhões de dólares americanos foram recebidos em 2009 (Nota 44.e) e os restantes 60 milhões de dólares americanos (Notas 44.e e 45) estão reconhecidos como uma conta a receber no montante de 42 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009 (Nota 45), tendo sido recebidos em 2010.

(iii) O aumento nesta rubrica é essencialmente explicado pelo aumento de caixa e equivalentes de caixa na sequência dos montantes recebidos pela alienação da participação de 50% na Brasilcel.

(iv) Estas contribuições estão relacionadas com o acordo celebrado com o SNS, ao abrigo do qual esta entidade co-financia o plano de cuidados de saúde. Este acordo terminou em 2006, aquando da reestruturação do Plano de Cuidados de Saúde. Para fazer face a eventuais riscos de cobrabilidade, estas contas a receber encontram-se totalmente ajustadas a 31 de Dezembro de 2010.

(v) O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2009 está basicamente relacionado com a Vivo.

27. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

EUROS		
	2010	2009
Mercadorias (i)	98.466.392	228.572.115
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	41.162.690	42.211.966
Produtos e trabalhos em curso	8.631.552	8.884.680
Sub-total	148.260.634	279.668.761
Ajustamento para depreciação de existências (Nota 39)	(46.744.879)	(39.791.436)
	101.515.755	239.877.325

(i) Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica inclui essencialmente equipamentos terminais móveis da TMN e telefones, *modems* (acesso à Internet por ADSL) e *Tv boxes* do negócio de rede fixa. A redução nesta rubrica está essencialmente relacionada com a alienação da Vivo, a qual apresentava existências no valor de 91 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009.

28. IMPOSTOS A PAGAR E A RECUPERAR

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

EUROS				
	2010		2009	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos correntes				
Operações em Portugal				
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	16.788.500	12.166.324	10.725.838	42.958.244
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	6.556.347	3.051.817	52.190.849	16.238.244
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	-	2.512.405	-	6.446.569
Segurança Social	-	7.395.470	-	6.098.066
Outros	-	443.307	-	749.773
	23.344.847	25.569.323	62.916.687	72.490.896
Impostos em países estrangeiros	14.200.474	31.841.517	191.848.837	221.400.469
	37.545.321	57.410.840	254.765.524	293.891.365
Impostos não correntes				
Impostos em países estrangeiros	267.622	3.805.301	196.429.460	59.217.420

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a composição das rubricas de “Impostos em países estrangeiros”, as quais estavam essencialmente relacionadas com 50% dos impostos a recuperar e a pagar pelas empresas participadas da Brasilcel, é como segue:

EUROS				
	2010		2009	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos correntes				
Imposto sobre o rendimento	5.905.999	20.631.947	26.350.774	30.605.091
Impostos indirectos	-	121.175	155.880.038	163.748.829
Outros	8.294.475	11.088.395	9.618.025	27.046.549
	14.200.474	31.841.517	191.848.837	221.400.469
Impostos não correntes:				
Imposto sobre o rendimento	-	1.694.724	145.736.818	1.207.087
Impostos indirectos	267.622	2.110.577	50.692.642	58.010.333
	267.622	3.805.301	196.429.460	59.217.420

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o montante líquido a pagar e a recuperar relativo a “Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas” das operações em Portugal tem a seguinte composição:

EUROS		
	2010	2009
Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento do exercício relativo aos negócios em Portugal	(59.230.043)	(83.407.633)
Pagamentos por conta	56.400.355	107.947.186
Retenções efectuadas por terceiros	5.050.040	2.984.862
Imposto a recuperar	1.284.178	8.428.190
Imposto a receber líquido relativo aos negócios em Portugal	3.504.530	35.952.605

A reconciliação entre o imposto corrente sobre o rendimento reflectido na Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 e os custos com o imposto corrente sobre o rendimento dos exercícios findos naquelas datas é como segue:

EUROS		
	2010	2009
Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento do exercício relativo aos negócios em Portugal	59.230.043	83.407.633
Imposto sobre o rendimento de empresas do Grupo sedeadas no estrangeiro	37.302.594	25.436.727
Excesso de estimativa para impostos do exercício anterior (Nota 19)	(3.697.527)	6.541.389
Provisões para contingências fiscais relativas a IRC (Notas 19 e 38)	13.795.652	(1.434.464)
Outros	3.980.384	55.523
	110.611.146	114.006.808

O imposto corrente do exercício foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

EUROS		
	2010	2009
Imposto sobre o rendimento (Nota 19)	102.392.956	111.333.541
Resultados acumulados	11.784.150	2.673.267
Operações descontinuadas (i)	(3.565.960)	-
	110.611.146	114.006.808

(i) Esta rubrica corresponde ao efeito fiscal de certos custos relacionados com a alienação da Brasilcel, os quais deste modo foram incluídos na rubrica “Resultado das operações descontinuadas.”

29. CUSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	EUROS	
	2010	2009
Despesas com publicidade e propaganda pagas antecipadamente (i)	6.366.138	29.508.842
Publicação de listas telefónicas	4.661.786	12.481.437
Rendas e alugueres	5.984.088	8.536.475
Manutenção e reparação	5.881.592	3.654.121
Juros pagos antecipadamente	1.944.918	2.116.189
Venda de equipamentos (i)	-	59.416.705
Outros	14.779.278	21.548.758
	39.617.800	137.262.528

(i) A redução nesta rubrica é essencialmente explicada pela contribuição da Vivo em 31 de Dezembro de 2009, dado que a Portugal Telecom já não consolidou os activos e passivos da Vivo em 31 de Dezembro de 2010.

30. OUTROS ACTIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas rubricas têm a seguinte composição:

	EUROS	
	2010	2009
Outros activos correntes		
Contas a receber de operações QTE (Notas 3.I.viii) e 40)	24.558.468	20.201.231
Outros	1.088.533	1.990.138
	25.647.001	22.191.369
Outros activos não correntes		
Contas a receber de operações QTE (Notas 3.I.viii) e 40)	273.592.641	276.544.156
Outros (i)	1.048.115	37.659.398
	274.640.756	314.203.554

(i) A redução nesta rubrica é essencialmente explicada pela contribuição da Vivo em 31 de Dezembro de 2009, no montante de 34 milhões de euros, dado que a Portugal Telecom já não consolidou os activos e passivos da Vivo em 31 de Dezembro de 2010.

Conforme explicado na Nota 3.I.ix, a Portugal Telecom celebrou em anos anteriores operações de QTE, ao abrigo das quais reconheceu na Demonstração Consolidada da Posição Financeira contas a receber e a pagar (Notas 30 e 40) pelo mesmo montante, as quais se referem à venda dos equipamentos e à locação financeira, respectivamente. A maioria destas contas a receber e a pagar são relativas à mesma entidade. Adicionalmente, a Portugal Telecom prestou determinadas garantias no âmbito destas operações (Nota 43).

31. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS PARTICIPADAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

EUROS		
	2010	2009
Partes de capital em empresas associadas	233.382.020	396.437.713
Goodwill, líquido de perdas por imparidade	110.252.939	170.168.216
Empréstimos concedidos a empresas associadas e outras empresas	15.946.116	23.566.794
Partes de capital em outras empresas	1.876.527	2.537.325
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	60.000	4.500.000
	361.517.602	597.210.048

Em 2010, na sequência de um acordo celebrado com um terceiro para a alienação da participação de 28,78%, detida pela Portugal Telecom na UOL, pelo montante total de 356 milhões de reais (equivalente a 160,5 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010), a qual foi concluída em Janeiro de 2011 (Nota 47), a Portugal Telecom classificou o investimento na UOL como um activo não corrente detido para venda, incluído no activo corrente. Em sequência, o valor contabilístico deste investimento foi ajustado para o seu valor recuperável, no montante de 160.448.046 euros em 31 de Dezembro de 2010, incluindo a participação da Empresa no capital próprio da UOL (120.576.690 euros) e o *goodwill* relacionado com este investimento (39.871.356 euros).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Partes de capital em empresas associadas" tem a seguinte composição:

EUROS		
	2010	2009
Unitel (i)	178.567.914	262.363.774
CTM - Companhia de Telecomunicações de Macau, SARL ("CTM") (ii)	43.887.468	29.050.716
Páginas Amarelas, SA ("Páginas Amarelas")	5.378.105	4.531.768
Hungaro Digitel KFT	3.261.164	3.360.824
INESC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (iii)	2.992.788	2.992.788
UOL (iv)	-	94.157.510
Guiné Telecom, SARL (v)	-	2.907.534
Outras empresas	2.287.369	2.973.120
	236.374.808	402.338.034
Ajustamentos a partes de capital em empresas associadas (Nota 39)	(2.992.788)	(5.900.321)
	233.382.020	396.437.713

(i) A variação no valor contabilístico deste investimento é explicada pela participação da Portugal Telecom nos resultados da Unitel (146 milhões de euros) e pelos dividendos atribuídos por esta empresa associada (260 milhões de euros, equivalentes a 332,5 milhões de dólares americanos - Nota 26), e também pelo impacto da valorização do dólar americano face ao euro em 2010 (31 milhões de euros).

(ii) O aumento no valor contabilístico deste investimento é essencialmente explicado pela participação da Portugal Telecom nos resultados da CTM (21 milhões de euros), parcialmente compensado pelos dividendos atribuídos por esta empresa associada no valor de 8 milhões de euros.

(iii) Em 31 de Dezembro de 2010, este investimento financeiro encontra-se totalmente ajustado.

(iv) Como mencionado acima, a participação da Empresa no capital próprio da UOL em 31 de Dezembro de 2010, no montante de 120.576.690 euros, foi incluída na rubrica "Activos não correntes detidos para venda", na sequência do acordo para a venda desta empresa associada. A variação no valor contabilístico deste investimento é explicada pela participação da Portugal Telecom nos resultados da UOL (12 milhões de euros) e pelo impacto da valorização do Real face ao Euro em 2010 (13 milhões de euros).

(v) Este investimento, o qual se encontrava totalmente ajustado em 31 de Dezembro de 2009, foi vendido durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 por um montante de 0,2 milhões de euros.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Goodwill, líquido de perdas por imparidade” tem a seguinte composição:

EUROS		
	2010	2009
Páginas Amarelas	83.754.434	83.754.434
Unitel	26.498.505	26.498.505
UOL (i)	-	59.915.277
	110.252.939	170.168.216

(i) Como mencionado acima, o *goodwill* relativo a este investimento em 31 de Dezembro de 2010, no montante de 39.871.356 euros, foi incluído na rubrica “Activos não correntes detidos para venda”, na sequência do acordo para a alienação desta empresa associada. Assim, em 2010, de modo a ajustar o valor contabilístico do investimento total na UOL ao seu valor recuperável, a Portugal Telecom reconheceu uma perda por imparidade de 28 milhões de euros (Notas 7 e 19) no *goodwill* relativo a esta empresa associada.

Os empréstimos concedidos a empresas associadas e outras destinam-se essencialmente a financiar as suas actividades, nomeadamente no desenvolvimento de novos negócios e não apresentam maturidade definida. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estes empréstimos eram como segue:

EUROS		
	2010	2009
Sportinveste Multimédia (i)	33.618.668	35.318.668
INESC	3.018.566	3.104.531
SIRESP	4.292.800	4.179.410
Outras empresas	3.165.153	931.675
	44.095.187	43.534.284
Ajustamentos a empréstimos concedidos a empresas associadas e outras (Nota 39)	(2.588.741)	(2.588.741)
Ajustamentos resultantes da aplicação da equivalência (Nota 39) (ii)	(25.560.330)	(17.378.749)
	15.946.116	23.566.794

(i) Em 2010, a Sportinveste Multimédia reembolsou empréstimos no montante de 1.700.000 euros. Consequentemente, o saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2010 inclui prestações acessórias no montante de 30.023.168 euros e empréstimos no montante de 3.595.500 euros.

(ii) Este valor corresponde às perdas acumuladas resultantes da aplicação da equivalência patrimonial que excederam o valor do investimento inicial, tendo por este motivo sido reconhecidas como uma redução ao valor do empréstimo concedido às mesmas. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estes ajustamentos estão relacionados com o investimento na Sportinveste Multimédia. Se as perdas acumuladas resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial forem superiores ao total do investimento (incluindo empréstimos) em empresas associadas, é registada uma provisão na rubrica “Provisões para outros riscos e encargos – outros”. Em 31 de Dezembro 2010 e 2009, essa provisão ascende a 1.518.114 euros e 4.672.403 euros (Nota 39), respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Partes de capital em outras empresas” tem a seguinte composição:

EUROS		
	2010	2009
Janela Digital	1.592.652	1.830.571
Outras empresas	2.930.657	3.271.781
Sub-total	4.523.309	5.102.352
Ajustamentos a partes de capital em empresas participadas (Nota 39)	(2.646.782)	(2.565.027)
	1.876.527	2.537.325

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Ganhos em empresas participadas, líquidos” tem a seguinte composição:

EUROS		
	2010	2009
Unitel	145.852.610	152.639.642
CTM	21.463.141	18.649.192
UOL (i)	(14.300.133)	10.603.315
Sportinveste Multimédia (ii)	(8.181.581)	(256.337)
Médi Télécom (iii)	-	277.661.123
Outras	(3.124.933)	(3.253.390)
	141.709.104	456.043.545

(i) Em 2010, esta rubrica inclui uma perda por imparidade de 28 milhões de euros reconhecida de modo a ajustar o valor contabilístico deste investimento ao seu valor recuperável obtido através da alienação do mesmo, concluída em Janeiro de 2011 (Nota 47).

(ii) Em 2010, a Portugal Telecom reconheceu uma perda por imparidade no montante de 8,0 milhões de euros sobre o investimento nesta empresa associada, no seguimento da análise de imparidade efectuada a este investimento. O respectivo valor recuperável foi determinado a partir do respectivo valor em uso através da metodologia dos fluxos de caixa descontados, utilizando fluxos de caixa previsionais preparados internamente para um horizonte temporal de 4 anos. O valor recuperável foi calculado para valores mínimo e máximo da taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa previsionais (7,7% e 9,7%) e da taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projecções de fluxos de caixa para além do horizonte temporal coberto pelas previsões preparadas internamente (2,5% e 3,0%).

(iii) Em 2009, esta rubrica inclui a participação da Portugal Telecom nos resultados desta empresa no montante de 10.685.491 euros e uma mais-valia de 266.975.632 (Notas 1, 7 e 19) apurada na sequência da alienação do investimento nesta empresa, a qual está líquida de despesas de transacção e garantias prestadas aos compradores. A alienação deste investimento foi concluída em Dezembro de 2009, tendo a Portugal Telecom recebido um total de 400 milhões de euros (Nota 44.d) no âmbito desta transacção.

Os dados financeiros das principais empresas associadas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 e nos exercícios findos nessas datas são como segue:

2010							EUROS
	Participação directa	Total do activo	Total do passivo	Capital próprio	Receitas operacionais	Resultado líquido	
Unitel	25,00%	1.848.005.721	1.133.734.065	714.271.656	1.132.798.948	583.410.440	
UOL	28,78%	575.136.817	156.143.886	418.992.931	248.604.332	47.522.625	
CTM	28,00%	223.196.354	66.455.397	156.740.957	260.085.092	76.654.075	

2009							EUROS
	Participação directa	Total do activo	Total do passivo	Capital próprio	Receitas operacionais	Resultado líquido	
Unitel	25,00%	1.589.575.075	540.119.979	1.049.455.096	1.119.871.060	610.558.568	
UOL	28,78%	416.137.060	88.948.355	327.188.705	209.446.050	36.845.546	
CTM	28,00%	155.382.354	51.629.797	103.752.557	219.169.241	66.604.257	

32. OUTROS INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

EUROS		
	2010	2009
Propriedades de investimento, líquido de amortizações acumuladas	15.145.809	13.793.420
Outros investimentos financeiros	2.970.750	7.753.328
	18.116.559	21.546.748
Ajustamentos a outros investimentos (Nota 39)	(411.902)	(4.471.507)
Ajustamentos a propriedades de investimento (Nota 39)	(24.043)	(189.316)
	17.680.614	16.885.925

A rubrica “Propriedades de investimento” respeita, essencialmente, a terrenos e edifícios detidos pela PT Comunicações que não se encontram afectos à sua actividade operacional. Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. A PT Comunicações efectua avaliações regulares a estes imóveis. Em 31 de Dezembro de 2010, o valor contabilístico dos imóveis com custo de aquisição superior a 50.000 euros ascendia a, aproximadamente, 12 milhões de euros, sendo que o correspondente valor de mercado ascendia a 16 milhões de euros.

As rendas obtidas pela PT Comunicações provenientes destes imóveis decorrem dos alugueres destes activos, os quais ascenderam a 1.358.560 euros e a 1.509.850 euros em 2010 e 2009, respectivamente. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o custo decorrente da amortização destes activos ascendeu a 565.728 euros e a 569.630 euros, respectivamente, não tendo sido apurada qualquer perda por imparidade. As rendas obtidas deduzidas dos custos de amortização estão incluídas na rubrica “Ganhos em activos financeiros e outros investimentos, líquidos”.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os outros investimentos financeiros, que para efeitos contabilísticos são reconhecidos ao custo de aquisição deduzidos de perdas por imparidade, têm a seguinte composição:

EUROS		
	2010	2009
Tagusparque	1.296.875	1.296.875
Seguradora Internacional	617.224	617.224
Outras empresas	1.056.651	5.839.229
Sub-total	2.970.750	7.753.328
Ajustamentos aos outros investimentos (Nota 39)	(411.902)	(4.471.507)
	2.558.848	3.281.821

33. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos nos activos intangíveis são como segue:

EUROS						
	Saldo 31 Dez 2009 (reexpresso)	Aumentos	Ajustamentos de conversão Cambial	Transferências e outros movimentos	Alterações no perímetro de consolidação	Saldo 31 Dez 2010
Valor de custo						
Propriedade industrial e outros direitos	5.028.444.726	122.265.148	353.788.551	32.218	(4.176.916.941)	1.327.613.702
Goodwill	1.162.224.812	48.881.931	90.991.241	(2.763.037)	(882.719.789)	416.615.158
Outros activos intangíveis	38.569.669	3.120.329	737.406	(3.660.755)	(8.939.581)	29.827.068
Activos intangíveis em curso	29.918.739	42.292.828	2.343.027	(24.530.042)	(23.942.676)	26.081.876
	6.259.157.946	216.560.236	447.860.225	(30.921.616)	(5.092.518.987)	1.800.137.804
Amortizações acumuladas						
Propriedade industrial e outros direitos	2.155.816.362	293.145.320	157.739.620	32.973.190	(1.970.436.544)	669.237.948
Outros activos intangíveis	29.038.386	5.493.520	558.291	(8.856.139)	(7.026.786)	19.207.272
	2.184.854.748	298.638.840	158.297.911	24.117.051	(1.977.463.330)	688.445.220
	4.074.303.198	(82.078.604)	289.562.314	(55.038.667)	(3.115.055.657)	1.111.692.584

EUROS					
	Saldo 1 Jan 2009 (reexpresso)	Aumentos	Ajustamentos de conversão Cambial	Transferências e outros movimentos	Saldo 31 Dez 2010 (reexpresso)
Valor de custo					
Propriedade industrial e outros direitos	3.928.768.010	165.400.468	827.798.882	106.477.366	5.028.444.726
<i>Goodwill</i>	942.192.125	-	195.269.553	24.763.134	1.162.224.812
Outros activos intangíveis	35.019.998	1.270.552	1.723.070	556.049	38.569.669
Activos intangíveis em curso	43.396.397	67.049.124	15.165.858	(95.692.640)	29.918.739
	4.949.376.530	233.720.144	1.039.957.363	36.103.909	6.259.157.946
Amortizações acumuladas					
Propriedade industrial e outros direitos	1.439.547.564	364.395.187	329.948.076	21.925.535	2.155.816.362
Outros activos intangíveis	23.591.236	5.770.344	1.230.612	(1.553.806)	29.038.386
	1.463.138.800	370.165.531	331.178.688	20.371.729	2.184.854.748
	3.486.237.730	(136.445.387)	708.778.675	15.732.180	4.074.303.198

As alterações no perímetro de consolidação em 2010 estão relacionadas essencialmente com a alienação da participação de 50% na Brasilcel, a qual tinha activos intangíveis líquidos no montante de 3.115.051.129 euros na data em que este investimento foi vendido (Nota 20). As outras alterações no perímetro de consolidação estão relacionadas com a venda da participação de 35,6% na PT Prime Tradecom (Anexo I).

Os ajustamentos de conversão cambial em 2010 e 2009 estão relacionados essencialmente com o impacto da valorização do Real face ao Euro.

A repartição dos aumentos nos activos intangíveis entre operações continuadas e descontinuadas é a seguinte:

EUROS		
	2010	2009
Valor de custo		
Operações continuadas		
Investimentos em activos intangíveis (Nota 7)	106.345.704	120.657.923
Compromissos adicionais no âmbito da licença UMTS da TMN (Nota 7.b)	-	11.500.000
Goodwill (Nota 2.b)	48.881.931	-
Operações descontinuadas	61.332.601	101.562.221
	216.560.236	233.720.144
Amortizações acumuladas		
Operações continuadas		
	113.065.768	94.455.816
Operações descontinuadas (Nota 20)	185.573.072	275.709.715
	298.638.840	370.165.531
	(82.078.604)	(136.445.387)

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor líquido contabilístico da rubrica "Propriedade industrial e outros direitos" inclui essencialmente os seguintes itens:

- Um montante de 290 milhões de euros relativo à licença de UMTS obtida pela TMN em 2000, correspondente a um valor bruto de 394 milhões de euros líquido, de amortizações acumuladas de 104 milhões de euros. O valor bruto inclui essencialmente:
 - (i) 133 milhões de euros relativos à licença de UMTS adquirida em 2000;
 - (ii) 242 milhões de euros capitalizados em 2007, no seguimento do compromisso assumido em 2000 pela TMN e pelos outros operadores móveis de efectuar contribuições para a sociedade da informação durante o período de duração da

licença. À data da atribuição da licença não era possível determinar de forma fiável o modo como esses compromissos iriam ser realizados, pelo que a Portugal Telecom não registou qualquer activo e responsabilidade naquela data. Durante o segundo semestre de 2007, a TMN chegou a um acordo com o Estado estabelecendo o montante e o calendário das iniciativas a tomar (o programa "E Escolas" liderado pelo governo com o objectivo de oferecer computadores e conceder descontos em serviços de internet a alunos e professores), pelo que a Portugal Telecom reconheceu em 2007 como custo da licença o montante dessas contribuições, a valor presente;

(iii) 11,5 milhões de euros capitalizados em 2009 relativos a compromissos adicionais nos termos da licença de UMTS (Nota 7.b);

- Um montante de 216 milhões de euros relativo à aquisição da propriedade plena da Rede Básica ao Estado Português, incluindo um valor bruto capitalizado em 2002 no montante de 339 milhões de euros;
- Um montante de 35 milhões de euros relativo ao custo incorrido com contratos de fidelização com clientes de serviços móveis pós pagos, os quais estão a ser amortizados durante o período de duração dos respectivos contratos de aluguer, correspondente a um período de 2 anos;
- Um montante de 44 milhões de euros relativo a licenças de software; e
- Um montante de 24 milhões de euros relativo a um contrato celebrado pela PT Comunicações para a aquisição de capacidade de satélite até 2015, o qual foi registado como locação financeira.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o goodwill relacionado com empresas subsidiárias repartia-se da seguinte forma:

	EUROS	
	2010	2009
Rede fixa	270.955.133	270.955.133
Vivo (i)	-	810.365.807
Outros negócios (Nota 7.c)		
MTC (ii)	77.972.985	64.788.641
GPTI (iii)	51.571.809	-
PT SI	8.956.960	8.956.960
Cabo Verde Telecom	7.124.252	7.124.252
Outras	34.019	34.019
	145.660.025	80.903.872
	416.615.158	1.162.224.812

(i) No seguimento da venda da participação de 50% na Brasilcel concluída em Setembro de 2010, o goodwill relativo ao negócio móvel no Brasil já não foi consolidado em 31 de Dezembro de 2010.

(ii) A variação nesta rubrica está relacionada essencialmente com o impacto da valorização do Dólar da Namíbia face ao Euro durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

(iii) Esta rubrica está relacionada com o goodwill gerado na aquisição da GPTI, no valor de 48.881.931 euros (Nota 2). A apreciação do Real Brasileiro face ao Euro em 2010 resultou num aumento deste goodwill até ao montante registado em 31 de Dezembro de 2010.

Relativamente ao *goodwill* associado ao segmento da rede fixa, o qual resultou da aquisição de diversas empresas que foram incluídas neste segmento operacional, algumas das quais foram subsequentemente fundidas, a Empresa monitora o goodwill ao nível do segmento operacional, tendo por base os seguintes factores:

- A existência de custos partilhados significativos, nomeadamente serviços de gestão, serviços de contabilidade, custos com publicidade, custos comerciais, serviços administrativos e serviços de sistemas de informação;
- As compras são realizadas a nível central para a totalidade do segmento da rede fixa;
- A interdependência dos activos (infra-estrutura da rede fixa e imóveis) e o facto de os vários negócios incluídos no segmento de rede fixa (serviços de Internet, chamadas internacionais e negócio de dados e soluções empresariais) serem suportados pela mesma rede e pelos mesmos edifícios técnicos. Adicionalmente, estes activos teriam de ser vendidos em conjunto numa hipotética alienação do segmento da rede fixa; e
- A recente tendência observada no sector, e especificamente na Portugal Telecom, de convergência entre as tecnologias da rede móvel e fixa, de modo a obter sinergias adicionais.

Para o *goodwill* relativo a outros negócios, a Portugal Telecom também concluiu que a participação da Empresa nos activos líquidos desses investimentos representa o nível mais baixo de activos que geram fluxos de caixa, uma vez que esses investimentos são totalmente independentes entre si.

Para efeitos da análise de imparidade, o *goodwill* foi distribuído pelas unidades geradoras de caixa, as quais correspondem aos segmentos de negócio reportáveis (Nota 7). O valor recuperável foi determinado a partir do respectivo valor em uso através da metodologia dos fluxos de caixa descontados, utilizando fluxos de caixa previsionais preparados internamente para um horizonte temporal de 4 anos. A taxa de desconto aplicada às projecções de fluxos de caixa, a qual foi determinada tendo em consideração o risco associado a cada negócio, e as taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projecções de fluxos de caixa para além do horizonte temporal coberto pelas previsões preparadas internamente foram são segue:

Pressupostos	Rede Fixa	Outros
Taxa de crescimento	0,5% - 1,0%	0,5% a 2,5% - 1,0% a 3,0%
Taxa de desconto	8,2% - 10,2%	8,2% a 13,3% - 9,7% a 15,3%

O valor recuperável de cada unidade geradora de caixa foi determinado para os valores mínimos e máximos incluídos na tabela acima e a gestão da Empresa concluiu que em 31 de Dezembro de 2010 o valor contabilístico dos investimentos financeiros, incluindo *goodwill*, não excedia o respectivo valor recuperável.

34. ACTIVOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos nesta rubrica são como segue:

	Saldo 31 Dez 2009 (reexpresso)	Aumentos	Ajustamentos de conversão Cambial	Transferências e outros movimentos	Alterações no perímetro de consolidação	Saldo 31 Dez 2010
Valor de custo						
Terrenos e recursos naturais	127.806.363	61.325.452	1.825.338	(4.018.787)	(21.893.342)	165.045.024
Edifícios e outras construções	661.037.717	198.638.310	9.136.606	3.374.353	(66.831.441)	805.355.545
Equipamento básico	13.570.504.676	506.051.400	388.281.961	(192.945.229)	(4.150.214.502)	10.121.678.306
Equipamento de transporte	76.106.527	18.550.988	487.067	(10.758.853)	(3.433.780)	80.951.949
Ferramentas e utensílios	28.890.634	1.715.488	999.606	272.302	(6.359.021)	25.519.009
Equipamento administrativo	1.204.106.756	58.560.167	21.571.543	25.800.934	(247.593.971)	1.062.445.429
Outros activos tangíveis	52.210.185	1.425.664	432.544	219.753	(4.056)	54.284.090
Activos tangíveis em curso	267.196.605	284.732.803	8.618.833	(266.077.212)	(73.047.062)	221.423.967
Adiantamentos por conta de activos tangíveis	258.046	286.798	(18.078)	(15.641)	-	511.125
	15.988.117.509	1.131.287.070	431.335.420	(444.148.380)	(4.569.377.175)	12.537.214.444
Amortizações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	9.664.867	-	-	(171.537)	-	9.493.330
Edifícios e outras construções	232.518.473	49.285.353	3.549.050	(10.342.185)	(21.246.514)	253.764.177
Equipamento básico	9.758.891.480	838.494.142	271.546.107	(426.615.587)	(3.090.239.667)	7.352.076.475
Equipamento de transporte	45.159.957	13.048.903	231.781	(8.911.117)	(1.976.840)	47.552.684
Ferramentas e utensílios	23.310.019	1.722.406	494.489	(453.924)	(4.612.563)	20.460.427
Equipamento administrativo	1.031.598.761	86.163.040	14.726.484	(18.115.030)	(179.597.951)	934.775.304
Outros activos tangíveis	43.105.752	1.643.302	82.305	(25.854)	(326.872)	44.478.633
	11.144.249.309	990.357.146	290.630.216	(464.635.234)	(3.298.000.407)	8.662.601.030
	4.843.868.200	140.929.924	140.705.204	20.486.854	(1.271.376.768)	3.874.613.414

EUROS

	Saldo 1 Jan 2009 (reexpresso)	Aumentos	Ajustamentos de conversão Cambial	Transferências e outros movimentos	Saldo 31 Dez 2009 (reexpresso)
Valor de custo					
Terrenos e recursos naturais	125.840.884	5.834.493	3.721.771	(7.590.785)	127.806.363
Edifícios e outras construções	725.181.974	19.889.743	17.148.489	(101.182.489)	661.037.717
Equipamento básico	11.954.096.111	533.612.163	860.281.573	222.514.829	13.570.504.676
Equipamento de transporte	76.118.355	16.540.246	593.257	(17.145.331)	76.106.527
Ferramentas e utensílios	25.377.080	1.347.121	1.853.257	313.176	28.890.634
Equipamento administrativo	1.082.255.636	60.403.058	47.868.464	13.579.598	1.204.106.756
Outros activos tangíveis	52.929.865	2.403.902	(91.144)	(3.032.438)	52.210.185
Activos tangíveis em curso	308.335.009	406.745.683	60.251.812	(508.135.899)	267.196.605
Adiantamentos por conta de activos tangíveis	321.739	(3.545)	(60.148)	-	258.046
	14.350.456.653	1.046.772.864	991.567.331	(400.679.339)	15.988.117.509
Amortizações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	10.775.062	-	-	(1.110.195)	9.664.867
Edifícios e outras construções	251.422.215	46.736.029	5.972.858	(71.612.629)	232.518.473
Equipamento básico	8.426.572.350	914.089.945	611.711.852	(193.482.667)	9.758.891.480
Equipamento de transporte	46.615.120	12.283.538	275.163	(14.013.864)	45.159.957
Ferramentas e utensílios	20.353.787	2.082.681	994.474	(120.923)	23.310.019
Equipamento administrativo	925.389.799	89.333.317	32.010.484	(15.134.839)	1.031.598.761
Outros activos tangíveis	47.841.452	1.497.269	28.049	(6.261.018)	43.105.752
	9.728.969.785	1.066.022.779	650.992.880	(301.736.135)	11.144.249.309
	4.621.486.868	(19.249.915)	340.574.451	(98.943.204)	4.843.868.200

34.1. Alterações no perímetro de consolidação

Em 2010 as alterações no perímetro de consolidação estão relacionadas essencialmente com a alienação da participação de 50% na Brasilcel, a qual tinha activos tangíveis líquidos no montante de 1.271.300.163 euros na data em que investimento foi vendido (Nota 20). As outras alterações no perímetro de consolidação estão relacionadas com a alienação da participação de 35,6% na PT Prime Tradecom (Anexo I).

34.2. Aumentos

A repartição dos aumentos nos activos tangíveis entre operações continuadas e descontinuadas é a seguinte:

EUROS

	2010	2009
Valor de custo		
Operações continuadas		
Investimentos em activos intangíveis (Nota 7)	692.101.630	727.451.752
Aquisição de imóveis aos fundos de pensões (Notas 7.c e 14.1)	235.910.806	-
Operações descontinuadas	203.274.634	319.321.112
	1.131.287.070	1.046.772.864
Amortizações acumuladas		
Operações continuadas	645.502.045	622.395.973
Operações descontinuadas (Nota 20)	344.855.101	443.626.806
	990.357.146	1.066.022.779
	140.929.924	(19.249.915)

Como mencionado na Nota 14, no contexto da transferência das responsabilidades não financiadas com pensões para o Estado Português a Portugal Telecom, antes dessa transferência, adquiriu aos fundos de pensões todos os imóveis que estavam arrendados a empresas do Grupo e reconheceu-os na rubrica "Activos tangíveis".

34.3. Ajustamentos de conversão cambial

Os ajustamentos de conversão cambial em 2010 e 2009 estão relacionados essencialmente com o impacto da valorização do Real face ao Euro.

34.4. Reavaliações

Em 2008, a Portugal Telecom alterou a política contabilística relativa à valorização dos imóveis e da rede de condutas, passando do modelo do custo para o modelo de reavaliação. As reavaliações dos imóveis e da rede de condutas foram reconhecidas a 30 de Junho e 30 de Setembro de 2008 e resultaram na reavaliação desses activos pelos montantes de 208.268.320 euros e 866.764.702 euros, respectivamente, correspondente a um montante total de 1.075.033.022 euros reconhecido na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. As amortizações acumuladas à data de ambas as reavaliações foram eliminadas por contrapartida de uma redução do valor bruto contabilístico e, de seguida, os valores líquidos desses activos foram então reavaliados.

A determinação do valor de mercado dos imóveis foi efectuada por uma entidade independente e baseou-se essencialmente: (i) em preços disponíveis num mercado activo ou determinados a partir de transacções recentes ocorridas no mercado; (ii) no método da rentabilidade para imóveis comerciais e administrativos; e (iii) no custo de adquirir ou produzir um imóvel semelhante com a mesma utilização para os edifícios técnicos. Na aplicação da primeira metodologia, os principais pressupostos utilizados foram a taxa de desconto (média de 8%) e a renda mensal por metro quadrado (média de 6 euros).

A determinação do valor de mercado da rede de condutas foi efectuada internamente com base no método do custo de reposição. O processo de valorização baseou-se essencialmente: (i) em preços correntes de materiais e trabalho de construção relativo à instalação das condutas no subsolo; (ii) na natureza do tipo de solo e pavimento onde as condutas estão instaladas, situação que tem impacto no custo de construção; (iii) em custos internos directamente atribuíveis à construção da rede de condutas; (iv) num factor de depreciação, de forma a garantir que o custo de reposição é consistente com a vida útil remanescente dos activos reavaliados; e (v) num factor tecnológico, o qual reflecte as alterações tecnológicas ocorridas, nomeadamente relacionadas com os tipos de condutas que já deixaram de existir e foram substituídas por outras. Genericamente, os preços de materiais e do trabalho de construção, juntamente com outros pressupostos de natureza qualitativa mencionados acima, resultaram numa valorização da rede de condutas que reflecte um custo médio por metro de conduta entre 58 euros e 119 euros, em função da zona geográfica onde a rede de condutas está instalada.

Com base em preços correntes e observáveis no ano de 2010 para os imóveis e para os materiais e trabalho de construção relacionados com a instalação das condutas, a Portugal Telecom concluiu que os activos reavaliados em 2008 não sofreram variações significativas desde então. Consequentemente, os valores contabilísticos desses activos em 31 de Dezembro de 2010 correspondem aos respectivos valores de mercado nessa data, líquidos de amortizações acumuladas registadas desde a data em que os mesmos foram reavaliados.

A amortização do acréscimo de valor resultante da reserva de reavaliação dos imóveis e da rede de condutas ascendeu a aproximadamente 13 milhões de euros e 45 milhões de euros no exercício de 2009, respectivamente, e a aproximadamente 12 milhões de euros e 45 milhões de euros no exercício de 2010, respectivamente. Consequentemente, se estes activos estivessem reconhecidos de acordo com o modelo do custo, o valor contabilístico dos imóveis e da rede de condutas seria mais baixo em, aproximadamente, 145 milhões de euros e 765 milhões de euros, respectivamente.

34.5. Outras situações relativas a activos tangíveis

Em 2009, os movimentos relativos a transferências e outros incluem essencialmente: (i) a contribuição em espécie de diversos imóveis para os fundos de pensões, os quais tinham um valor de mercado de 33,0 milhões de euros (Nota 14.1) na data da contribuição; (ii) abates de determinados activos fixos no montante de 13 milhões de euros; e (iii) a alienação de diversos activos fixos tangíveis.

Relativamente aos activos tangíveis, são de referir as seguintes situações:

- O equipamento básico inclui essencialmente instalações e equipamento de rede, incluindo a rede de condutas, equipamento de comutação, equipamento terminal e cabos submarinos.
- Os bens que se encontram incluídos no imobilizado tangível da PT Comunicações e que nos termos do Acordo Modificativo do Contrato de Concessão se encontram afectos à Concessão ascendem a 1.253 milhões de euros;
- A PT Comunicações tem activos tangíveis localizados no estrangeiro no valor de 21 milhões de euros, dos quais assumem particular relevo as participações em consórcios de cabos submarinos;
- A PT Comunicações tem activos tangíveis instalados em propriedade alheia ou em propriedade pública no montante de 9 milhões de euros, e tem ainda activos que não se encontram registados no seu nome no montante de 10 milhões de euros; e
- Em exercícios anteriores, a PT Comunicações, a PT Prime e a TMN celebraram contratos de QTE (Notas 30 e 40), os quais compreenderam a alienação de determinados equipamentos de telecomunicações a investidores estrangeiros. Em simultâneo, estes investidores celebraram contratos de locação dos equipamentos com entidades constituídas especificamente para o efeito, as quais celebraram com a PT Comunicações, a PT Prime e a TMN contratos de venda condicional dos mesmos equipamentos, por um valor idêntico ao da referida alienação. As empresas do Grupo PT mantêm legalmente a posse desses equipamentos, sem prejuízo das alienações e substituições de equipamentos que possam vir a efectuar. Estas operações de *cross border lease* configuram globalmente operações de *sale and lease-back*, pelo que não foi reconhecida a venda destes equipamentos, mantendo-se os mesmos registados na Demonstração Consolidada da Posição Financeira.

35. DÍVIDA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe dos financiamentos obtidos são como segue:

EUROS				
	31 Dez 2010		31 Dez 2009	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos por obrigações convertíveis	-	714.242.672	-	705.558.383
Empréstimos por obrigações não convertíveis	-	4.375.693.026	41.811.014	4.734.508.969
Empréstimos bancários				
Empréstimos externos	174.497.832	662.384.203	244.145.559	1.027.450.534
Empréstimos internos	3.430.491	-	167.295	-
Passivo relativo a <i>equity swaps</i> sobre acções próprias (Nota 41.2)	178.071.827	-	178.071.827	-
Papel comercial	88.000.000	-	-	-
Locação financeira	27.456.857	47.744.387	30.289.010	83.998.242
Outros financiamentos	480.464.272	454.316.000	47.195	-
	951.921.279	6.254.380.288	494.531.900	6.551.516.128

35.1. Empréstimos por obrigações convertíveis

Em 28 de Agosto de 2007, a PT Finance emitiu obrigações no montante total de 750.000.000 euros, convertíveis em acções ordinárias da Portugal Telecom, com os seguintes termos:

- Preço de conversão: 13,9859 euros por acção ordinária da Portugal Telecom, ajustado para 11,60 euros em 30 de Outubro de 2007, no seguimento do *spin-off* da PT Multimédia, e para 11,06 euros em 28 de Dezembro de 2010, no seguimento do dividendo extraordinário pago em Dezembro de 2010, de acordo com os termos e condições destas obrigações;
- Valor nominal de cada obrigação: 50.000 euros;
- Maturidade: 28 de Agosto de 2014, excepto se previamente adquiridas, canceladas ou convertidas; e
- Taxa de juro fixa: 4,125% por ano, paga semestralmente.

As obrigações convertíveis representam um instrumento financeiro composto, pelo que o valor de mercado da componente de capital foi reconhecido directamente em capital próprio na rubrica “Outras reservas e resultados acumulados” na data de emissão das obrigações e ascendia a 57.145.442 euros, enquanto a componente do passivo financeiro foi registada ao custo amortizado.

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor de mercado das obrigações convertíveis, determinado com base em informação de mercado, ascendia a 751 milhões de euros.

35.2. Empréstimos por obrigações não convertíveis

A tabela abaixo inclui informação detalhada sobre os empréstimos por obrigações não convertíveis em dívida em 31 de Dezembro de 2010, os quais foram emitidos pela PT Finance no âmbito do *Euro Medium Term Notes Program* (“EMTN”):

Dívida	Nacional	Data emissão	Maturidade	Taxa de juro
<i>Eurobond</i>	750.000.000	2-Nov-09	2019	5,00%
<i>Fixed rate notes</i>	250.000.000	30-Jul-09	2017	5,20%
<i>Eurobond</i>	1.000.000.000	30-Abr-09	2013	6,00%
Obrigações não convertíveis	50.000.000	30-Jan-09	2019	6,95%
<i>Floating rate notes</i>	50.000.000	7-Ago-08	2013	Euribor a 3 meses mais 1,50%
<i>Eurobond</i> (i)	1.300.000.000	24-Mar-05	2012	3,75%
<i>Eurobond</i>	500.000.000	24-Mar-05	2017	4,375%
<i>Eurobond</i>	500.000.000	16-Jun-05	2025	4,50%
Despesas de transacção (ii)	(24.306.974)			
	4.375.693.026			

(i) Inclui um montante de 300.000.000 euros relativo a obrigações emitidas em 5 de Fevereiro de 2009.

(ii) Despesas incorridas na data de emissão destas obrigações, as quais estão relacionadas com: (i) a diferença entre o cupão da *eurobond* com maturidade em 2012 e a *yield* das obrigações não convertíveis no montante de 300.000.000 euros emitidas em 2009; (ii) arredondamentos na definição da taxa do cupão; e (iii) comissões. Estas despesas são reconhecidas em resultados ao longo do período dos empréstimos.

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor máximo utilizável no âmbito do Programa EMTN da PT Finance ascendia a 7.500.000.000 euros, dos quais 4.400.000.000 estavam utilizados em 31 de Dezembro de 2010, conforme discriminado acima.

Com excepção das obrigações de taxa fixa no montante de 50 milhões de euros, cujo valor de mercado foi determinado com base numa metodologia de fluxos de caixa descontados, o valor de mercado das restantes obrigações foi determinado com base em informação de mercado. O valor de mercado do total de obrigações emitidas ascendia a 4.285 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010.

Em 8 de Fevereiro de 2011, a Portugal Telecom emitiu uma *Eurobond* no montante de 600 milhões de Euros, com uma maturidade de 5 anos, através da sua subsidiária detida a 100%, PT International Finance BV. A taxa de cupão desta emissão foi 5,625%, com uma margem de 295pb sobre a taxa de *mid swap* (Nota 47).

35.3. Empréstimos bancários

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os empréstimos bancários encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

EUROS				
	31 Dez 2010		31 Dez 2009	
	Moeda original	Euros	Moeda original	Euros
Euros	833.291.288	833.291.288	678.521.147	678.521.147
Reais brasileiros	15.146.150	6.829.666	1.489.389.323	593.075.030
Outras		191.572		167.211
		840.312.526		1.271.763.388

Em 31 de Dezembro de 2010, a Portugal Telecom tinha as seguintes *revolving credit facilities*:

Dívida	Montante	Maturidade
Janeiro de 2009 (i)	50.000.000	Janeiro de 2013
Outubro de 2008	365.000.000	Outubro de 2011 (300 milhões de euros) e Outubro de 2013 (65 milhões de euros)
Julho de 2008	50.000.000	Julho de 2011
Abril de 2011 (ii)	150.000.000	Abril de 2011
Outubro de 2004 (iii)	100.000.000	Outubro de 2011
Junho de 2004 (iv)	300.000.000	Junho de 2012
	1.015.000.000	

(i) Esta *revolving credit facility* foi assegurada com uma maturidade inicial de dois anos, prolongada para quatro anos em 2010.

(ii) Esta *revolving credit facility* substituiu uma outra *facility* emitida em Outubro de 2004 com o mesmo montante e condições mas com uma maturidade estendida.

(iii) Esta *revolving credit facility* foi assegurada com uma maturidade inicial de três anos, prolongada para sete anos em 2008.

(iv) Esta *revolving credit facility* foi assegurada em Junho de 2004 por um montante inicial de 150 milhões de euros e uma maturidade de quatro anos, alterada em 2007 para 300 milhões e uma maturidade de oito anos.

Em 31 de Dezembro de 2010, os empréstimos bancários em dívida incluem essencialmente:

- Um montante de 200 milhões de euros utilizado no âmbito das *facilities* acima referidas;
- Financiamentos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento ("BEI") no montante de 565 milhões de euros com vencimento até 2021, incluindo dois empréstimos obtidos em 2010 de 100 milhões cada um, com o propósito de investir na rede da próxima geração da Portugal Telecom, com vencimentos entre 2014 e 2021;
- Um empréstimo obtido junto do KfW no montante de 50 milhões e maturidade entre 2013 e 2015.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os empréstimos bancários contraídos pela Portugal Telecom ou pelas suas empresas participadas venciam juros a taxas anuais que, equiparadas a financiamentos em euros, variavam entre:

	31 Dez 2010	31 Dez 2009
Taxa máxima	5,00%	5,00%
Taxa mínima	1,34%	1,02%

Em 31 de Dezembro de 2010, o justo valor da totalidade dos empréstimos bancários, calculado com base no método dos fluxos de caixa descontados, ascendia a 801 milhões de euros.

35.4. Papel comercial

A Portugal Telecom contratou programas de papel comercial de curto prazo que, em 31 de Dezembro de 2010, ascendiam a um montante total de 550 milhões de euros, dos quais 450 milhões de euros são com tomada firme. Em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa tinha emitido um montante de 88.000.000 euros sob a parcela sem tomada firme, com maturidade em Janeiro de 2011.

35.5. Locações

As obrigações com contratos de locação financeira em 31 de Dezembro de 2010 estão relacionadas essencialmente com a locação de veículos e edifícios e com contratos para a aquisição de capacidade de satélite. A capacidade de satélite adquirida através de contratos de locação financeira é usada actualmente pela PT Comunicações para o seu serviço de televisão. Os equipamentos de transporte no âmbito de contratos de locação financeira, os quais incluem geralmente opções de compra na maturidade dos mesmos, foram adquiridos por diversas empresas do Grupo e estão a ser utilizados correntemente nos negócios do Grupo. Em 31 de Dezembro de 2010, o valor contabilístico dos activos adquiridos através de contratos de locação financeira apresenta a seguinte composição:

			EUROS
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor contabilístico
Propriedade industrial e outros direitos	67.916.398	27.498.833	40.417.565
Equipamento de transporte	50.537.812	20.808.254	29.729.557
Outros	611.675	268.430	343.245
	119.065.885	48.575.517	70.490.368

Em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe dos pagamentos mínimos futuros de locação financeira é o seguinte:

			EUROS
	Valor presente	Custos financeiros	Total
2011	27.456.857	3.914.546	31.371.403
2012	16.870.842	2.751.505	19.622.347
2013	14.702.962	1.685.230	16.388.192
2014	14.342.574	781.889	15.124.463
2015	1.828.009	38.800	1.866.809
	75.201.244	9.171.970	84.373.214

35.6. Outros empréstimos externos

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica inclui, no âmbito da transferência de determinadas responsabilidades não financiadas com pensões, um montante de 922 milhões de euros devido ao Estado Português (Nota 14), dos quais 17,4 milhões de euros foram pagos em Janeiro de 2011, 450,0 milhões de euros deverão ser pagos até 20 de Dezembro de 2011 e vencem juros à taxa de juro anual de 2,74%, e 454,3 milhões de euros deverão ser pagos até 20 de Dezembro de 2012 e vencem juros à taxa de juro anual de 3,25%. O valor de mercado deste financiamento em 31 de Dezembro de 2010 é similar ao seu valor contabilístico.

35.7. Dívida de médio e longo prazo

Em 31 de Dezembro de 2010, a parcela dos empréstimos classificados como não correntes tem o seguinte plano de reembolso previsto:

		EUROS
2012		2.004.894.042
2013		1.160.852.209
2014		809.656.657
2015		37.185.152
2016 e anos seguintes		2.241.792.228
		6.254.380.288

35.8. Condicionalismos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010, os principais condicionalismos financeiros ("covenants") incluídos em contratos de dívida eram como segue:

Alteração de controlo

As obrigações convertíveis e as *credit facilities*, no montante total de 1.015 milhões de euros, os empréstimos obtidos junto do BEI, totalizando 565 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010 e um empréstimo obtido em 2010 no montante de 50 milhões de euros conferem aos credores o direito de exigirem o pagamento de todos os montantes em dívida no caso de alteração de controlo da Portugal Telecom. De acordo com os termos e condições destes financiamentos, uma alteração de controlo ocorreria no caso de uma qualquer pessoa ou grupo de pessoas actuando concertadamente adquirir ou controlar mais de 50% dos direitos de voto, quer seja através de capital, de direitos de voto ou dos termos previstos no acordo de accionistas. Em determinados casos, obter o direito de nomear ou remover todos ou a maioria dos administradores ou directores da Empresa, ou de dar directivas relativamente às políticas operacionais e financeiras da Empresa, as quais tenham de ser respeitadas pelos administradores ou directores, também são aspectos a considerar como uma alteração de controlo.

As *eurobonds* de 1.000 milhões de euros e de 750 milhões de euros, ambas emitidas em 2009, conferem aos investidores o direito de exigirem o pagamento de todos os montantes em dívida no caso de alteração de controlo da Portugal Telecom, se simultaneamente o *credit rating* da Empresa for alterado para *sub-investment grade*, conforme definido nos termos e condições daquelas *eurobonds*. Condição também aplicável às obrigações emitidas em Fevereiro de 2011.

Notações de rating

Determinados empréstimos obtidos junto do BEI, totalizando 183 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, estabelecem que, caso o *rating* atribuído à Portugal Telecom pelas agências de *rating* seja reduzido do *rating* atribuído na altura em que a cláusula foi incluída (BBB- pela S&P, Baa2 pela Moody's e BBB pela Fitch) a Portugal Telecom pode ser chamada a apresentar uma garantia aceitável pelo BEI. As notações de *rating* actuais são BBB pela S&P, Baa2 pela Moody's e BBB pela Fitch. Adicionalmente, as condições aplicáveis ao programa de papel comercial também podem ser modificadas no caso do *rating* atribuído à Portugal Telecom ser alterado.

Manutenção de controlo/alienação das empresas participadas

Determinadas *credit facilities* e programas de papel comercial no montante total de 615 milhões de euros estabelecem que a Portugal Telecom terá de manter, directa ou indirectamente, a maioria do capital e o controlo de cada uma das suas "*Material Subsidiaries*". "*Material Subsidiaries*" são aquelas empresas cujo activo bruto seja igual ou superior a 10% do activo consolidado ou cujos proveitos sejam iguais ou superiores a 10% dos proveitos consolidados.

Alienação de activos

As *credit facilities* no montante total de 150 milhões de euros e os empréstimos obtidos junto do BEI no montante de 565 milhões de euros em 31 de Dezembro 2010, incluem cláusulas que limitam ou condicionam a alienação de activos da Portugal Telecom.

Rácios financeiros

Determinadas *facilities*, empréstimos e programas de papel comercial no montante total de 815 milhões de euros prevêm a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3,5 vezes o EBITDA consolidado. Outras *credit facilities* de 200 milhões de euros prevêm a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 4,0 vezes o EBITDA consolidado. Adicionalmente, as condições aplicáveis a determinadas *facilities* e ao programa de papel comercial no montante total de 1.115 milhões de euros podem ser alteradas em função do rácio Dívida líquida consolidada/EBITDA. Finalmente, alguns empréstimos do BEI, no montante total de 49 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, requerem que a Portugal Telecom apresente uma garantia aceitável pelo BEI se o rácio Dívida líquida/EBITDA exceder 3,5 vezes.

Negative pledge

O Programa *Euro Medium Term Notes*, o empréstimo por obrigações convertíveis, as *revolving credit facilities*, o empréstimo obtido em 2010 no valor de 50 milhões de euros e um dos programas de papel comercial estão abrangidos por cláusulas de Negative pledge, as quais impõem restrições à constituição de garantias reais sobre os activos das empresas englobadas na consolidação do Grupo.

No que diz respeito à alienação da participação de 50% na Brasilcel, a Portugal Telecom obteve uma comunicação formal de uma instituição financeira informando que não se opunha à venda deste investimento.

As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento de qualquer um destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado dos financiamentos obtidos ou no cancelamento das linhas de crédito disponíveis. Em 31 de Dezembro de 2010, a Portugal Telecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

36. CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	EUROS	
	2010	2009
Fornecedores conta corrente	429.333.218	738.472.863
Fornecedores de imobilizado	184.116.757	522.361.418
Pessoal	10.601.965	20.298.442
Outros	87.437.355	53.994.654
	711.489.295	1.335.127.377

A redução nesta rubrica é essencialmente explicada pela contribuição da Vivo em 31 de Dezembro de 2009 no montante de 497 milhões de euros, dado que a Portugal Telecom já não consolidou proporcionalmente os seus activos e passivos da Vivo em 31 de Dezembro de 2010, e pela redução das contas a pagar de clientes nas operações em Portugal.

37. ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	EUROS	
	2010	2009
Fornecimentos e serviços externos	154.668.971	258.140.723
Juros a liquidar (i)	180.678.848	186.865.070
Encargos com férias, subsídio de férias e outros encargos com pessoal	113.198.643	110.481.588
Descontos a conceder a clientes	42.596.436	32.492.296
Outros	67.832.029	48.911.709
	558.974.927	636.891.386

(i) Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica inclui: 1,5 milhões de euros (Nota 42) relacionados com o valor de mercado dos derivados de taxa de câmbio de taxa de juro contratados pela Vivo e 3,2 milhões de euros (Nota 42) relacionados com a componente de juro de derivados de taxa de câmbio e de taxa de juro contratados pela Vivo.

38. PROVEITOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

EUROS		
	2010	2009
Facturação antecipada		
Tráfego não consumido	53.009.857	160.681.525
Outra facturação antecipada	53.176.589	84.660.401
Indemnizações por incumprimento contratual dos clientes	84.163.223	62.408.821
Programas de fidelização de clientes (Notas 3.p e 4) (i)	16.649.282	43.677.105
Outros	80.809.142	66.350.081
	287.808.093	417.777.933

(i) Esta rubrica corresponde às receitas diferidas no âmbito dos programas de fidelização de clientes operados pelo Grupo, as quais são reconhecidas em resultados como receita no momento em que os pontos são consumidos. A redução é essencialmente explicada pela alienação da Vivo.

A redução desta rubrica é explicada essencialmente pela contribuição da Vivo em 31 de Dezembro de 2009 no valor de 117 milhões de euros, dado que a Portugal Telecom já não consolidou proporcionalmente os seus activos e passivos em 31 de Dezembro de 2010.

39. PROVISÕES E AJUSTAMENTOS

Os movimentos nas rubricas de provisões e ajustamentos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são como segue:

EUROS							
	Saldo 31 Dez 2009	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Reduções	Ajustamentos de conversão cambial	Utilizações e outros movimentos	Saldo 31 Dez 2010
Ajustamentos							
Contas a receber (Notas 25 e 26)	397.678.206	(48.941.260)	81.241.919	(5.518.775)	5.891.129	(88.575.142)	341.776.077
Existências (Nota 27)	39.791.436	(5.080.260)	19.845.670	(8.367.285)	628.458	(73.140)	46.744.879
Investimentos (Notas 31 e 32)	33.093.661	(4.510.164)	8.181.581	(3.072.806)	483.285	49.029	34.224.586
	470.563.303	(58.531.684)	109.269.170	(16.958.866)	7.002.872	(88.599.253)	422.745.542
Provisões para riscos e encargos							
Processos judiciais em curso (Nota 46)	69.769.307	(54.450.230)	37.881.407	(2.809.850)	4.662.179	(27.789.354)	27.263.459
Impostos	37.969.785	(8.166.695)	31.123.696	(13.051.898)	2.294.489	4.591.776	54.761.153
Outras	72.706.563	(40.430.146)	16.011.201	(1.684.021)	3.173.241	(3.171.117)	46.605.721
	180.445.655	(103.047.071)	85.016.304	(17.545.769)	10.129.909	(26.368.695)	128.630.333
	651.008.958	(161.578.755)	194.285.474	(34.504.635)	17.132.781	(114.967.948)	551.375.875

EUROS						
	Saldo 31 Dez 2008	Aumentos	Reduções	Ajustamentos de conversão cambial	Outros	Saldo 31 Dez 2009
Ajustamentos						
Contas a receber (Notas 24 e 25)	368.186.993	99.956.219	(25.188.352)	22.483.839	(67.760.493)	397.678.206
Existências (Nota 27)	23.630.621	18.474.232	(4.124.484)	1.791.679	19.388	39.791.436
Investimentos (Notas 31 e 32)	38.060.349	2.821.365	(920.805)	933.628	(7.800.876)	33.093.661
	429.877.963	121.251.816	(30.233.641)	25.209.146	(75.541.981)	470.563.303
Provisões para riscos e encargos						
Processos judiciais em curso (Nota 46)	53.802.708	33.600.030	(2.196.321)	13.904.028	(29.341.138)	69.769.307
Impostos	37.499.364	5.288.777	(5.070.763)	2.871.235	(2.618.828)	37.969.785
Outras	77.718.434	6.713.813	(8.354.612)	3.090.929	(6.462.001)	72.706.563
	169.020.506	45.602.620	(15.621.696)	19.866.192	(38.421.967)	180.445.655
	598.898.469	166.854.436	(45.855.337)	45.075.338	(113.963.948)	651.008.958

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de “Provisões para riscos e encargos” foi classificada na Demonstração Consolidada da Posição Financeira de acordo com a data expectável de liquidação da correspondente obrigação, conforme segue:

EUROS		
	2010	2009
Provisões correntes		
Processos judiciais em curso (Nota 46.2)	26.777.138	45.774.534
Impostos (Nota 46.3)	49.325.590	27.679.316
Outras	11.580.403	4.362.015
	87.683.131	77.815.865
Provisões não correntes		
Processos judiciais em curso (Nota 46.2)	486.321	23.994.773
Impostos (Nota 46.3)	5.435.563	10.290.469
Outras	35.025.318	68.344.548
	40.947.202	102.629.790
	128.630.333	180.445.655

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outras provisões para riscos e encargos” tem a seguinte composição:

EUROS		
	2010	2009
Remoção e desmantelamento de activos fixos (Nota 3.g)	31.295.560	61.242.869
Investimentos financeiros negativos (Nota 30) (i)	1.518.114	4.672.403
Outros	13.792.047	6.791.291
	46.605.721	72.706.563

(i) Esta provisão corresponde às perdas acumuladas resultantes da aplicação da equivalência patrimonial que excederam o valor das componentes do investimento financeiro, incluindo empréstimos (Nota 2.a).

Nos exercícios de 2010 e 2009, os reforços das provisões e ajustamentos são registados nas seguintes rubricas da Demonstração Consolidada dos Resultados:

EUROS		
	2010	2009
Operações continuadas		
Provisões e ajustamentos	45.825.541	57.560.652
Imposto sobre o rendimento (Notas 19 e 28)	19.036.271	3.200.341
Custo das mercadorias vendidas (Nota 10)	2.667.642	3.748.870
Perdas em empresas participadas	8.181.581	1.208.928
Outros (i)	54.156.148	22.833.101
Operações descontinuadas	64.418.291	78.302.544
	194.285.474	166.854.436

(i) Em 2010, esta rubrica inclui principalmente provisões e ajustamentos não recorrentes no montante de, aproximadamente, 50 milhões (Nota 15) reconhecidos para ajustar determinadas contas a receber e existências aos seus valores recuperáveis, e para reflectir perdas estimadas com determinadas acções legais.

Nos exercícios de 2010 e 2009, as reduções das provisões e ajustamentos são registados nas seguintes rubricas da Demonstração Consolidada dos Resultados:

EUROS		
	2010	2009
Operações continuadas		
Provisões e ajustamentos	10.335.275	27.931.009
Custo das mercadorias vendidas (Nota 10)	3.592.773	-
Imposto sobre o rendimento (Notas 19 e 28)	5.240.619	4.634.804
Outros	4.099.272	5.083.784
Operações descontinuadas	11.236.696	8.205.740
	34.504.635	45.855.337

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Provisões e ajustamentos" da Demonstração Consolidada dos Resultados tem a seguinte composição:

EUROS		
	2010	2009
Aumentos nas provisões e ajustamentos para contas a receber e outros	45.825.541	57.560.652
Reduções nas provisões e ajustamentos para contas a receber e outros	(10.335.275)	(27.931.009)
Dívidas incobráveis	2.552.853	3.503.821
Recuperação de dívidas incobráveis	(3.091.175)	(2.627.971)
	34.951.944	30.505.493

As alterações no perímetro de consolidação em 2010 correspondem essencialmente à alienação da participação de 50% na Brasilcel.

Os ajustamentos de conversão cambial em 2010 e 2009 estão relacionados essencialmente com o impacto da valorização do Real face ao Euro.

Na rubrica de "Ajustamentos a contas a receber", a redução na coluna de "Utilizações e movimentos" decorre essencialmente da anulação de saldos de contas a receber de clientes, totalmente ajustados, que em 2010 inclui 52 milhões de euros relacionados com operações descontinuadas.

As reduções na coluna de "Utilizações e movimentos" na rubrica "Provisões para processos judiciais em curso" resultam essencialmente da resolução desfavorável de diversos processos, incluindo 19 milhões de euros relativos a operações descontinuadas em 2010 e 6,9 milhões de euros referentes ao processo apresentado pela Oni SGPS, SA contra a TMN (Nota 46.1).

40. OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

EUROS		
	2010	2009 (reexpresso)
Outros passivos correntes		
Contas a pagar relativas às operações de QTE (Notas 3.1.viii) e 30)	24.558.468	20.201.231
Dividendos a pagar (i)	3.193.702	72.421.302
Outros (ii)	639.422	49.748.311
	28.391.592	142.370.844
Outros passivos não correntes		
Contas a pagar relativas às operações de QTE (Notas 3.1.viii) e 30)	273.592.641	276.544.156
Valor de mercado de instrumentos financeiros (Nota 42)	3.396.359	4.204.918
Outros	20.596.145	19.073.343
	297.585.145	299.822.417

(i) Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica respeita essencialmente a dividendos atribuídos por empresas participadas da Brasilcel que ainda se encontravam por liquidar, que já não foram consolidados proporcionalmente em 31 de Dezembro de 2010.

(ii) Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica inclui essencialmente uma conta a pagar a accionistas das empresas participadas da Brasilcel, em resultado de uma operação de agrupamento de acções efectuada por essas empresas em anos anteriores. Após a venda da participação de 50% da Brasilcel, este passivo já não foi consolidado em 31 de Dezembro de 2010.

41. CAPITAL PRÓPRIO

41.1. Capital social

O capital social da Portugal Telecom, totalmente subscrito e realizado, ascende em 31 de Dezembro de 2010 a 26.895.375 euros, representado por 896.512.500 acções, com um valor nominal de três cêntimos de euro cada e com a seguinte distribuição:

- 896.512.000 acções ordinárias; e
- 500 acções de Categoria A.

As matérias indicadas em seguida não podem ser aprovadas em Assembleia Geral contra a maioria dos votos correspondentes às acções de Categoria A:

- Autorização de aquisição de acções ordinárias representativas de mais de 10% do capital social por accionistas que exerçam, directa ou indirectamente, actividade concorrente com a actividade desenvolvida pelas sociedades em relação de domínio com a Portugal Telecom;
- Alterações aos estatutos e aumentos de capital, bem como a limitação ou supressão do direito de preferência e a fixação de parâmetros para os aumentos de capital a deliberar pelo Conselho de Administração;
- Emissão de obrigações ou outros valores mobiliários, fixação do valor das emissões daqueles valores mobiliários a deliberar pelo Conselho de Administração e limitação ou supressão de direito de preferência na emissão de obrigações convertíveis em acções, bem como fixação de parâmetros para as emissões de obrigações daquela natureza a deliberar pelo Conselho de Administração;
- Tomada de deliberações sobre a aplicação dos resultados do exercício e resultados acumulados, em caso de distribuição de um dividendo aos accionistas numa percentagem superior a 40% dos lucros distribuíveis;
- Eleição da mesa da Assembleia Geral, assim como do Presidente da Comissão de Auditoria e do Revisor Oficial de Contas;
- Aprovação dos objectivos gerais e princípios fundamentais das políticas da Sociedade;
- Definição dos princípios gerais da política de participações em sociedades, bem como, nos casos em que aqueles princípios exijam a prévia autorização da Assembleia Geral, tomada de deliberações sobre as respectivas aquisições e alienações;
- Autorização para deslocação da sede da Sociedade.

Adicionalmente, para a eleição de um terço do número total dos Administradores, incluindo o Presidente do Conselho Executivo, é necessária a concorrência dos votos emitidos pelo Estado, enquanto titular das acções da Categoria A.

Os Estatutos da Sociedade determinam ainda que, de entre os membros da Comissão Executiva designada pelo Conselho de Administração, pelo menos um ou dois dos administradores designados, consoante a Comissão Executiva seja composta por cinco ou sete membros, tenham sido eleitos de acordo com aquela regra de eleição que confere direitos especiais ao Estado enquanto titular da acções da Categoria A.

41.2. Acções próprias

Esta rubrica inclui *equity swaps* contratados pela Portugal Telecom até essa data e que foram reconhecidos como uma aquisição efectiva de acções, originando o registo de um passivo pelo correspondente valor de aquisição (Nota 35). Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica ascendia a 178.071.827 euros, correspondente a contratos de *equity swaps* sobre 20.640.000 acções, a um preço de 8,63 euros por acção.

41.3. Reserva legal

A legislação comercial e os estatutos da Portugal Telecom estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital. Em 31 de Dezembro de 2010, a reserva legal já se encontrava totalmente constituída, correspondendo a mais de 20% do capital social.

41.4. Reserva de acções próprias

A reserva de acções próprias está relacionada com o reconhecimento de uma reserva indisponível de valor equivalente ao valor nominal das acções canceladas ou ao custo de aquisição das acções próprias detidas pela Portugal Telecom. A reserva de acções próprias tem um regime legal equivalente ao da reserva legal. Em 31 de Dezembro de 2010, esta reserva refere-se às acções canceladas em 20 de Dezembro de 2007, 24 de Março de 2008 e 10 de Dezembro de 2008.

41.5. Reserva de reavaliação e outras reservas e resultados acumulados

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram como segue:

	Saldo 31 Dez 2009 (reexpresso)	Rendimento integral	Saldo Dividendos (Nota 22)	Impacto fiscal da componente de capital das obrigações convertíveis (Nota 19)	Outros movimentos (ii)	Saldo 31 Dez 2010
Resultados reconhecidos directamente no capital próprio						
Perdas actuariais líquidas (Nota 14)	(1.795.396.528)	(450.674.906)	-	-	1.794.573.604	(451.497.830)
Ajustamentos de conversão cambial e outros (i)	909.629.554	(852.720.074)	-	-	-	56.909.480
Derivados de cobertura	(2.673.669)	68.060	-	-	-	(2.605.609)
	(888.440.643)	(1.303.326.920)	-	-	1.794.573.604	(397.193.959)
Efeito fiscal	476.693.427	85.730.091	-	-	(448.643.401)	113.780.117
	(411.747.216)	(1.217.596.829)	-	-	1.345.930.203	(283.413.842)
Reservas reconhecidas directamente no capital próprio						
Reservas de reavaliação de activos tangíveis (Nota 34)	967.694.440	-	-	-	(57.407.414)	910.287.026
Efeito fiscal	(245.586.305)	14.181.908	-	-	14.400.773	(217.003.624)
	722.108.135	14.181.908	-	-	(43.006.641)	693.283.402
Total de resultados e reservas reconhecidos directamente no capital	310.360.919	(1.203.414.921)	-	-	1.302.923.562	409.869.560
Resultados transitados e outras reservas	460.649.177	-	181.107.455	(15.143.542)	(1.302.923.562)	(676.310.472)
Resultado líquido atribuível aos accionistas da Portugal Telecom	684.734.143	5.672.194.967	(684.734.143)	-	-	5.672.194.967
Dividendos antecipados	-	-	(875.872.500)	-	-	(875.872.500)
	1.455.744.239	4.468.780.046	(1.379.499.188)	(15.143.542)	-	4.529.881.555

EUROS						
	Saldo 1 Jan 2009 (reexpresso)	Rendimento integral	Dividendos (Nota 22)	Reestruturação societária na Vivo (Nota 21)	Outros movimentos (ii)	Saldo 31 Dez 2009 (reexpresso)
Resultados reconhecidos directamente no capital próprio						
Perdas actuariais líquidas (Nota 14)	(1.960.169.943)	164.773.415	-	-	-	(1.795.396.528)
Ajustamentos de conversão cambial e outros (i)	240.750.206	668.879.348	-	-	-	909.629.554
Derivados de cobertura	(1.899.997)	(773.672)	-	-	-	(2.673.669)
	(1.721.319.734)	832.879.091	-	-	-	(888.440.643)
Efeito fiscal	520.153.359	(43.459.932)	-	-	-	476.693.427
	(1.201.166.375)	789.419.159	-	-	-	(411.747.216)
Reservas reconhecidas directamente no capital próprio						
Reservas de reavaliação de activos tangíveis (Nota 34)	1.075.033.022	-	-	-	(107.338.582)	967.694.440
Efeito fiscal	(284.346.234)	12.116.738	-	-	26.643.191	(245.586.305)
	790.686.788	12.116.738	-	-	(80.695.391)	722.108.135
Total de resultados e reservas reconhecidos directamente no capital						
	(410.479.587)	801.535.897	-	-	(80.695.391)	310.360.919
Resultados transitados e outras reservas	203.838.888		72.473.431	103.641.467	80.695.391	460.649.177
Resultado líquido atribuível aos accionistas da Portugal Telecom	576.100.119	684.734.143	(576.100.119)	-	-	684.734.143
	369.459.420	1.486.270.040	(503.626.688)	103.641.467	-	1.455.744.239

(i) Esta rubrica inclui os ajustamentos de conversão cambial dos activos e passivos denominados em moeda estrangeira desde 1 de Janeiro de 2004 (Nota 3.q), os quais estão relacionados essencialmente com os investimentos da Portugal Telecom no Brasil até à data da alienação da participação de 50% na Brasilcel, no seguimento da qual os ajustamentos de conversão cambial acumulados, com saldo positivo relacionados com o investimento na Vivo foram transferidos para resultado líquido e assim realizadas. Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica corresponde essencialmente aos investimentos da Portugal Telecom expostos ao Real Brasileiro, nomeadamente a UOL e a Dedic, e ao Dólar, nomeadamente a Unitel, a MTC, e a Timor Telecom.

(ii) Estes movimentos correspondem (1) às perdas actuariais transferidas para resultados transitados em 2010, relacionadas com as responsabilidades não financiadas com pensões transferidas para o Estado Português (Nota 14) e (2) à transferência para resultados transitados em 2010 e 2009 da reserva de reavaliação e respectivo impacto fiscal, no seguimento do reconhecimento na Demonstração Consolidada dos Resultados da amortização dos activos reavaliados.

42. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

42.1. Riscos financeiros

A Portugal Telecom encontra-se exposta basicamente a (i) riscos de mercado relacionados essencialmente com alterações nas taxas de câmbio e nas taxas de juro, (ii) riscos de crédito e (iii) riscos de liquidez. O principal objectivo da gestão de risco da Portugal Telecom é o de reduzir estes riscos a um nível aceitável. Os instrumentos financeiros derivados são utilizados pela Portugal Telecom essencialmente com o objectivo de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

A contratação destes derivados é efectuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações e envolvem a consulta a diversas instituições intervenientes no mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento periódico da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pelo Grupo. O valor de mercado (*fair value*) destes instrumentos é apurado regularmente ao longo do ano, essencialmente com base em informação de mercado, no sentido de permitir uma avaliação contínua das implicações económicas e financeiras de diferentes cenários.

Taxa de câmbio

Os riscos de taxa de câmbio estão essencialmente relacionados com a dívida denominada em moeda diferente da moeda funcional do país onde opera a empresa que contraiu a dívida. O risco de taxa de câmbio relativo aos investimentos da Portugal Telecom no Brasil e em outros países estrangeiros diminuiu de forma significativa em 2010 após a alienação da participação de 50% na Brasilcel.

Em 31 de Dezembro de 2010, estes riscos estavam relacionados essencialmente com a dívida denominada em Dólares Americanos (USD) contratada pela Portugal Telecom no montante de 10 milhões de dólares americanos (8 milhões de euros), para a qual a Portugal Telecom contratou derivados de taxa de câmbio e taxa de juro.

A maior parte dos activos e passivos financeiros não relacionados com derivados estão directa ou indirectamente cobertos por instrumentos financeiros de cobertura. Desta forma, alterações na taxa de câmbio não teriam impacto significativo na demonstração dos resultados ou no capital próprio das empresas onde esses activos e passivos estão registados.

Taxa de juro

Os riscos de taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a dívida contratada a taxa de juro variável. Em 31 de Dezembro de 2010, a Portugal Telecom está essencialmente exposta a estes riscos na zona euro. Com o propósito de reduzir o impacto deste risco, o Grupo contratou *swaps* de taxa de juro, de modo a converter a dívida de taxa variável em dívida de taxa fixa.

Em 31 de Dezembro de 2010, 91,0% da dívida bruta vencia juros a taxas fixas, directamente ou indirectamente mediante a contratação dos referidos instrumentos financeiros derivados. Os restantes 9,0% encontravam-se expostos a alterações nas taxas de juro de mercado. Se as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores (inferiores) em 1% durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os juros suportados líquidos dos juros obtidos desse período teriam sido inferiores (superiores) em aproximadamente 3 milhões de euros (3 milhões de euros), dado que o efeito da dívida exposta a flutuações nas taxas de juro de mercado é compensado pelo impacto da caixa e equivalentes de caixa também expostos a flutuações nas taxas de juro de mercado.

O Grupo contratou igualmente alguns derivados que incluem uma componente de taxa de juro, os quais se encontram classificados como derivados detidos para negociação, apesar do seu objectivo económico ter sido a cobertura do risco de taxa de juro. Se as taxas de juro de mercado relevantes tivessem sido inferiores (superiores) em 1% durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os juros suportados líquidos do período teriam sido superiores (inferiores) em aproximadamente 0,3 milhões de euros (0,3 milhões de euros).

Os riscos de taxa de juro também resultam da exposição a alterações no justo valor da dívida de médio e longo prazo sujeita a taxas de juro fixas, devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando numa perda financeira para o Grupo. A Portugal Telecom está sujeita essencialmente ao risco de crédito nas suas actividades operacionais e de tesouraria.

O risco de crédito nas operações está essencialmente relacionado com contas a receber de serviços prestados a clientes (Notas 25 e 26). O Grupo não apresenta um risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que as contas a receber derivam de um elevado número de clientes, espalhados por diversos negócios e áreas geográficas. Estes riscos são monitorizados numa base regular por cada um dos negócios do Grupo, sendo que o objectivo da gestão do Grupo Portugal Telecom é: (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respectivo perfil e a antiguidade da conta a receber de cada cliente; (b) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido; (c) realizar análises de recuperabilidade dos valores a receber numa base regular; e (d) analisar o risco do mercado onde o cliente está localizado. Deste modo, os critérios utilizados para calcular estes ajustamentos têm por base estes factores. O movimento destes ajustamentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 encontra-se divulgado na Nota 39. Em 31 de Dezembro de 2010, as contas a receber do Grupo que não estão ajustadas ou diferidas com uma maturidade acima de 180 dias ascenderam a 111 milhões de euros. Em 31 de Dezembro de 2010, o Grupo entende que não existe a necessidade de reforçar os ajustamentos para contas a receber de cobrança duvidosa para além do montante já existente e incluído na Nota 39.

Os riscos relacionados com actividades de tesouraria resultam essencialmente dos investimentos efectuados pelo Grupo em disponibilidades monetárias. Com o objectivo de mitigar este risco, a política da Portugal Telecom é a de investir em aplicações de curto prazo, junto de instituições financeiras diversificadas e com *rating* de crédito elevado.

Riscos de liquidez

Estes riscos podem ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os obtidos através de operações de desinvestimento, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes como sejam as saídas de caixa para actividades operacionais e de financiamento, para investimentos, para remuneração dos accionistas e reembolso de dívida. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas operações, nas disponibilidades de caixa e no valor não utilizado de linhas de crédito, conforme discriminado abaixo, a Portugal Telecom entende que o Grupo tem capacidade para cumprir as suas obrigações.

Como forma de mitigar este risco, a Portugal Telecom procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida de curto prazo e, simultaneamente, liquidar todas as suas obrigações contratuais, tal como mencionado acima. Em 31 de Dezembro de 2010, o valor de disponibilidades de caixa excluindo as operações internacionais, de papel comercial tomado firme não utilizado (caixa disponível mediante um aviso de 2 ou 3 dias) e de linhas de crédito, ascendia a 6.297 milhões de euros, um aumento de 2.864 milhões de euros face a 31 de Dezembro de 2009, decorrente principalmente dos recebimentos obtidos pela alienação da Vivo. A maturidade média da dívida líquida em 31 de Dezembro de 2010 é de 9,9 anos.

A estrutura de capital da Portugal Telecom é gerida de forma a assegurar a capacidade de prossecução das actividades dos diversos negócios e a maximização do retorno dos accionistas. A estrutura de capital do Grupo inclui a dívida (Nota 35), caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo (Nota 24) e o capital atribuível aos accionistas da empresa-mãe, o qual inclui o capital social emitido, acções próprias, reservas e resultados acumulados (Nota 41). O Grupo revê periodicamente a sua estrutura de capital considerando os riscos associados a cada uma das supra referidas classes de capital.

Em 31 de Dezembro de 2010, o *gearing ratio*, determinado como a proporção da dívida líquida (dívida menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo) sobre a dívida líquida mais o capital diminuiu para 31,3%, de 70,0% em 31 de Dezembro de 2009, principalmente como resultado do ganho e dos montantes recebidos com a venda da participação de 50% na Brasilcel. O indicador do capital mais a dívida de longo prazo sobre o total dos activos aumentou de 60,2% para 71,5% em 31 de Dezembro de 2010.

As principais obrigações contratuais do Grupo Portugal Telecom são aquelas relacionadas com os empréstimos obtidos (Nota 35) e respectivos juros, os pagamentos de benefícios de reforma, as locações operacionais (Nota 12) e outros compromissos financeiros não contingentes. A tabela abaixo resume as obrigações contratuais esperadas e compromissos financeiros da Portugal Telecom em 31 de Dezembro de 2010, em termos consolidados:

MILHÕES DE EUROS							
	Total	2011	2012	2013	2014	2015	Mais de cinco anos
Dívida	7.206,3	951,9	2.004,9	1.160,9	809,7	37,2	2.241,8
Juros relativos à dívida (i)	1.496,9	279,3	287,2	205,4	140,4	106,0	478,5
Pagamentos de benefícios de reforma (ii)	1.210,9	179,0	163,4	149,3	135,1	121,7	462,3
Obrigações com locações operacionais	210,5	55,3	29,4	26,7	23,2	18,9	57,0
Compromissos financeiros não contingentes (iii)	140,4	139,3	1,1	-	-	-	-
Total de obrigações contratuais	10.265,0	1.604,9	2.486,0	1.542,3	1.108,4	283,8	3.239,6

(i) As obrigações esperadas da Portugal Telecom relacionadas com os juros suportados com empréstimos obtidos são calculadas com base na dívida em 31 de Dezembro de 2010 e baseiam-se em pressupostos relativos a taxas de juro com impacto na parcela da dívida contratada com taxa de juro variável, pelo que estas obrigações podem variar significativamente dos montantes aqui apresentados, dependendo de eventuais refinanciamentos futuros e das taxas de juro de mercado.

(ii) Os montantes apresentados correspondem aos pagamentos não descontados a efectuar pela Portugal Telecom relativos a salários devidos a pré-reformados e suspensos e a contribuições estimadas para os fundos. Para a parcela de responsabilidades não financiadas e para efeitos de cálculos, a Portugal Telecom assumiu contribuições lineares ao longo dos próximos anos. Este montante difere do passivo reconhecido na Demonstração Consolidada da Posição Financeira essencialmente porque este último refere-se ao desconto das responsabilidades não financiadas.

(iii) Conforme discriminado na Nota 43, os compromissos financeiros não contingentes estão relacionados essencialmente com acordos celebrados com fornecedores de imobilizado (incluindo todos os montantes relativos a aquisição de equipamentos de rede, de telecomunicações e terminais móveis).

Adicionalmente, a Portugal Telecom anunciou uma proposta de remuneração accionista que inclui:

- Um dividendo extraordinário de 1,65 euros por acção, dos quais 1 euro por acção foi pago em Dezembro de 2010 (em antecipação dos lucros de 2010) e 0,65 euros a serem pagos em 2011, sujeito a aprovação em Assembleia Geral de Accionistas; e
- Um dividendo ordinário de 0,65 euros por acção para o exercício findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2011, um aumento de 13% comparado com o comprometimento inicial de 0,575 euros para o mesmo período, também sujeito a aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.

Se esta proposta de remuneração for aprovada pela Assembleia Geral de Accionistas, a Portugal Telecom pagará, durante o ano de 2011, um montante total de 1.137,5 milhões de euros.

42.2. Instrumentos financeiros derivados

Instrumentos de cobertura

O Grupo procede periodicamente à análise da classificação dos derivados contratados de modo a identificar os que cumprem os requisitos estabelecidos no IAS 39 para serem classificados como instrumentos de cobertura. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os seguintes instrumentos financeiros foram classificados como derivados de cobertura de fluxos de caixa e de justo valor (valores em milhões de euros, incluindo 100% dos valores dos instrumentos contratados pela Vivo em 31 de Dezembro de 2009):

31 DEZ 2010					MILHÕES DE EUROS
Empresa	Valor nominal	Tipo de operação	Maturidade média (anos)	Objectivo económico	
Cobertura de fluxos de caixa					
Portugal Telecom	205,8	Swaps de taxa de juro em EUR	2,0	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em instrumentos de dívida	
Cobertura de justo valor					
MTC	10,2	Forwards USD/NAD	0,4	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em despesas em dólares americanos	

31 DEZ 2009					MILHÕES DE EUROS
Empresa	Valor nominal	Tipo de operação	Maturidade média (anos)	Objectivo económico	
Cobertura de fluxos de caixa					
Portugal Telecom	202,2	Swaps de taxa de juro em EUR	2,7	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em financiamentos	
Cobertura de justo valor					
Vivo	287,8	Swaps de taxa de câmbio USD/BRL	4,6	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos	
Vivo	10,1	Swaps de taxa de câmbio JPY/BRL	1,0	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos	
MTC	2,5	Forwards USD/NAD	0,1	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio nas despesas em dólares	

Instrumentos financeiros detidos para negociação

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os seguintes instrumentos financeiros foram classificados como derivados detidos para negociação (valores em milhões de euros, incluindo 100% dos valores dos instrumentos contratados pela Vivo em 31 de Dezembro de 2009):

31 DEZ 2010					MILHÕES DE EUROS
Empresa	Valor nominal	Tipo de operação	Maturidade média (anos)	Objectivo económico	
Portugal Telecom	24,4	Swaps de taxa de juro em EUR	1,2	Instrumentos resultantes de cobertura anteriores de risco de taxa de juro	
Portugal Telecom	8,0	Swaps de taxa de câmbio EUR/USD	1,0	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos	

31 DEZ 2009

MILHÕES DE EUROS

Empresa	Valor		Maturidade média (anos)	Objectivo económico
	nominal	Tipo de operação		
Portugal Telecom	34,4	Swaps de taxa de juro em EUR	1,7	Instrumentos resultantes de cobertura anteriores de risco de taxa de juro
Portugal Telecom	14,8	Swaps de taxa de câmbio EUR/USD	1,5	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos
Vivo	0,8	Swaps de taxa de câmbio USD/BRL	0,8	Instrumentos resultantes de cobertura anteriores de risco de taxa de juro
Vivo	72,5	Swaps de taxa de juro em BRL	2,0	Eliminar o risco de variação do valor de mercado de financiamentos em resultado da variação da taxa de juro

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram registados nas seguintes rubricas da Demonstração Consolidada da Posição Financeira (valores em milhões de euros):

	2010						2009		
	Dívida	Acréscimos de custos (Nota 37)	Outros passivos não correntes (Nota 40)	Total	Investimentos de curto prazo	Dívida	Acréscimos de custos (Nota 37)	Outros passivos não correntes (Nota 40)	Total
Operações continuadas									
Derivados de cobertura de justo valor									
Taxa de câmbio	-	(0,7)	-	(0,7)	-	-	(0,3)	-	(0,3)
Derivados detidos para negociação									
Taxa de câmbio e taxa de juro	(2,1)	-	-	(2,1)	-	(5,2)	-	-	(5,2)
Taxa de juro	-	-	(1,3)	(1,3)	-	-	-	(2,2)	(2,2)
Derivados de cobertura de fluxos de caixa									
Taxa de juro	-	-	(2,1)	(2,1)	-	-	-	(2,0)	(2,0)
Sub-total	(2,1)	(0,7)	(3,4)	(6,2)	-	(5,2)	(0,3)	(4,2)	(9,8)
Operações descontinuadas									
Derivados de cobertura de justo valor									
Taxa de câmbio e taxa de juro	-	-	-	-	-	8,2	(3,2)	-	4,9
Derivados detidos para negociação									
Taxa de câmbio e taxa de juro	-	-	-	-	-	-	(1,5)	-	(1,5)
Taxa de juro	-	-	-	-	4,8	-	-	-	4,8
Sub-total	-	-	-	-	4,8	8,2	(4,8)	-	8,2
Total	(2,1)	(0,7)	(3,4)	(6,2)	4,8	2,9	(5,1)	(4,2)	(1,5)

O movimento ocorrido no valor de mercado dos derivados durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue (valores em milhões de euros):

	MILHÕES DE EUROS					
	Saldo 31 Dez 2009	Varição no valor de mercado através de resultado	Varição no valor de mercado através de reservas	Adições e liquidações	Ajustamentos de conversão cambial e outros	Saldo 31 Dez 2010
Derivados de cobertura de justo valor						
Taxa de câmbio	(0,3)	(0,3)	-	-	(0,1)	(0,7)
Derivados detidos para negociação						
Taxa de câmbio e taxa de juro	(5,2)	1,0	-	2,2	-	(2,1)
Taxa de juro	(2,2)	0,9	-	-	-	(1,3)
Derivados de cobertura de fluxos de caixa						
Taxa de juro	(2,0)	(3,9)	0,1	3,7	-	(2,1)
	(9,8)	(2,2)	0,1	5,8	(0,1)	(6,2)

MILHÕES DE EUROS

	Saldo 31 Dez 2008	Variação no valor de mercado através de resultado	Variação no valor de mercado através de reservas	Adições e liquidações	Ajustamentos de conversão cambial e outros	Saldo 31 Dez 2010
Derivados de cobertura de justo valor						
Taxa de câmbio	-	(0,3)	-	-	(0,1)	(0,3)
Derivados detidos para negociação						
Taxa de câmbio (Nota 44)	(43,3)	5,7	-	37,6	-	-
Taxa de câmbio e taxa de juro	(16,0)	(0,7)	-	10,6	0,9	(5,2)
Taxa de juro	(2,5)	0,3	-	-	-	(2,2)
Derivados de cobertura de fluxos de caixa						
Taxa de juro	(1,0)	(1,8)	(0,8)	1,6	-	(2,0)
	(62,9)	3,2	(0,8)	49,9	0,8	(9,8)

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a variação no valor de mercado dos instrumentos financeiros derivados de operações continuadas foi registada nas seguintes rubricas da Demonstração Consolidada dos Resultados (valores em milhões de euros):

MILHÕES DE EUROS

	2010				2009			
	Juros líquidos	Perdas com variações cambiais, líquidas	Perdas (ganhos) em activos financeiros, líquidos (Nota 17)	Total	Juros líquidos	Perdas com variações cambiais, líquidas	Perdas (ganhos) em activos financeiros, líquidos (Nota 17)	Total
Derivados de cobertura de justo valor								
Taxa de câmbio	-	0,3	-	0,3	-	0,3	-	0,3
Derivados detidos para negociação								
Taxa de câmbio	-	-	-	-	-	-	(5,7)	(5,7)
Taxa de câmbio e taxa de juro	-	(1,0)	-	(1,0)	-	0,7	-	0,7
Taxa de juro	-	-	(0,9)	(0,9)	-	-	(0,3)	(0,3)
Derivados de cobertura de fluxos de caixa								
Taxa de juro	3,7	-	0,2	3,9	1,6	-	0,2	1,8
	3,7	(0,7)	(0,7)	2,2	1,6	1,0	(5,8)	(3,2)

42.3. Outras divulgações sobre instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, tal como definido pelo IAS 39, o valor contabilístico de cada uma das seguintes categorias de activos e passivos financeiros, foi reconhecido como segue (valores em milhões de euros):

Rubrica	2010	2009
MILHÕES DE EUROS		
Activos financeiros registados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	4.764,7	1.449,5
Investimentos de curto-prazo (Nota 24)	341,8	26,9
Contas a receber - Clientes (Nota 25)	1.055,5	1.401,5
Contas a receber - Outros (i)	2.336,5	150,9
Outros activos correntes e não correntes - transacções de QTE (Nota 30)	298,2	296,7
Investimentos em empresas associadas - empréstimos (Nota 31)	15,9	23,6
	8.812,5	3.349,0
Derivados de cobertura de justo valor:		
Outros passivos não-correntes - derivados de taxa de juro - cobertura de fluxo de caixa (Nota 42.2)	(2,1)	(2,0)
Empréstimos bancários - derivados de taxa de juro e câmbio - cobertura de justo valor (Nota 42.2) (ii)	(2,1)	2,9
Acréscimo de custos - derivados de taxa de juro e câmbio - cobertura de justo valor (Nota 42.2)	(0,7)	(3,2)
	(4,9)	(2,3)
Passivo financeiro ao custo amortizado:		
Dívida - obrigações convertíveis (Nota 35)	714,2	705,6
Dívida - obrigações (Nota 35)	4.375,7	4.776,3
Dívida - empréstimos bancários (ii)	838,2	1.274,7
Dívida - equity swaps sobre acções próprias (Nota 35)	178,1	178,1
Dívida - outros empréstimos (Nota 35)	1.022,8	0,0
Contas a pagar (Nota 36)	711,5	1.335,1
Acréscimo de custos	558,3	632,1
Outros passivos correntes	3,8	122,2
	8.402,6	9.024,1
Derivados detidos para negociação:		
Acréscimo de custos - derivados de taxa de câmbio e taxa de juro (Nota 42.2)	-	1,5
Outros passivos não correntes - derivados de taxa de juro (Nota 42.2)	1,3	2,2
	1,3	3,7
Passivos financeiros registados de acordo com o IAS 17:		
Dívida - locações financeiras (Nota 35)	75,2	114,3
Outros passivos correntes e não correntes - transacções de QTE (Nota 40)	298,2	296,7
	373,4	411,0

(i) A rubrica da Demonstração Consolidada da Posição Financeira "Contas a receber - outros" inclui determinados activos, tais como depósitos judiciais, os quais não respeitam os requisitos para que sejam classificados como activos financeiros e, como tal, foram excluídos desta rubrica.

(ii) O valor total de empréstimos bancários inclui os valores nominais, os quais foram registados ao custo amortizado, e o justo valor de determinados derivados de taxa de juro e taxa de câmbio.

Com excepção da dívida, cujo justo valor é divulgado na Nota 35, e dos derivados, que se encontram registados ao justo valor, o valor de mercado dos restantes activos e passivos financeiros é semelhante ao seu valor contabilístico. O valor de mercado dos instrumentos financeiros foi determinado da seguinte forma:

- Com excepção das obrigações de taxa fixa no montante de 50 milhões de euros, cujo valor de mercado foi determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados, equivalente ao nível 2 da hierarquia de valor de mercado definida pelo parágrafo 27A da IFRS 7 (outros *inputs* observáveis que não valores cotados), o valor de mercado das restantes obrigações convertíveis e não convertíveis foi determinado com base em valores cotados em mercados activos, o que é equivalente ao nível 1 da hierarquia de valor de mercado (valores cotados não ajustados em mercados activos);
- No caso dos empréstimos bancários, o valor de mercado foi determinado internamente com base na metodologia dos fluxos de caixa descontados, utilizando *inputs* directamente observáveis no mercado, o que é equivalente ao nível 2 da hierarquia de valor de mercado acima mencionada;

- No caso do passivo relativo a *equity swaps* sobre acções próprias, o valor de mercado destes instrumentos financeiros, representando um montante negativo de 10,2 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, foi determinado externamente através da diferença entre o preço de exercício destes equity swaps e a cotação da acção da Portugal Telecom aquela data, o que é equivalente ao nível 2 da hierarquia de valor de mercado acima mencionada;
- No caso dos derivados contratados em Portugal, o valor de mercado foi determinado externamente com base na metodologia de fluxos de caixa descontados, utilizando *inputs* observáveis no mercado, o que é equivalente ao nível 2 da hierarquia de valor de mercado acima mencionada;
- No caso de outros empréstimos contratados em Portugal, o valor de mercado foi determinado internamente com base na metodologia de fluxos de caixa descontados, utilizando *inputs* observáveis no mercado, o que é equivalente ao nível 2 da hierarquia de valor de mercado acima mencionada.

A Portugal Telecom considera que o principal pressuposto utilizado na metodologia de fluxos de caixa descontados preparada internamente está relacionado com a taxa de desconto, a qual para os instrumentos financeiros contratados em Portugal com maturidades entre 1 mês e 10 anos varia entre 2,1% e 6,6%. Adicionalmente, a Portugal Telecom também utilizou taxas *forward* de juro e de câmbio obtidas directamente através de informações de mercado, tomando em consideração a maturidade e a moeda de cada instrumento financeiro.

43. GARANTIAS E COMPROMISSOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa tinha apresentado garantias bancárias e cartas de conforto a favor de terceiros correspondentes às seguintes situações:

	EUROS
Garantias bancárias e fianças a favor da Administração Fiscal	267.831.608
Garantias bancárias a favor de tribunais	1.956.629
Garantias bancárias a favor de terceiros, solicitadas por:	
TMN	2.098.711
PT Comunicações	12.895.864
Outras	14.198.104
Cartas de conforto e avales a favor de terceiros	433.999
Total	299.414.915

As garantias bancárias e fianças a favor da Administração Fiscal incluem 203 milhões de euros relativos a liquidações fiscais recebidas pela Portugal Telecom referentes aos exercícios de 2005 a 2007, em que o principal assunto levantado pelas autoridades fiscais se prende com a dedutibilidade de certos custos financeiros incorridos nesses anos e com uma menos-valia realizada em 2006 na sequência da liquidação de uma subsidiária, conforme explicado na Nota 46.3.

As garantias bancárias solicitadas pela PT Comunicações foram apresentadas às seguintes entidades: (1) Autarquias e Câmaras Municipais, as quais estão relacionadas essencialmente com processos intentados contra a empresa referentes às taxas de ocupação da via pública; e (2) Anacom, as quais estão relacionadas essencialmente com o concurso para a atribuição do direito de utilização nacional das frequências para o serviço de televisão.

Em 31 de Dezembro de 2010, além dos compromissos já reflectidos nas demonstrações financeiras, o Grupo tinha assumido outros compromissos financeiros com fornecedores no montante de 137 milhões de euros, essencialmente relacionados com a compra de equipamentos e existências.

Em 31 de Dezembro de 2010, as garantias prestadas por terceiros relacionadas com os empréstimos bancários (Nota 35) eram as seguintes (euros):

- Garantias bancárias a favor do Banco Europeu de Investimento 332.857.143
- Aval do Estado a favor do Kreditantsalt Für Wiederaufbau 377.845

No âmbito das operações de cross-border lease celebradas pela TMN e pela PT Comunicações (Notas 30 e 40), a Empresa contratou a emissão de cartas de crédito por instituições financeiras a favor de entidades envolvidas nestas transacções (entidades que financiaram estas operações). Em 31 de Dezembro de 2010, o montante total dessas cartas de crédito ascendia a 42.425.449 dólares americanos, equivalentes a 31.750.823 euros à taxa de câmbio de 31 de Dezembro de 2010.

44. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento

A redução nesta rubrica está relacionada essencialmente com as operações em Portugal, reflectindo menores pagamentos por conta, que ascenderam a 48 milhões de euros em 2010 e 108 milhões de euros em 2009, e maiores recebimentos em 2010 referente à última prestação do imposto de 2009 (59 milhões de euros), em comparação com o recebimento do ano anterior (11 milhões de euros), em resultado da diminuição dos resultados fiscais das operações em Portugal. Este efeito foi parcialmente compensado por aumentos nos impostos pagos por determinadas operações estrangeiras, incluindo a GPTI que foi consolidada a partir de 1 de Março de 2010.

b) Pagamentos relativos a impostos indirectos, taxas e outros

A rubrica inclui essencialmente pagamentos relacionados com despesas registadas na Demonstração Consolidada de Resultados na rubrica "Impostos indirectos" (Nota 13), e ainda, pagamentos de Imposto sobre o Valor Acrescentado em Portugal.

c) Aplicações financeiras de curto prazo

Estas rubricas incluem essencialmente pagamentos em numerário decorrentes de novas aplicações de tesouraria de curto prazo e recebimentos de aplicações de tesouraria de curto prazo vencidas. Os recebimentos líquidos ascenderam a 320.167.898 euros em 2010, em comparação com recebimentos líquidos de 13.204.259 euros em 2009.

d) Recebimentos provenientes de investimentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Recebimentos provenientes de investimentos financeiros" tem a seguinte composição:

	EUROS	
	2010	2009
Sportinveste Multimédia (Nota 31)	1.700.000	-
Médi Télécom (Notas 1, 7 e 31)	-	400.000.000
Outras	2.743.356	1.981.890
	4.443.356	401.981.890

e) Recebimentos provenientes de dividendos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os recebimentos provenientes de dividendos foram como segue:

	EUROS	
	2010	2009
Unitel (i)	44.087.222	121.408.615
CTM	8.347.332	17.967.803
Outros	1.668.186	787.738
	54.102.740	140.164.156

(i) Em 2009 esta rubrica inclui os dividendos recebidos da Unitel relativos aos seus resultados de 2007 e 2008 nos montantes de 80 milhões de dólares americanos e 90 milhões de dólares americanos, respectivamente (Nota 26). Em 2010, esta rubrica inclui 60 milhões de dólares americanos (Nota 26) relativos aos resultados de 2008 que não foram pagos em 2009.

f) Empréstimos obtidos e reembolsados

Estas rubricas incluem essencialmente a renovação regular de papel comercial e outros empréstimos bancários.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os recebimentos provenientes de novos empréstimos obtidos, líquidos dos reembolsos de empréstimos obtidos, ascenderam 199.302.809 euros. Como mencionado na Nota 35, os recebimentos provenientes de empréstimos obtidos incluem essencialmente dois empréstimos obtidos do BEI no total de 200 milhões de euros.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, os recebimentos de novos empréstimos obtidos, líquidos dos reembolsos de empréstimos obtidos, ascenderam a 501.653.825 euros. Os recebimentos provenientes de novos empréstimos obtidos incluem essencialmente as obrigações emitidas pela PT Finance em 2009 (2.050 milhões de euros) e as *floating rate notes* emitidas pela PT Finance em Julho de 2009 (250 milhões de euros). Os pagamentos respeitantes a reembolsos de empréstimos obtidos incluem essencialmente o reembolso dos seguintes financiamentos: (1) obrigações emitidas pela PT Finance em 1999 (880 milhões de euros); (2) papel comercial em dívida em 31 de Dezembro de 2008 (649 milhões de euros); e (3) *floating rate notes* emitidas pela PT Finance em Dezembro de 2008 (200 milhões de euros).

g) Dividendos pagos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe dos dividendos pagos é como segue:

	EUROS	
	2010	2009
Portugal Telecom (Nota 21)		
Dividendo ordinário	503.626.688	503.626.688
Dividendo antecipado relativo aos lucros de 2010	875.872.500	-
Cabo Verde Telecom	22.727.792	14.104.445
MTC	40.603.314	10.629.021
Timor Telecom	6.242.334	4.877.754
Outras	2.879.247	2.263.833
	1.451.951.875	535.501.741

(h) Pagamentos respeitantes a outras actividades de financiamento

Os pagamentos respeitantes a outras actividades de financiamento em 2009 incluem um montante de 38 milhões de euros (Nota 42.2) referente à liquidação de derivados de taxa de câmbio anteriormente detidos pela Portugal Telecom e classificados como detidos para negociação.

45. PARTES RELACIONADAS

a) Empresas associadas e conjuntamente controladas

Os saldos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 e as transacções ocorridas durante os exercícios findos nessas datas entre a Portugal Telecom e empresas associadas são como segue:

EUROS						
Empresa	Contas a receber		Contas a pagar		Empréstimos concedidos	
	31 Dez 2010	31 Dez 2009	31 Dez 2010	31 Dez 2009	31 Dez 2010	31 Dez 2009
Empresas internacionais:						
Unitel (i)	264.643.043	54.117.992	9.962.132	6.336.992	-	-
Multitel	5.495.659	5.311.686	195.296	420.208	897.608	892.378
CTM	191.380	223.513	61.249	61.075	-	-
Outras	1.492.935	1.991.467	173.452	482.915	-	73.849
Empresas nacionais:						
Páginas Amarelas	8.722.197	6.329.784	13.880.468	23.568.950	-	-
Entigere	52.766	4.735.767	129.633	34.466	-	-
Siresp	7.341	2.794.179	95	-	4.292.800	4.179.410
Fundação PT	431.712	554.492	20	-	-	-
PT-ACS	3.974.227	469.509	1.093.317	540.364	-	-
Sportinveste Multimédia	21.978	880.605	400.912	404.519	33.618.668	35.318.668
Outras	268.925	913.038	352.865	902.319	457.068	3.069.979
	285.302.163	78.322.032	26.249.439	32.751.808	39.266.144	43.534.284

(i) As contas a receber da Unitel em 31 de Dezembro 2010 e 2009 incluem dividendos atribuídos nos montantes de 249 milhões de euros e 42 milhões de euros, respectivamente (Nota 26).

EUROS						
Empresa	Custos		Receitas		Juros cobrados	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Empresas internacionais:						
Unitel	13.387.555	11.666.558	13.981.301	19.151.798	-	8.951
Multitel	161.880	206.554	1.105.396	1.044.045	-	-
CTM	130.686	176.506	254.770	439.398	-	-
Outras	353.449	2.055.049	376.055	651.914	-	-
Empresas nacionais:						
Páginas Amarelas	49.854.541	57.416.758	4.053.841	3.631.198	-	-
PT-ACS	5.218.260	4.642.683	2.367.743	610.559	-	-
Sportinveste Multimédia	1.325.699	1.235.366	82.614	103.861	93.676	179.660
Caixanet	131.276	340.317	522.137	6.244.822	-	-
Siresp	-	-	13.666.789	16.824.115	114.076	94.619
Outras	1.102.793	1.684.042	3.909.169	3.366.472	(1)	-
	71.666.139	79.423.833	40.319.815	52.068.182	207.751	283.230

Os termos dos acordos comerciais celebrados com as empresas supra mencionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As actividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais incluem essencialmente:

- Custos suportados pela PT Comunicações relacionados com os serviços prestados pela Páginas Amarelas no âmbito do contrato existente entre estas duas empresas relacionado com a produção e distribuição de listas telefónicas;
- Acordos de *roaming* celebrados com a Unitel.

Como mencionado acima, a Portugal Telecom concluiu em 27 de Setembro de 2010 a venda da sua participação de 50% na Brasilcel (a *joint-venture* que controla a Vivo) à Telefónica por um valor total de 7.500 milhões de euros, tendo recebido 4.500 milhões de euros nesse dia e 1.000 milhões de euros em 30 de Dezembro de 2010, com o montante remanescente a ser recebido até 31 de Outubro de 2011, em conformidade com os termos do acordo celebrado com a Telefónica. Como resultado desta venda, a Portugal Telecom reconheceu um ganho líquido de 5.423 milhões de euros. Após a conclusão desta transacção, a Vivo já não foi considerada como parte relacionada em 31 de Dezembro de 2010. As transacções entre a Portugal Telecom e a Vivo em 2010, até à alienação, e em 2009, que consistiram essencialmente em serviços de call centre prestados pela Dedic, ascenderam a 101 milhões de euros e 115 milhões de euros, respectivamente, correspondendo principalmente a 100% das receitas operacionais reconhecidas pela Portugal Telecom e as suas subsidiárias com a Vivo, uma vez que os resultados da Vivo deixaram de ser consolidados proporcionalmente. Em 31 de Dezembro de 2009, a Portugal Telecom e as suas subsidiárias tinham contas a receber líquidas da Vivo no montante de 21 milhões de euros, correspondente à quota de 50% que não era detida pela Portugal Telecom nessa data, uma vez que os activos e passivos da Vivo foram consolidados proporcionalmente na Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2009.

b) Accionistas

Alguns dos principais accionistas da Portugal Telecom são instituições financeiras com as quais são estabelecidos acordos comerciais no normal curso da actividade. As transacções ocorridas durante o exercício de 2010 e os saldos em 31 de Dezembro de 2010 com os principais accionistas da Portugal Telecom são como segue (incluindo IVA):

EUROS					
Empresa	Vendas e serviços prestados pela Portugal Telecom	Fornecimentos e serviços prestados à Portugal Telecom	Juros obtidos (suportados), líquidos	Contas a receber	Contas a pagar
Caixa Geral de Depósitos	31.323.477	21.892.271	15.878.413	5.560.157	716.720
BES	18.143.635	37.051.991	34.363.830	2.204.019	(3.709)
Visabeira	7.777.657	96.461.263	-	1.421.253	521.112
Controlinveste	4.327.074	51.138.427	-	617.172	5.166.059
Ongoing	750.846	2.606.519	-	324.296	519.518
Barclays	443.627	3.656	(3.275.886)	176.830	-
Deutsche Bank	105.235	52.312	(107.027)	10.019	-
	62.871.551	209.206.440	46.859.330	10.313.746	6.919.700

Os termos destes acordos comerciais são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As actividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais respeitam essencialmente à prestação de serviços de consultoria financeira e seguros por parte das instituições financeiras mencionadas acima.

Os fundos de pensões e cuidados de saúde, os quais foram constituídos para cobrir as responsabilidades com benefícios de reforma (Nota 14), são geridos de acordo com uma política de investimentos definida pela Portugal Telecom. As carteiras de activos dos fundos incluem acções, obrigações e outros investimentos dos nossos accionistas, e também investimentos em imóveis arrendados ao Grupo. Em 31 de Dezembro de 2010, a exposição total desses investimentos à Portugal Telecom, BES, e Ongoing ascendia a 71 milhões de euros, 88 milhões de euros e 74 milhões de euros, respectivamente.

c) Outros

As remunerações fixas atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Empresa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram as seguintes:

EUROS		
	2010	2009
Administradores executivos	2.946.800	3.280.064
Administradores não executivos	1.357.598	1.454.888
Comissão de Auditoria	581.714	589.708
	4.886.112	5.324.660

A Comissão Executiva aumentou em Março de 2009 de 4 membros para 7 membros e reduziu para 5 membros em Março de 2010.

Nos termos da política de remunerações estabelecida pela Comissão de Vencimentos, os administradores executivos têm direito a auferir: (i) uma remuneração variável anual (“RVA”) relacionada com a sua performance no ano, a qual é paga no ano seguinte, excepto a parcela excedente a 50% da remuneração variável total atribuída no ano, cujo pagamento é diferido por um período de 3 anos, e (ii) uma remuneração variável associada ao desempenho de médio prazo (“RVMP”), cujo pagamento é diferido por um período de 3 anos. Anualmente, a Portugal Telecom reconhece os encargos relativos a estas remunerações variáveis. A remuneração variável anual referente ao exercício de 2009 paga em 2010 aos sete administradores executivos ascendeu a 3,5 milhões de euros, o que compara com 2,2 milhões de euros referentes à remuneração variável anual de 2008 paga em 2009 aos quatro administradores executivos. No exercício de 2010, não ocorreu qualquer pagamento de RVMP e no exercício de 2009, no seguimento da conclusão do mandato do triénio 2006/2008 e considerando a performance conseguida nesse período, os administradores executivos e o Presidente do Conselho de Administração, o qual exerceu funções de administrador executivo em 2006 e 2007, auferiram uma RVMP de 3,8 milhões de euros.

Em 2010, a Portugal Telecom pagou um montante total de 1,8 milhões de euros a 2 administradores executivos que renunciaram aos seus cargos em Março de 2010, relativos a indemnização por cessão de funções e a compensação para um acordo de não concorrência pago a um dos membros executivos.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as remunerações fixas dos dirigentes do Grupo Portugal Telecom ascenderam a 6,9 milhões de euros e 7,0 milhões de euros, respectivamente, e as remunerações variáveis ascenderam a 3,4 milhões de euros e 4,1 milhões de euros, respectivamente.

Em complemento da política de remuneração acima referidas, os administradores executivos e os dirigentes da gestão têm direito a um conjunto de benefícios que são utilizados essencialmente no exercício das suas funções diárias, em linha com uma política transversal ao Grupo Portugal Telecom. Em 31 de Dezembro de 2010, nenhum membro do Conselho de Administração tinha direito a benefícios de reforma ao abrigo dos planos da PT Comunicações e quatro dirigentes do Grupo Portugal Telecom tinham direitos a benefícios de reforma ao abrigo desse plano ascendendo a 0,5 milhões de euros o valor acumulado da responsabilidade em 31 de Dezembro de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2010, não estava em vigor qualquer programa de pagamentos com base em acções nem qualquer programa de compensação por término de serviço.

Para informação adicional relacionada com as remunerações dos membros do Conselho de Administração e dos dirigentes, remetemos os leitores para o Relatório do Governo da Sociedade incluído no Relatório Anual.

Um dos administradores não executivos da Portugal Telecom é gerente da “Heidrick & Struggles - Consultores de Gestão, Lda”, a qual no curso normal das suas operações, prestou serviços de consultoria à Portugal Telecom no montante de, aproximadamente, 2,1 milhões de euros (excluindo IVA) em 2010.

Em 31 de Dezembro de 2010, a Portugal Telecom não tinha quaisquer saldos em aberto com membros do Conselho de Administração ou com dirigentes do Grupo.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os honorários pagos ao Revisor Oficial de Contas da Portugal Telecom ascenderam a 0,3 milhões de euros e correspondem a honorários de auditoria relativos às seguintes empresas: Portugal Telecom, PT Investimentos Internacionais, PT Ventures, PT Participações, Timor Telecom e PT Imobiliária.

46. PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

46.1. Processos com entidades reguladoras

Os seguintes processos judiciais em curso relatam as principais queixas e acções legais contra determinadas subsidiárias do Grupo, algumas das quais a Empresa considera, com base na opinião dos seus consultores judiciais internos e externos, que as perdas relativas aos mesmos são remotas, de acordo com as definições do IAS 37.

a) Acções relacionadas com a taxa municipal de direitos de passagem

No seguimento da legislação de 1 de Agosto de 1997, como operador da rede básica de telecomunicações, a Portugal Telecom ficou isenta da obrigação do pagamento de taxas municipais, direitos de passagem e outras taxas relacionadas com a rede e com as obrigações inerentes à Concessão. Adicionalmente, no passado, o Estado Português informou a Portugal Telecom que esta legislação confirmou a isenção de pagamento de taxas estabelecida no contrato de Concessão. O Estado Português informou a Portugal Telecom de que continuará a tomar as acções necessárias para que a Portugal Telecom mantenha os benefícios económicos previstos no Contrato de Concessão. Neste momento, não é possível à Portugal Telecom assegurar que os tribunais portugueses reconheçam que esta legislação resolverá favoravelmente todas as acções interpostas contra a Empresa relacionadas com as taxas municipais para o período anterior à sua entrada em vigor.

Em 1999, o Município do Porto instaurou um processo judicial solicitando o pagamento de taxas e outros encargos relacionados com a utilização pela PT Comunicações de direitos de passagem em 1998. O Tribunal Administrativo do Círculo do Porto decidiu a favor da PT Comunicações em Março de 2003, declarando que os regulamentos do Município do Porto, que serviam de suporte para a imposição de taxas municipais e encargos pelo direito de passagem à PT Comunicações, eram inconstitucionais. O Município do Porto interpôs recurso da decisão do tribunal de 1ª Instância para o Tribunal Administrativo Central. Este recurso foi parcialmente favorável à PT Comunicações, mas o Município do Porto interpôs recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, onde a decisão ainda está pendente.

Em caso de decisão desfavorável deste recurso contra a PT Comunicações, outros municípios poderão interpor novas acções contra a Empresa. A legislação fiscal portuguesa determina um prazo limite de quatro anos para a liquidação de impostos, taxas ou encargos similares. No entanto, para taxas ou impostos anteriores a 1 de Janeiro de 1998, o período de caducidade do direito de reclamação estende-se a cinco anos. Considerando que o prazo de caducidade já expirou, a Portugal Telecom não espera que sejam interpostas novas acções contra a Empresa.

A Lei 5/2004, de 10 de Fevereiro, estabeleceu um novo regime para o direito de passagem em Portugal, no qual cada município pode aplicar uma taxa de 0,25% sobre a facturação de cada cliente que possua uma assinatura de rede no município. Este regime foi implementado em 2005, não sendo aplicado retroactivamente, não tendo impacto sobre os processos indicados anteriormente. Entretanto, o Decreto-Lei 123/2009, de 21 de Maio, clarificou que nenhuma outra taxa deveria ser cobrada pelos municípios, além do regime estabelecido pela Lei 5/2004. Em 6 de Outubro de 2010, no âmbito do processo 0363/10, esta interpretação foi confirmada pelo Supremo Tribunal Administrativo de Portugal.

Não obstante, alguns municípios continuam ainda a defender que a Lei 5/2004 não derogou outras taxas que os municípios queiram estabelecer, uma vez que a Lei 5/2004 não é aplicável ao domínio público municipal. Actualmente existem acções interpostas por alguns municípios contra a PT Comunicações sobre esta matéria.

b) Processos regulatórios

As operações da Portugal Telecom são sujeitas regularmente a investigações e inspecções, essencialmente pela ANACOM (regulador de telecomunicações), pela Comissão Europeia e pela Autoridade da Concorrência, no âmbito da verificação do cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis. Actualmente, estão em curso investigações conduzidas pela Autoridade da Concorrência relativamente à PT Comunicações por alegadas práticas anti-concorrenciais no mercado da rede fixa telefónica. A Portugal Telecom considera que as empresas do Grupo seguiram consistentemente a política de cumprimento da legislação em vigor. A Portugal Telecom revê continuamente as suas ofertas comerciais de forma a reduzir o risco de incumprimento da legislação da concorrência. A Portugal Telecom acredita que a maioria das alegações que resultaram destas investigações serão indeferidas devido à natureza dos alegados abusos e ao carácter recente da legislação da concorrência. No entanto, se empresas do Grupo PT forem consideradas como estando em violação da legislação aplicável no âmbito destas ou de outras investigações, elas poderão vir a estar sujeitas a penalidades, multas ou outras sanções. Com base na legislação nacional, é, no entanto, permitida a interposição de recurso judicial relativamente a qualquer decisão adversa nestas matérias. Este recurso tem efeito suspensivo relativamente às decisões da Autoridade da Concorrência.

Em 2004, a Autoridade da Concorrência iniciou um processo contra-ordenacional contra a PT Comunicações, através da adopção de uma "nota de ilicitude" alegando que a PT Comunicações recusou ilegitimamente o acesso às condutas onde se encontra instalada

a rede de telecomunicações fixas. Em Junho de 2005, a Autoridade da Concorrência emitiu nova “nota de ilicitude” revista, no âmbito deste processo. A PT Comunicações respondeu à “nota de ilicitude” e não acredita que tenha violado a legislação aplicável. No entanto, em 1 de Agosto de 2007, a Autoridade da Concorrência adoptou uma decisão de aplicação de uma coima, no valor de 38 milhões de euros, à PT Comunicações. A Empresa recorreu da decisão da Autoridade da Concorrência para o Tribunal de Comércio de Lisboa, em 30 de Agosto de 2007. Este recurso suspendeu a decisão da Autoridade da Concorrência. No dia 2 de Março de 2010, o Tribunal do Comércio de Lisboa anulou a multa de 38 milhões de euros aplicada à Portugal Telecom. No dia 12 de Março de 2010, a Autoridade da Concorrência apelou para um Tribunal superior. No dia 22 de Dezembro de 2010, o Tribunal Superior confirmou a decisão do Tribunal de Comércio de Lisboa que cancelou a multa de 38 milhões de euros aplicada à Portugal Telecom. A Portugal Telecom não registou qualquer provisão sobre esta matéria.

Em Abril de 2007, a Autoridade da Concorrência acusou ainda a PT Comunicações de alegado abuso de posição dominante pela atribuição, de descontos discriminatórios no mercado de circuitos alugados. Em resposta a esta acusação a PT Comunicações contestou as alegações da Autoridade da Concorrência nesta matéria. Contudo, em 1 de Setembro de 2009, a Autoridade da Concorrência impôs uma coima de 2,1 milhões de euros à PT Comunicações. A PT Comunicações recorreu para o Tribunal do Comércio de Lisboa em 29 de Setembro de 2009. Este recurso suspendeu a decisão da Autoridade da Concorrência.

Em Setembro de 2009, a Portugal Telecom foi notificada da decisão da Autoridade da Concorrência relativa ao processo de contra-ordenação nº 05/03, que a condena ao pagamento de uma coima de 45 milhões de euros por alegado abuso de posição dominante relacionado com a aplicação, entre 22 de Maio de 2002 e 30 de Junho de 2003, das versões 11 a 15.9 da oferta grossista “Rede ADSL PT”. Em 29 de Setembro de 2009, a Portugal Telecom recorreu desta decisão para o Tribunal de Comércio de Lisboa, sendo que este recurso suspende a decisão da Autoridade da Concorrência. A Portugal Telecom discorda da decisão tomada e entende que, ainda que uma sanção se justificasse, o que não acontece, a coima infligida ultrapassa de forma incompreensível o limite máximo permitido pelo quadro legal aplicável. Desta forma, baseada na opinião dos seus consultores legais internos e externos, a Portugal Telecom não registou qualquer provisão para este processo.

A 8 de Junho de 2005, a Portugal Telecom foi informada através da imprensa que a Sonaecom, SGPS, SA (“Sonaecom” – um concorrente da Portugal Telecom) apresentou uma queixa contra a Empresa junto da Comissão Europeia, no âmbito do Artigo 82º do Tratado da EU, alegando o abuso de posição dominante no mercado Português pelo facto de o Grupo prestar, simultaneamente, serviços no âmbito do negócio de cabo e no negócio de rede fixa. A Sonaecom requereu que a Comissão Europeia impusesse à Portugal Telecom a separação dos dois negócios, ou seja, o negócio de televisão por cabo e o negócio de telecomunicações por rede fixa – designado por “remédio estrutural”. No entanto, a 2 de Fevereiro de 2006, a Comissão respondeu que a queixa em causa deveria ser interposta junto da Autoridade da Concorrência Nacional. Do conhecimento da Portugal Telecom, a queixa interposta perante a Comissão Europeia sobre este tema encontra-se arquivada. A Portugal Telecom ainda não recebeu quaisquer informações adicionais sobre as intenções da Sonaecom quanto à confirmação deste assunto junto da Autoridade da Concorrência, na sequência da conclusão do spin-off da PT Multimédia em Novembro de 2007.

A Sonaecom submeteu igualmente uma queixa junto da Comissão Europeia alegando “ajuda estatal” ilegal à Portugal Telecom relacionada com a alienação por parte do Estado Português da rede básica de telecomunicações à PT Comunicações em 2002 e a exclusão do pagamento de taxas municipais no âmbito do Contrato de Concessão. A Sonaecom reclama que o valor de alienação da rede básica de telecomunicações à PT Comunicações foi efectuado por um valor abaixo do valor de mercado, afectando assim o Estado português negativamente. A Sonaecom, igualmente, alega que a ausência de uma oferta pública de venda e de uma avaliação independente para o estabelecimento de um valor mínimo de alienação constitui uma “ajuda estatal” ilegal. Ao abrigo do Contrato de Concessão, a PT Comunicações estava isenta, na qualidade de prestador do serviço universal, do pagamento de taxas municipais desde 1995 até à data da respectiva revogação, pela Lei 5/2004, de 10 de Fevereiro de 2004, em contraste com o disposto relativamente aos novos operadores de telecomunicações, após a liberalização do mercado de telecomunicações em 2000. Estes operadores, de forma a construírem a sua infra-estrutura, estavam sujeitos ao pagamento de taxas municipais pela utilização de subsolo municipal. A Sonaecom alega que esta discriminação contra os novos operadores constitui uma “ajuda estatal” ilegal, prejudicando os novos operadores e os municípios. A Portugal Telecom não recebeu qualquer informação por parte da Comissão Europeia ou das Autoridades Portuguesas relacionada com esta queixa.

Em Abril de 2006, a Comissão Europeia enviou ao Estado Português um pedido formal de abandono dos direitos especiais detidos na Portugal Telecom, como detentor único das acções preferenciais da Categoria A. A Comissão Europeia acredita que os poderes especiais atribuídos ao Estado Português constituem um desincentivo ao investimento por parte de empresas de outros Estados

membros da União Europeia, em violação das regras do Tratado da Comunidade Europeia. Em 31 de Janeiro de 2008, a Comissão Europeia informou que o caso dos direitos especiais detidos pelo estado português na Portugal Telecom foi encaminhado para o Tribunal europeu de Justiça. Em 8 de Julho de 2010, o Tribunal Europeu de Justiça decidiu que os direitos especiais detidos pelo Estado Português na Portugal Telecom são contrários às regras e normas do Tratado da Comunidade Europeia.

Em 19 de Janeiro de 2011, a Comissão Europeia iniciou uma investigação a um acordo entre a Telefónica e a Portugal Telecom com o intuito de alegadamente não concorrerem no mercado Ibérico de telecomunicações. A abertura deste processo não implica que a Comissão Europeia tenha provas conclusivas de uma infracção, significando que a Comissão tratará do caso como uma questão prioritária.

c) Outros processos legais

Em Março de 2004, a TV TEL Grande Porto – Comunicações, S.A., ou TV TEL, uma empresa de telecomunicações sediada no Porto, instaurou uma acção contra a PT Comunicações no Tribunal Judicial de Lisboa. A TV TEL alegou que a PT Comunicações, desde 2001, restringiu e/ou recusou de forma ilegal o acesso às suas condutas de telecomunicações no Porto, atrasando a instalação e o desenvolvimento da rede de telecomunicações da TV TEL. A TV TEL alega que a PT Comunicações tinha a intenção de se auto-favorecer e de favorecer a CATVP-TV Cabo Portugal, SA, uma empresa subsidiária da PT Multimédia e concorrente directo da TV TEL. A TV TEL reclama da Portugal Telecom o montante aproximado de 15 milhões de euros por danos e perdas alegadamente causadas, em resultado do atraso na instalação da sua rede de telecomunicações no Porto. Adicionalmente, a TV TEL solicitou que a PT Comunicações fosse obrigada a garantir acesso total às suas condutas no Porto. A PT Comunicações contestou a referida acção em Junho de 2004, defendendo que: (1) a TV TEL não possui um direito de livre acesso à sua rede de condutas; (2) todos os pedidos da TV TEL foram legal e tempestivamente respondidos pela PT Comunicações de acordo com a sua política geral de gestão e acesso às suas infra-estruturas; e (3) as perdas e danos invocados pela TV TEL não foram factualmente sustentados. A audição preliminar deste processo foi concluída e as partes aguardam o agendamento da data de julgamento.

Em Dezembro de 2008, a Oni SGPS, SA, SA (“Oni”) instaurou um processo arbitral contra a TMN na Câmara do Comércio e Indústria de Lisboa para o reembolso de mais de 36 milhões de euros, em resultado do não cumprimento do acordo nacional de roaming celebrado entre a TMN e a Oni Way – Infocomunicações, SA. A TMN submeteu a sua defesa a esta reclamação em Fevereiro de 2009, afirmando que a Oni não tem quaisquer factos que suportem esta reclamação além da sua responsabilidade ou dos riscos inerentes ao negócio da Oni Way. Em Fevereiro de 2010, o Centro de Comércio Arbitral divulgou a sua decisão final, condenando a TMN ao pagamento de um montante de 6,9 milhões de euros (Nota 39). A Empresa tinha registado uma provisão para esta contingência em 31 de Dezembro de 2009 e pagou este montante em 2010.

46.2. Processos judiciais em curso

a) Processos com perda provável

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, existem diversos processos judiciais e arbitrais em curso intentados contra diversas empresas do Grupo, classificados como processos com perda provável, de acordo com o IAS 37, tendo sido registada uma provisão (Nota 39), com base na opinião dos consultores judiciais internos e externos, para fazer face à saída provável de recursos do Grupo com estes processos. A natureza destes processos, à data de 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é conforme segue:

	EUROS	
	2010	2009
Responsabilidade civil	18.117.450	46.188.041
Responsabilidade laboral	4.230.646	20.678.751
Outras responsabilidades	4.915.363	2.902.515
	27.263.459	69.769.307

b) Processos com perda possível

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, existem diversos processos judiciais e arbitrais em curso intentados contra algumas empresas do Grupo, os quais estão classificados como processos com perda possível, de acordo com informações dos advogados que acompanham estes processos. O seu detalhe é conforme segue:

	EUROS	
	2010	2009
Responsabilidade civil	55.083.437	121.789.395
Responsabilidade laboral	30.968.381	60.995.691
Outras responsabilidades	35.996.745	46.881.288
	122.048.563	229.666.374

A redução nos processos com perda possível é principalmente explicada pela alienação da Vivo concluída em Setembro de 2010.

46.3. Contingências fiscais

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Portugal Telecom registou provisões para impostos nos montantes de 54.761.153 euros e 37.969.785 euros (Nota 39), respectivamente, a qual se destina a fazer face a responsabilidades decorrentes de contingências prováveis de natureza fiscal, estimadas com base em informações dos serviços internos das diversas empresas do Grupo e de consultores fiscais.

Adicionalmente, existem diversos processos referentes a contingências fiscais contra algumas empresas do Grupo, os quais estão classificados como de perda possível, de acordo com informações dos advogados. Em 31 de Dezembro de 2010, estas contingências fiscais ascendiam a 43 milhões de euros, as quais incluíam 7 milhões de euros relativos às operações em Portugal e 36 milhões de euros relativos a operações estrangeiras.

Além das contingências acima mencionadas, existem algumas contingências fiscais contra determinadas empresas do Grupo localizadas em Portugal, as quais estão relacionadas essencialmente com a dedutibilidade de certos encargos financeiros incorridos entre 2004 e 2009 (168 milhões de euros) e com a dedutibilidade de uma menos-valia apurada em 2006 na sequência da liquidação de uma empresa subsidiária (63 milhões de euros). A Portugal Telecom já recebeu liquidações fiscais relativamente a parte destas contingências e apresentou garantias bancárias às autoridades fiscais para os anos de 2005 a 2007 no montante total de 235 milhões de euros (Nota 43). Em 31 de Dezembro de 2010, a Portugal Telecom discorda fortemente destas liquidações e, com base na opinião dos seus consultores fiscais, considera que existem argumentos sólidos para contrapor a posição das autoridades fiscais.

47. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 26 de Janeiro de 2011, a Portugal Telecom assinou com a Oi e com os seus accionistas controladores, os acordos definitivos de compra e venda, de subscrição e de accionistas. Com a assinatura destes acordos em ligação com este investimento estratégico, a Portugal Telecom continuará a beneficiar da escala e da diversificação geográfica em mercados de elevado potencial de crescimento. Os termos relevantes da transacção foram mantidos de acordo com a natureza estratégica deste investimento: (1) posição económica mínima, directa e indirecta, na Oi de 22,38%; (2) investimento de 8,32 mil milhões de reais e um múltiplo EV/LTM EBITDA máximo de 6,3x, e (3) atribuição à Portugal Telecom de direitos significativos no governo da sociedade, resultando na consolidação proporcional da posição accionista directa e indirecta na Telemar Participações (25,6%). Estes entendimentos foram alcançados no seguimento de acordo de intenções celebrado, em 28 de Julho de 2010, pela Portugal Telecom juntamente com a Andrade Gutierrez Participações, SA e a LF Tel, SA, dois dos maiores accionistas da Telemar Participações, SA, que estabelecia os princípios para o desenvolvimento de uma parceria estratégica entre a Portugal Telecom e o Grupo Oi, a empresa líder de prestação de serviços de telecomunicações no mercado brasileiro e o maior operador fixo de telecomunicações na América do Sul, em termos de clientes activos.

Adicionalmente, CTX Participações SA, holding controladora da Contax, tem intenção de incorporar Dedic/GPTI através da fusão de ambas as operações de contact centres, IT e BPO. Esta integração permitirá: (1) gerar sinergias substanciais, beneficiando assim todos os accionistas da Dedic/GPTI e Contax, e (2) a cristalização pela Portugal Telecom o valor da Dedic/GPTI. A Contax é uma das empresas líderes em serviços corporativos e a empresa líder em *contact centres* no Brasil (Nota 31).

No dia 27 de Janeiro de 2011, a Portugal Telecom concluiu a alienação a uma terceira parte da participação de 28,78% na UOL, por um total de 356 milhões de reais, equivalente a um preço por acção de 10,3 reais brasileiros (Nota 31).

No dia 8 de Fevereiro de 2011, a Portugal Telecom emite uma *Eurobond* no montante de 600 milhões de Euros, com uma maturidade de 5 anos, através da sua subsidiária detida a 100%, PT International Finance BV. O cupão da emissão agora colocada é de 5,625%, com uma margem de 295pb sobre a taxa de *mid swap* (Nota 35).

Em 23 de Março de 2011, a Portugal Telecom assegurou uma nova linha de crédito no montante de 900 milhões de euros. A maturidade desta linha ocorre em Março de 2014.

ANEXO I

EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS

As empresas incluídas no perímetro de consolidação em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 encontram-se detalhadas abaixo:

SUBSIDIÁRIAS LOCALIZADAS EM PORTUGAL				PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
Empresa	Notas	Sede	Actividade	Directa	Dez 10 Efectiva	Dez 09 Efectiva
Portugal Telecom (Empresa-mãe)	Nota 1	Lisboa	Empresa-mãe			
Directel - Listas Telefónicas Internacionais, Lda. ("Directel")		Lisboa	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins, em operações internacionais.	Africatel (100%)	75,00%	75,00%
Infonet Portugal – Serviços de Valor Acrescentado, Lda		Lisboa	Comercialização de produtos e serviços de valor acrescentado na área da informação e comunicação por computador, através do acesso à rede mundial Infonet.	PT Prime (90%)	90,00%	90,00%
Janela Digital - Informativo e Telecomunicações, Lda	(a)	Caldas da Rainha	Desenvolvimento de tecnologias de informação para mediadores imobiliários.	PT Comunicações (50%)	50,00%	50,00%
Openideia - Tecnologias de Telecomunicações e Sistemas de Informação	(b)	Aveiro	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	PT Inovação (100%)	100,00%	-
Portugal Telecom Inovação, SA ("PT Inovação")		Aveiro	Inovação, investigação, desenvolvimento e integração de serviços e soluções em telecomunicações, serviços de engenharia e formação em telecomunicações.	PT Portugal (100%)	100,00%	100,00%
Postal Network – Prestação Serviços de Gestão Infra-estrutura.comunic. ACE	(a)	Lisboa	Prestação de serviços postais.	PT Prime (51%)	51,00%	51,00%
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA		Lisboa	Gestão de fundos de pensões.	Portugal Telecom (82.05%)	82,05%	82,05%
PT Centro Corporativo, SA		Lisboa	Prestação de serviços de consultoria a empresas do Grupo.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, SA		Lisboa	Prestação de serviços de consultoria e negociação relacionados com processos de aquisição de bens e serviços.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Comunicações, SA		Lisboa	Estabelecimento, gestão e exploração de infra-estruturas de telecomunicações e prestação do serviço público de telecomunicações e do serviço de teledifusão.	PT Portugal (100%)	100,00%	100,00%
PT Contact - Telemarketing e Serviços de Informação, SA ("PT Contact")		Lisboa	Produção, promoção e comercialização de sistemas de informação, incluindo produtos e serviços de informação e correspondente assistência técnica.	PT Portugal (100%)	100,00%	100,00%
PT Imobiliária, SA		Lisboa	Administração de bens imobiliários, consultoria em investimentos imobiliários, gestão de empreendimentos imobiliários, aquisição e alienação de imóveis.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Investimentos Internacionais, SA ("PT II")		Lisboa	Serviços de consultoria de negócio e gestão de negócios. Elaboração de projectos e estudos económicos e gestão de investimentos.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Móveis, SGPS, SA ("PT Móveis")		Lisboa	Gestão de participações sociais no âmbito dos negócios móveis.	TMN (100%)	100,00%	100,00%
PT Participações, SGPS, SA		Lisboa	Gestão de participações sociais	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Portugal, SGPS, SA		Lisboa	Gestão de participações sociais	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Prestações-Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, SA ("PT Prestações")		Lisboa	Aquisição e gestão de bens móveis e imóveis, bem como a realização de investimentos.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
PT Prime - Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, SA		Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações, estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações, e actividades no âmbito das tecnologias de informação e respectivos conteúdos.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
PT Prime Tradecom – Soluções Empresariais de Comércio Electrónico, SA ("Tradecom")	(c)	Lisboa	Prestação de serviços de desenvolvimento e consultoria no âmbito do comércio electrónico, conteúdos e tecnologias de informação	-	-	68,98%
PT Pro, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, SA		Lisboa	Prestação de serviços de assessoria empresarial, administração e gestão empresarial.	PT Portugal (100%)	100,00%	100,00%
PT Sales - Serviços de Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA ("PT Sales")		Lisboa	Prestações serviços nas áreas de telecomunicações, serviços e sistemas de informação.	PT Portugal (100%)	100,00%	100,00%
PT Ventures, SGPS, SA		Madeira	Gestão de participações sociais no âmbito dos investimentos internacionais.	Africatel (100%)	75,00%	100,00%
PT-Sistemas de Informação, SA ("PT SI")		Oeiras	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	PT Portugal (99.8%); PT Comunicações (0.1%); TMN (0.1%)	100,00%	100,00%
TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, SA		Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
TPT - Telecomunicações Publicas de Timor, SA ("TPT")		Lisboa	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimédia e tecnologias de informação em Timor.	PT Participações (76.14%)	76,14%	76,14%
Use.it® - Virott e Associados, Lda.	(a)	Lisboa	Prestação de serviços de research, desenho, programação, sistemas de informação e de suporte.	PT SGPS (52.50%)	52,50%	52,50%

(a) Estas empresas foram consolidadas pelo método da equivalência patrimonial.

(b) Esta empresa foi constituída em 2010, tendo sido consolidada pelo método de equivalência patrimonial.

(c) Em 2010, a Portugal Telecom alienou uma participação de 36,65% na PT Prime Tradecom, tendo reduzido a sua participação para 33,33%. Consequentemente, o método de consolidação desta empresa foi alterado para o método de equivalência patrimonial.

SUBSIDIÁRIAS LOCALIZADAS NO BRASIL

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL

Empresa	Notas	Sede	Actividade	Directa	Dez 10 Efectiva	Dez 09 Efectiva
Dedic, SA	(a)	São Paulo	Prestação de serviços de telecomunicações, de transmissão de dados e informações	PT Brasil (87,5%)	87,50%	100,00%
GPTI - Tecnologias de Informação, SA	(a)	São Paulo	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	Dedic (100%)	87,50%	-
Istres Holding S.A	(b)	São Paulo	Gestão de investimentos.	Bratel BV (99,99%); Cvstel (0,01%)	100,00%	-
Portugal Telecom Brasil, SA ("PT Brasil")		São Paulo	Gestão de investimentos.	Portugal Telecom (99,95%); PT Comunicações (0,05%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Inovação Brasil, Ltda.		São Paulo	Desenvolvimento de actividade nas áreas de tecnologias de informação e telecomunicações.	PT Inovação (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimédia.com Brasil, Ltda. ("PTM.com Brasil")		São Paulo	Gestão de participações sociais.	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%

(a) Conforme referido na Nota 2, em 7 de Fevereiro de 2010, a Dedic chegou a um acordo para a aquisição de uma participação de 100% na GPTI, com o respectivo preço de aquisição a incluir a emissão de acções da Dedic representativas de 12,5% do seu capital.

(b) Esta empresa foi constituída em 2010.

SUBSIDIÁRIAS LOCALIZADAS EM ÁFRICA

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL

Empresa	Notas	Sede	Actividade	Directa	Dez 10 Efectiva	Dez 09 Efectiva
Cabo Verde Móvel	(a)	Praia	Exploração do serviço de telecomunicações móveis.	Cabo Verde Telecom (100%)	30,00%	30,00%
Cabo Verde Multimédia	(a)	Praia	Exploração de serviços de multimédia.	Cabo Verde Telecom (100%)	30,00%	30,00%
Cabo Verde Telecom	(a)	Praia	Exploração de serviços de telecomunicações.	PT Ventures (40%)	30,00%	30,00%
Cellco - Ste Cellulaire du Congo SARL		Congo	Exploração de serviços de telecomunicações, no Congo.	PT II (61%)	61,00%	61,00%
Contact Cabo Verde – Telemarketing e Serviços de Informação, SA		Praia	Gestão de <i>call e de contact center</i> .	PT Contact (100%)	100,00%	100,00%
CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL		São Tomé	Exploração do serviço público de telecomunicações em São Tomé e Príncipe	Africatel (51%)	38,25%	38,25%
Directel Cabo Verde – Serviços de Comunicação, Lda.		Praia	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins em Cabo Verde.	Directel (60%); Cabo Verde Telecom (40%)	57,00%	57,00%
Directel Uganda – Telephone Directories, Limited	(b)	Uganda	Publicação de listas telefónicas..	Directel (100%)	75,00%	75,00%
Eita - Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda.		Luanda	Publicação de listas telefónicas..	Directel (55%)	41,25%	41,25%
T-Innova	(c)	Casablanca	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	PT Inovação (100%)	100,00%	-
Guinetel, SA	(d)	Bissau	Prestação de serviços de telecomunicações.	-	-	41,25%
Inovetel - Inovação e Sistemas de Comunicação, SA	(c)	Casablanca	Prestações serviços nas áreas de telecomunicações, serviços e sistemas de informação.	PT Inovação (100%)	100,00%	100,00%
Kenya Postel Directories, Ltd.		Nairobi	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras publicações.	Directel (60%)	45,00%	45,00%
LTM - Listas Telefónicas de Moçambique, Lda.		Maputo	Gestão, edição, exploração e comercialização de listas de assinatura e classificadas de telecomunicações.	Directel (50%)	37,50%	37,50%
Mobile Telecommunications Limited	(e)	Namibia	Exploração do serviço móvel.	Africatel (34%)	25,50%	25,50%
TMM - Telecomunicações Móveis de Moçambique	(f)	Maputo	Exploração do serviço móvel.	Portugal Telecom (98%)	98,00%	-

(a) A Portugal Telecom detém a maioria dos membros da comissão executiva da Cabo Verde Telecom, controlando deste modo as suas políticas financeiras e operacionais.

(b) Esta empresa foi consolidada pelo método da equivalência patrimonial.

(c) Esta empresa foi constituída em 2010 e consolidada pelo método de equivalência patrimonial.

(d) O investimento nesta empresa foi alienado em 2010 pelo montante de 1.000.000 euros.

(e) A Portugal Telecom celebrou com os restantes accionistas da MTC um acordo parassocial, que lhe atribui o poder necessário para definir e controlar as políticas financeiras e operacionais desta participada.

(f) Esta empresa foi constituída em 2010.

OUTRAS SUBSIDIÁRIAS
PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL

Empresa	Notas	Sede	Actividade	Directa	Dez 10 Efectiva	Dez 09 Efectiva
Bratel Brasil, SA	(a)	Amesterdão	Gestão de investimentos.	Bratel BV (99%); Cvteel (1%)	100,00%	-
Bratel BV	(a)	Amesterdão	Gestão de investimentos.	PT Móveis (100,00%)	100,00%	-
Carrigans Finance S.A.R.L	(a)	Luxemburgo	Gestão de investimentos.	PT Móveis (100,00%)	100,00%	-
Africatel		Amesterdão	Gestão de investimentos.	Portugal Telecom (75%)	75,00%	75,00%
CVTEL, BV	(b)	Amesterdão	Gestão de investimentos.	PT Móveis (100%)	100,00%	100,00%
Direct Media Ásia		Hong Kong	Publicação de directórios B2B e similares em suporte de papel e/ou electrónico.	Directel (100%)	75,00%	75,00%
Portugal Telecom Ásia, Lda. ("PT Ásia")	(b)	Macau	Promoção e marketing de serviços de telecomunicações.	Portugal Telecom (99.84%); PT Comunicações (0.16%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Europa, S.P.R.L. ("PT Europa")	(b)	Bruxelas	Consultoria de gestão, técnica e comercial no domínio das comunicações, no que respeita aos mercados europeus e assuntos comunitários.	Portugal Telecom (98.67%)	98,67%	98,67%
Portugal Telecom Internacional Finance B.V		Amesterdão	Obtenção de fundos no mercado internacional.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Timor Telecom, SA		Timor	Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor.	TPT (54.01%)	41,12%	41,12%

(a) Estas empresas foram constituídas em 2010.

(b) Estas empresas foram consolidadas pelo método da equivalência patrimonial dado que estão actualmente sem actividade.

ANEXO II

EMPRESAS CONSOLIDADAS PELO MÉTODO PROPORCIONAL

No seguimento da alienação da participação de 50% na Brasilcel em Setembro de 2010, a Portugal Telecom já não consolidou proporcionalmente os activos, passivos e resultados desta empresa e das suas subsidiárias e, consequentemente, este negócio foi classificado como operação descontinuada (Nota 20). A tabela abaixo lista as empresas que eram consolidadas pelo método proporcional antes da conclusão desta transacção.

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL

Empresa	Notas	Sede	Actividade	Directa	Dez 10 Efectiva	Dez 09 Efectiva
Portelcom Participações, SA ("Portelcom")		São Paulo	Gestão de participações sociais.	-	-	50,00%
Ptelecom Brasil, SA ("Ptelecom")		São Paulo	Gestão de participações sociais.	-	-	50,00%
TBS Celular Participações, SA ("TBS")		São Paulo	Gestão de participações sociais.	-	-	48,13%
Telemig Celular		Minas Gerais	Exploração do serviço móvel celular.	-	-	29,71%
Vivo Participações, SA ("Vivo Participações")		São Paulo	Gestão de participações sociais.	-	-	29,71%
Vivo, SA		Curitiba	Exploração do serviço móvel celular.	-	-	29,71%
Brasilcel, N.V. ("Brasilcel")		Amesterdão	Gestão de participações sociais.	-	-	50,00%

ANEXO III

EMPRESAS ASSOCIADAS

As empresas associadas a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 encontram-se detalhadas em baixo.

EMPRESAS ASSOCIADAS LOCALIZADAS EM PORTUGAL				PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
Empresa	Notas	Sede	Actividade	Directa	Dez 10 Efectiva	Dez 09 Efectiva
Broadnet Portugal		Lisboa	Disponibilização de serviços de acesso à internet.	Portugal Telecom (21.27%)	21,27%	21,27%
Caixanet – Telemática e Comunicações, SA		Lisboa	Prestação de serviços financeiros através da internet.	PT Prime (10%); PT SI (5%)	15,00%	15,00%
Capital Criativo - SCR, SA		Loures	Gestão de investimentos.	PT Comunicações (20%)	20,00%	20,00%
Entigere – Entidade Gestora Rede Multiserviços, Lda.		Lisboa	Gestão de redes.	PT Participações (25%)	25,00%	25,00%
INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, SA ("INESC")		Lisboa	Gestão de redes.	Portugal Telecom (26.36%); PT Comunicações (9.53%)	35,89%	35,89%
INESC Inovação - Instituto de novas tecnologias		Lisboa	Gestão de redes.	INESC (90%)	32,30%	32,30%
Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, SA		Lisboa	Prestação de serviços de certificação electrónica.	PT Prime (20%)	20,00%	20,00%
Páginas Amarelas, SA ("Páginas Amarelas")		Lisboa	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras.	Portugal Telecom (24.88%); PT Prime (0.125%)	25,00%	25,00%
PT P&F ACE		Lisboa	Prestação de serviços de consultoria, assessoria e apoio à implementação de processos de envelopagem.	PT Comunicações (49%)	49,00%	49,00%
PT Prime Tradecom – Soluções Empresariais de Comércio Electrónico, SA ("Tradecom")	(a)	Lisboa	Prestação de serviços de desenvolvimento e consultoria no âmbito do comércio electrónico, conteúdos e tecnologias de informação	Portugal Telecom (33,33%)	33,33%	-
SGPICE – Sociedade de Gestão de Portais de Internet e Consultoria de Empresas, SA		Lisboa	Oferta de um conjunto completo de informação, produtos e serviços através da Internet.	PT Prime Tradecom (100.00%)	33,33%	33,33%
Siresp – Gestão de Rede Digitais de Segurança e Emergência, SA		Lisboa	Gestão de redes.	PT Participações (30.55%)	30,55%	30,55%
Sportinvest Multimédia, S.A.		Lisboa	Serviços de conteúdos desportivos para os principais agentes de mercado, nomeadamente Televisões, Operadores Móveis e ISPs.	Sportinvest Multimédia (100%)	50,00%	50,00%
Sportinvest Multimédia, SGPIS, SA		Lisboa	Gestão de Participações Sociais.	Portugal Telecom (50%)	50,00%	50,00%
Tele Larm Portugal – Transmissão de Sinais, SA		Lisboa	Exploração de serviços de transmissão e supervisão de alarmes, telemedida, telecontrolo e troca de dados.	PT Prime (50%)	50,00%	50,00%
Tradedforum-Soluções de Comercio Electronico, A.C.E.		Lisboa	Fornecimento de soluções de comércio electrónico business-to-business no mercado nacional e de soluções de automatização dos processos de compra.	PT Prime Tradecom (50%)	16,50%	33,00%
Vantec – Tecnologias de Vanguardia Sistemas de Informação, S.A.		Lisboa	Comercialização de soluções e equipamentos para o sector audiovisual.	Portugal Telecom (25%)	25,00%	25,00%

(a) Conforme referido acima, a Portugal Telecom alienou uma participação de 36,65% na PT Prime Tradecom, tendo reduzido a sua participação para 33,33%. Consequentemente, o método desta empresa foi alterado para o método de equivalência patrimonial.

EMPRESAS ASSOCIADAS LOCALIZADAS EM ÁFRICA				PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
Empresa	Notas	Sede	Actividade	Directa	Dez 10 Efectiva	Dez 09 Efectiva
Guiné Telecom – Companhia de Telecomunicações da Guiné-Bissau, S.A.R.L.	(a)	Bissau	Prestação de serviço público de telecomunicações.	-	-	30,11%
Multitel - Serviços de Telecomunicações, Lda.		Luanda	Exploração e prestação de serviços de comunicação de dados e outros serviços de comunicação digital de informação.	PT Ventures (40%)	30,00%	30,00%
Teledata de Moçambique, Lda.	(b)	Maputo	Exploração e comercialização do serviço público de telecomunicações de dados e outros serviços telemáticos.	-	-	18,75%
Unitel		Luanda	Exploração do serviço móvel celular em Angola.	PT Ventures (25%)	18,75%	18,75%

(a) O investimento nesta empresa foi alienado em 2010 pelo montante de 200.000 euros.

(b) O investimento nesta empresa foi alienado em 2010 pelo montante de 131.811 euros.

EMPRESAS ASSOCIADAS (INCLUINDO BRASIL)
PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL

Empresa	Notas	Sede	Actividade	Directa	Dez 10 Efectiva	Dez 09 Efectiva
UOL, Inc (a)		São Paulo	Prestação de serviços de ISP e produção e disponibilização de conteúdos para Internet.	Portugal Telecom (21.95%); PT Brasil (6.83%)	28,78%	28,78%
CTM – Companhia de Telecomunicações de Macau, SARL		Macau	Prestação de serviços de telecomunicações públicas em Macau.	PT Comunicações (3%); PT Participações (25%)	28,00%	28,00%
Hungaro Digitel KFT		Budapeste	Prestação de serviços de comunicações empresariais.	PT Participações (44.62%)	44,62%	44,62%

(a) Conforme mencionado na Nota 47, em 27 de Janeiro de 2011, a Portugal Telecom concluiu a alienação do investimento nesta empresa associada pelo montante total de 356 milhões de reais (equivalente a 160,5 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2010).

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADOS DO EXERCÍCIO DE 2010

1. Introdução

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 28.º dos Estatutos da Sociedade, vem a Comissão de Auditoria da Portugal Telecom, SGPS, SA ("Sociedade" ou "PT SGPS") emitir o seu relatório e dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas Consolidados do Grupo Portugal Telecom para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

2. Actividades de fiscalização

No âmbito das suas competências enquanto órgão de fiscalização da Sociedade, em 2010, a Comissão de Auditoria acompanhou a gestão e a evolução dos negócios da Sociedade e o cumprimento das normas legais, regulamentares e contabilísticas aplicáveis e desenvolveu um conjunto de acções de fiscalização quanto à qualidade e integridade do processo de elaboração e divulgação da informação financeira constante dos documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo Portugal Telecom.

No exercício de 2010, a Comissão de Auditoria emitiu (a) 10 Pareceres Prévios sobre Propostas de Transacções com Partes Relacionadas, nos termos definidos na Ordem de Serviço n.º 409CA, de 17 de Dezembro de 2009, dos quais se destacam os pareceres relativos à proposta de alienação da participação do Grupo PT na BrasilCel/Vivo e à proposta de transferência dos planos de pensões regulamentares do Grupo PT para o Estado Português, bem como (b) 6 outros Pareceres e Deliberações sobre assuntos vários, a solicitação dos Presidentes do Conselho de Administração e/ou da Comissão Executiva, dos quais se destacam o parecer relativo à conformidade da actuação dos administradores e colaboradores do Grupo Portugal Telecom no quadro de potenciais ou projectados investimentos em órgãos de comunicação social, designadamente na Media Capital, e a deliberação de consentimento ao pagamento de um adiantamento sobre os lucros do exercício de 2010, tendo ainda (c) apresentado a sua resposta à Consulta Pública da Comissão Europeia sobre um conjunto de temas relacionados com "Audit Policy: Lessons from the Crisis" (Green Paper).

Ao longo do exercício, a Comissão reuniu periodicamente com os responsáveis pela preparação do Relatório e Contas Consolidados da Sociedade e das contas de subsidiárias relevantes, bem como com os Auditores Externos e o Revisor Oficial de Contas da Sociedade, com quem comentou a adequação dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adoptados no fecho das contas e dos critérios adoptados na elaboração do relatório de gestão. Adicionalmente, a Comissão de Auditoria apreciou os termos da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas e do Relatório de Auditoria dos Auditores Externos, ambos sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas aprovadas pelo Conselho de Administração, os quais foram emitidos sem quaisquer reservas.

A Comissão de Auditoria exerceu também as suas competências em matéria de supervisão das habilitações, independência e execução de funções dos Auditores Externos e do Revisor Oficial de Contas da Sociedade e de supervisão da qualidade, integridade e eficácia do sistema de controlo interno e de gestão de riscos e da função de auditoria interna da PT SGPS.

Relativamente ao sistema de controlo interno, destaca-se a sua certificação em 2010, por referência ao exercício de 2009, pelos Auditores Externos da Sociedade, em conformidade com os requisitos definidos na Section 404 do Sarbanes-Oxley Act, com base na metodologia definida pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations*), encontrando-se ainda em curso idêntica revisão com referência a 31/12/2010.

Conforme previsto no n.º 5 do Artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, a Comissão de Auditoria verificou, ainda, que o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no Artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários que são aplicáveis ao Grupo PT.

As actividades de fiscalização acima descritas serão tratadas mais pormenorizadamente no relatório de actividades da Comissão de Auditoria relativo ao exercício de 2010 divulgado no website da Sociedade.

3. Declaração de Responsabilidade

Para efeitos do disposto no número 1, alínea c) do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros da Comissão de Auditoria da Portugal Telecom, SGPS, SA, abaixo identificados declaram, na qualidade e no âmbito das funções que lhe competem tal como aí referidas, que, tanto quanto é do seu conhecimento e tendo por base a informação a que tiveram acesso no seio da Comissão de Auditoria, no exercício das suas funções:

- A informação constante do relatório de gestão, das contas anuais, da certificação legal de contas e dos demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento relativamente ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2010 foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Portugal Telecom, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no respectivo perímetro de consolidação;
- O relatório de gestão relativo àquele exercício social expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Portugal Telecom, SGPS, SA e das empresas incluídas no respectivo perímetro de consolidação, contendo nomeadamente uma descrição correcta dos principais riscos e incertezas com que tais entidades se defrontam.

4. Parecer sobre o relatório e contas consolidados relativos ao exercício de 2010

Em face do exposto, é convicção da Comissão de Auditoria que o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Portugal Telecom do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, as quais compreendem as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, da posição financeira, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa e respectivas notas anexas, referentes ao exercício findo naquela data, estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais e estatutárias aplicáveis, pelo que deverão ser aprovados pela Assembleia Geral Anual da PT SGPS.

Lisboa, 25 de Março de 2011

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AUDITORIA

(João Manuel de Mello Franco)

OS VOGAIS

(José Guilherme Xavier de Basto)

(Mário João de Matos Gomes)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Empresa") do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, as quais compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 15.169.932.161 Euros e um total do capital próprio de 4.609.145.135 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos accionistas da Empresa e reconhecido na demonstração consolidada dos resultados de 5.672.194.967 Euros e um total dos interesses não-controladores de 147.871.835 Euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, e as correspondentes notas às demonstrações financeiras consolidadas. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRSs")), tal como adoptadas pela União Europeia.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, os resultados e rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, bem como a informação de quaisquer factos relevantes que tenham influenciado a actividade, posição financeira ou resultados das empresas incluídas no perímetro da consolidação.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, e a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do Relatório Consolidado de Gestão com os restantes documentos de prestação consolidada de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Portugal Telecom, SGPS, SA e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2010, os resultados e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards ("IFRSs")*), tal como adoptadas pela União Europeia, aplicadas de forma consistente com o exercício anterior.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e que o relatório do governo da sociedade inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 28 de Março de 2011

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por Pedro Matos Silva

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 da Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Empresa") e suas subsidiárias, as quais compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2010, que evidencia um total de 15.169.932.161 Euros e capitais próprios de 4.609.145.135 Euros (líquidos da distribuição de um adiantamento sobre os lucros de 2010 no montante de 875.872.500 Euros), incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 5.672.194.967 Euros, as demonstrações consolidadas dos resultados, dos rendimentos integrais, das alterações nos capitais próprios consolidados e dos fluxos de caixa no exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou o seu resultado e rendimento integral.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Portugal Telecom, SGPS, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2010, o resultado consolidado das suas operações, os seus rendimentos integrais consolidados, os seus fluxos consolidados de caixa e as alterações no seu capital próprio consolidado no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, aplicadas de forma consistente com o exercício anterior e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245º - A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 25 de Março de 2011

Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por João Luís Falua Costa da Silva

GLOSSÁRIO

ADR | *American Depositary Receipt*. Título que está cotado na NYSE em representação de acções de empresas não americanas. 1 ADR da PT = 1 acção da PT.

ADSL | *Asymmetric Digital Subscriber Lines*. Tecnologia que permite a transmissão de dados a uma maior velocidade (banda larga) sobre os telefones fixos tradicionais.

ARPU | *Average Revenue per User*. Receita média por cliente. Média mensal das receitas de serviço por número médio de utilizadores no período.

Capex | *Capital expenditure*. Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo.

Cash flow | A diferença entre os *cash inflows* e os *cash outflows* num determinado período.

Cash flow operacional | *Cash flow* operacional = EBITDA - capex +/- alteração do fundo de maneo +/- provisões não monetárias.

CCPU | *Cash Cost Per User*. Custo médio por cliente. CCPU = média mensal dos custos operacionais menos provisões e ajustamentos, amortizações, e custo das vendas de terminais, por número médio de utilizadores no período.

CRM | *Customer Relationship Management*. Gestão do relacionamento com os clientes.

Custos de curtailment | Custos decorrentes do programa de redução de efectivos.

EBITDA | *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation*. Resultados operacionais antes de amortizações. EBITDA = resultado operacional + amortizações + custos com benefícios de reforma.

Euronext ou Euronext Lisbon | Bolsa de valores de Lisboa, mercado onde as acções da PT estão cotadas e são transaccionadas.

Free cash flow | *Free cash flow* = *cash flow* operacional +/- aquisições/vendas de investimentos financeiros +/- juros líquidos pagos - pagamentos relativos a responsabilidades de benefícios de reforma - pagamentos relativos a imposto sobre o rendimento +/- dividendos pagos/recebidos +/- outros movimentos de caixa.

FTTH | Rede de fibra óptica.

Gearing | *Gearing* = dívida líquida / (dívida líquida + capital próprio).

GSM | *Global System for Mobile*. Rede de rádio digital, internacionalmente standardizada, que permite a transmissão de voz e de dados.

HDTV | *High Definition Television*. Transmissão do sinal de televisão com uma resolução maior do que os formatos tradicionais.

IAS/IFRS | *International Accounting Standards*. Normas Internacionais de Contabilidade / *International Financial Reporting Standards*. Novo normativo contabilístico emanado pelo *International Accounting Standards Board*, que foi adoptado a partir de 1 de Janeiro de 2005.

IP | *Internet Protocol*. Standard que especifica o formato exacto dos pacotes de dados transmitidos através da rede Internet.

IPTV | *Internet Protocol Television*. Serviço de televisão digital disponibilizado na linha telefónica, através de uma conexão de banda larga.

ISP | *Internet Service Provider*. Empresa que fornece o acesso à Internet.

Margem EBITDA | Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais.

MMS | *Multimedia Message Service*. Tecnologia que permite a transmissão de dados nos telemóveis, nomeadamente textos, toques, imagens, fotos e vídeo.

MOU | *Minutes of Usage*. Média mensal em minutos de tráfego de saída e de entrada por número médio de utilizadores no período.

NGAN | *Next generation access network*. Redes de acesso de nova geração.

NYSE | *New York Stock Exchange*. Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Oferta triple-play | Oferta integrada de voz, TV e Internet.

Pay to basic ratio | *Pay to basic rácio*. Rácio que representa a percentagem do número total de subscrições dos serviços premium em relação ao número total de clientes de TV por subscrição.

POC | Plano Oficial de Contabilidade.

PRB | Custos com benefícios de reforma

PTSN | *Public Switched Telephone Network*. Sistema de telefone tradicional instalado sobre linhas de cobre.

RDIS | Rede Digital com Integração de Serviços. Rede de telecomunicações digital que permite a transmissão em simultâneo de voz e de dados sobre um acesso fixo.

Resultado operacional | Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos do programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

SARC | *Subscriber Acquisition and Retention Cost*. Custos de aquisição e de retenção por cliente. SARC = (70% dos custos de *marketing* e de publicidade + comissões + subsídios) / (adições brutas + *upgrades*).

SEC | *Securities and Exchange Commission*. Regulador americano para o mercado de capitais.

SMS | *Short Message Service*. Serviço de mensagens curtas de texto para telemóveis, que permite o envio e recebimento de mensagens alfanuméricas.

VoD | *Video-on-demand*. Sistema que permite seleccionar e ver vídeos.

3G | *3Generation*. Terceira geração é um termo genérico que cobre várias tecnologias para redes móveis (UMTS, W-CDMA e EDGE), as quais integram serviços de multimédia, permitindo a transmissão de dados a uma velocidade superior à da tecnologia GSM.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho de Administração	Presidente Executivo	Administradores não executivos
Henrique Granadeiro	Zeinal Bava	Francisco Manuel Marques Bandeira
	Administradores executivos	José Guilherme Xavier de Basto
	Luís Pacheco de Melo	João Manuel de Mello Franco
	Carlos Alves Duarte	Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
	Manuel Rosa da Silva	Mário João de Matos Gomes
	Shakhaf Wine	Gerald Stephen McGowan
		Rafael Luís Mora Funes
		Maria Helena Nazaré
		Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires
		Francisco Teixeira Pereira Soares
		Jorge Humberto Correia Tomé
		Paulo José Lopes Varela
		Milton Almicar Silva Vargas
		Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos

INDICADORES-CHAVE

DESTAQUES FINANCEIROS CONSOLIDADOS (1)	MILHÕES DE EUROS					
	4T10	4T09	Δ09/10	2010	2009	Δ09/10
Receitas operacionais	949,7	961,3	(1,2%)	3.742,3	3.733,4	0,2%
Custos operacionais, excluindo PRBs e amortizações	587,2	581,4	1,0%	2.250,6	2.176,5	3,4%
EBITDA (2)	362,5	379,9	(4,6%)	1.491,7	1.556,9	(4,2%)
Resultado operacional (3)	168,4	132,3	27,3%	694,9	750,4	(7,4%)
Resultado líquido (4)	54,5	312,1	(82,5%)	5.672,2	684,7	n.s.
Capex (5)	304,9	327,5	(6,9%)	798,4	848,1	(5,9%)
Capex em % das receitas operacionais (%)	32,1	34,1	(2,0pp)	21,3	22,7	(1,4pp)
EBITDA menos Capex	57,6	52,4	9,9%	693,3	708,8	(2,2%)
Free cash flow	833,7	557,4	49,6%	5.485,5	679,1	n.s.
Dívida líquida (6)	2.099,8	4.829,0	(56,5%)	2.099,8	4.829,0	(56,5%)
Resp. não fin. com benef. de reforma líq. de impostos	711,4	1.078,5	(34,0%)	711,4	1.078,5	(34,0%)
Margem EBITDA (%) (7)	38,2	39,5	(1,4pp)	39,9	41,7	(1,8pp)
Dívida líquida / EBITDA (x) (6)	1,4	3,2	(1,7x)	1,4	3,1	(1,7x)
EBITDA / juros líquidos (x)	38,2	6,0	32,2x	8,1	6,8	1,2x
Resultado líquido por acção	0,06	0,36	(82,5%)	6,48	0,78	n.s.
Resultado líquido por acção diluído (8)	0,06	0,34	(81,7%)	6,06	0,76	n.s.

(1) Os valores relativos a 2009 foram ajustados de forma a reconhecer o negócio da Vivo como operação descontinuada e a reflectir os impactos da adopção da IFRIC 12. (2) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos. (4) Em 2010, o resultado líquido inclui itens extraordinários relacionados com a mais-valia obtida com a alienação da Brasilcel, ajustamentos de conversão cambial acumulados que foram reconhecidos no resultado líquido na data da alienação e ajustamentos ao valor contabilístico de certos activos, provisões para contingências e outros custos não recorrentes. No 4T09 o resultado líquido inclui uma mais-valia relacionada com a alienação da Médi Télécom. (5) Exclui a aquisição de activos imobiliários aos fundos de pensões no 4T10 (236 milhões de euros) e compromissos adicionais nos termos da licença UMTS no 1T09 (11,5 milhões de euros). (6) A dívida líquida em 2009 é proforma, a fim de reflectir a desconsolidação da Vivo. (7) A margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais. (8) O resultado líquido por acção diluído considera o lucro líquido excluindo os custos relativos às obrigações convertíveis, dividido pelo número de acções diluídas.

DADOS OPERACIONAIS • REDE FIXA

	4T10	4T09	Δ09/10	2010	2009	Δ09/10
Acessos ('000)	4.882	4.587	6,4%	4.882	4.587	6,4%
Acessos de retalho	4.527	4.189	8,0%	4.527	4.189	8,0%
PSTN/RDIS	2.695	2.746	(1,9%)	2.695	2.746	(1,9%)
Linhas geradoras de tráfego	2.600	2.612	(0,5%)	2.600	2.612	(0,5%)
Pré-selecção	95	134	(28,9%)	95	134	(28,9%)
Banda larga fixa de retalho	1.001	862	16,1%	1.001	862	16,1%
Clientes de TV	830	581	42,9%	830	581	42,9%
Acessos de wholesale	356	398	(10,5%)	356	398	(10,5%)
Lacetes locais desagregados	242	281	(13,7%)	242	281	(13,7%)
Acessos ORLA	62	63	(2,4%)	62	63	(2,4%)
ADSL wholesale	52	54	(3,4%)	52	54	(3,4%)
Adições líquidas ('000)	82	93	(12,2%)	295	289	2,2%
Acessos de retalho	98	109	(9,9%)	337	325	3,7%
PSTN/RDIS	1	(17)	104,3%	(51)	(96)	47,1%
Linhas geradoras de tráfego	8	(7)	202,2%	(12)	(56)	78,0%
Pré-selecção	(7)	(9)	25,1%	(39)	(40)	4,3%
Banda larga fixa de retalho	37	50	(25,8%)	139	152	(8,7%)
Clientes de TV	61	76	(20,2%)	249	269	(7,4%)
Acessos de wholesale	(16)	(16)	(4,0%)	(42)	(36)	(16,1%)
Lacetes locais desagregados	(15)	(16)	6,3%	(38)	(25)	(55,4%)
Acessos ORLA	(1)	1	(173,2%)	(2)	(12)	87,7%
Banda larga fixa wholesale	(0)	(1)	20,9%	(2)	1	(271,1%)
RGU de retalho por acesso ⁽¹⁾	1,68	1,53	10,1%	1,68	1,53	10,1%
ARPU (euros)	30,0	30,4	(1,5%)	30,1	30,1	(0,1%)
Tráfego total (milhões de minutos)	2.725	2.826	(3,5%)	10.867	11.225	(3,2%)
Tráfego de retalho	1.164	1.201	(3,0%)	4.581	4.713	(2,8%)
Tráfego de wholesale	1.561	1.625	(3,9%)	6.286	6.512	(3,5%)
Trabalhadores	6.177	6.450	(4,2%)	6.177	6.450	(4,2%)

(1) Acessos de retalho por acessos PSTN/RDIS.

DADOS OPERACIONAIS • MÓVEL ⁽¹⁾

	4T10	4T09	Δ09/10	2010	2009	Δ09/10
Clientes ('000)	7.419	7.252	2,3%	7.419	7.252	2,3%
Adições líquidas ('000)	105	180	(41,6%)	167	319	(47,7%)
Tráfego total (milhões de minutos)	2.690	2.595	3,7%	10.539	9.848	7,0%
MOU (minutos)	123	121	0,9%	121	117	2,9%
ARPU (euros)	13,8	15,9	(13,3%)	14,5	16,2	(10,8%)
Cliente	12,1	13,8	(12,7%)	12,6	14,0	(10,1%)
Interligação	1,5	1,8	(18,0%)	1,6	1,9	(15,4%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	24,7	23,7	1,1pp	24,6	23,1	1,5pp
SARC (euros)	35,8	36,7	(2,4%)	33,0	36,0	(8,5%)
Trabalhadores	1.029	1.004	2,5%	1.029	1.004	2,5%

(1) Inclui subscritores MVNO.

INFORMAÇÃO ADICIONAL ACCIONISTA

NEGOCIAÇÃO DAS ACÇÕES E ADRs

As acções da PT estão cotadas na Euronext (código: PTC.LS) e na Bolsa de Nova York, sob a forma de ADR - *American Depositary Receipts* (código: PT). Um ADR é equivalente a uma acção ordinária.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Empresa encontrava-se representado por 896.512.500 acções com o valor nominal de 3 cêntimos cada, estando cotadas em bolsa 896.512.000 acções na Euronext e na Bolsa de Nova York. Na mesma data, o número de ADRs registrados ascendia a 25.524.794, representando 2,8% do total do capital social da PT. O número de acções em circulação de 876mn foi ajustado por 20.64mn de acções próprias detidas através de *equity swaps*.

INFORMAÇÃO BOLSISTA		
	2010	2009
Em 31 de Dezembro		
Capital social (euros)	26.895.375	26.895.375
Número de acções	896.512.500	896.512.500
Número de acções em circulação	875.872.500	875.872.500
Cotação (euros)	8,380	8,520
Capitalização bolsista (milhões de euros)	7.513	7.638
Dividendo bruto por acção (euros)	2,300	0,575
<i>Dividend yield</i>	26,3%	6,7%
Resultado líquido (milhões de euros)	5.672	684
Pay-out-ratio	35,5%	73,6%
Cotações / transacções		
Cotação máxima (euros)	11,000	8,690
Cotação mínima (euros)	6,480	5,479
Cotação média (euros)	8,736	6,930
Transacções em volume (milhões de acções)	1.203	777
Transacções em valor (milhões de euros)	10.418	5.370
Variação anual		
Portugal Telecom	7,0%	40,4%
PSI-20	(10,3%)	33,5%
DJ Stoxx Telecom Europe	2,9%	11,3%

CALENDÁRIO FINANCEIRO 2010

26 de Maio | Resultados do primeiro trimestre de 2011

4 de Agosto | Resultados do primeiro semestre de 2011

3 de Novembro | Resultados dos primeiros nove meses de 2011

CONTACTOS

RELAÇÃO COM INVESTIDORES

Nuno Vieira

Director de Relação com Investidores

Portugal Telecom

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40

1069 - 300 Lisboa, Portugal

Tel: +351 215 001 701

Fax: +351 215 000 800

E-mail: nuno.t.vieira@telecom.pt

Accionistas, investidores, analistas e demais interessados podem solicitar os seus pedidos de informações e esclarecimentos (relatórios e contas anuais e semestrais, form 20-F, press releases, etc.).

BANCO DEPOSITÁRIO

The Bank of New York

ADR Division

101 Barclay Street, 22nd Floor

New York, NY 10286, USA

Tel: +1 212 815 2367

Fax: +1 212 571 3050

Os detentores de ADRs podem também solicitar directamente informações e esclarecimentos ao banco depositário dos ADRs da PT em Nova Iorque.

PÁGINA DA INTERNET

Todas as publicações e comunicações, bem como informações sobre os produtos, serviços e negócios da Empresa, estão disponíveis na página da Internet da PT no seguinte endereço: www.telecom.pt

SEDE SOCIAL

Portugal Telecom, SGPS, SA

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40

1069-300 Lisboa, Portugal

Tel: +351 215 002 000